



**RETRATO TERRITORIAL
DE PORTUGAL**

2007



Ficha técnica

Título

Retrato Territorial de Portugal 2007

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo
Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

400 exemplares

ISSN 1646-0448

ISBN 978-972-673-911-1

Depósito Legal nº 214842/04

Periodicidade Bienal

Preço: € 45,00 (IVA incluído)

Publicação vendida em conjunto com um CD-ROM

O INE, I.P. na Internet
www.ine.pt



808 201 808



| | |
|---|-----------|
| Nota introdutória | 13 |
| Parte I - A organização do território e a requalificação do edificado | 15 |
| Enquadramento | 15 |
| I.1. As dinâmicas recentes de organização do território | 17 |
| Da litoralização à dimensão urbana | 18 |
| Dinâmica do parque habitacional e do mercado de prédios urbanos | 25 |
| I.2. O papel das reabilitações físicas do edificado na requalificação do território | 37 |
| A importância regional das reabilitações físicas do edificado | 39 |
| Os principais focos de incidência territorial | 47 |
| A reabilitação física do edificado no contexto das dinâmicas populacionais e habitacionais | 50 |
| Considerações finais | 53 |
| Conceitos | 56 |
| Anexo I.1 Reabilitações físicas do edificado por tipo de obra, Portugal e NUTS III, 2001 e 2007 | 59 |
| Parte II - A empregabilidade no contexto da coesão inter-regional | 61 |
| Enquadramento | 61 |
| II.1. A educação e a formação como condições para a empregabilidade | 63 |
| A resposta às necessidades de educação | 64 |
| Da escolaridade obrigatória à aprendizagem ao longo da vida | 68 |
| A transmissão de conhecimentos à luz do sucesso escolar | 76 |
| Da escolarização à escolaridade de nível superior | 80 |
| II.2. O acesso ao emprego e a empregabilidade | 85 |
| A segmentação por sexo e idade | 86 |
| As profissões e as habilitações | 93 |
| As condições de trabalho: horário, duração e contrato de trabalho | 96 |
| II.3. A mobilidade no mercado de trabalho | 100 |
| A mobilidade institucional | 101 |
| A mobilidade geográfica | 104 |
| Considerações finais | 109 |
| Conceitos | 112 |



| | |
|--|------------|
| Parte III - O perfil produtivo e a inovação nas regiões portuguesas | 115 |
| Enquadramento | 115 |
| III.1. O perfil produtivo nas regiões portuguesas | 116 |
| A terciarização da actividade produtiva | 118 |
| As actividades de especialização | 120 |
| A terciarização e a produtividade | 125 |
| O conteúdo tecnológico do perfil produtivo | 129 |
| Os factores de competitividade industrial | 133 |
| As actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) | 136 |
| Síntese | 138 |
| III.2. A inovação nas regiões portuguesas | 140 |
| Os motores de inovação | 144 |
| A criação de conhecimento | 148 |
| A inovação e o empreendedorismo | 153 |
| As aplicações do processo de inovação | 158 |
| Síntese | 163 |
| Considerações finais | 164 |
| Conceitos | 167 |
| Anexo III.1 - Classificação das indústrias de alta e média-alta tecnologia e dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (Eurostat, 2007) | 169 |
| Anexo III.2 - Classificação das indústrias transformadoras de acordo com o principal factor de competitividade (OCDE, 1992) | 170 |
| Anexo III.3 - Classificação das actividades de Tecnologias da Informação e da Comunicação (OECD, 2000) | 171 |
| Anexo III.4 - Classificação das áreas científicas e tecnológicas (OECD, 2003) | 172 |
| Anexo III.5 - Classificação dos produtos de alta tecnologia (PAT) | 173 |
| Bibliografia | 175 |
| Siglas e Abreviaturas | 179 |



| | |
|--|------------|
| Parte I - A organização do território e a requalificação do edificado | 15 |
| Caixa I.1 Concentração territorial da população nos municípios | 23 |
| Caixa I.2 Estimativas do parque habitacional | 25 |
| Caixa I.3 Índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos | 32 |
| Caixa I.4 Sistema de Informação de Operações Urbanísticas - Estatísticas das Obras Concluídas | 38 |
| Parte II - A empregabilidade no contexto da coesão inter-regional | 61 |
| Caixa II.1 Curva de Lorenz e Índice de Gini | 65 |
| Caixa II.2 Disparidade inter-regional | 70 |
| Caixa II.3 Inquérito ao Emprego | 75 |
| Caixa II.4 Quadros de Pessoal | 104 |
| Parte III - O perfil produtivo e a inovação nas regiões portuguesas | 115 |
| Caixa III.1 Diagrama triangular | 120 |
| Caixa III.2 Índice de Balassa-Hoover | 121 |
| Caixa III.3 Coeficiente de especialização | 124 |
| Caixa III.4 Conteúdo tecnológico das actividades económicas | 129 |
| Caixa III.5 Sistema de Contas Integradas das Empresas | 131 |
| Caixa III.6 Principal factor de competitividade industrial | 134 |
| Caixa III.7 Definição do sector TIC | 136 |
| Caixa III.8 Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional | 149 |
| Caixa III.9 Inquérito Comunitário à Inovação | 155 |
| Caixa III.10 Bens de alta tecnologia | 159 |

ÍNDICE DE FIGURAS



| | |
|---|-----------|
| Parte I - A organização do território e a requalificação do edificado | 15 |
| Figura I.1 Densidade populacional, por município, 2007 | 19 |
| Figura I.2 Taxa de variação da população residente 2001/2007 e densidade populacional em 2007, por NUTS III | 20 |
| Figura I.3 Taxa de variação da população residente, por município, 2001/2007 | 21 |
| Figura I.4 Indicadores demográficos por classes de densidade populacional | 22 |
| Figura I.5 Índice de Gini da distribuição da população residente face à área, por município, 2001 | 24 |
| Figura I.6 Distribuição da população residente, dos edifícios de habitação familiar clássica e dos alojamentos familiares clássicos, por NUTS II, 2007 | 26 |
| Figura I.7 Alojamentos familiares clássicos por edifício de habitação familiar clássica, por município, 2007 | 27 |
| Figura I.8 Taxa de variação da população residente e do número de alojamentos familiares clássicos, por NUTS III, 2001/2007 | 28 |
| Figura I.9 Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos, por município, 2001/2007 | 29 |
| Figura I.10 Índice de Gini da distribuição dos alojamentos familiares clássicos face à área, por município, 2007 | 30 |
| Figura I.11 Índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos, por município, 2001-2007 | 33 |
| Figura I.12 Valor médio dos prédios urbanos transaccionados, por município, 2001-2007 | 34 |
| Figura I.13 Índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos e construções novas (fogos) concluídas por alojamento familiar clássico (Portugal = 100), por NUTS III, 2001-2007 | 35 |
| Figura I.14 Indicadores do parque habitacional (Portugal = 100), por NUTS III | 36 |
| Figura I.15 Reabilitações físicas e construções novas, Portugal, 1995-2007 | 40 |
| Figura I.16 Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos e de uso sazonal, por NUTS III, 2001 | 41 |
| Figura I.17 Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por NUTS III, 2001 | 42 |
| Figura I.18 Municípios com maior e menor proporção de edifícios com necessidade de reparação, 2001 | 43 |
| Figura I.19 Reabilitações físicas e construções novas, por NUTS II, 1995-2007 | 44 |



| | |
|--|-----------|
| Figura I.20 Reabilitações físicas e taxa de crescimento média anual das reabilitações físicas, por NUTS III, 2001-2007 | 45 |
| Figura I.21 Indicadores de obras concluídas e características do edificado (Portugal = 100), por NUTS III, 2007 | 46 |
| Figura I.22 Proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas em edifícios, por município, 2001-2007 | 48 |
| Figura I.23 Variação da proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas em edifícios, por município, 2001/2007 | 49 |
| Figura I.24 Proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas e taxa de variação da população residente, por NUTS III, 2001-2007 | 51 |
| Figura I.25 Proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas e índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos (Portugal = 100), por NUTS III, 2001-2007 | 52 |
| Parte II - A empregabilidade no contexto da coesão inter-regional | 61 |
| Figura II.1 Associação entre o nível de ensino e o grupo etário específico | 64 |
| Figura II.2 Curvas de concentração do número de alunos matriculados face à população residente do grupo etário específico, por município, nos anos lectivos 2000/2001 e 2006/2007 | 66 |
| Figura II.3 Curva de concentração do número de alunos matriculados no ensino superior face à população residente com idade entre 18 e 22 anos, por NUTS III, nos anos lectivos 2000/2001 e 2007/2008 | 67 |
| Figura II.4 Índice de Gini da distribuição do número de alunos matriculados face à população residente do grupo etário específico, por nível de ensino | 68 |
| Figura II.5 Proporção da população activa com e sem escolaridade obrigatória, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 69 |
| Figura II.6 Taxa de abandono escolar precoce (18-24 anos), Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 71 |
| Figura II.7 Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário (20-24 anos), Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 72 |
| Figura II.8 Taxa de aprendizagem ao longo da vida (25-64 anos), Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 73 |
| Figura II.9 Indicadores de educação e formação (Portugal = 100), por NUTS II, 1998 e 2007 | 74 |
| Figura II.10 Taxas de retenção/desistência no ensino básico regular, Portugal e NUTS II, ano lectivo 2006/2007 | 76 |
| Figura II.11 Taxa de retenção/desistência no ensino básico regular, por município, ano lectivo 2006/2007 | 77 |
| Figura II.12 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, Portugal e NUTS II, ano lectivo 2006/2007 | 78 |



| | |
|---|----|
| Figura II.13 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por município, ano lectivo 2006/2007 | 79 |
| Figura II.14 Taxa de escolarização no ensino superior, Portugal e NUTS II, ano lectivo 2007/2008 | 80 |
| Figura II.15 Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes (20-29 anos), por NUTS III, 2007 | 81 |
| Figura II.16 Doutorados por 1000 habitantes (25-34 anos), por NUTS III, 2007 | 81 |
| Figura II.17 Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (25-34 anos), Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 82 |
| Figura II.18 Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (25-34 anos e 35-64 anos), Portugal e NUTS II, 2007 | 83 |
| Figura II.19 Indicadores de educação de nível superior (Portugal = 100), por NUTS II, 2007 | 84 |
| Figura II.20 Taxa de emprego por sexo, Portugal e NUTS II, 2007 | 87 |
| Figura II.21 Disparidade do ganho médio mensal por sexo dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município, 2004-2006 | 88 |
| Figura II.22 Taxa de emprego total e dos indivíduos do grupo etário 55-64 anos, Portugal e NUTS II, 2007 | 89 |
| Figura II.23 Taxa de emprego dos indivíduos do grupo etário 55-64 anos, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 90 |
| Figura II.24 Repartição dos indivíduos do grupo etário 15-24 anos segundo a condição perante o trabalho, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 91 |
| Figura II.25 Taxa de emprego dos indivíduos do grupo etário 15-24 anos, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 92 |
| Figura II.26 Proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 93 |
| Figura II.27 Proporção de quadros superiores com habilitações ao nível do 1º ciclo ou inferior, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 94 |
| Figura II.28 Proporção de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do ensino superior, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 95 |
| Figura II.29 Proporção de trabalhadores a tempo parcial que escolheram trabalhar a tempo parcial, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 96 |
| Figura II.30 Proporção de trabalhadores com horário de trabalho por turnos, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 97 |
| Figura II.31 Proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana, Portugal e NUTS II, 2001 e 2007 | 98 |



| | |
|---|------------|
| Figura II.32 Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 99 |
| Figura II.33 Proporção média de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de estabelecimento em relação ao emprego total, por NUTS III, 2002-2006 | 101 |
| Figura II.34 Proporção média de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de empresa em relação ao emprego total, por NUTS III, 2002-2006 | 102 |
| Figura II.35 Proporção média de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de estabelecimento ou de empresa em relação ao emprego total, Portugal e NUTS II, 2002-2006 | 103 |
| Figura II.36 Taxa de atracção anual líquida média de trabalhadores por conta de outrem, por município, 2002-2006 | 105 |
| Figura II.37 Taxa de atracção e fluxos relativos de entrada de trabalhadores por conta de outrem, por município, 2002-2006 | 106 |
| Figura II.38 Taxa de repulsão e fluxos relativos de saída de trabalhadores por conta de outrem e, por município, 2002-2006 | 107 |
| Parte III - O perfil produtivo e a inovação nas regiões portuguesas | 115 |
| Figura III.1 Taxa de crescimento médio anual real do PIB, Portugal e NUTS II, 1995-2007 | 117 |
| Figura III.2 PIB <i>per capita</i> , Portugal, NUTS II e NUTS III, 2007 | 118 |
| Figura III.3 Repartição sectorial do VAB, Portugal e NUTS III, 1995, 2000 e 2007 | 119 |
| Figura III.4 Alterações das actividades de especialização (VAB), por NUTS II, 1995/2007 | 122 |
| Figura III.5 Coeficiente de especialização (VAB), por NUTS II, 1995 e 2007 | 123 |
| Figura III.6 Repartição sectorial do emprego e do VAB, Portugal e NUTS III, 2007 | 125 |
| Figura III.7 VAB por indivíduo empregado e proporção do VAB do sector terciário, Portugal e NUTS III, 2007 | 126 |
| Figura III.8 VAB e VAB por indivíduo empregado, por NUTS III, 2007 | 127 |
| Figura III.9 Produtividade (VAB/Pessoal ao serviço) segundo diferentes agregações de actividades económicas, Portugal, 2006 | 128 |
| Figura III.10 Proporção do valor acrescentado das actividades de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | 130 |
| Figura III.11 Proporção do valor acrescentado das indústrias de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | 132 |
| Figura III.12 Proporção do valor acrescentado dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | 132 |
| Figura III.13 Intensidade tecnológica da actividade industrial e dos serviços, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | 133 |



| | |
|---|-----|
| Figura III.14 Proporção de VAB por principal factor de competitividade industrial, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | 134 |
| Figura III.15 Proporção de VAB nos ramos de actividade cujo principal factor de competitividade industrial é o esforço em I&D ou a diferenciação do produto, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | 135 |
| Figura III.16 Proporção de VAB e pessoal ao serviço nas TIC, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | 137 |
| Figura III.17 Indicadores do perfil produtivo acima da média nacional, por NUTS III e NUTS II | 139 |
| Figura III.18 Desempenho em termos de inovação das regiões portuguesas no contexto europeu | 142 |
| Figura III.19 Descrição da metainformação associada aos indicadores analisados | 143 |
| Figura III.20 Diplomados pelo ensino superior em C&T por 1 000 habitantes com idade entre 20 e 29 anos, por NUTS III, 2004-2007 | 145 |
| Figura III.21 Doutorados em C&T por 1 000 habitantes com idade entre 25 e 34 anos, por NUTS III, 2004-2007 | 145 |
| Figura III.22 Proporção de doutorados em C&T face ao total de doutorados, por NUTS III, 2004-2007 | 146 |
| Figura III.23 Proporção de população empregada com qualificação de nível superior (25-64 anos), Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | 147 |
| Figura III.24 Indicadores de motores de inovação (Portugal = 100), por NUTS II | 148 |
| Figura III.25 Despesa em I&D a preços correntes, por NUTS II, 1995-2005 | 149 |
| Figura III.26 Despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS III, 2005 | 150 |
| Figura III.27 Despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS II, 2005 | 151 |
| Figura III.28 Repartição da despesa em I&D por sector de execução, Portugal e NUTS II, 2005 | 151 |
| Figura III.29 Despesa em I&D executada pelas empresas no PIB, Portugal e NUTS III, 2005 | 152 |
| Figura III.30 Indicadores de criação de conhecimento (Portugal = 100), por NUTS II, 2005 | 153 |
| Figura III.31 Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia, por NUTS III, 2004-2006 | 154 |
| Figura III.32 Proporção de volume de negócios resultante da venda de produtos novos, Portugal e NUTS II, 2004-2006 | 157 |
| Figura III.33 Proporção de empresas com cooperação para a inovação, Portugal e NUTS II, 2004-2006 | 157 |



| | |
|---|-----|
| Figura III.34 Indicadores de inovação e empreendedorismo (Portugal = 100), por NUTS II, 2004-2006 | 158 |
| Figura III.35 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2004-2007 | 159 |
| Figura III.36 Pessoal em I&D e investigadores na população activa, Portugal e NUTS II, 2005 | 160 |
| Figura III.37 Recursos humanos em Ciência e Tecnologia em percentagem da população total, Portugal e NUTS II, 2007 | 161 |
| Figura III.38 Indicadores de aplicações (Portugal = 100), por NUTS II | 162 |

NOTA INTRODUTÓRIA



O Retrato Territorial de Portugal constituiu-se, desde a primeira edição em 2003, como a publicação de referência na análise de dados estatísticos desagregados geograficamente, explorando a vasta informação disponibilizada através dos Anuários Estatísticos Regionais (AER). As quatro edições anteriores assentaram na análise da informação disponibilizada nos AER sob uma estrutura de organização que acompanhava os subcapítulos desta publicação. Privilegiava-se então, uma leitura das disparidades territoriais, ao nível nacional, orientada pelos principais temas de difusão da informação de base territorial produzida pelo Sistema Estatístico Nacional, através da análise dos indicadores anuais mais recentes disponíveis nos AER, com desagregação municipal e regional.

A partir de agora, o Retrato Territorial de Portugal, com uma periodicidade bienal, procura atribuir maior pertinência analítica aos conteúdos e orienta-se por temáticas com relevância territorial. Mantém a associação à informação editada nos Anuários Estatísticos Regionais, privilegiando a análise de informação estatística proveniente das fontes de informação destas publicações e não exclusivamente os indicadores estatísticos aí divulgados. Por outro lado, recorre-se à análise de séries estatísticas mais longas, para facilitar uma melhor apreensão das evoluções estruturais das trajectórias dos territórios. Sob esta nova orientação editorial, o Retrato Territorial de Portugal encontra-se estruturado em três domínios de análise - *Qualificação territorial*, *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* - explorados, em cada edição, através de análises específicas.

No domínio *Qualificação territorial*, são desenvolvidas análises sobre as características físicas dos territórios - as formas de povoamento, a distribuição de equipamentos e infra-estruturas e o património natural - que estruturam a organização do território, assumindo uma perspectiva que releva um desenvolvimento sustentável dos territórios, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais.

Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens com base em elementos fundamentais dos processos de reprodução social e económica que assinalam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

A análise em cada domínio do Retrato Territorial de Portugal desenvolve-se com uma estrutura comum. Começa com um ponto de *Enquadramento* onde se apresenta a pertinência da temática em análise e se define a perspectiva de abordagem sobre a informação estatística, seguido de *pontos* e *subpontos* de discussão, apoiados em imagens gráficas e cartográficas. No início de cada ponto, são identificados os principais indicadores em análise e, no fim de cada subponto, são apresentados os principais resultados dos indicadores analisados. Cada domínio termina com as *Considerações finais* que retomam as principais conclusões que decorreram da análise desenvolvida.



A publicação é acompanhada por um CD-ROM com a informação estatística disponibilizada na última edição dos Anuários Estatísticos Regionais e com a análise do Retrato Territorial de Portugal.

Na presente edição do Retrato Territorial de Portugal, o primeiro domínio *Qualificação territorial* incide sobre *A organização do território e a requalificação do edificado*, centrando-se na análise das reabilitações físicas do edificado enquanto processo com capacidade para promover o equilíbrio territorial na distribuição da população e das actividades, para revalorizar territórios urbanos ou de baixa densidade e para conter a expansão territorial das áreas urbanas. Esta análise assenta, maioritariamente, na análise de informação estatística proveniente das Estimativas da População Residente, do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (INE) e do Sistema de Informação das Estatísticas dos Registos e Notariado (Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça). A abrangência temporal de análise centra-se maioritariamente no período de 2001 a 2007, tendo-se privilegiado as escalas do município e sub-regiões NUTS III, na desagregação espacial da informação estatística.

O domínio *Coesão e qualidade de vida* explora *A empregabilidade no contexto da coesão inter-regional*, analisando o grau de empregabilidade dos recursos humanos para a qual a qualificação da população e a mobilidade institucional e geográfica dos empregados constituem vectores de análise. A informação estatística provém fundamentalmente de dados da educação (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação e Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), do Inquérito ao Emprego (INE) e dos Quadros de Pessoal (Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social). No ponto *A educação e a formação como condições para a empregabilidade*, a informação analisada respeita ao ano lectivo 2000/2001 e ao ano lectivo 2006/2007 para o ensino não superior e 2007/2008 para o ensino superior. No ponto *O acesso ao emprego e a empregabilidade*, privilegia-se a evolução entre 1998 e 2007 e, finalmente, no ponto *A mobilidade no mercado de trabalho*, os dados dizem respeito ao período 2002-2006. A informação estatística é analisada à escala municipal, sub-regional ou regional, consoante a disponibilidade dos dados e a pertinência analítica.

No domínio *Crescimento e competitividade*, é analisado *O perfil produtivo e a inovação nas regiões portuguesas* através de uma caracterização do território do ponto de vista dos recursos existentes e do grau de presença de factores entendidos como relevantes para o desenvolvimento da actividade inovadora. As principais fontes de informação para esta análise são, por um lado, as Contas Regionais e o Sistema de Contas Integradas das Empresas (INE) e, por outro lado, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e o Inquérito Comunitário à Inovação (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior). A abrangência temporal da análise centra-se maioritariamente no período de 2004 a 2007, sem prejuízo de algumas comparações com períodos anteriores, tendo-se privilegiado as escalas das sub-regiões NUTS III e regiões NUTS II, na desagregação espacial da informação estatística.

PARTE I

A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A REQUALIFICAÇÃO DO EDIFICADO



Enquadramento

O desenvolvimento das cidades nos países da Europa ocidental nas últimas décadas tem valorizado a requalificação urbana com o duplo objectivo de dar resposta às potenciais carências habitacionais da população e promover a proximidade entre actividades e pessoas, contendo a expansão territorial das áreas urbanas.

De facto, em Portugal, como na maioria dos países europeus, é clara a passagem do paradigma centrado na carência quantitativa (direito a habitação) para a carência qualitativa, pressupondo já um relativo equilíbrio entre a oferta e a procura de habitação. Na verdade, os últimos anos em Portugal foram marcados quer por um incremento da oferta, dado o crescimento do número de fogos construídos, quer por um aumento da procura de habitação, devido à maior facilidade de acesso ao crédito para adquirir casa própria, por via da diminuição das taxas de juro (de 1991 a 2005) e do aumento do rendimento das famílias¹, e pela inércia do mercado de arrendamento de habitações em alguns casos bastante degradadas (Mateus *et al.*, 2008a).

A existência de diversos programas e planos no âmbito da requalificação e respectivo quadro legal sugerem a relevância atribuída a este processo para o desenvolvimento sustentado das áreas urbanas².

O conceito de requalificação urbana compreende processos de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, que promovem a valorização ambiental e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano (DGOTDU, 2008). Numa perspectiva instrumental, a requalificação urbana insere-se numa estratégia de desenvolvimento territorial, e as intervenções urbanísticas e ambientais constituem a base para objectivos mais amplos, designadamente, a eficiência ambiental e o reforço da identidade, da habitabilidade, da atractividade e da competitividade das áreas urbanas.

¹ A aquisição de casa própria através dos contratos de crédito à habitação implicou encargos superiores aos que os agregados suportariam em alojamentos arrendados. Segundo os Censos 2001, o valor médio de encargos relacionados com alojamentos ocupados pelo proprietário era mais do dobro do valor médio das rendas dos alojamentos arrendados.

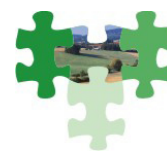
² É o caso do PRAUD (Programa de Recuperação das Áreas Urbanas Degradadas); POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades); SRU (Sociedades de Reabilitação Urbana); PRU (Programa de Revitalização Urbana); PROQUAL (Programa Integrado das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa) e PROVATER (Acções Específicas de Reabilitação do Algarve). Existem ainda diversos incentivos à recuperação urbana: RECRUA (apoia a recuperação de fogos arrendados), REHABITA (apoia as Câmaras Municipais na recuperação dos seus centros históricos ou áreas de recuperação e reconversão urbanística), RECRIPH (visa a recuperação de prédios habitacionais antigos em regime de propriedade horizontal) e SOLARH (apoia agregados familiares de fracos recursos na realização de obras nas suas habitações e os proprietários de fogos devolutos). Em 2008, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) divulgou o Plano Estratégico da Habitação para o período 2008-2013, com a perspectiva de regular o mercado habitacional em termos de adequação entre procura e oferta, reforçando a necessidade de se dar especial atenção à reabilitação urbana (Mateus *et al.*, 2008b).



A componente de reestruturação urbana associada ao conceito de requalificação remete para processos de alteração de uso dos solos e de funções existentes. A renovação e a reabilitação urbana compreendem de forma mais directa a acção de transformação física do espaço. Estes processos de transformação são distintos já que a renovação implica a demolição do edificado existente e implantação de novas construções, que muitas vezes têm objectivos e tipologias diferentes das anteriores (Salgueiro, 1999; DGOTDU, 2008), enquanto a reabilitação urbana compreende “uma intervenção sobre o tecido urbano existente em que o património urbanístico e imobiliário é mantido e modernizado, através de obras de beneficiação das infra-estruturas urbanas e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação de edifícios” (DGOTDU, 2008: 60). Os processos de renovação urbana têm vindo a assumir especial expressão em áreas urbanas desqualificadas, nomeadamente em áreas de cariz industrial que perderam competitividade com a reorganização territorial da produção, enquanto as intervenções de reabilitação de grandes dimensões assumem maior expressão nos centros históricos das cidades ainda que sejam também identificáveis noutros espaços.

Entre as possíveis abordagens, a perspectiva sobre a requalificação desenvolvida nesta discussão incidirá somente na *reabilitação física do edificado* através da análise da informação sobre *conclusão de obras de alteração, ampliação e reconstrução*. Por um lado, trata-se, actualmente, de um vector importante no desenvolvimento do sector da construção. Por outro lado, a reabilitação física do edificado constitui um processo de transformação do espaço construído aplicável a áreas urbanas e rurais e com capacidade de dinamizar outros processos de requalificação dos territórios.

Assim, pretende-se com esta análise avaliar a expressão e evolução da reabilitação física do edificado no território nacional no contexto das dinâmicas recentes de organização do território.



I.1. As dinâmicas recentes de organização do território

Alojamentos familiares clássicos por edifício de habitação familiar clássica:

Alojamentos familiares clássicos / Edifícios de habitação familiar clássica

Construções novas (fogos) concluídas por alojamento familiar clássico: Construções novas (fogos) concluídas / Alojamentos familiares clássicos

Densidade populacional (habitantes por km²): População residente / Área

Proporção da população residente no total nacional: População residente na unidade territorial / População residente no país * 100

Proporção de alojamentos familiares clássicos no total nacional: Alojamentos familiares clássicos na unidade territorial / Alojamentos familiares clássicos no país * 100

Proporção de edifícios de habitação familiar clássica no total nacional: Edifícios de habitação familiar clássica na unidade territorial / Edifícios de habitação familiar clássica no país * 100

Taxa de variação da população residente: $[(\text{População residente}_t - \text{População residente}_{t-n}) / \text{População residente}_{t-n}] * 100$, em que $t > n$

Taxa de variação dos alojamentos familiares clássicos: $[(\text{Alojamentos familiares clássicos}_t - \text{Alojamentos familiares clássicos}_{t-n}) / \text{Alojamentos familiares clássicos}_{t-n}] * 100$, em que $t > n$

Valor médio dos prédios urbanos transaccionados: Valor total dos contratos de compra e venda de prédios urbanos / Número total de contratos de compra e venda de prédios urbanos

A ocupação diferenciada do território pode conduzir à necessidade de requalificação do edificado. Os territórios caracterizados por fortes concentrações populacionais e habitacionais tenderão a ser espaços propícios à requalificação do edificado, em resultado de uma maior dificuldade de expansão do parque habitacional e da existência de mercados habitacionais dinâmicos e associados a preços elevados. Por outro lado, os espaços incapazes de manter ou atrair população, nomeadamente jovem, poderão igualmente exibir níveis elevados de reabilitação do seu edificado se for possível incentivar a recuperação de espaços associados ao meio rural. Neste sentido, serão analisadas as dinâmicas recentes de organização do território, quer na perspectiva da população quer em termos habitacionais, nas diferentes regiões portuguesas.



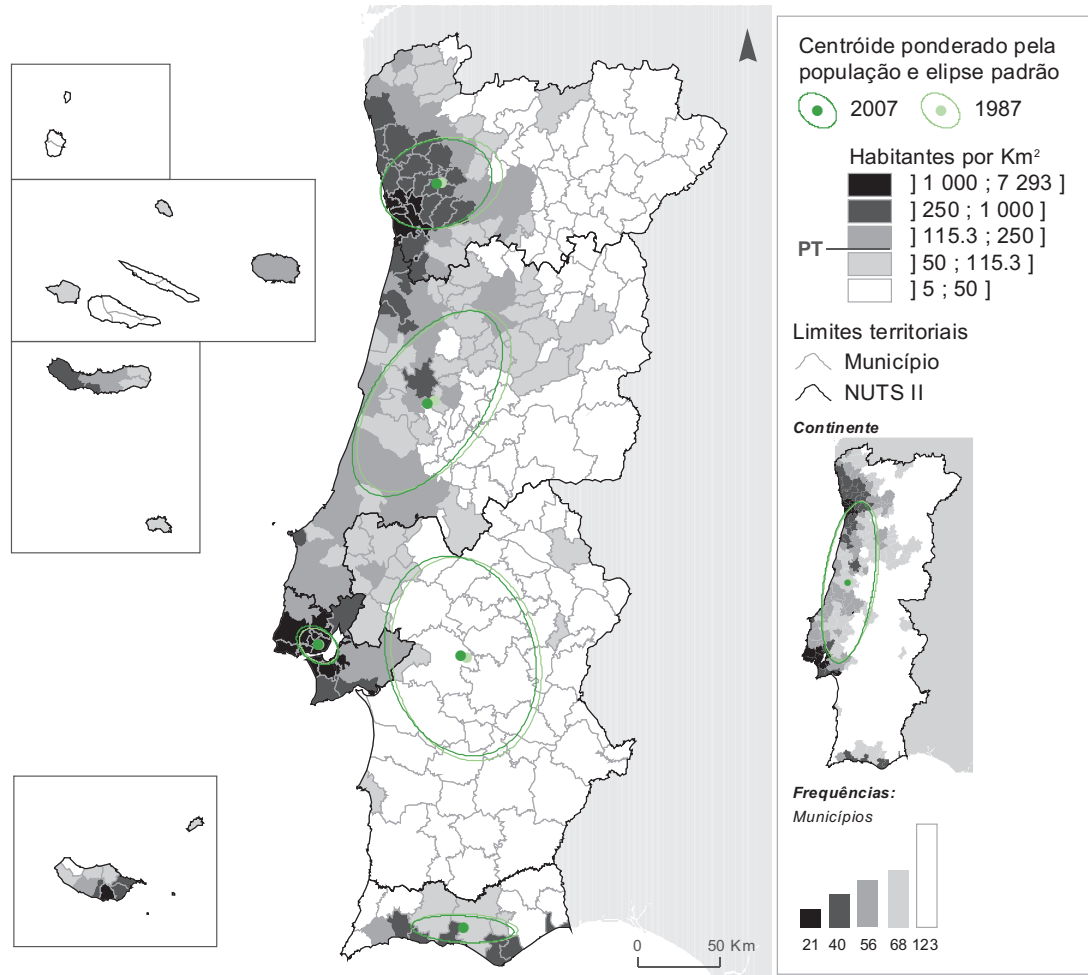
Da litoralização à dimensão urbana

A análise da densidade populacional reflecte os desequilíbrios existentes no povoamento do território português [Figura I.1]. A forte concentração da população no Litoral de Portugal continental, nomeadamente a Ocidente, ao longo de uma faixa compreendida entre Viana do Castelo (a Norte) e Setúbal (a Sul) e ainda na faixa algarvia, surge por oposição a um fraco povoamento do restante território, com níveis de densidade populacional reduzidos. Do total de municípios existentes em Portugal, em 2007, mais de 62% apresentavam densidades populacionais inferiores à média nacional (115,3 habitantes por km²).

A análise dos centros médios e elipses padrão, estimados para 1987 e 2007 com base nos municípios, sugere a manutenção de um processo de litoralização na ocupação do território do Continente. Ao nível regional, as dinâmicas de litoralização tornam-se sobretudo salientes nas regiões Norte, Centro e Algarve, tendo-se verificado também, entre 1987 e 2007, uma diminuição da dispersão da população no território destas regiões. No caso da região de Lisboa, pelo contrário, verificou-se uma maior dispersão na distribuição da população residente entre 1987 e 2007, o que sugere a manutenção de um processo de suburbanização por continuidade do centro tradicional da área metropolitana. A deslocação do centro médio ponderado pela população residente da região do Alentejo sugere uma dinâmica populacional significativa do sistema urbano da Lezíria do Tejo e a influência do processo de metropolização centrado na região de Lisboa.



Densidade populacional, por município, 2007 | Figura I.1



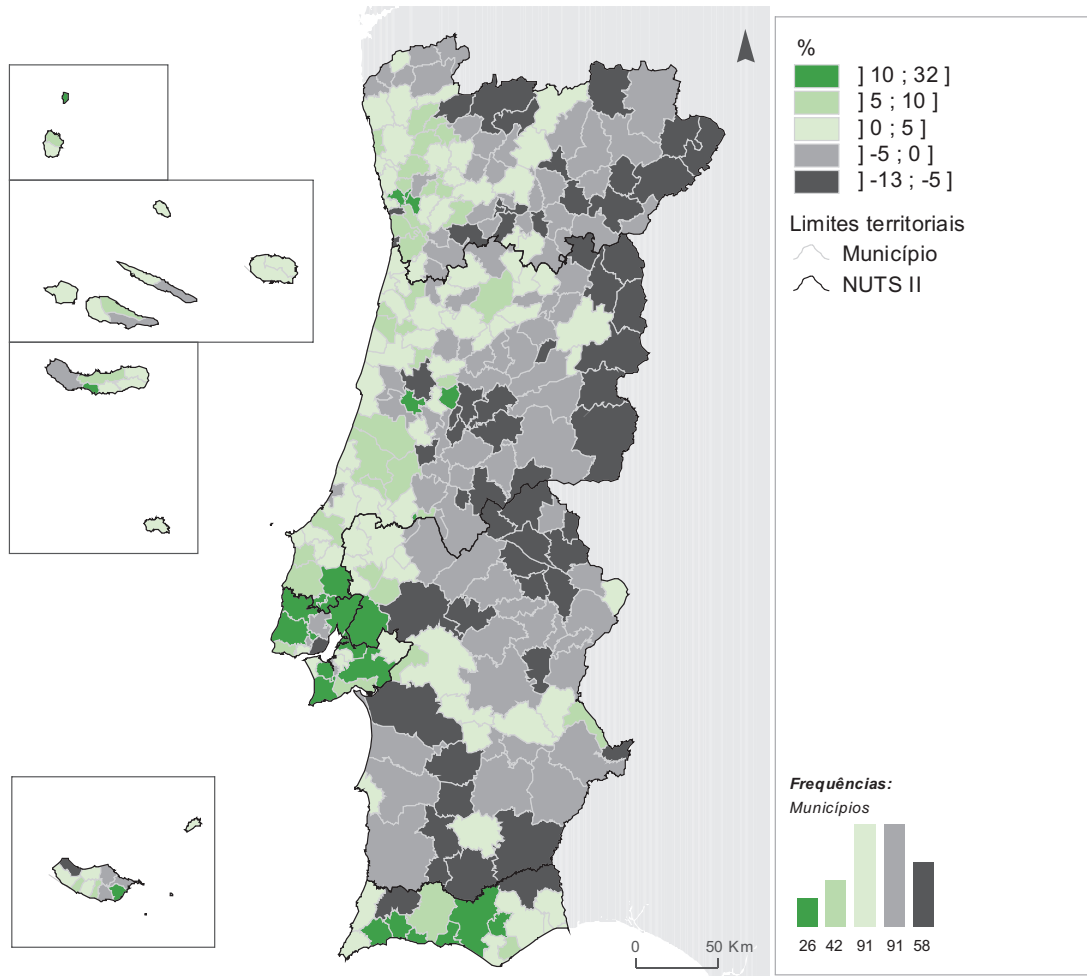
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente. Instituto Geográfico Português (IGP), Carta Administrativa Oficial de Portugal de Março de 2008 (CAOP 2008.0).

A análise da dinâmica populacional constitui um indicador incontornável na avaliação da vitalidade dos territórios embora, naturalmente, deva ser conciliada com outros indicadores representativos do dinamismo residencial e habitacional. Nos últimos anos, a concentração da população acentuou-se de forma significativa, dado que, em termos globais, foi nos municípios com densidade populacional mais elevada que ocorreu um crescimento populacional positivo, por oposição às áreas menos povoadas que exibiram, em geral, um crescimento negativo (DGOTDU, 1997). A Figura I.2 revela que também ao nível das NUTS III³ se constata que nas sub-regiões com maiores densidades populacionais as taxas de crescimento da população foram mais elevadas.

³ As NUTS III da Grande Lisboa e do Grande Porto foram excluídas da Figura I.2 por apresentarem valores de densidade populacional muito elevados o que dificultava a leitura da figura (1 472,2 e 1 573,3 habitantes por km², respectivamente). A taxa de crescimento da população residente foi de 3,2%, na Grande Lisboa, tendo o Grande Porto apresentado um crescimento, entre 2001 e 2007, de 2,2%.



Taxa de variação da população residente, por município, 2001/2007 | Figura 1.3



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

A assimetria dos padrões de ocupação territorial é reforçada com a análise da informação de acordo com os escalões da densidade populacional [Figura 1.4]. Cerca de 20% do total de municípios apresentavam, em 2007, níveis de densidade populacionais superiores a 250 habitantes por km², mas concentrando quase 60% do total da população residente portuguesa. A concentração dos municípios com maiores densidades populacionais nas áreas metropolitanas⁴ é igualmente evidente, dado que, dos municípios com densidades populacionais superiores a 1 000 habitantes por km², apenas o Entroncamento e o Funchal se localizavam fora das áreas metropolitanas.

⁴ Definidas de acordo com a Lei n.º 46/2008 de 27 de Agosto de 2008.



Indicadores demográficos por classes de densidade populacional | Figura 1.4

| Classes de densidade populacional | Municípios (2007) | | | Proporção da população residente no total nacional (2007) | | | Taxa de variação da população residente (2001/2007) | | |
|-----------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|---|----------------------|----------------------|---|----------------------|----------------------|
| | Portugal | Cidades estatísticas | Áreas metropolitanas | Portugal | Cidades estatísticas | Áreas metropolitanas | Portugal | Cidades estatísticas | Áreas metropolitanas |
| Hab./km ² | N.º | | | % | | | | | |
| < 50 | 123 | 24 | - | 11,2 | 4,8 | - | -3,1 | -1,7 | - |
| [50 ; 100 [| 59 | 20 | 1 | 10,6 | 5,7 | 0,2 | 1,9 | 2,0 | -0,9 |
| [100 ; 250 [| 65 | 29 | 5 | 19,0 | 11,9 | 2,0 | 4,8 | 3,4 | 13,8 |
| [250 ; 1 000 [| 40 | 37 | 9 | 25,5 | 24,4 | 7,4 | 5,0 | 4,6 | 7,3 |
| ≥ 1 000 | 21 | 18 | 19 | 33,8 | 29,7 | 32,6 | 2,4 | 1,9 | 2,5 |
| Total | 308 | 128 | 34 | 100,0 | 76,5 | 42,3 | 2,8 | 2,7 | 3,8 |

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente. Instituto Geográfico Português (IGP), Carta Administrativa Oficial de Portugal de Março de 2008 (CAOP 2008.0).

Se a perspectiva de análise incidir nos municípios que integram cidades estatísticas definidas em termos legais⁵, constata-se que aquelas se repartem pelos vários escalões de densidade populacional, revelando a heterogeneidade de situações existentes em Portugal. Recorde-se que o facto de não existir num determinado município uma cidade definida legalmente não invalida a existência de espaços com grandes aglomerações mas que não tenham sido elevadas a cidade. É o caso, por exemplo, de Cascais. Apesar disso, constata-se que mais de metade da população residente em municípios com cidades (54,1%) apresenta densidades populacionais superiores a 250 habitantes por km². Inseridas no conjunto de municípios que apresentavam densidades populacionais com níveis reduzidos, surgem algumas capitais de distrito com valores inferiores a 100 habitantes por km²: Bragança, Beja, Castelo Branco, Évora, Guarda e Portalegre.

⁵ Por definição, uma cidade estatística consiste, na maioria dos casos (ver Conceitos), no ajustamento do perímetro urbano consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos às subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na sua Base Geográfica de Referenciação da Informação.



Concentração territorial da população nos municípios | Caixa I.1

O grau de concentração territorial da população nos municípios foi estimado com base no **índice de Gini (IG)** seguindo a formulação proposta por Robinson (2000):

$$IG = \left(\frac{1}{2} \sum_{j=1}^{j=n} |x_j - y_j| \right) * 100$$

em que,

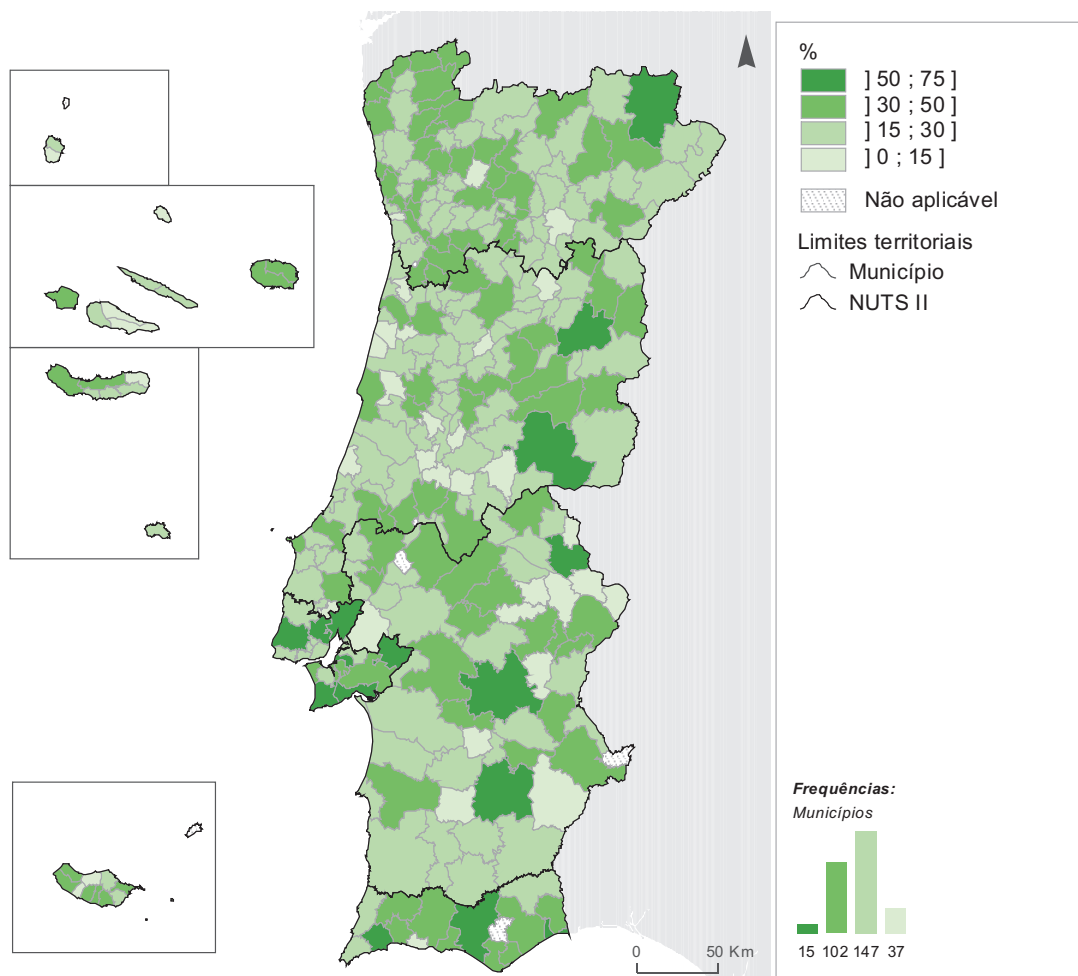
- x_j corresponde ao rácio entre a população residente de cada freguesia e a população residente total no município i ;
- y_j corresponde ao rácio entre a área de cada freguesia e a área total do município i .

O índice de Gini calculado com base nos valores de população e área por freguesias permite interpretar em que medida se concentra a população residente nas freguesias no contexto do respectivo município, tendo em conta as respectivas áreas. Varia entre 0 e 100, sendo que, valores próximos de zero representam uma distribuição equitativa da população relativamente à área, enquanto valores próximos de 100 identificam situações onde a população residente se encontra fortemente concentrada no espaço.

O índice de Gini apurado em 2001 para quantificar o grau de concentração territorial da população residente nos municípios reflecte três situações distintas quando se analisam os níveis mais elevados de concentração, e que são diferenciadoras das diferentes formas de povoamento. Por um lado, destacavam-se os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com níveis de concentração territorial da população residente superiores a 50% - Montijo, Sintra, Vila Franca de Xira, Loures, Setúbal e Sesimbra -, sugerindo que nesta região o processo de metropolização se faz segundo um modelo intensivo e por continuidade do centro tradicional. Em segundo lugar, destacavam-se municípios do Interior do país como Évora, Beja, Bragança, Portalegre, Guarda e Castelo Branco. Estes municípios sedes de distrito são de relativa dimensão e apresentavam níveis de concentração territorial da população superiores a 50%, anotando a relevância destas cidades de média dimensão na estruturação do sistema urbano. Finalmente, destacavam-se alguns municípios do Algarve como Lagos, Vila Real de Santo António e Loulé [Figura I.5].



Índice de Gini da distribuição da população residente face à área, por município, 2001 Figura 1.5



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001.

Os resultados verificados na Área Metropolitana do Porto revelam um processo extensivo de metropolização, na medida em que os níveis de concentração da população residente no seu território apresentam valores semelhantes e não muito significativos ao longo de toda a área metropolitana, bem como nos municípios que a rodeiam. Esta diferenciação face à situação existente na Área Metropolitana de Lisboa está também associada ao sistema de povoamento disperso que caracteriza o Norte Litoral e que, segundo Marques e Ferrão (2003), será resultado do modelo de desenvolvimento adoptado e não necessariamente da dimensão demográfica que lhe está associada, embora reconheçam a existência de um défice de capitalidade do Porto em relação à sua própria região metropolitana.



O território português apresenta uma distribuição da população residente desigual, conjugando-se, em simultâneo, duas características: uma forte litoralização e uma bipolarização da população em torno das duas áreas metropolitanas existentes em Portugal. Esta forma de concentração populacional tem vindo a acentuar-se nos últimos anos o que se reflectiu nas taxas de crescimento da população residente ocorrido entre 2001 e 2007 e na relação entre este indicador e a densidade populacional.

As principais características do sistema urbano português e as diferentes formas de povoamento foram ainda identificadas a partir da espacialização, ao nível do município, da densidade populacional e do índice de Gini. Mais concretamente, ressaltou a distinção entre o Litoral (áreas metropolitanas, Algarve e Centro Litoral), por oposição ao Interior de matriz sobretudo rural. O grau de concentração territorial da população residente nos municípios salientou ainda a importância das cidades médias no Interior do país.

Dinâmica do parque habitacional e do mercado de prédios urbanos

Estimativas do parque habitacional | Caixa 1.2

As **estimativas do parque habitacional** são estatísticas derivadas que visam fornecer informação intercensitária do número de edifícios clássicos com pelo menos um fogo e dos alojamentos familiares clássicos (por tipologia dos fogos e por tipo de edifício).

As fontes de informação utilizadas consistem no Recenseamento Geral da Habitação e no conjunto de operações estatísticas concebidas para o processamento da informação associada ao Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas: Inquérito à Conclusão de Obras, Inquérito à Utilização de Obras Concluídas e Inquérito às Alterações de Utilização dos Edifícios. O recenseamento fornece informação para o momento base e os restantes fornecem informação para os anos seguintes (a partir do saldo resultante entre o que foi edificado e o demolido). A operação censitária seguinte permite aferir as estimativas e retroplar os resultados para o período intercensitário.

A série das estimativas do parque habitacional está disponível desde 1991⁶ e a desagregação territorial disponibilizada é o município e, desde 2001, a freguesia.

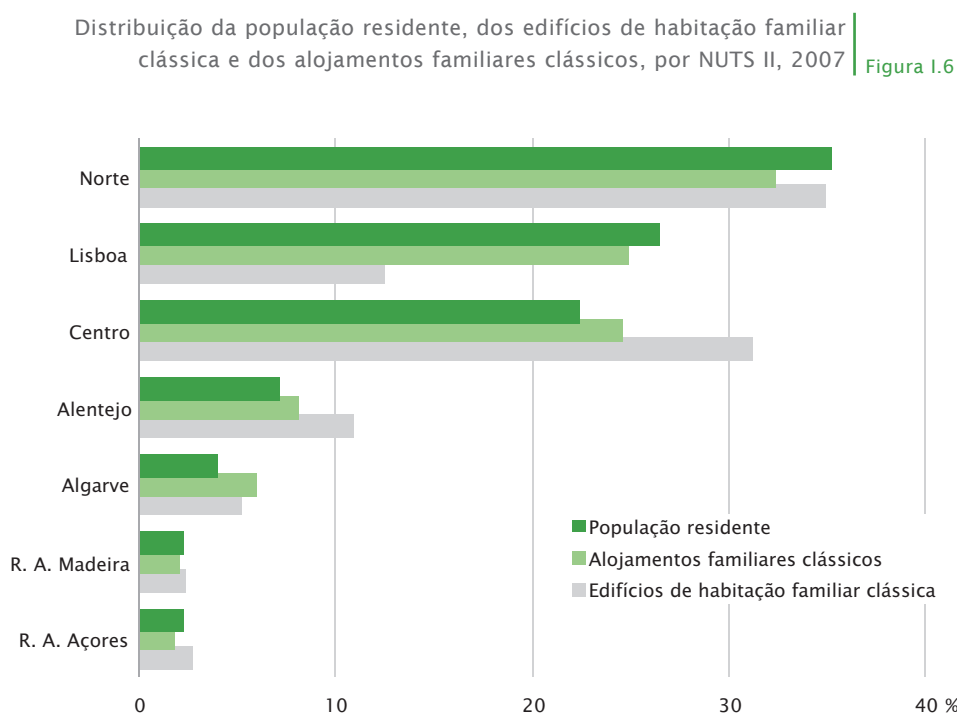
(INE, 2006a)

⁶Os dados relativos aos municípios de Lisboa e de Seia, de 2002 a 2005, encontram-se subavaliados por apenas incluírem informação dos proprietários das obras.



De acordo com as estimativas do parque habitacional, o total de alojamentos familiares clássicos⁷ aproximava-se, em 2007, dos 5,6 milhões, distribuídos pelas várias regiões de forma desigual, à semelhança do que acontecia com a população residente [Figura I.6]. Confrontando a proporção de população residente em cada região no total de população residente no país com o mesmo indicador calculado para os alojamentos familiares clássicos, verifica-se que o peso dos alojamentos era menos acentuado do que o da população no Norte, em Lisboa e nas regiões autónomas por contrapartida de regiões onde, de acordo com o último recenseamento da habitação (Censos 2001), se identificaram proporções elevadas de alojamentos de uso sazonal (Algarve com 42%, Centro com 26% e Alentejo com 22%).

No caso da distribuição do número de edifícios de habitação familiar clássica, evidencia-se Lisboa por ser a única região onde o peso desses edifícios (12,5%) era inferior em menos de metade ao registado na mesma região pela população residente (26,5%) ou pelos alojamentos (24,9%). Este resultado é consequência da forte concentração urbana associada a edifícios de grandes dimensões, indiciando a maior pressão em altura existente nas áreas metropolitanas.



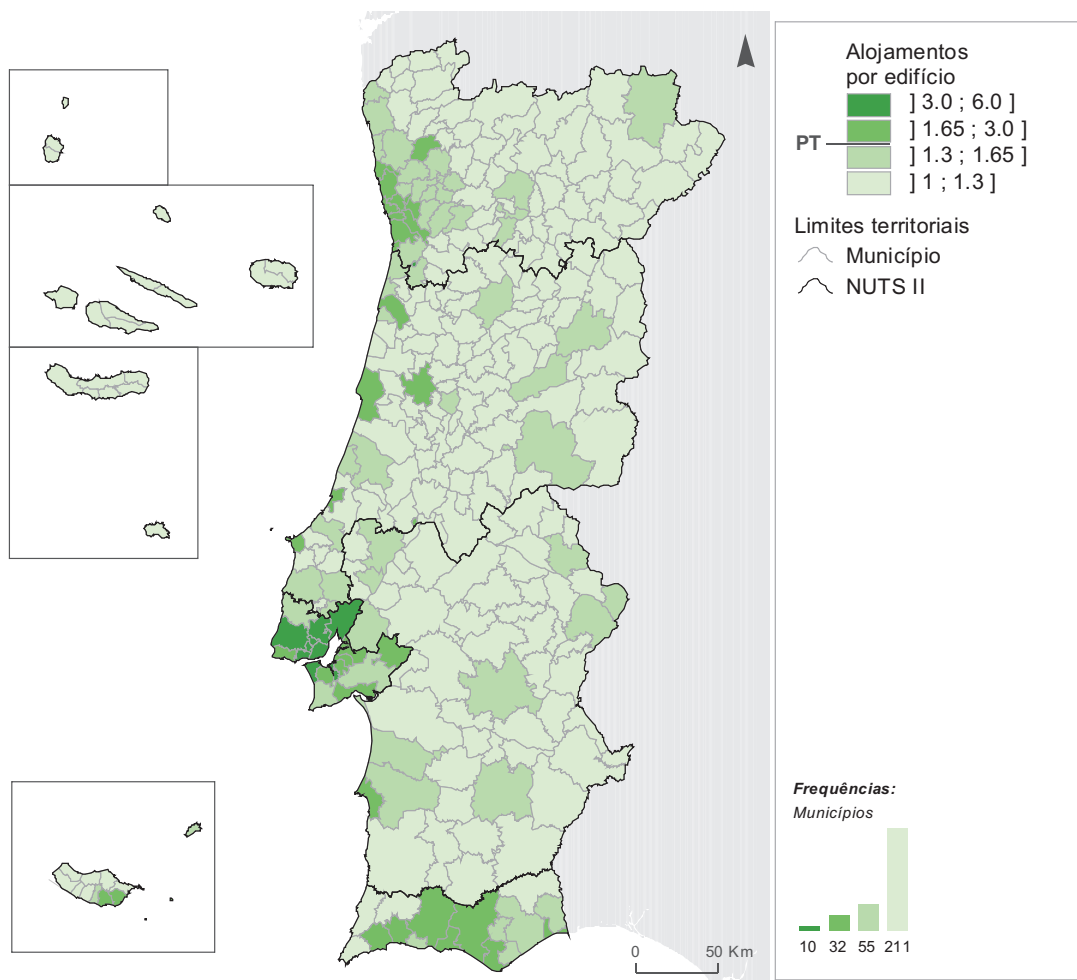
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente. INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

⁷ Os alojamentos familiares clássicos podem ser designados indistintamente por fogos.



De acordo com os dados de 2007, existiam ao nível nacional 1,65 alojamentos por edifício; este valor apenas foi superado em 36 municípios, com destaque para Amadora (6,0), Lisboa (5,5), Oeiras (4,7) e Odivelas (4,1), bem como para um conjunto de outros municípios localizados essencialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, no Algarve e, ainda, para municípios com centros urbanos de maior dimensão como Braga (2,2), Coimbra (1,9), Funchal (1,8) e Aveiro (1,7). Com menor expressão, mas ainda assim a destacarem-se no respectivo contexto regional, surgiam várias cidades de média dimensão no Interior do país como Covilhã (1,6), Castelo Branco (1,6), Portalegre (1,6), Bragança (1,5), Beja (1,5), Viseu (1,5) e Évora (1,4)⁸ [Figura I.7].

Alojamentos familiares clássicos por edifício de habitação familiar clássica, por município, 2007 Figura I.7



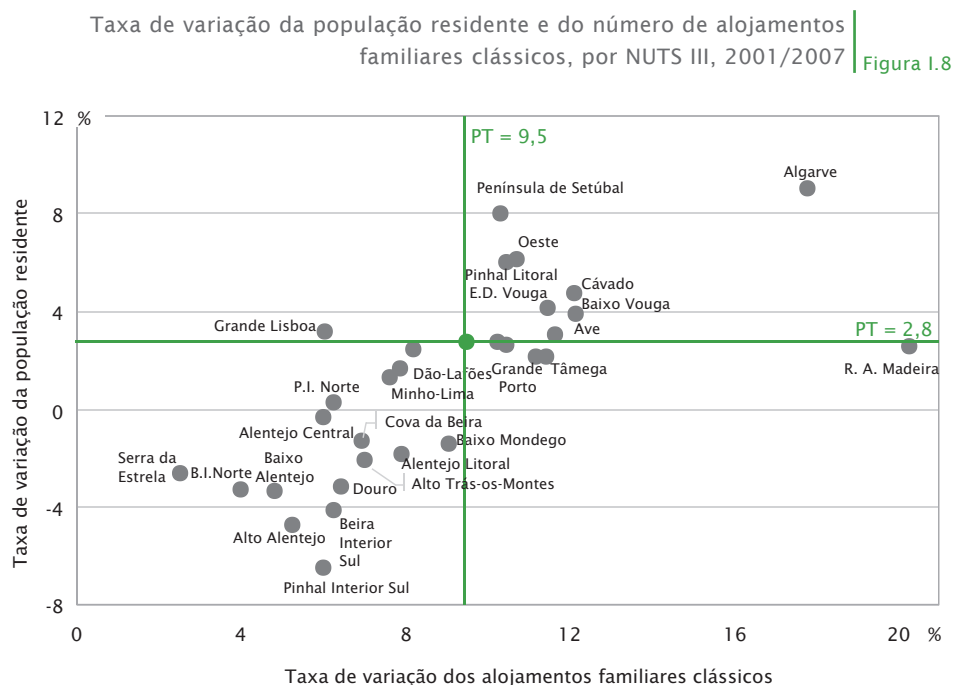
Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

⁸ Segundo Salgueiro (1999: 81), pode acontecer que em cidades com solo urbano disponível a preferência recaia, por opção, pelo alojamento individual ou em baixa altura.



O número médio de habitantes existente em 2007 por cada alojamento familiar clássico ou fogo era, em Portugal, de 1,9. Este indicador tem vindo a reduzir-se progressivamente nos últimos anos (em finais de 2001, existiam mais de dois habitantes por cada fogo ao nível nacional) pois, embora a população tenha aumentado, o ritmo de crescimento dos alojamentos foi sempre superior. De facto, entre 2001 e 2007, a população residente registou um crescimento em Portugal de 2,8% enquanto os alojamentos, para o mesmo período, cresceram a um ritmo superior: 9,5%.

Em todas as sub-regiões do país, o ritmo de crescimento da população também foi superado pelo verificado nos alojamentos, embora em alguns casos se tenham conjugado crescimentos no número de alojamentos com decréscimos populacionais [Figura I.8]. A Região Autónoma da Madeira e o Algarve foram as sub-regiões onde se evidenciavam as maiores taxas de crescimento do número de alojamentos familiares clássicos (respectivamente 20,3% e 17,8%), sendo que o Algarve representa igualmente a região com o maior crescimento da população residente (9,1%). A Figura I.8 revela ainda o comportamento das sub-regiões face ao valor nacional. Neste contexto, a Grande Lisboa evidenciava-se por ser a única a apresentar um crescimento do número de fogos (6,0%) inferior ao registado ao nível nacional, mas com níveis de crescimento da população residente superiores (3,2%).



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente. INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

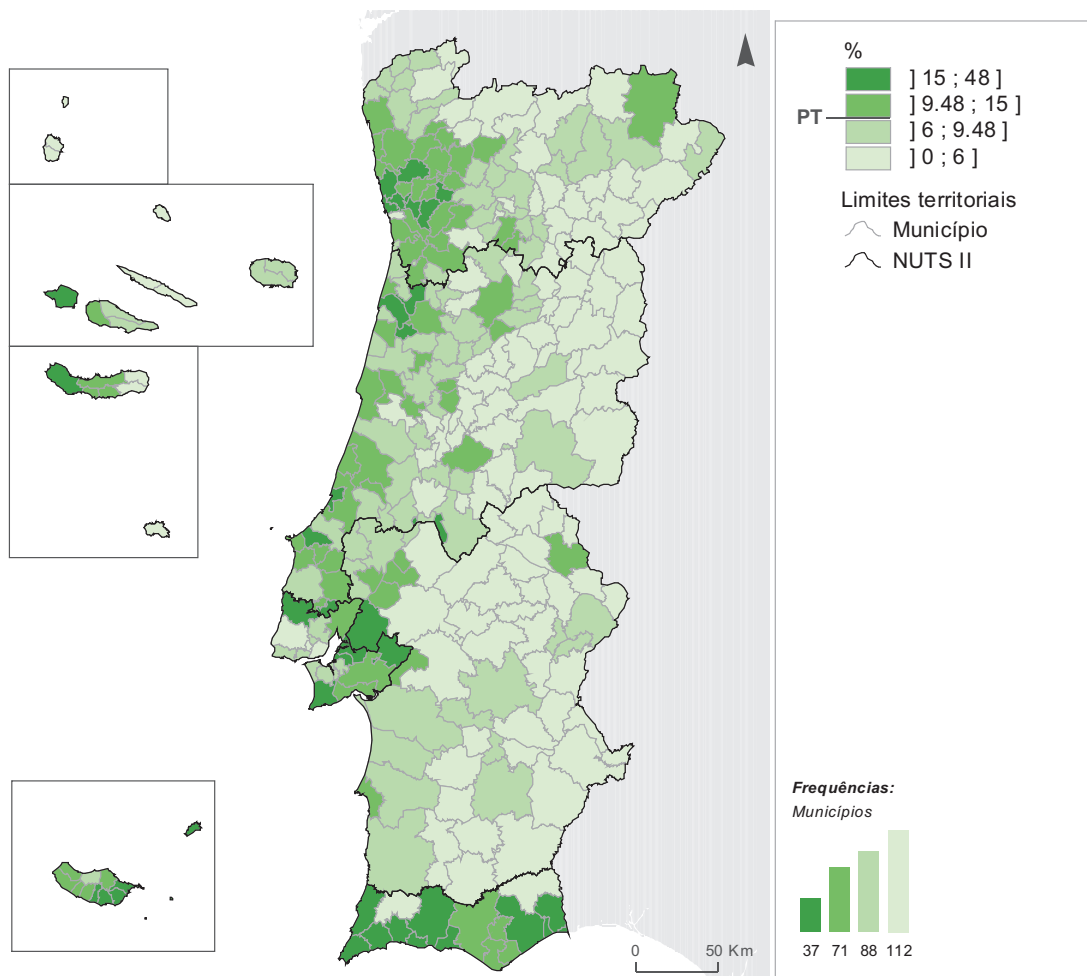
A dinâmica de construção ao nível dos municípios foi, em alguns casos, muito significativa. No período compreendido entre 2001 e 2007, evidenciavam-se vários municípios da Região Autónoma da Madeira (por exemplo, Porto Santo, Santa Cruz e Câmara de Lobos, sendo que, nos dois primeiros casos, os crescimentos foram superiores a 40%) e ainda municípios do Algarve com



crescimentos superiores a 20% no número de alojamentos familiares clássicos (Lagos, Vila Real de Santo António, Portimão e Tavira).

Em geral, toda a faixa Litoral do país se caracterizava por taxas de crescimento superiores a 5%. No caso dos municípios de Lisboa e Porto, as taxas de crescimentos foram inferiores (Lisboa com 1,19% e Porto com 4,99%), o que poderá estar associado aos elevados índices de ocupação do espaço já verificados nestes municípios. Esta situação contrasta, no caso do Porto, com a dinâmica de crescimento verificada nos municípios limítrofes e, em Lisboa pela dinâmica ocorrida em alguns municípios da margem Sul do rio Tejo, sugerindo o efeito das novas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias [Figura I.9].

Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos, por município, 2001/2007 | Figura I.9

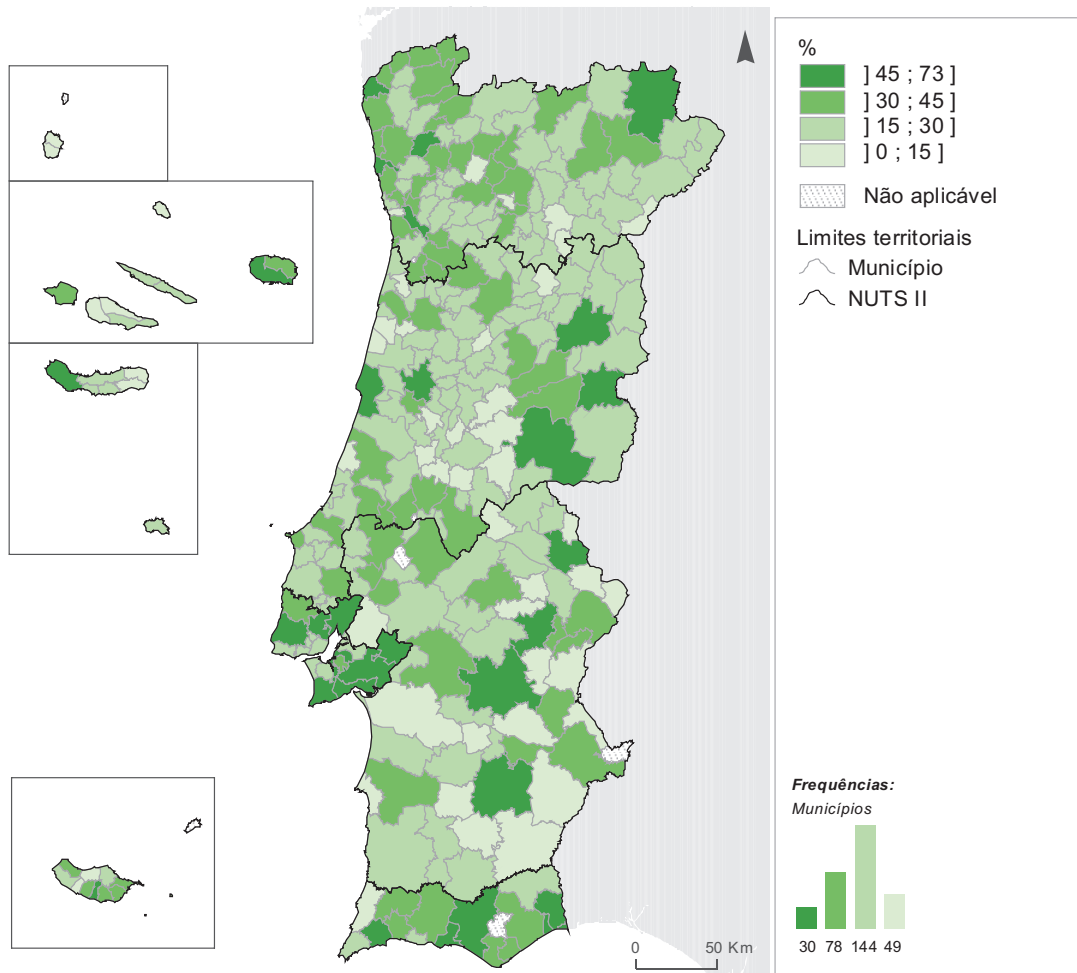


Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.



Identificados os territórios com crescimentos do parque habitacional significativos nos últimos anos, é importante avaliar também o seu grau de concentração territorial. O índice de Gini apurado para 2007, com base nas estimativas do parque habitacional por freguesia⁹, evidencia concentrações mais elevadas nos municípios das áreas metropolitanas e nos municípios do Interior, nomeadamente nos municípios capitais de distrito [Figura I.10].

Índice de Gini da distribuição dos alojamentos familiares clássicos face à área, por município, 2007 | Figura I.10



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas. Instituto Geográfico Português (IGP), Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2007 (CAOP V6.0).

⁹ À semelhança do índice de Gini utilizado para a população residente [Caixa I.1], analisou-se o grau de concentração dos alojamentos familiares clássicos nos municípios, tendo em conta a distribuição da área e alojamentos familiares clássicos, por freguesia.



Confrontando directamente os níveis de concentração obtidos por município pelos dois índices de Gini já calculados (para a população residente em 2001¹⁰ e para o número de fogos em 2007), denotam-se, por um lado, discrepâncias pouco significativas no padrão territorial da concentração apresentado ao nível dos municípios e, por outro lado, evidencia-se um predomínio acentuado dos casos em que o nível de concentração era mais evidente na população residente do que nos fogos, localizando-se maioritariamente em municípios das regiões Norte e Centro (com maior incidência no seu Interior) e ainda do Alentejo. O facto de se estarem a analisar períodos diferentes não deverá justificar esta situação, na medida em que, medindo a concentração da população e dos alojamentos para o mesmo momento¹¹, se retiram conclusões muito semelhantes. Esta situação pode ser explicada essencialmente por dois factores. Por um lado, a importância que detêm nestas áreas alojamentos que não se destinam a habitação permanente, ou seja, que estão desabitados e que, por isso, contribuem para a maior dispersão existente nos alojamentos face à população. Por outro lado, estes territórios correspondem muitas vezes a áreas de origem de população que migrou para o estrangeiro ou para áreas mais urbanas (mesmo que próximas, muitas vezes dentro do próprio município). Este despovoamento traduz-se, assim, em níveis de concentração territorial da população superior aos existentes nos alojamentos, em determinados municípios.

¹⁰ O índice de Gini da população residente só pode ser calculado nos anos de referência dos recenseamentos da população, em virtude de não se conhecerem estimativas anuais da população residente à escala da freguesia.

¹¹ Calcularam-se os níveis de concentração da população e dos alojamentos familiares clássicos para 2001 utilizando os dados do último recenseamento.



Índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos | Caixa I.3

O **índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos (IDMPU)** foi calculado através do rácio entre o número de prédios/fracções que foram alvo de uma transacção comercial com alteração de proprietário e o total de alojamentos familiares clássicos existentes.

A fórmula de cálculo utilizada para cada unidade territorial foi:

$$\text{IDMPU}_j = \frac{\sum_{i=1}^n T_i}{A_n} \text{ com } i = 2001, \dots, 2007$$

em que,

- T_i corresponde ao número de prédios urbanos transaccionados na unidade territorial j no período de 2001 a 2007;
- A_n corresponde ao número de alojamentos familiares clássicos existentes na unidade territorial j no ano 2007.

A informação relativa ao volume total de prédios/fracções urbanos transaccionados anualmente por município é recolhida pela Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, no âmbito do Sistema de Informação das Estatísticas dos Registos e Notariado. Os prédios/fracções transaccionados podem ser classificados como urbanos, rústicos (terrenos) ou mistos (quando se conjuga uma parte urbana e uma parte rústica na mesma proporção). No cálculo do índice, foram apenas considerados os prédios urbanos transaccionados entre 2001 e 2007, independentemente do seu destino.

O total de alojamentos familiares clássicos por município foi apurado para 2007 a partir das Estimativas do Parque Habitacional (Estatísticas das Obras Concluídas).

O grau de dinamismo será tanto mais elevado quanto maior for o valor apresentado pelo índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos. Uma vez que não será tão relevante o valor obtido mas sim o posicionamento de um município ou região face aos restantes, optou-se por apresentar os resultados referenciados à média nacional (valor de Portugal igual a 100).

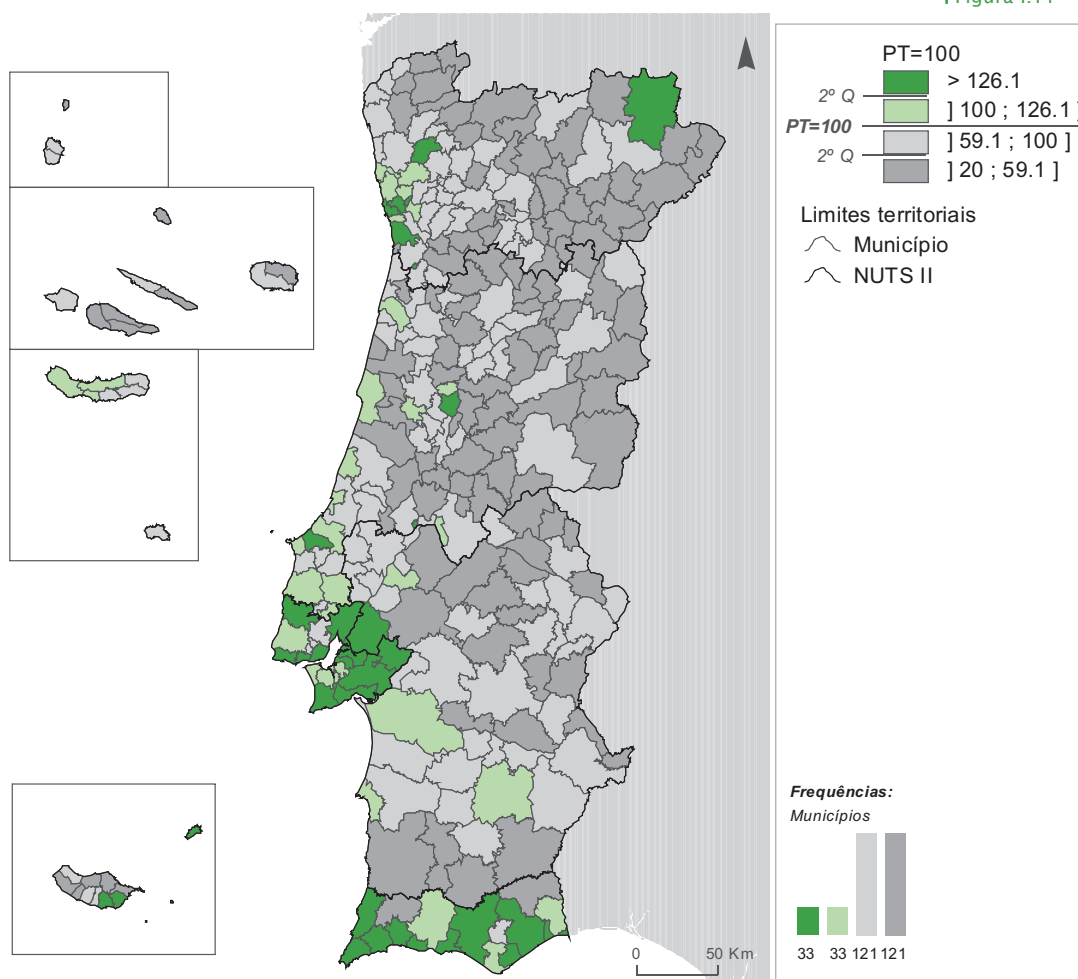
O dinamismo do mercado de prédios urbanos, analisado à luz do índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos, revelou-se intenso no Algarve que registou um índice de 156. No total de 16 municípios do Algarve, 10 apresentaram valores superiores em mais de 30 pontos do valor médio nacional [Figura I.11]. O dinamismo verificado nesta região não será alheio à importância turística desta região.



Com um dinamismo superior à média nacional, surgem também a região de Lisboa com um índice de 124 (com especial incidência para a Península de Setúbal) e a Região Autónoma da Madeira com um índice de 108. O forte dinamismo verificado no mercado de prédios urbanos de alguns municípios localizados na margem Sul do Tejo tenderá a estar relacionado com as alterações no quadro de acessibilidades destes municípios à capital verificadas no final da década de 90: Alcochete, Sesimbra, Benavente e Montijo (com valores superiores à média nacional de 101, 54, 52 e 45 pontos, respectivamente). Na Região Autónoma da Madeira, evidenciaram-se os municípios de Porto Santo (169), Santa Cruz (152) e Funchal (141). Os resultados obtidos para as regiões Centro e Alentejo reflectem níveis de transaccionabilidade mais reduzidos, com índices de dinamismo de 79 e 78, respectivamente.

A Figura I.11 sugere assim a existência de fortes assimetrias entre municípios localizados no Litoral, com maior dinamismo, e os municípios mais rurais situados no Interior, o que estará associado, por um lado, aos diferentes níveis de concentração urbana, mas também à dinâmica gerada pela actividade turística.

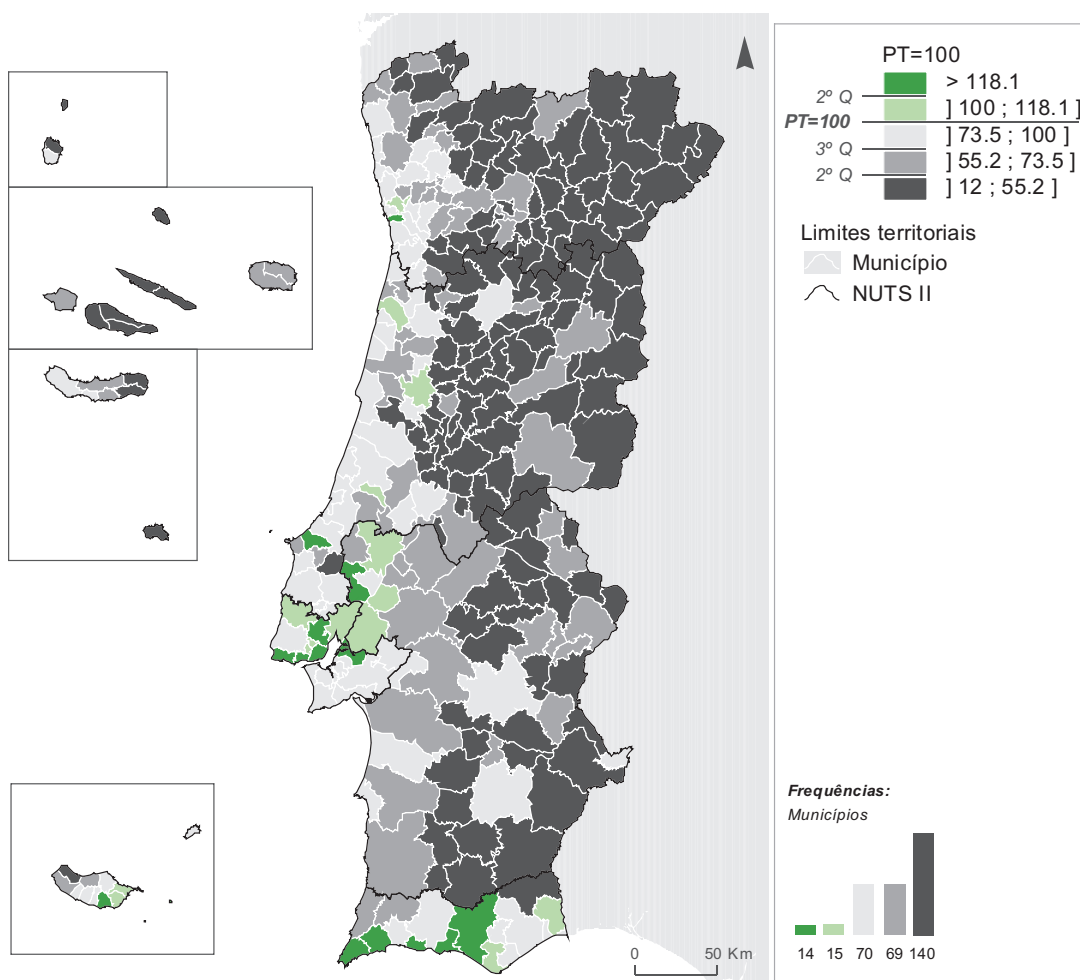
Índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos, por município, 2001-2007 | Figura I.11





O valor médio dos prédios urbanos transaccionados no período 2001-2007¹² constitui outro indicador que poderá estar associado à dinâmica do mercado habitacional, na medida em que os preços praticados nas diferentes transacções reflectem a procura existente, ainda que estejam também associados a outros factores, nomeadamente às características específicas dos imóveis colocados no mercado¹³. Alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve destacam-se dos restantes (nomeadamente Lisboa, Loulé, Oeiras, Cascais e Lagos), apresentando os valores mais elevados dos prédios urbanos transaccionados no período em análise. Com valores médios superiores à média nacional, evidenciaram-se ainda, para além de municípios influenciados pela sua proximidade a Lisboa, importantes centros urbanos como Funchal, Porto, Aveiro, Faro, Santarém e Coimbra, aos quais estão associados dinâmicas habitacionais intensas, bem como valores de transacção mais elevados [Figura I.12].

Valor médio dos prédios urbanos transaccionados, por município, 2001-2007 | Figura I.12



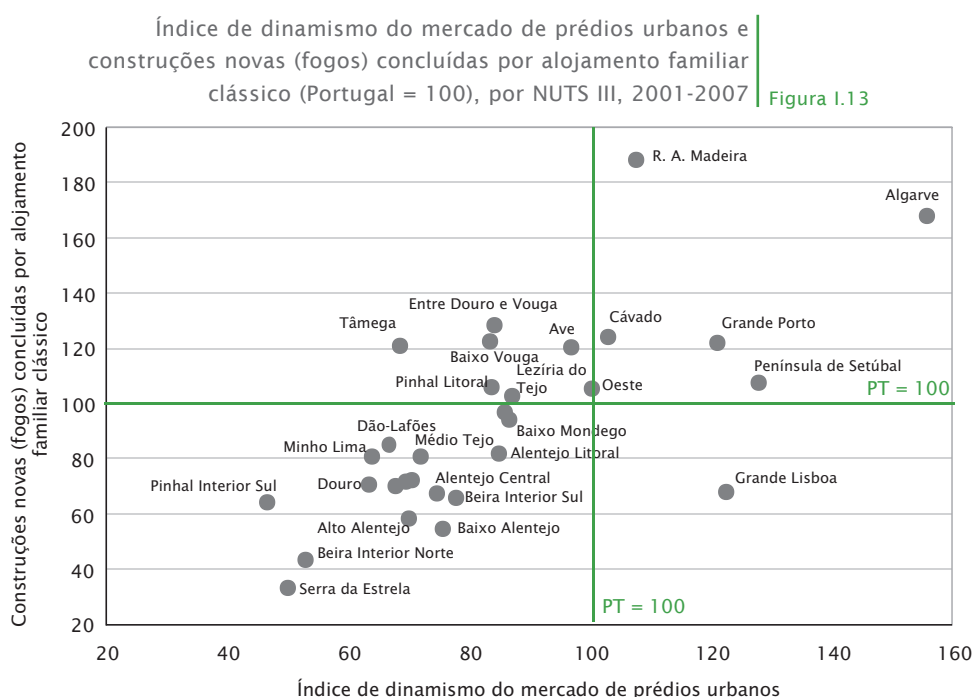
Fonte: Ministério da Justiça, Direcção-Geral da Política de Justiça.

¹² Os dados disponíveis encontram-se a preços correntes.

¹³ A análise de indicadores para um período supra-anual resultou da necessidade de expurgar eventuais comportamentos voláteis, tendo-se optado, nestes casos, por calcular a média dos valores anuais do indicador.



A Figura I.13 confronta a relação entre o número de fogos concluídos em construções novas no período de 2001 a 2007 e o total de fogos existentes em 2007¹⁴ com o índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos, para o período 2001-2007, ao nível das NUTS III, evidenciando uma certa associação de comportamento entre estes dois indicadores: as sub-regiões que apresentavam um maior dinamismo do mercado de prédios urbanos apresentavam também um parque habitacional onde as construções novas assumiam maior importância (Região Autónoma da Madeira, Algarve, Cávado, Grande Porto, Península de Setúbal e Oeste) e, pelo contrário, as sub-regiões que revelavam um fraco dinamismo no seu mercado estão, grosso modo, associadas a uma menor intensidade de presença de novas construções.



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas. Ministério da Justiça, Direcção-Geral da Política de Justiça.

Apenas a Grande Lisboa conjugou um dinamismo do mercado superior à média nacional (em 21 pontos) e um nível de oferta de construções novas por alojamento inferior à média nacional (em 23 pontos). Esta situação particular sugere que a importância do mercado de fogos usados nesta sub-região terá contribuído para o elevado índice de dinamismo verificado. No contexto da Área Metropolitana de Lisboa, importa referenciar a Península de Setúbal pelo elevado nível de transaccionabilidade de prédios urbanos, superior ao verificado na Grande Lisboa (e no Grande Porto) e apenas superado pelo registado no Algarve, onde a influência do turismo terá contribuído para o desempenho demonstrado.

¹⁴ Considerou-se a totalidade dos fogos concluídos em construções novas, independentemente do destino do fogo. Contudo, no período de 2001-2007, os fogos destinados a habitação familiar representaram 99,3% deste valor.



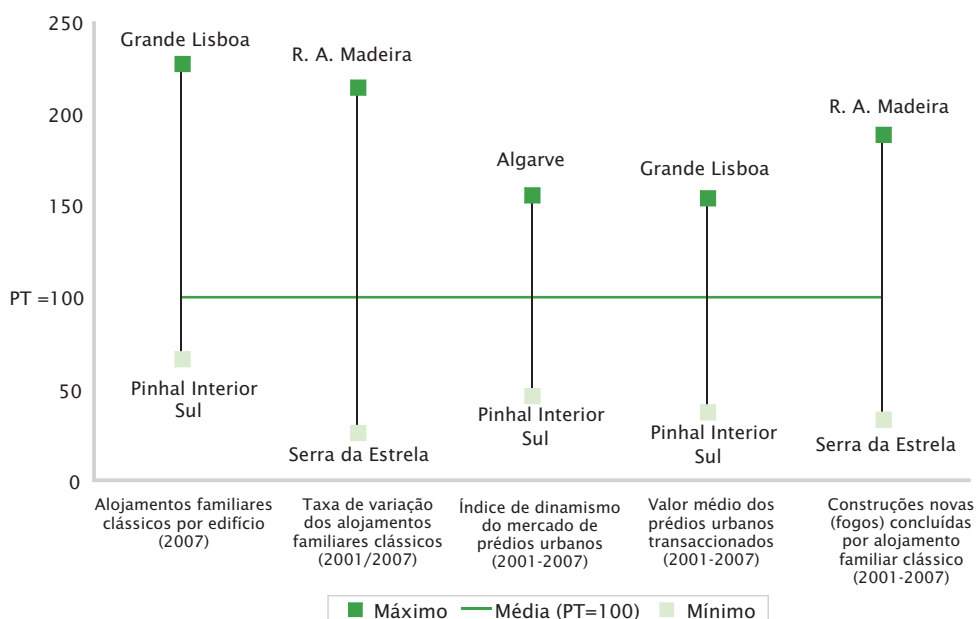
A Figura I.13 evidencia ainda um grupo de regiões que apresentavam uma expressão de fogos concluídos através de construções novas superior à verificada ao nível nacional, embora o dinamismo do mercado de prédios urbanos que lhe está associado não seja muito forte: Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Tâmega, Ave, Pinhal Litoral e Lezíria do Tejo.

No período 2001-2007, o número de alojamentos familiares clássicos cresceu a um ritmo mais acentuado do que o verificado para a população residente. Especialmente, os alojamentos familiares clássicos encontram-se mais concentrados nas áreas metropolitanas e nos municípios com centros urbanos de maior dimensão.

Em termos de valor médio dos prédios urbanos transaccionados, destacavam-se os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, do Algarve e ainda cidades de dimensão média como Aveiro, Faro, Santarém, Évora e Coimbra.

A avaliação da dinâmica existente no mercado de prédios urbanos, no período de 2001 a 2007, permitiu identificar territórios de dinamismo mais intenso em municípios do Litoral, nomeadamente do Algarve, em municípios da Região Autónoma da Madeira e em alguns dos municípios da margem Sul do Tejo da região de Lisboa. Evidenciava-se ainda uma certa associação de comportamento deste indicador com a relação entre o número de fogos concluídos em construções novas e os alojamentos familiares existentes, na medida em que as sub-regiões que apresentavam um maior dinamismo do mercado apresentavam também um parque habitacional onde as construções novas assumiram maior importância. A sub-região de Lisboa destacou-se por apresentar uma dinâmica de transaccionabilidade superior ao valor do país e uma expressão das construções novas inferior à verificada no país.

Indicadores do parque habitacional (Portugal = 100), por NUTS III | Figura I.14





I.2. O papel das reabilitações físicas do edificado na requalificação do território

Alojamentos familiares clássicos por família clássica: Alojamentos familiares clássicos / Total de famílias clássicas

Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal: Alojamentos familiares clássicos de uso sazonal ou residência secundária / Total de alojamentos familiares clássicos * 100

Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos: Alojamentos familiares clássicos vagos / Total de alojamentos familiares clássicos * 100

Proporção de construções novas no total de obras concluídas: Construções novas (edifícios) / Total de obras concluídas (edifícios) * 100

Proporção de edifícios com necessidades de reparação: Edifícios com necessidades de reparação / Total de edifícios * 100

Proporção de edifícios muito degradados: Edifícios muito degradados / Total de edifícios * 100

Proporção de obras de alteração no total de obras de reabilitação física: Obras de alteração (edifícios) / Obras de alteração, ampliação e reconstrução (edifícios) * 100

Proporção de obras de ampliação no total de obras de reabilitação física: Obras de ampliação (edifícios) / Obras de alteração, ampliação e reconstrução (edifícios) * 100

Proporção de obras de reconstrução no total de obras de reabilitação física: Obras de reconstrução (edifícios) / Obras de alteração, ampliação e reconstrução (edifícios) * 100

Proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas em edifícios: Obras de alteração, ampliação e reconstrução (edifícios) / Total de obras concluídas (edifícios) * 100

Taxa de crescimento médio anual das reabilitações físicas: $[(\text{Obras de alteração, ampliação e reconstrução})_t / (\text{Obras de alteração, ampliação e reconstrução})_{t-n}]^{1/n} - 1$, em que $t > n$

Taxa de variação da população residente: $[(\text{População residente})_t - (\text{População residente})_{t-n}] / (\text{População residente})_{t-n} * 100$, em que $t > n$

Varição da proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas em edifícios: $[(\text{Obras de alteração, ampliação e reconstrução (edifícios)} / \text{Total de obras concluídas (edifícios)} * 100)_t - (\text{Obras de alteração, ampliação e reconstrução (edifícios)} / \text{Total de obras concluídas (edifícios)} * 100)_{t-n}]$, em que $t > n$



A reabilitação física do parque habitacional tem vindo a assumir, no contexto europeu, uma importância relevante como vector de gestão do território, contribuindo para a competitividade local (Mateus *et al.*, 2008a: 88-89; Breda-Vásquez, 2006). Em Portugal, e embora a reabilitação do edificado pareça ser ainda muito incipiente, são várias as associações existentes entre o edificado reabilitado e os instrumentos de transformação e intervenção urbana.

Considerando a informação disponível através do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) do INE e, mais concretamente, das Estatísticas das Obras Concluídas, a aproximação ao conceito de reabilitação será efectuada através das obras concluídas de reconstrução, de alteração e de ampliação, que no seu conjunto serão designadas como reabilitação física do edificado¹⁵. No apuramento da informação estatística são de salientar os seguintes aspectos sobre o aproveitamento do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas para esta análise:

- privilegiou-se o edifício, em detrimento dos fogos, dado que a perspectiva territorial da requalificação faz sentido numa óptica integradora da reabilitação física com o seu meio envolvente;
- o número de edifícios foi contado a partir do número de licenças emitidas que resultaram em obras concluídas¹⁶;
- o total de obras concluídas inclui obras de ampliação, alteração, reconstrução e construções novas.

Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas –
Estatísticas das Obras Concluídas | Caixa I.4

O projecto Estatísticas das Obras Concluídas baseia-se no Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU). Este projecto não constitui um inquérito específico, mas sim uma síntese resultante de duas operações de recolha de informação que visa a integração das variáveis observadas através das operações estatísticas: Inquérito à Utilização de Obras Concluídas e Inquérito à Conclusão de Obras.

A produção de dados relativos à conclusão de obras é assegurada, no essencial, pelo tratamento de dados referentes às licenças e autorizações de utilização dos edifícios. Essa informação é sistematizada no Inquérito à Utilização de Obras Concluídas utilizando as alterações ao normativo legal, introduzidas pelo Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferido pelo Decreto-Lei nº 177/01, de 4 de Julho.

Não sendo possível tratar os casos da falta de requisição do alvará de utilização e de desistência da obra, pelos procedimentos habituais de tratamento de dados administrativos, foi implementado o Inquérito à Conclusão de Obras.

¹⁵ Em 2007, ao nível nacional, as ampliações representaram 68% do total de obras de reabilitação física do edificado, distribuindo-se os restantes 32% entre obras de alteração (18%) e reconstrução (14%) [Anexo I.1]. Também em termos regionais, se realça a importância das ampliações. Saliente-se que, de 2001 para 2007, apenas se registou uma diminuição do peso das obras de ampliação relativamente ao total de obras de reabilitação do edificado em duas sub-regiões - Alentejo Central e Alto Trás-os-Montes -, sendo que nas restantes NUTS III se observou um crescimento do peso deste tipo de obra.

¹⁶ A cada licença emitida que resultou em obra concluída corresponde a contagem de um edifício, independentemente de se tratar de uma licença referente a um único fogo.



As Estatísticas das Obras Concluídas têm, ainda, por objectivos:

- elaboração de indicadores sobre a duração das obras de edificação, medida entre o momento de início e o momento de conclusão;
- manutenção e actualização da série de estimativas do parque habitacional;
- acompanhamento da evolução conjuntural da actividade do sector da construção de edifícios, avaliada, por referência ao momento de conclusão das obras, por meio de indicadores físicos de produção¹⁷.

(INE, 2006b)

A importância regional das reabilitações físicas do edificado

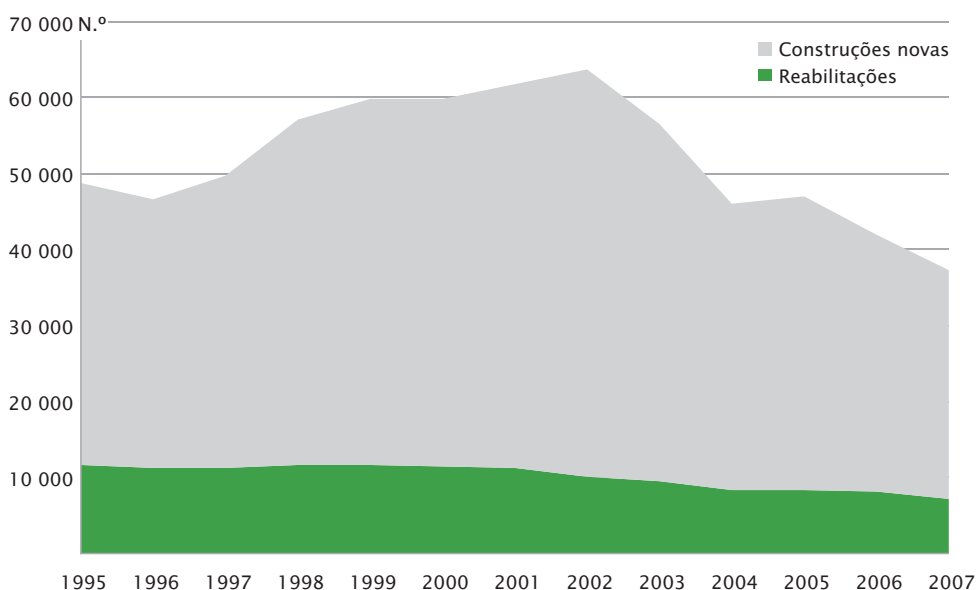
Em 2007, foram concluídas mais de 37 mil obras de edifícios em Portugal, sendo que cerca de sete mil correspondiam a obras de alteração, ampliação e reconstrução, correspondendo a 19,5% de obras concluídas para a reabilitação do edificado.

Em Portugal, a evolução das obras concluídas em edifícios (reabilitações físicas do edificado e construções novas) no período de 1995 a 2007, aponta para duas fases de crescimento distintas [Figura I.15]. Até 2001, assistiu-se, em Portugal, a uma relativa estabilidade das reabilitações do edificado e, simultaneamente, a um aumento das construções novas. Entre 2001 e 2002, as construções novas continuaram a aumentar enquanto se registava já uma quebra nas reabilitações do edificado. No período seguinte, de 2003 a 2007, as obras concluídas em edifícios sofreram um decréscimo que se fez sentir tanto ao nível das reabilitações físicas como das construções novas. A evolução verificada entre 1995 e 2007 traduziu-se numa diminuição da importância das obras concluídas de reabilitação do edificado no total de obras concluídas – atingindo a expressão máxima de 24,2% em 1996 e um peso mínimo de 15,8% em 2002.

¹⁷ Os dados relativos aos municípios de Lisboa e de Seia, de 2002 a 2005, encontram-se subavaliados por apenas incluírem informação dos proprietários das obras.



Reabilitações físicas e construções novas, Portugal, 1995-2007 | Figura I.15



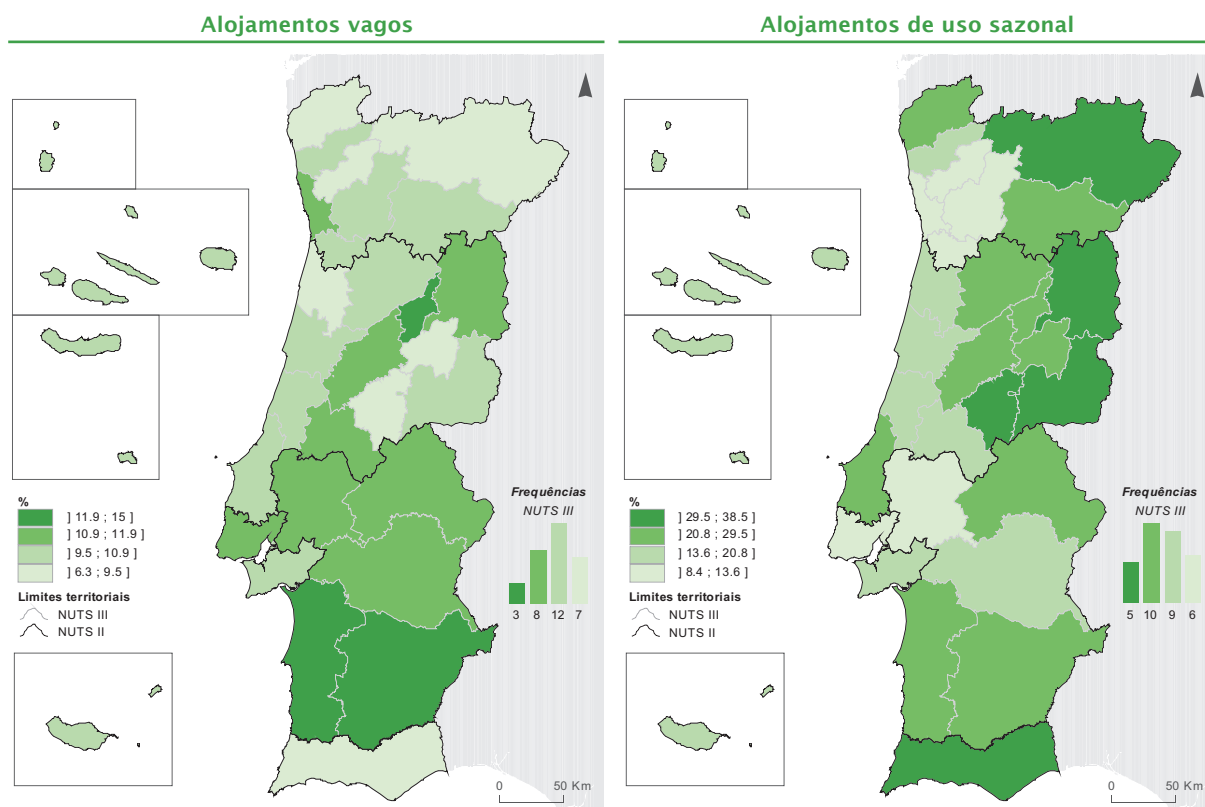
Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

O impacto das construções novas no parque habitacional em Portugal pode ser aferido pelo aumento do número de alojamentos familiares, que passou de 4,2 milhões em 1991 para 5 milhões, em 2001. A média de alojamentos familiares por família clássica correspondia, segundo os dados do recenseamento da população e habitação de 2001, a 1,4, sendo um dos maiores rácios registados na Europa (Rodrigues, 2002 e Mateus *et al.*, 2008a).

Neste contexto, importa salientar as elevadas proporções de alojamentos vagos (11%) e de uso sazonal (18%) registadas em Portugal, em 2001. A existência de um elevado número de alojamentos vagos e de uso sazonal é generalizado a todas as regiões do país mas assumia maior expressão em sub-regiões do Alentejo, na Serra da Estrela e, no caso dos vagos, em duas das sub-regiões associadas às áreas metropolitanas - Grande Porto e Grande Lisboa; no caso dos alojamentos de uso sazonal, no Algarve e nas NUTS III do Interior Norte e Centro do país [Figura I.16].



Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos e de uso sazonal, por NUTS III, 2001 Figura I.16

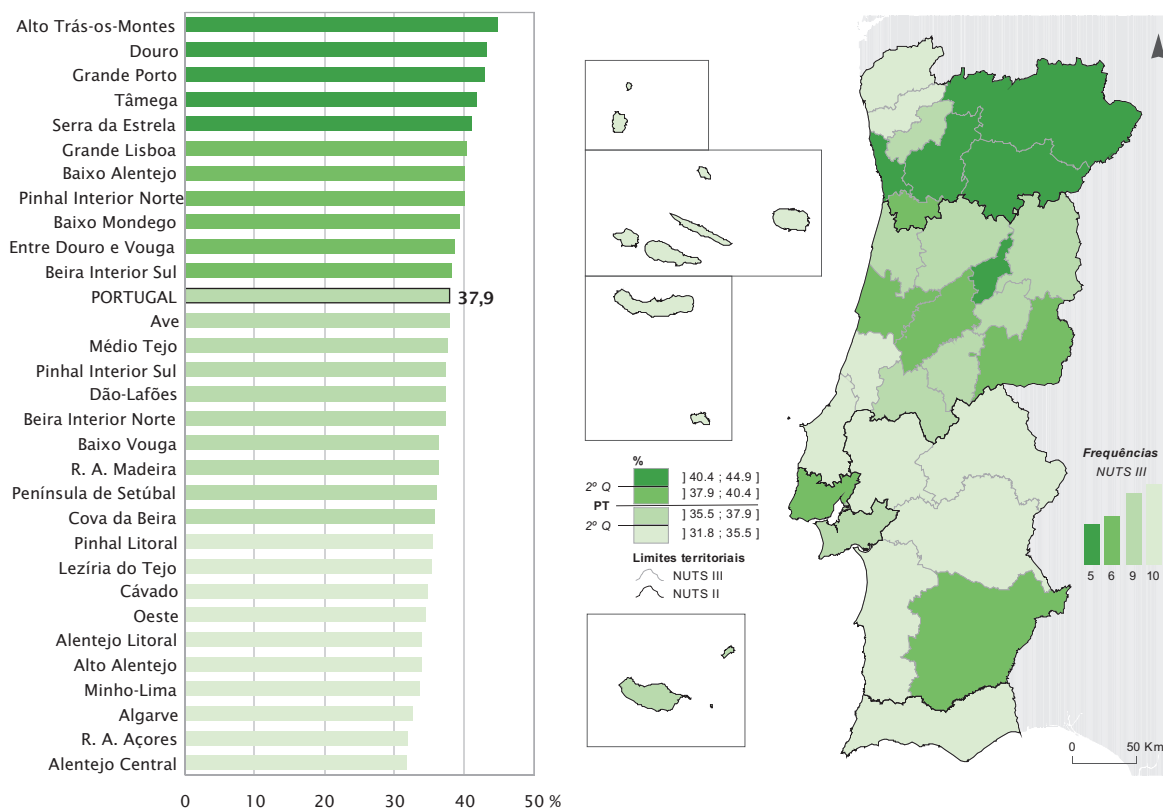


Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001.

Os dados dos Censos 2001 apontavam ainda para uma proporção de edifícios com necessidade de reparação na ordem dos 38% e para uma proporção de edifícios muito degradados de 3%, o que sugere a existência de condições para a reabilitação física do edificado. Apesar da fraca variabilidade da proporção de edifícios com necessidade de reparação entre as regiões NUTS III - atingiu o valor máximo de 45% no Alto Trás-os-Montes e o valor mínimo de 32% no Alentejo Central -, este indicador assumiu maior expressão nas sub-regiões do Interior Norte, na Serra da Estrela, no Grande Porto e na Grande Lisboa [Figura I.17].



Proporção de edifícios com necessidade de reparação, por NUTS III, 2001 Figura I.17

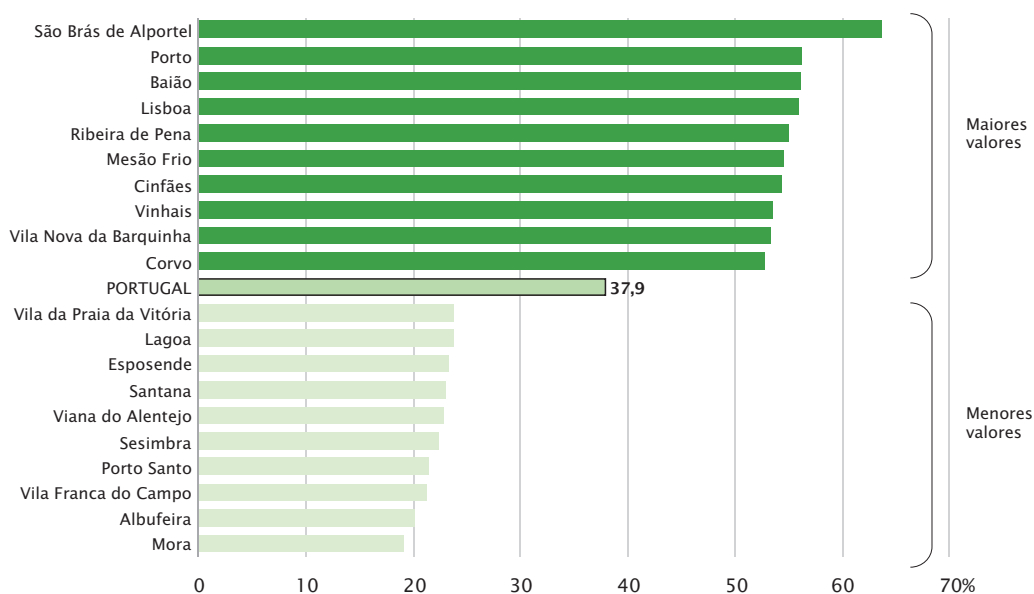


Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001.

Ainda segundo os dados dos Censos 2001, Porto e Lisboa eram dos municípios do país com maior proporção de edifícios com necessidade de reparação (56,2% e 55,9%, respectivamente) e, simultaneamente, estes municípios revelaram um índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos acima da média nacional, bem como uma posição de destaque no valor médio dos prédios transaccionados [Figura I.11 e Figura I.12]. Igualmente, com uma proporção expressiva de edifícios a necessitar de reparação, destacava-se um contínuo, a Norte, formado pelos municípios de Baião, Mesão Frio e Cinfães.



Municípios com maior e menor proporção de edifícios com necessidade de reparação, 2001 | Figura I.18



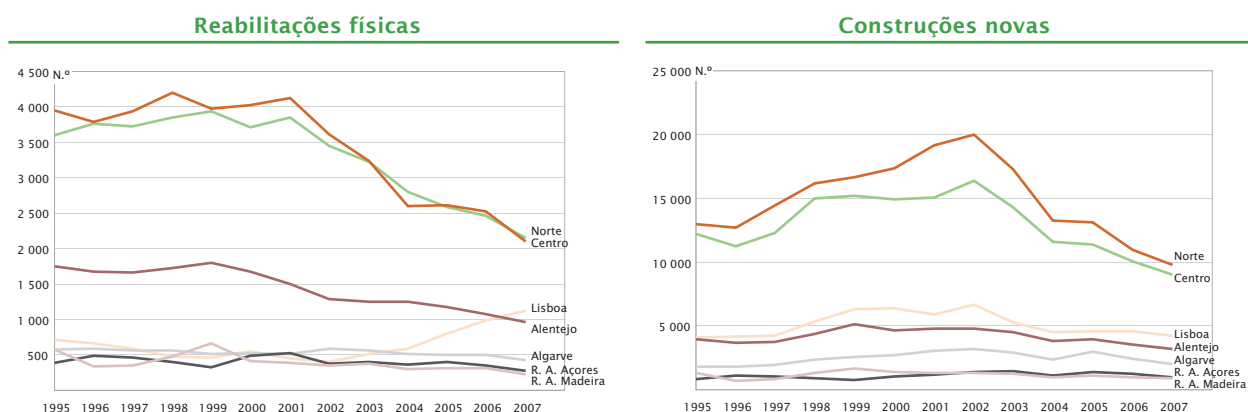
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001.

Ao nível regional, o comportamento das reabilitações do edificado no período de 1995 a 2007, caracterizou-se por um decréscimo nas regiões Norte, Centro e Alentejo, uma fraca oscilação no Algarve e nas regiões autónomas e um crescimento apenas em Lisboa [Figura I.19].

Entre 1995 e 2007, a região de Lisboa revelou uma taxa de variação das reabilitações de 58%, tendo-se registado nas restantes regiões uma diminuição na conclusão deste tipo de obras. Saliente-se, neste contexto, que a importância das reabilitações físicas em Lisboa no total do país mais do que duplicou entre 1995 e 2007, passando de 6% em 1995 para quase 16% em 2007. *Grosso modo*, todas as regiões do Continente, evidenciaram um crescimento inter-anual na conclusão de construções novas ao longo do período 1995-2002, seguido de um período marcado por uma variação inter-anual negativa, extensível a todas as regiões, com exceção do comportamento registado entre 2004 e 2005, nas regiões de Lisboa, do Alentejo, do Algarve e das regiões autónomas.



Reabilitações físicas e construções novas, por NUTS II, 1995-2007 | Figura I.19



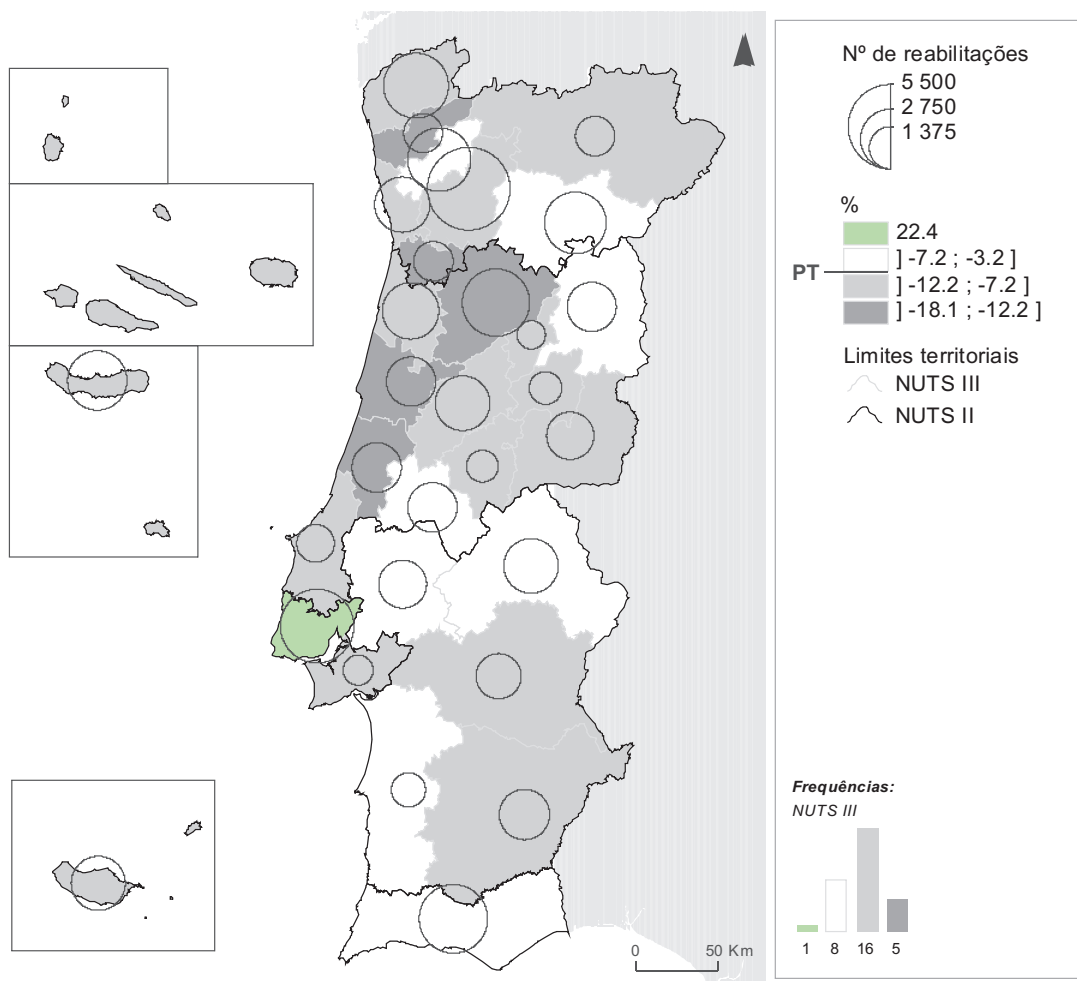
Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Confrontando o peso regional de cada tipo de obra no total nacional, de 1995 para 2007, observou-se um reforço da posição de Lisboa, do Algarve e da Região Autónoma dos Açores, quer no que se refere às reabilitações físicas, quer às construções novas concluídas. Por outro lado, pode constatar-se que apesar do total de obras concluídas em edifícios, quer novos, quer reabilitados, estar muito concentrado nas regiões Norte e Centro, o seu contributo para o total nacional diminuiu de 1995 para 2007, uma vez que as quebras verificadas foram mais fortes nestas regiões.

A análise das reabilitações físicas do edificado ao nível das sub-regiões NUTS III destaca a Grande Lisboa pelo facto de ser a única sub-região do país onde se verificou um crescimento médio anual das reabilitações positivo (22%) e, simultaneamente, por ser a segunda região NUTS III com maior contributo para o total de obras concluídas (7%), no período de 2001 a 2007 (superada pelo Tâmega com um contributo de 8%) [Figura I.20]. Importa referir as sub-regiões Ave, Douro, Alto Alentejo e Algarve, por terem apresentado taxas de crescimento médio anual negativas mas menos acentuadas do que a verificada ao nível nacional e, simultaneamente, por terem registado um contributo relevante para o total reabilitações ao nível nacional, no período de 2001 a 2007. As restantes regiões que apresentaram taxas de crescimento médio anual negativas mas menos marcadas do que a nacional foram, no Centro, a Beira Interior Norte e o Médio Tejo e, no Alentejo, a Lezíria do Tejo e o Alentejo Litoral.



Reabilitações físicas¹⁸ e taxa de crescimento média anual das reabilitações físicas, por NUTS III, 2001-2007 | Figura I.20



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

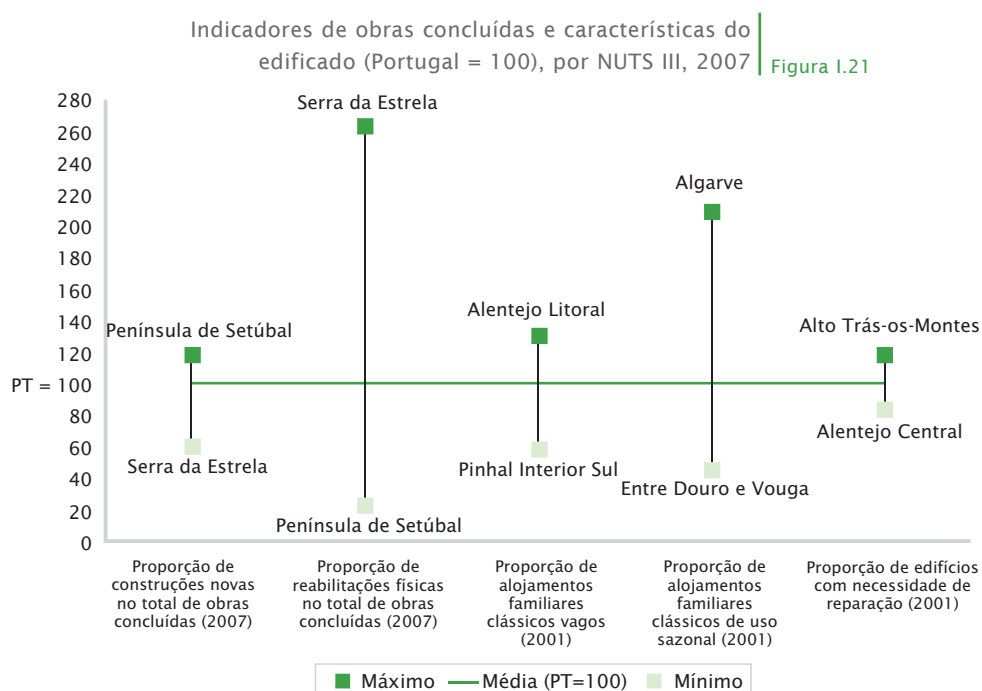
Em 2007, foram concluídas mais de 37 mil obras em Portugal, sendo que 19,5% destas compreenderam obras de reabilitação física do edificado. A evolução verificada entre 1995 e 2007 traduziu-se numa diminuição da importância das obras concluídas de reabilitação do edificado no total de obras concluídas - atingindo a expressão máxima de 24,2% em 1996 e um peso mínimo de 15,8% em 2002.

¹⁸ Considerou-se o total acumulado de reabilitações físicas concluídas no período de 2001 a 2007.



Ao nível regional, verificou-se um decréscimo das reabilitações nas regiões Norte, Centro e Alentejo, uma fraca oscilação no Algarve e nas regiões autónomas e um crescimento apenas em Lisboa (sobretudo evidente a partir de 2004). Neste contexto, a importância das reabilitações físicas em Lisboa no total do país mais do que duplicou entre 1995 e 2007, passando de 6% em 1995 para quase 16% em 2007.

A análise das reabilitações físicas do edificado ao nível das sub-regiões NUTS III, no período de 2001 a 2007, destacou a Grande Lisboa pelo facto de ter sido a única sub-região do país onde se verificou um crescimento médio anual das reabilitações positivo e, simultaneamente, por corresponder à segunda sub-região com maior contributo para as obras concluídas no período de 2001 a 2007 em Portugal. As sub-regiões Ave, Douro, Alto Alentejo e Algarve destacaram-se por terem apresentado um crescimento médio anual negativo mas menos acentuado do que o verificado ao nível nacional e, simultaneamente, por terem registado um contributo relevante para o total nacional de reabilitações, no período de 2001 a 2007.



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas. INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001.



Os principais focos de incidência territorial

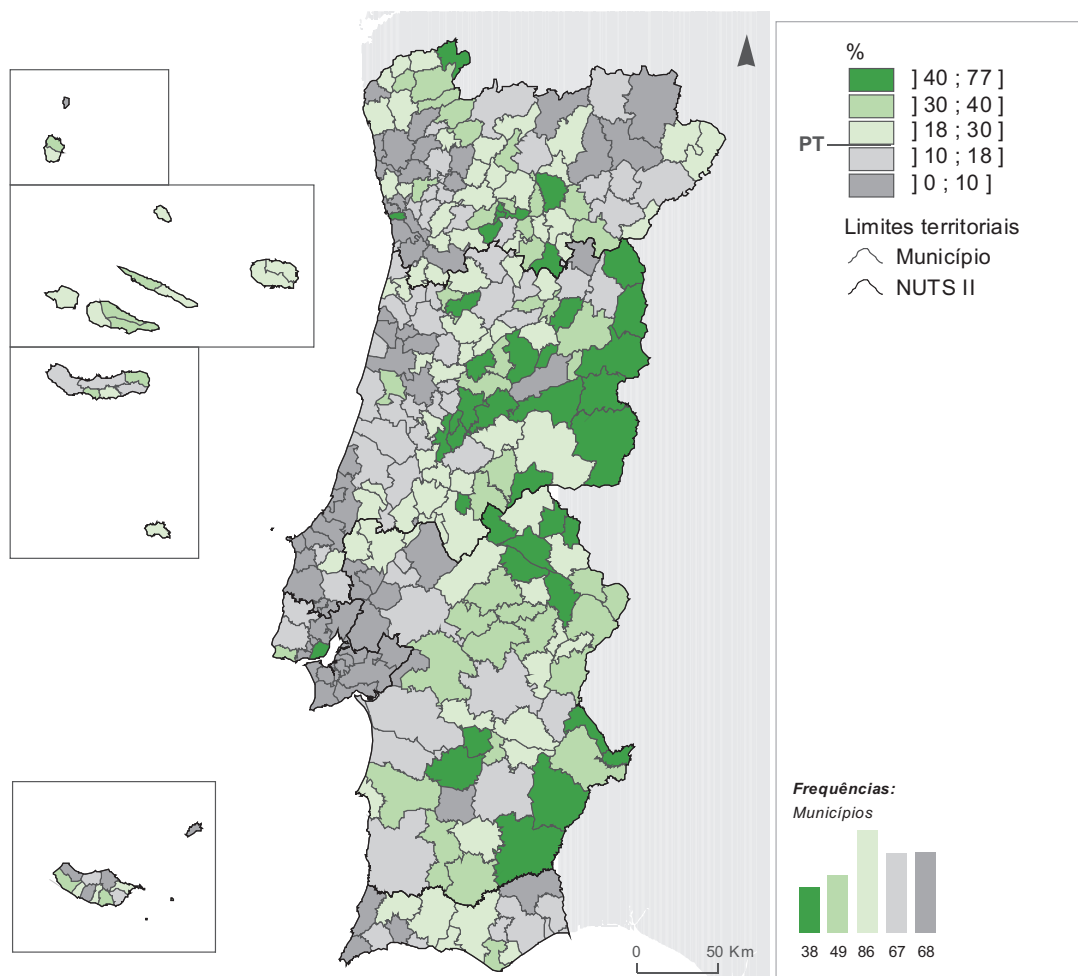
A análise da expressão das reabilitações físicas do edificado ao nível do município permite aprofundar as especificidades detectadas ao nível regional [Figura I.22]. A leitura da importância das reabilitações físicas no total de obras concluídas em edifícios evidencia uma forte incidência deste fenómeno nos municípios localizados no Interior das regiões Centro e Alentejo. Com um peso de reabilitações superior a mais de metade das obras concluídas, no período 2001-2007, destacavam-se, nestes territórios, os municípios de Castelo de Vide (76%), Barrancos (67%), Crato (65%), Penamacor (64%), Idanha-a-Nova (57%), Sabugal (57%), Alter do Chão (53%) e Mesão Frio (52%). Salientaram-se ainda os centros tradicionais das duas áreas metropolitanas do país - Lisboa e no Porto -, respectivamente, com valores de 61% e 54%.

Por outro lado, a geografia da expressão das reabilitações físicas do edificado, no período 2001-2007, evidencia o Litoral do Continente, onde a generalidade dos municípios registou uma proporção das reabilitações inferior à média nacional. Neste quadro geral, é importante referir a importância que as reabilitações assumiram nos municípios de Cascais (34%), na Área Metropolitana de Lisboa; de Santo Tirso (31%), na Área Metropolitana do Porto; de Montemor-o-Velho (30%), na região Centro; de Santiago do Cacém (32%), no Alentejo; e de Faro (33%), no Algarve. Os municípios do Interior Norte destacaram-se também pela fraca importância que as reabilitações assumiram relativamente aos restantes territórios do Interior do Continente, constituindo exemplos expressivos, os casos de Chaves (2%), de Mirandela (4%), de Bragança (9%) e de Macedo de Cavaleiros (9%).

Finalmente, destacaram-se positivamente, no contexto das regiões autónomas, os municípios de Velas (39%), de São Roque do Pico (38%) e de Santa Cruz das Flores (36%), na Região Autónoma dos Açores, e os municípios do Funchal (37%) e da Calheta (35%), na Região Autónoma da Madeira.



Proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas em edifícios, por município, 2001-2007 Figura I.22



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

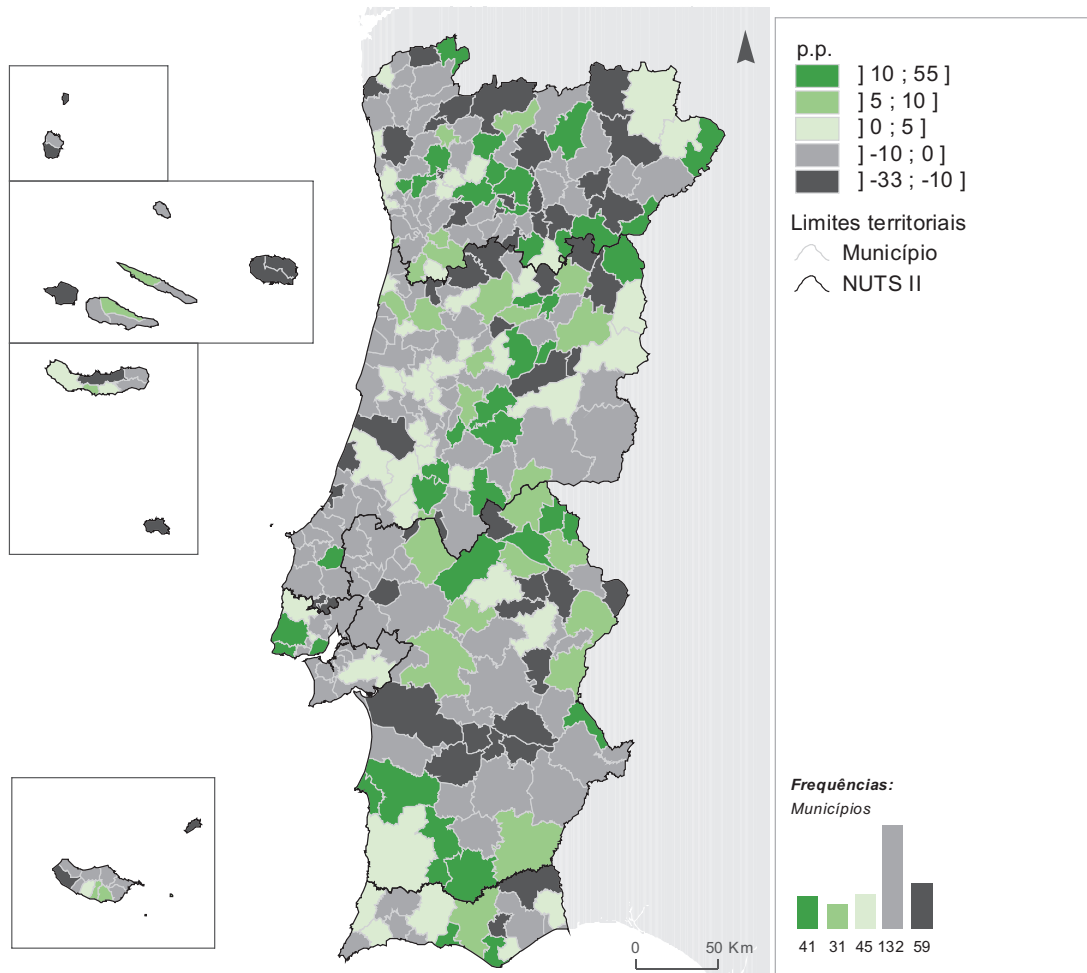
Num contexto nacional de diminuição do número de obras concluídas de reabilitação do edificado e de relativa estabilidade da importância das reabilitações no total de obras concluídas [Figura I.15 e Figura I.20], importa analisar as variações ocorridas entre 2001 e 2007¹⁹ no peso das reabilitações físicas no total de obras concluídas, ao nível dos municípios, para identificar territórios onde a expressão das reabilitações ganhou importância. Neste quadro de análise, verifica-se que o reforço da expressão das reabilitações ocorreu em 38% dos municípios do país, localizados de forma dispersa no território, salientando, nomeadamente, municípios do Interior e do Litoral [Figura I.23]. Face ao padrão territorial evidenciado através da Figura I.22, importa destacar as variações positivas na proporção de reabilitações verificadas em municípios das áreas metropolitanas – Cascais (55 pontos percentuais), Lisboa (24 p.p.), Sintra (15 p.p.), Santo

¹⁹ Com o objectivo de expurgar comportamentos voláteis eventualmente existentes nos municípios, optou-se por calcular os dados para 2001 como a média do indicador anual para o triénio 1999-2001 e os dados de 2007 como a média do triénio 2005-2007.



Tirso (16 p.p.) e Trofa (15 p.p.) – e do Alentejo Litoral – Santiago do Cacém (12 p.p.) e Sines (10 p.p.). Contudo, com excepção do município de Cascais, que apresentou a variação positiva mais significativa, foram municípios do Interior a apresentar um reforço mais expressivo das reabilitações: Valpaços (35 p.p.), Peso da Régua (30 p.p.) e Cabeceiras de Basto (28 p.p.), na região Norte, e Castelo de Vide (25 p.p.) e Mourão (25 p.p.), na região Alentejo.

Variação da proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas em edifícios, por município, 2001/2007 | Figura I.23



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

A análise territorial da importância relativa das reabilitações físicas do edificado no total de obras concluídas evidencia, pela sua importância no período 2001-2007, um conjunto de municípios localizados no Continente numa faixa contínua que se estende dos municípios fronteiriços da Beira Interior Norte aos do Baixo Alentejo. É importante ainda salientar a expressão das reabilitações físicas nos dois centros metropolitanos - Lisboa e Porto.



As variações ocorridas na expressão das reabilitações físicas, entre 2001 (média do triénio 1999-2001) e 2007 (média do triénio 2005-2007), revelaram um reforço da importância das reabilitações físicas do edificado no total de obras concluídas em 38% dos municípios. Apesar das variações positivas mais expressivas se terem localizado genericamente em municípios do Interior, destacaram-se no Litoral, municípios das áreas metropolitanas e do Alentejo.

A reabilitação física do edificado no contexto das dinâmicas populacionais e habitacionais

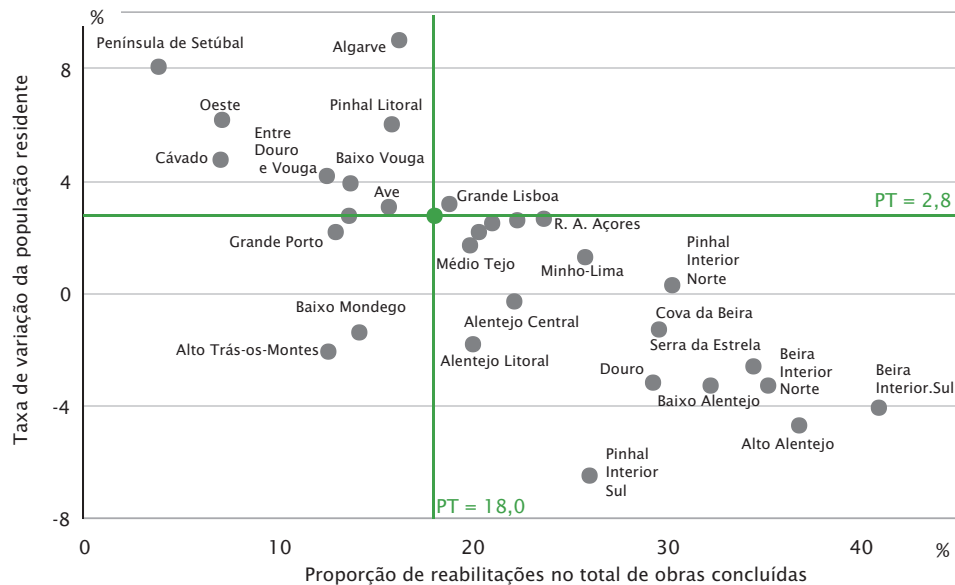
As análises anteriores sugerem que a reabilitação do edificado ocorre em espaços diferenciados onde as dinâmicas habitacionais e populacionais associadas são também elas de natureza distinta. Se, por um lado, a reabilitação do edificado do Litoral do país ou de alguns centros de maior dimensão do Interior parece estar associada a processos de requalificação urbana traduzindo, nomeadamente, resposta a uma crescente concentração populacional nestes territórios, já na maioria dos municípios do Interior parece estar associada ao fenómeno do turismo rural e de segundas residências e, de uma forma geral, a estratégias de desenvolvimento do espaço rural.

A análise dos espaços com maior intensidade de reabilitações físicas e das dinâmicas de organização do território não pode ser dissociada de algumas das características do edificado, na medida em que um parque habitacional mais envelhecido, com necessidades de reparação e/ou desocupado poderá justificar as intervenções efectuadas em termos de reabilitações físicas nos últimos anos.

A leitura da Figura I.24 evidencia uma maior incidência de reabilitação do edificado nas sub-regiões onde os decréscimos populacionais foram mais acentuados, nomeadamente no Interior das regiões Centro e Alentejo, mais concretamente Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Beira Interior Norte, Serra da Estrela e Baixo Alentejo. Constituem territórios com fracas densidades populacionais e com cidades de dimensão pouco significativa, o que aliás é caracterizador de toda a faixa do Interior e, mais concretamente, da orla fronteiriça.



Proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas e taxa de variação da população residente, por NUTS III, 2001-2007 | Figura I.24



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas. INE, Estimativas Anuais da População Residente.

A existência de elevados valores de reabilitação física na Beira Interior Norte e na Beira Interior Sul poderá estar relacionada com a recuperação de segundas residências e com recuperações no âmbito de intervenções sobre conjuntos urbanos de pequena dimensão com valor patrimonial. A promoção do turismo apoiada em infra-estruturas rurais poderá também ter contribuído para os elevados valores observados no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo.

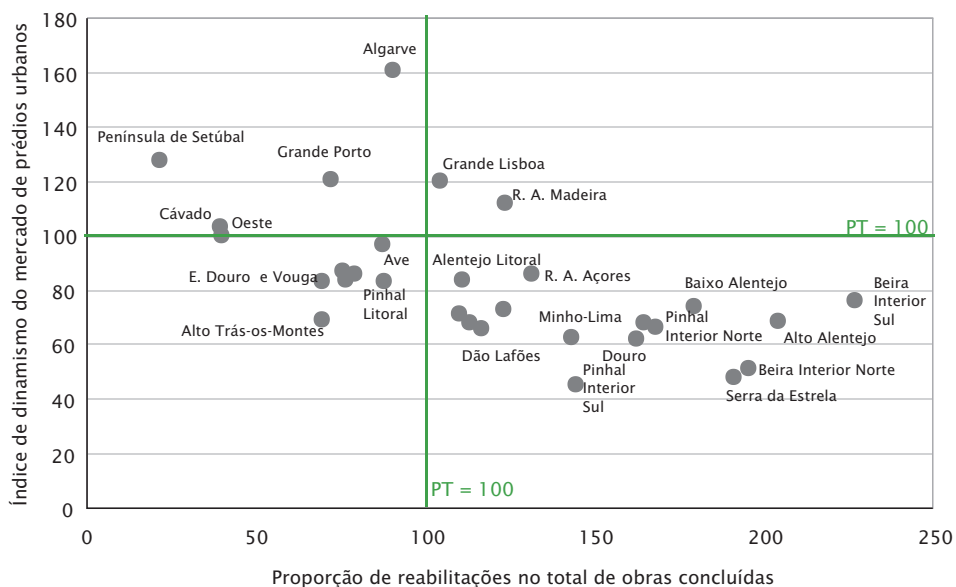
A Grande Lisboa foi a única região do país a apresentar um dinamismo populacional associado a um peso das reabilitações físicas do edificado no total de obras concluídas superiores à média nacional. Para esta situação, terá contribuído a importância dos municípios de Lisboa e de Cascais que representaram em conjunto 63% do total das reabilitações físicas da Grande Lisboa. A média anual da proporção das reabilitações físicas no total de obras concluídas no período 2001-2007 representou, para os municípios de Lisboa e Cascais, 54% e 34%, respectivamente, posicionando-se Lisboa entre os 10 municípios com valores mais elevados (juntamente com municípios das sub-regiões do Interior Centro e Alentejo).

A Figura I.25 evidencia a relação do peso das reabilitações físicas no total de obras concluídas com o índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos, sendo que, em certa medida, as regiões com maior peso das reabilitações do edificado observavam menores níveis de transaccionabilidade no mercado de prédios urbanos. Neste contexto, a Grande Lisboa e a Região Autónoma da Madeira destacavam-se por apresentarem, simultaneamente, níveis de dinamismo no mercado de prédios urbanos e uma expressão das reabilitações superiores à média nacional. Os valores registados na Região Autónoma da Madeira sugerem o efeito da dinâmica do turismo existente na região mas também o efeito de capitalidade do Funchal na Ilha da Madeira.



O caso do território metropolitano da Grande Lisboa sugere que o dinamismo do mercado de prédios urbanos é também impulsionado pela reabilitação física do edificado. A Figura I.24 demonstrou também que a Grande Lisboa apresenta uma dinâmica populacional positiva e acima da média nacional, sugerindo que a dinâmica do mercado habitacional encontra também resposta no parque habitacional reabilitado.

Proporção de reabilitações físicas no total de obras concluídas e índice de dinamismo do mercado de prédios urbanos (Portugal = 100), por NUTS III, 2001-2007 Figura I.25



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas. Ministério da Justiça, Direcção-Geral da Política de Justiça.

A proporção das reabilitações físicas no total de obras concluídas, no período 2001-2007, assumiu maior importância em territórios "regressivos" em termos populacionais (regiões do Interior Centro e Alentejo) e com fraco dinamismo do mercado de prédios urbanos.

Destacou-se ainda a sub-região Grande Lisboa por conjugar um elevado peso das reabilitações físicas no total de obras concluídas com um dinamismo populacional e um nível de transaccionabilidade dos prédios urbanos acima da média nacional.



Considerações finais

A importância que, crescentemente, vem sendo atribuída à requalificação do território e mais concretamente à reabilitação física do edificado, enquanto processo de valorização territorial em áreas urbanas e em áreas de cariz rural, orientou a discussão da análise desenvolvida. Em Portugal, nos últimos anos, o processo de valorização do território através da intervenção sobre o espaço edificado foi marcado por uma dinâmica de novas construções. Esta dinâmica traduziu-se num aumento do número de edificações que sugere uma expansão territorial das áreas urbanizadas. Em particular, registou-se um aumento significativo do parque habitacional associado à dinâmica de novas construções.

A discussão foi organizada em duas partes: as dinâmicas recentes de organização do território e a análise das reabilitações físicas do edificado enquanto factor de requalificação do território, procurando-se explorar a dimensão deste fenómeno e a sua evolução recente, no contexto das dinâmicas populacionais e do mercado de prédios urbanos.

Entendeu-se ser fundamental conhecer as dinâmicas recentes de organização do território nas diferentes regiões portuguesas como forma de contextualizar a implementação da requalificação do edificado, pois não só os territórios caracterizados por fortes concentrações populacionais e habitacionais serão espaços propícios à requalificação do edificado; também os espaços incapazes de manter ou atrair população, nomeadamente jovem, poderão exibir níveis elevados de reabilitação física.

- Portugal apresenta uma distribuição da população residente desigual, conjugando-se, em simultâneo, duas características: uma forte litoralização e uma bipolarização da população em torno das duas áreas metropolitanas existentes em Portugal, tendo-se esta situação vindo a acentuar nos últimos anos. Ressaltou ainda a distinção entre o Litoral (áreas metropolitanas, Algarve e Centro Litoral), por oposição ao Interior com uma matriz sobretudo de baixa densidade.
- Em termos de valor médio dos prédios urbanos transaccionados entre 2001 e 2007, destacavam-se os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, do Algarve e ainda algumas cidades de dimensão média.
- A avaliação da dinâmica existente no mercado de prédios urbanos permitiu identificar territórios com elevado grau de transaccionabilidade, associados a níveis de concentração populacional mais relevantes, sugerindo também uma associação a territórios com forte presença da actividade turística (o caso do Algarve constitui o exemplo mais expressivo desta associação). No caso da área metropolitana de Lisboa, foi ainda possível detectar os efeitos das alterações do quadro de acessibilidades entre a margem Sul e Norte do Tejo, aferidas quer pelo aumento de alojamentos familiares clássicos, quer pelo valor médio dos prédios transaccionados, quer ainda pelo dinamismo do mercado de prédios urbanos, que se revelaram em alguns dos municípios a Sul do Tejo.



As tendências recentes de organização do território foram sustentadas por um aumento das construções novas; no entanto, foi possível identificar territórios onde a expressão das reabilitações se tem vindo a tornar mais saliente, num quadro nacional que demonstrou uma diminuição do total de obras concluídas.

- Em 2007, apenas 19,5% das obras concluídas em Portugal eram obras de alteração, ampliação e reconstrução, o que demonstra uma expressão significativamente menor da reabilitação física do edificado relativamente às novas construções. A evolução verificada entre 1995 e 2007 ao nível nacional traduziu-se numa diminuição da importância das obras concluídas de reabilitação do edificado no total de obras concluídas – atingindo a expressão máxima de 24,2% em 1996 e um peso mínimo de 15,8% em 2002.
- Ao nível regional, o comportamento das reabilitações do edificado, no período de 1995 a 2007, caracterizou-se por um decréscimo nas regiões Norte, Centro e Alentejo, uma fraca oscilação no Algarve e nas regiões autónomas e um crescimento apenas em Lisboa. A análise das reabilitações físicas do edificado ao nível das sub-regiões NUTS III, no período de 2001 a 2007, destacou a Grande Lisboa pelo facto de ter sido a única sub-região do país onde se verificou um crescimento médio anual das reabilitações positivo e, simultaneamente, por corresponder à segunda sub-região com maior contributo para as obras concluídas, no período de 2001 a 2007, em Portugal. As sub-regiões Ave, Douro, Alto Alentejo e Algarve destacaram-se por terem apresentado um crescimento médio anual negativo mas menos acentuado do que o verificado ao nível nacional e, simultaneamente, por terem registado um contributo relevante para o total nacional de reabilitações, no período de 2001 a 2007.
- A análise desenvolvida ao nível do município sobre a importância relativa das reabilitações físicas do edificado no total de obras concluídas evidenciou, pela sua expressão no período 2001-2007, um conjunto de municípios localizados no Continente numa faixa contínua que se estende dos municípios fronteiriços da Beira Interior Norte aos do Baixo Alentejo. A expressão das reabilitações físicas foi também evidenciada nos dois centros metropolitanos - Lisboa e Porto. As variações ocorridas na importância das reabilitações físicas entre 2001 (média do triénio 1999-2001) e 2007 (média do triénio 2005-2007) revelaram um reforço da saliência das reabilitações físicas do edificado no total de obras concluídas em 38% dos municípios. Apesar das variações positivas mais expressivas se terem localizado genericamente em municípios do Interior, destacaram-se, no Litoral, municípios das áreas metropolitanas e do Alentejo.

A reabilitação física do edificado dos territórios revelou ser condicionada pelo contexto populacional e, em certa medida, pelo dinamismo do mercado de prédios urbanos.

- A proporção das reabilitações físicas no total de obras concluídas, no período 2001-2007, assumiu maior importância em territórios “regressivos” em termos populacionais (regiões do Interior Centro e Alentejo) e com fraco dinamismo do mercado de prédios urbanos.



- Destacou-se ainda a sub-região Grande Lisboa por conjugar um elevado peso das reabilitações físicas no total de obras concluídas com um dinamismo populacional e um nível de transaccionabilidade dos prédios urbanos acima da média nacional.

Em suma, a reabilitação do edificado em Portugal, embora tenha uma dimensão reduzida, encontra-se muito influenciada pelas dinâmicas de reorganização do território e a sua expressão sugere maior associação a processos de revalorização de territórios de cariz rural do que urbanos. Num contexto de uma forte litoralização, de uma bipolarização da população em torno das duas áreas metropolitanas e de um processo de despovoamento do Interior do Continente, a expressão territorial da reabilitação do edificado sugere um processo sobretudo associado a estratégias de desenvolvimento dos espaços de baixa densidade e dos seus centros estruturantes. Em meios marcadamente urbanos, com uma forte concentração populacional e crescimento populacional, a reabilitação física do edificado destacou-se de forma mais evidente na Grande Lisboa. Nos restantes territórios urbanos, a relevância da reabilitação, no contexto nacional, é menos saliente.



Conceitos

Alojamento familiar clássico: Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo.

Alojamento familiar ocupado: Alojamento familiar que, no momento censitário, não está disponível no mercado de habitação. São consideradas as seguintes situações: residência habitual (alojamento familiar ocupado que constitui a residência principal e habitual de, pelo menos, uma família) e uso sazonal ou secundário (alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual).

Alojamento familiar ocupado com uso sazonal: Alojamento ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual.

Alojamento familiar vago: Alojamento que, no momento de referência, se encontra disponível no mercado de habitação. Poder-se-ão considerar as seguintes situações: para venda, alugar, demolição, em estado de deterioração e outros motivos.

Cidade estatística: Corresponde, na maioria dos casos, ao ajustamento do perímetro urbano consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos, às subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na BGRI (Base Geográfica de Referência da Informação). Nos casos em que o perímetro urbano não estava definido recorreu-se, em primeiro lugar, ao conjunto das classes de espaço: áreas urbanas ou urbanizadas, áreas urbanizáveis e espaços verdes cuja proximidade e relação social, lúdica e paisagística com os espaços urbanos assim o justificava. Não sendo possível utilizar as classes de espaço partiu-se da delimitação do lugar cuja designação nos Censos coincidia com o das cidades, alterando-se, em conjunto com a Câmara, a sua delimitação em função da análise da dinâmica do território. As áreas industriais, as áreas portuárias, os aeroportos ou outras áreas de interesse económico localizadas nas zonas circundantes foram também incluídas no perímetro das cidades dadas as fortes relações funcionais que com elas estabelecem. Quando o ajustamento à subsecção estatística não mereceu a aprovação da Câmara Municipal a solução foi considerar uma linha imaginária do perímetro como limite da cidade naquela zona, contabilizando-se a informação estatística da subsecção atravessada pela linha imaginária apenas quando a maior parte da população residia na área incluída e apoiada na linha imaginária.

Construção nova: Edificação inteiramente nova ainda que no terreno sobre que foi erguida já tenha sido efectuada outra construção.



Edifício: Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins.

Família clássica: Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respectiva família.

Fogo: Ver “Alojamento familiar clássico”.

Licença de obras: Autorização concedida pelas Câmaras Municipais ao abrigo de legislação específica, para execução de Obras (construções novas, ampliações, transformações, restaurações e demolições de edifícios).

Lugar (censitário): Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

Necessidades de reparações: O tipo de reparações eventualmente necessárias no momento censitário, sendo as mesmas observadas através da resposta às seguintes componentes do edifício: Estrutura, Cobertura, Paredes e caixilharia exterior. A observação desta variável baseou-se na caracterização de cada necessidade de reparações de acordo com o seguinte: nenhuma, pequenas, médias, grandes e muito grandes.

Obra concluída: Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

Obra de alteração: Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou de cêrcea.

Obra de ampliação: Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cêrcea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).

Obra de reabilitação: Obra que visa adequar e melhorar as condições de desempenho funcional de um edifício, com eventual reorganização do espaço interior, mantendo o esquema estrutural básico e o aspecto exterior original.

Obra de reconstrução: Obra de construção subsequente à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a manutenção ou reconstituição da estrutura da fachada, da cêrcea e do número de pisos.



População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Prédio misto: Sempre que um prédio tenha uma parte rústica e urbana será classificado, na íntegra, de acordo com a parte principal. Se nenhuma das partes puder ser classificada como principal, o prédio será havido como misto.

Prédio rústico (código da contribuição autárquica): Terreno situado fora de um aglomerado urbano e que não seja classificado como terreno de construção, desde que: a) Esteja afecto ou, na falta de concreta afectação, tenha como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, tais como são considerados para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS); b) Não tendo a afectação indicada na alínea a), não se encontre construído ou disponha apenas de edifícios ou construções de carácter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor. É igualmente prédio rústico: o terreno situado dentro de um aglomerado urbano, desde que, por força de disposição legalmente aprovada não possa ter utilização geradora de quaisquer rendimentos, ou só possam ter utilização geradora de rendimentos agrícolas e estejam a ter, de facto, essa afectação; bem como os edifícios e construções directamente afectos à produção de rendimentos agrícolas, quando situados nos terrenos já referidos anteriormente; e por fim as águas e plantações, desde que façam parte do património de uma pessoa singular ou colectiva e, em circunstâncias normais, tenham valor económico.

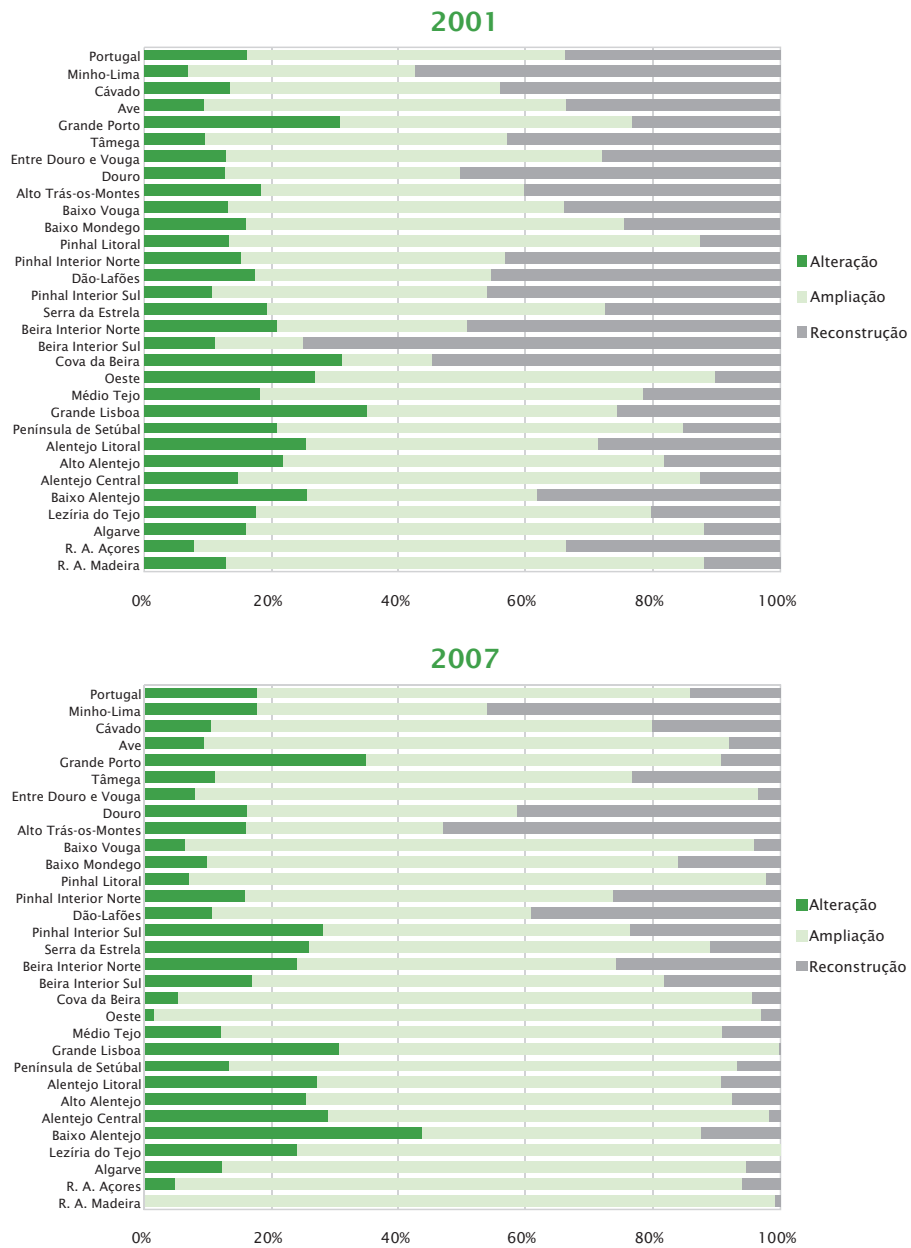
Prédio urbano (código da contribuição autárquica): É todo aquele que não deva ser classificado como rústico ou misto.

Prédio: É toda a fracção de território, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com carácter de permanência, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou colectiva e, em circunstâncias normais, tenha valor económico, bem como as águas plantações, edifícios ou construções nas circunstâncias referidas, dotadas de autonomia económica em relação ao terreno onde se encontrem implantados, embora situados numa fracção de território que constitua parte integrante de um património diverso ou não tenha natureza patrimonial. É ainda considerado prédio, cada fracção autónoma no regime de propriedade horizontal.

Tipo de obra: Designação dos trabalhos efectuados em edifícios ou terrenos (construção nova, ampliação, alteração, reconstrução, demolição, remodelação e urbanização).



Reabilitações físicas do edificado por tipo de obra,
Portugal e NUTS III, 2001 e 2007 Anexo I.1



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

PARTE II

A EMPREGABILIDADE NO CONTEXTO DA COESÃO INTER-REGIONAL



Enquadramento

O conceito de empregabilidade é utilizado em contextos diferenciados com significados distintos²⁰. Todavia, é relativamente consensual que a empregabilidade pode ser entendida como a capacidade de o trabalhador aceder a um emprego desejável, mantê-lo e ter acesso a um novo emprego de qualidade se necessário (Hillage e Pollard, 1998).

Num contexto de globalização, o acesso ao emprego e a capacidade de manutenção do mesmo (ou a possibilidade de encontrar facilmente um novo emprego) são determinantes para a qualidade de vida dos indivíduos e, conseqüentemente, para o combate à exclusão social. Por outro lado, a adequação entre a procura e a oferta de trabalho, que se traduz na adequação entre as competências dos recursos humanos e as necessidades das empresas, é essencial para o reforço da competitividade económica.

Assim, a educação e a formação ao longo da vida constituem um requisito fundamental para a empregabilidade dos indivíduos e para a competitividade das empresas. As competências adquiridas – que naturalmente não se restringem à educação e à formação mas são igualmente de cariz comportamental²¹ – permitem ao trabalhador manter um emprego adequado às suas competências e, em caso de necessidade, transitar com maior facilidade entre empregos²². A par da qualificação educacional e profissional, a mobilidade laboral assume-se, assim, como um eixo em que assenta a empregabilidade.

Do ponto de vista da formulação das políticas públicas nacionais e comunitárias, a aposta na empregabilidade significa adequar prospectivamente o sistema de educação e de formação às necessidades da actividade produtiva mas requer, igualmente, uma política de protecção social capaz de garantir que, no processo de transição entre empregos, os indivíduos se mantêm socialmente incluídos.

²⁰ Segundo Almeida (2007: 53), é possível identificar concepções diferenciadas de empregabilidade: “a empregabilidade dicotómica, a empregabilidade sócio-médica, a empregabilidade da política da força de trabalho, a empregabilidade de fluxo, a empregabilidade da performance no mercado de trabalho, a empregabilidade de iniciativa e a empregabilidade interactiva.”.

²¹ No acesso ao emprego, valorizam-se características individuais como sejam o empenho, o sentido de responsabilidade e o espírito de equipa.

²² Segundo Pedroso (2005: 144), “os estudos empíricos demonstram que uma das características mais determinantes na definição de probabilidades de transição entre estados de desemprego e emprego é o nível de escolaridade dos indivíduos a que se junta a dependência negativa em relação ao tempo destas transições. Esta última característica significa que as durações de desemprego mais longas tendem a perpetuar-se, pelo que estes dois resultados levam a concluir que os grupos mais vulneráveis para cair no desemprego de longa duração são os indivíduos menos qualificados.”.



Em Março de 2000, foi adoptado, no Conselho Europeu de Lisboa, o objectivo estratégico de “tornar a União Europeia no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social”.

Assim, no contexto europeu e ao nível da definição de políticas de promoção dos factores territoriais de empregabilidade, o conceito de coesão territorial aponta para a necessidade de coordenar as políticas sectoriais comunitárias cujo impacto territorial é relevante, através da adopção de um verdadeiro quadro territorial de referência. Quer isto dizer que a intervenção das políticas deve, em muitas situações, ir além das delimitações regionais tradicionais: há regiões que, independentemente da localização no espaço europeu, requerem políticas sectoriais (por exemplo, de criação de emprego ou formação profissional) comuns.

A transposição destas orientações para o contexto nacional ao nível do mercado de trabalho sugere que os problemas e as oportunidades específicos de cada região – e, em alguns casos, evidentes mesmo ao nível do município ou para escalas de análise de menor dimensão – sejam abordados de forma diferenciada, através da definição de estratégias orientadas para o mercado de trabalho assentes na valorização dos recursos locais como o são as competências dos recursos humanos.

A própria política regional europeia diferencia o grau de desenvolvimento das regiões, de modo a que a intervenção possa igualmente basear-se em estratégias e instrumentos diferenciados mais adequados a cada território²³. Nas regiões abrangidas pelo objectivo “Convergência”, a política europeia deverá apostar quer nos domínios materiais (associados a equipamentos e infra-estruturas), quer nos domínios imateriais (inerentes à sociedade da inovação e do conhecimento), enquanto, nas regiões abarcadas pelo objectivo “Competitividade Regional e Emprego”, o estágio de desenvolvimento permite que a aposta se centre no domínio imaterial, em particular na qualificação dos recursos humanos.

Esta análise pretende contribuir para uma avaliação do grau de empregabilidade dos recursos humanos em função da sua qualificação e da sua mobilidade. Pretende-se, ainda, descrever e compreender as alterações mais significativas ocorridas na última década para estas dimensões de análise, tendo por referência a informação estatística disponível.

²³ O quadro territorial de referência para a aplicação da política regional europeia em Portugal é definido da seguinte forma: as regiões (NUTS II) do Norte, Centro, Alentejo e Açores são integradas no objectivo “Convergência”; a região do Algarve é enquadrada no regime transitório do objectivo “Convergência”, designado *Phasing Out* Estatístico; a região da Madeira é integrada no regime transitório do objectivo “Competitividade Regional e Emprego”, designado *Phasing In* e a região de Lisboa integra o objectivo “Competitividade Regional e Emprego” (www.qren.pt).



II.1. A educação e a formação como condições para a empregabilidade

Diplomados do ensino superior por 1 000 habitantes (20-29 anos): Diplomados do ensino superior / População residente dos 20 aos 29 anos * 1 000

Doutorados por 1 000 habitantes (25-34 anos): Doutorados / População residente dos 25 aos 34 anos * 1 000

Proporção da população activa com escolaridade obrigatória: População activa com escolaridade obrigatória / População activa * 100

Proporção da população activa sem escolaridade obrigatória: População activa sem escolaridade obrigatória / População activa * 100

Taxa bruta de escolarização: Número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) / População residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos * 100

Taxa de abandono escolar precoce: População residente com idade entre 18 e 24 anos que completou, no máximo, o 3º ciclo de escolaridade e que não participa em actividades de educação e formação / População residente com idade entre 18 e 24 anos * 100

Taxa de aprendizagem ao longo da vida: População residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação / População residente com idade entre 25 e 64 anos * 100

Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário (de um grupo etário específico): População residente que concluiu o nível de ensino secundário / População residente do grupo etário específico * 100

Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (de um grupo etário específico): População residente que concluiu pelo menos um grau do nível de ensino superior / População residente do grupo etário específico * 100

Taxa de escolarização do ensino superior: Alunos inscritos em cursos de formação inicial no ensino superior (entre os 18 e os 22 anos) / População residente dos 18 aos 22 anos * 100

Taxa de retenção e desistência: Número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte / Número de alunos matriculados nesse ano lectivo * 100

Taxa de transição/conclusão: Número de alunos que, no final de um ano lectivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) / Número de alunos matriculados nesse ano lectivo * 100



A educação e a formação ao longo da vida constituem um requisito fundamental para a empregabilidade dos indivíduos. As competências adquiridas – que naturalmente não se restringem à educação e à formação mas são igualmente de cariz comportamental – concedem aos indivíduos maior facilidade na obtenção e manutenção de um emprego e na transição entre empregos. Os territórios capazes de produzir capital humano de forma mais intensa e diversificada e reter ou atrair mão-de-obra qualificada tenderão a enfrentar menores desajustamentos no respectivo mercado de trabalho.

Procurar-se-á identificar as especificidades territoriais em termos de oferta de educação, atendendo às exigências dos diferentes níveis de ensino em termos do compromisso entre proximidade e centralidade dos equipamentos, da eficácia na transmissão de conhecimentos consubstanciada no sucesso escolar, do nível de escolaridade da população, em particular através da análise de indicadores auxiliares de diagnóstico como o abandono escolar precoce, a aprendizagem ao longo da vida ou a capacidade de produção de capital humano. A análise será, sempre que se entenda relevante, complementada pelo recurso a indicadores de disparidade que permitam aferir se as regiões têm evoluído no sentido de uma maior coesão.

A resposta às necessidades de educação

A coesão social pode ser aferida com base na equidade no acesso a bens e serviços considerados básicos, como é o caso da educação. O confronto entre o número de alunos matriculados em determinado nível de ensino e a população residente do grupo etário potencialmente frequentador desse nível de ensino permite analisar a capacidade que o território em questão tem de satisfazer as necessidades em termos de educação. Com o intuito de desenvolver este exercício, a cada nível de ensino foi associado um grupo etário específico, conforme mostra a Figura I.1.

Associação entre o nível de ensino e o grupo etário específico | Figura II.1

| Anos de idade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|---|---|---------------------------|---|---|---|----|---------------------------|----|----|---------------------------|----|----|-------------------|----|----|-----------------|----|----|--|--|
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | | |
| Ensino pré-escolar | | | 1º ciclo do ensino básico | | | | | 2º ciclo do ensino básico | | | 3º ciclo do ensino básico | | | Ensino secundário | | | Ensino superior | | | | |

Fonte: ME/GEPE (<http://www.gepe.min-edu.pt/np4/94.html>).

Nota: No caso do ensino superior, a definição do grupo etário teve por base o indicador “Alunos do ensino superior/população entre os 18 e os 22 anos” referido em <http://www.novasoportunidades.gov.pt/iniciativa.aspx>.

Procurou-se, então, analisar se a distribuição pelas unidades territoriais dos alunos matriculados é coincidente com a distribuição da população que potencialmente procura esse nível de ensino. Para os níveis de ensino do pré-escolar ao secundário, considerou-se que a unidade territorial relevante é o município com base em dados do ano lectivo 2000/2001 e do ano lectivo 2006/2007. Para o ensino superior, a análise foi conduzida com base na desagregação



territorial por sub-regiões NUTS III e com dados dos anos lectivos 2000/2001 e 2007/2008. Na base desta distinção em termos de nível territorial de análise, estão as especificidades dos diferentes níveis de ensino. Privilegia-se, para o ensino não superior, a proximidade do equipamento, sendo a análise conduzida ao nível municipal. No caso do ensino superior, uma vez que a área de influência de cada equipamento é tendencialmente maior, adopta-se o nível de análise sub-regional.

A análise é apoiada pela representação de curvas de concentração de Lorenz e pelo cálculo da medida de desigualdade designada de índice de Gini.

Curva de Lorenz e Índice de Gini | Caixa II.1

A **curva de concentração de Lorenz** é uma representação gráfica que se traduz na construção de uma curva que relaciona a distribuição acumulada de uma determinada variável com a distribuição acumulada de outra variável. Quanto maior o afastamento face à linha de igual distribuição, maior é a concentração da variável representada no eixo das ordenadas (no caso presente, o número de alunos matriculados) face à variável representada no eixo das abcissas (no caso presente, a população residente do grupo etário específico).

Para o cálculo do **índice de Gini (IG)**, utilizou-se a formulação proposta por Robinson (2000):

$$IG = \left(\frac{1}{2} \sum_{j=1}^n |x_j - y_j| \right) * 100$$

em que,

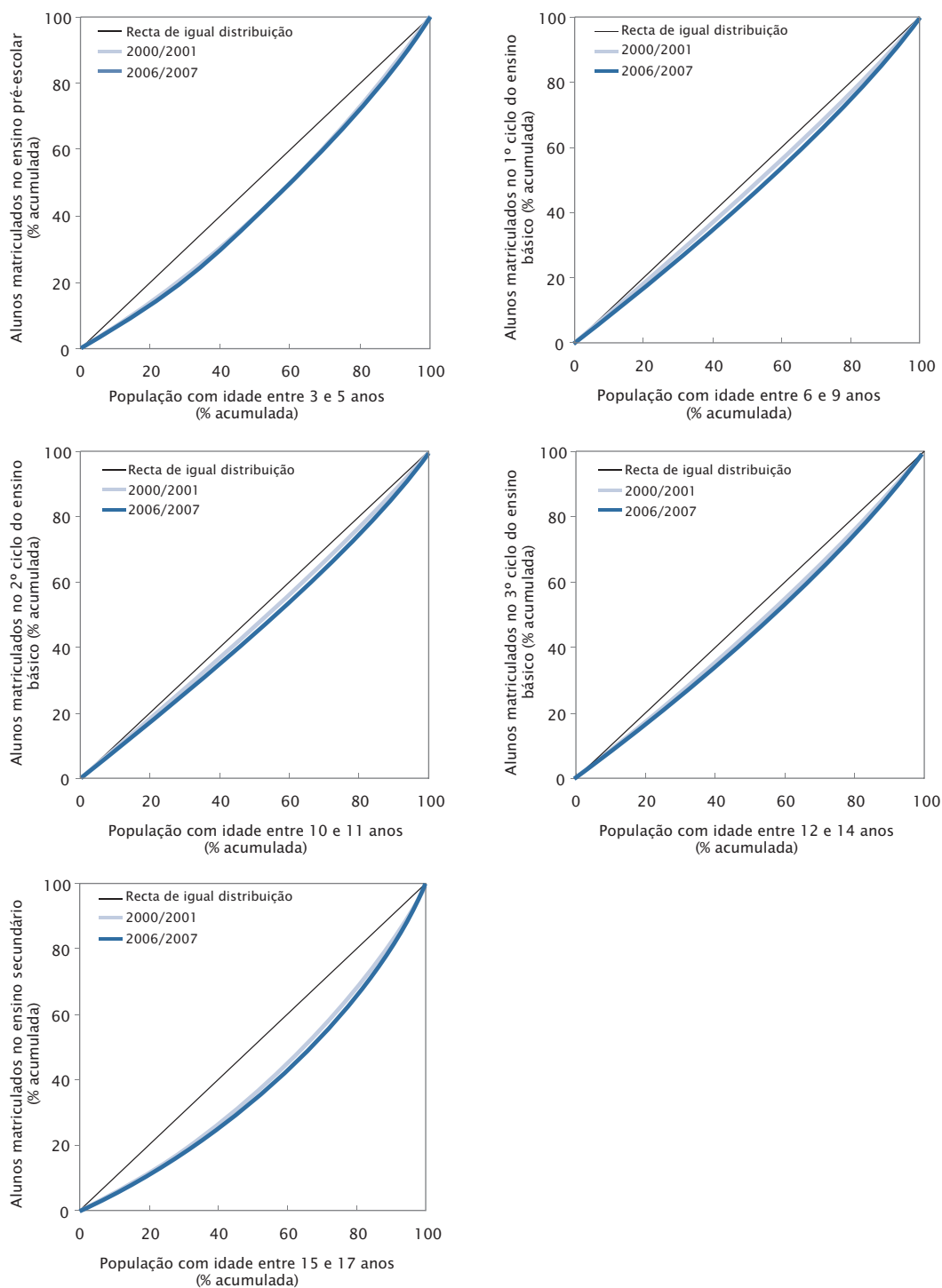
- x_j corresponde ao rácio entre a população do grupo etário específico no município (ou sub-região, para o ensino superior) j e a população do grupo etário específico no país; e,
- y_j corresponde ao rácio entre o número de alunos matriculados no nível de ensino no município (ou sub-região, para o caso do ensino superior) j e o número de alunos matriculados no nível de ensino no país.

O número de alunos é utilizado como indicador *proxy* das vagas existentes nos estabelecimentos de ensino e, portanto, da oferta de educação.

O índice varia entre 0 e 100, sendo que, quanto mais aproximada de 100 for a medida obtida, maior a desigualdade na distribuição do número de alunos matriculados face à população potencialmente utilizadora.



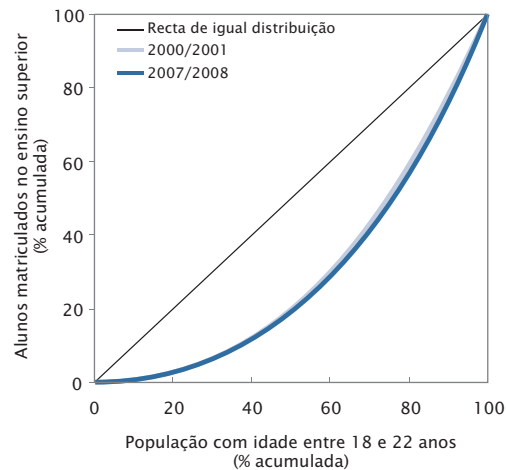
Curvas de concentração do número de alunos matriculados face à população residente do grupo etário específico, por município, nos anos lectivos 2000/2001 e 2006/2007 **Figura II.2**



Fonte: ME/GEPE. DREM - Direcção Regional de Estatística da Madeira. SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores. INE, Estimativas Anuais da População Residente. Cálculos próprios.



Curva de concentração do número de alunos matriculados no ensino superior face à população residente com idade entre 18 e 22 anos, por NUTS III, nos anos lectivos 2000/2001 e 2007/2008 | Figura II.3



Fonte: MCTES/GPEARl. INE, Estimativas Anuais da População Residente. Cálculos próprios.

Os dados sugerem que a concentração territorial é menos intensa nos três ciclos do ensino obrigatório do que nos restantes níveis de ensino (pré-escolar, secundário e superior). Por outro lado, com excepção do ensino pré-escolar, a concentração aumenta à medida que se avança no nível de ensino. No caso do ensino superior, apesar de a análise ter sido conduzida a um menor nível de desagregação geográfica, a disparidade entre a distribuição territorial do número de alunos matriculados e a distribuição territorial da população residente com idade entre os 18 e os 22 anos é mais significativa do que nos outros níveis de ensino.

No sentido de complementar a análise, procedeu-se ao cálculo do índice de Gini para cada um daqueles níveis de ensino. Assim, comparando a situação nos anos lectivos 2000/2001 e 2006/2007, constata-se que o país evoluiu no sentido de um maior acesso local ao ensino pré-escolar. Pelo contrário, entre os dois momentos, constata-se um menor acesso local aos ensinos básico e secundário, o que pode decorrer de processos de racionalização dos meios disponíveis através da concentração da oferta escolar. No respeitante ao ensino superior, os resultados sugerem a inexistência de alterações significativas entre os dois momentos temporais.



Índice de Gini da distribuição do número de alunos matriculados face à população residente do grupo etário específico, por nível de ensino | Figura II.4

| | Grupo etário | 2000 / 2001 | 2006/2007 |
|---------------------------|--------------|-------------|-----------|
| Ensino pré-escolar | 3 - 5 | 11,6 | 10,4 |
| 1º ciclo do ensino básico | 6 - 9 | 4,6 | 5,9 |
| 2º ciclo do ensino básico | 10 - 11 | 5,2 | 6,1 |
| 3º ciclo do ensino básico | 12 - 14 | 6,3 | 6,3 |
| Ensino secundário | 15 - 17 | 16,7 | 17,6 |
| | Grupo etário | 2000/2001 | 2007/2008 |
| Ensino superior | 18 - 22 | 31,2 | 31,8 |

A análise da distribuição territorial da oferta escolar sugere que, à medida que se avança no nível de ensino, aumenta a concentração territorial e, portanto, tende a diminuir o acesso local da população a estes equipamentos. A única exceção nesta lógica sequencial corresponde ao ensino pré-escolar com uma concentração espacial mais intensa do que a observada para o ensino obrigatório.

Em termos de evolução, apenas no ensino pré-escolar se tem registado uma tendência de menor concentração territorial, o que é consistente com a lógica de proximidade subjacente a este equipamento.

Da escolaridade obrigatória à aprendizagem ao longo da vida

O actual modelo de escolaridade obrigatória data de 1986, ano em que se aprovou uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) que fixou a escolaridade obrigatória em nove anos. Desde 1964 até àquela data, a escolaridade obrigatória em Portugal foi de seis anos. Martin e Viarengo (2007), num estudo sobre o processo de convergência da escolaridade obrigatória na Europa ocidental, para o período 1950-2000, concluem que, no conjunto dos 15 países em análise, Portugal foi aquele onde a escolaridade obrigatória mais se intensificou desde 1945. Não obstante, em vários países europeus, a escolaridade obrigatória é superior a nove anos: por exemplo, nos Países Baixos é de 12 anos e em Espanha e França é de 10 anos²⁴.

²⁴ "In the great majority of countries, full-time compulsory education lasts nine or ten years and continues until pupils are aged at least 15 or 16. However, full-time compulsory education lasts 11 years in Latvia, Luxembourg, Malta and the United Kingdom (England, Wales and Scotland), 12 years in the Netherlands and the United Kingdom (Northern Ireland) and 13 years in Hungary." Eurydice Information Network on Education in Europe [Acedido em 31 de Outubro de 2008]. <http://eacea.ec.europa.eu/portugal/page/portugal/Eurydice/FigurePage?pubid=052EN&figCode=052B1>

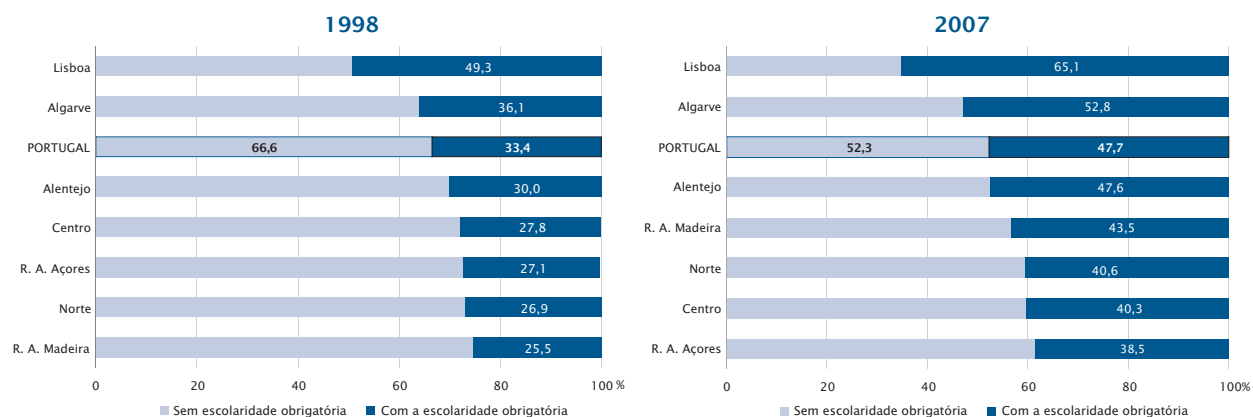


A evolução positiva da qualificação da força de trabalho tem sido comum a todas as regiões portuguesas. Entre 1998 e 2007, a importância relativa dos indivíduos activos com o 3º ciclo do ensino básico, com o ensino secundário e pós-secundário e com o ensino superior aumentou nas sete NUTS II. Pelo contrário, a proporção da população activa sem escolaridade ou com o 1º ciclo do ensino básico como nível de escolaridade máximo registou uma diminuição regionalmente generalizada.

Analisando a população activa com escolaridade obrigatória, constata-se que, entre 1998 e 2007, o acréscimo do nível de escolaridade foi mais acentuado na Região Autónoma da Madeira e no Sul do Continente (regiões do Alentejo, do Algarve e de Lisboa), onde essa variação superou os 15 pontos percentuais (p.p.). Na Região Autónoma dos Açores, a evolução foi menos acentuada (11 p.p.).

Em consequência da trajectória registada, Lisboa e o Algarve mantiveram-se, em 2007, as únicas regiões com uma proporção da população activa com escolaridade obrigatória superior à média nacional mas a Região Autónoma da Madeira e o Norte, onde em 1998 aquele indicador tinha menor expressão (26% e 27%, respectivamente), deram lugar à Região Autónoma dos Açores (39%) e ao Centro (40%) que passaram a apresentar as menores proporções do país em 2007.

Proporção da população activa com e sem escolaridade obrigatória, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | Figura II.5



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Refira-se, por último, que, a par do acréscimo de escolaridade, se verifica uma redução nas assimetrias regionais, à luz do coeficiente de variação ponderado que passou de 29%, em 1998, para 22%, em 2007.



Disparidade inter-regional | Caixa II.2

A **disparidade inter-regional** é calculada com base no coeficiente de variação, ponderado pela variável de relativização do indicador:

$$\frac{\sqrt{\sum_{i=1}^N \left[(X_i - X_{PT})^2 * \frac{P_i}{P_{PT}} \right]}}{X_{PT}} * 100$$

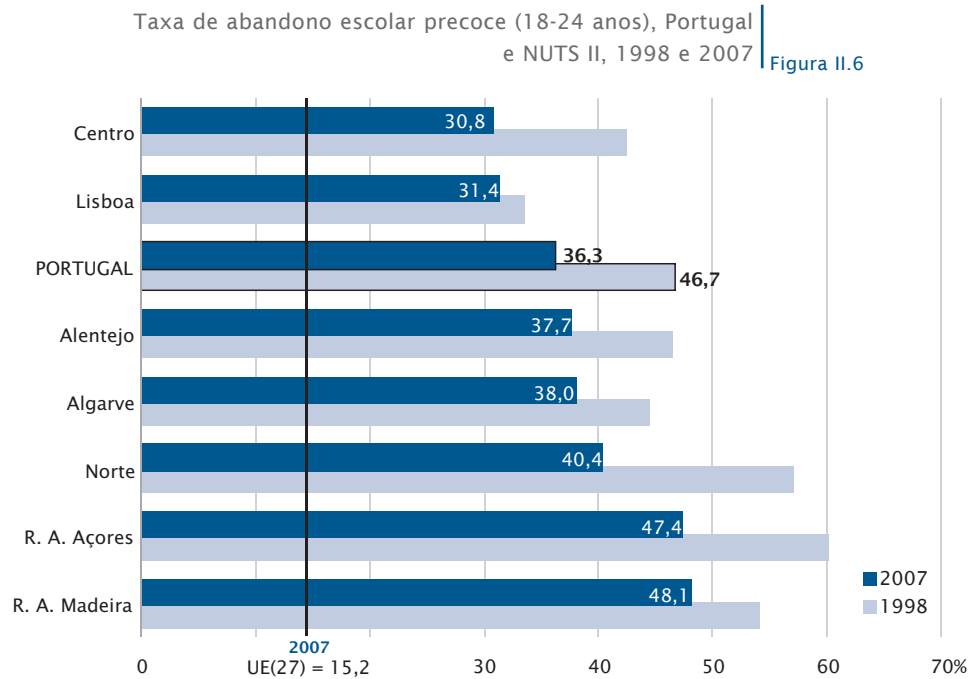
em que,

- X_i corresponde ao indicador para a região i ;
- P_i corresponde à variável de relativização para a região i ;
- X_{PT} corresponde ao indicador para o país; e,
- P_{PT} corresponde à variável de relativização para o país.

Há um conjunto de outros indicadores que sustentam a conclusão de que, na última década, o nível de escolaridade aumentou de forma generalizada a todas as regiões do país, apesar da distância relativa face à média europeia. A taxa de abandono escolar precoce permite uma leitura complementar.

Embora o abandono escolar dê, frequentemente, origem à entrada no mercado de trabalho e, em concreto ao acesso ao emprego, esse processo pode não se revestir da qualidade que teria, caso o indivíduo se mantivesse no sistema de ensino ou de formação. Mas, também neste caso, se tem registado uma evolução favorável. Com efeito, nos últimos 10 anos, este fenómeno perdeu expressão em todas as regiões portuguesas, com destaque para a região Norte. Atingia, em 2007, em Portugal, 36,3% dos indivíduos com idade entre os 18 e os 24 anos, o que significa mais do dobro da média europeia, a 27 Estados-membros (15,2%). Por referência ao ano de 2000, em Portugal, o indicador registou uma redução de 6 pontos percentuais enquanto, na União Europeia, a diminuição foi de 2,4 pontos percentuais.

O fenómeno apresentava maior incidência nas regiões autónomas, à semelhança do que já acontecia em 1998, atingindo, em 2007, perto de metade dos indivíduos dos 18 aos 24 anos. Com efeito apesar da clara recuperação, visível sobretudo na Região Autónoma dos Açores, a proporção de população residente daquele grupo etário que concluiu no máximo o 3º ciclo do ensino básico - isto é, que, no caso português, tem, no máximo, a escolaridade obrigatória - e que não se encontrava em educação e formação era de cerca de 48%, em ambas as regiões autónomas.



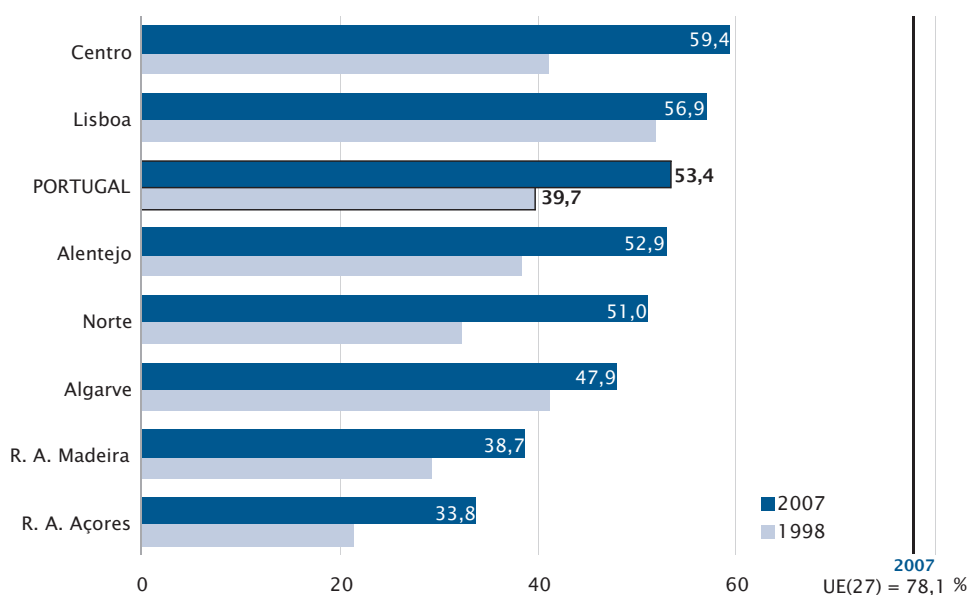
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. Eurostat, Indicadores estruturais.

Este indicador seleccionado pela Comissão Europeia como indicador estrutural (*Early school leavers*), no âmbito da coesão social, teve uma evolução positiva em todas as regiões, acompanhada de uma redução nas assimetrias regionais, tendo o correspondente coeficiente de variação ponderado pela população com idade entre os 18 e os 24 anos passado de 21%, em 1998, para 14%, em 2007 [Caixa II.2].

Também a taxa de escolaridade do nível de ensino secundário constitui um indicador estrutural da Comissão Europeia (*Youth education attainment level*). Em 2007, mais de metade (53,4%) dos jovens portugueses dos 20 aos 24 anos tinha completado o ensino secundário e, por conseguinte, completado um ciclo de ensino para além da escolaridade obrigatória; em 1998, essa proporção era de 39,7%. Esta evolução favorável deve ser, contudo, complementada com a contextualização internacional: em 2007, no conjunto da União Europeia (a 27 Estados-membros) aquele indicador era de 78,1% e, portanto, superior ao observado em Portugal. Tendo por referência o ano de 2000, em Portugal, o indicador registou um acréscimo de 10,2 pontos percentuais enquanto, na União Europeia, o aumento foi de 1,5 pontos percentuais.



Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário
(20-24 anos), Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | Figura II.7



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. Eurostat, Indicadores estruturais.

Apenas no Centro e em Lisboa, aquela taxa de escolaridade superava a média nacional, atingindo no Centro três quintos dos jovens daquele grupo etário, porém abaixo da média europeia. No Algarve, em resultado de uma evolução pouco significativa no contexto nacional, o desempenho passou a estar abaixo da média nacional. A Região Autónoma dos Açores, apesar de uma evolução positiva, continuou a revelar o índice de qualificação menos favorável do país.

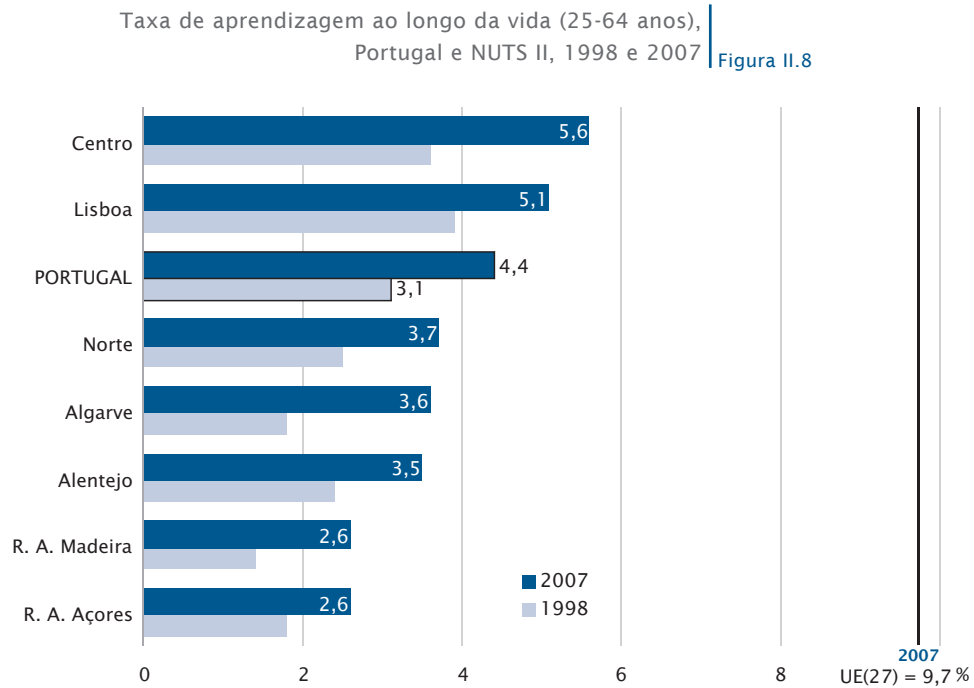
O facto de terem sido as regiões com menores níveis de escolaridade em 1998 as que revelaram uma evolução mais favorável nos últimos 10 anos, com destaque para a região Norte, permitiu que as assimetrias regionais se atenuassem, à luz do coeficiente de variação ponderado pela população daquele grupo etário que diminuiu de 21%, em 1998, para 11%, em 2007.

A aprendizagem ao longo da vida²⁵ tem constituído, no seio da União Europeia, uma aposta no sentido de aumentar os índices de qualificação da população e, portanto, de contribuir para a sua empregabilidade. Em 1998, a proporção da população residente com idade entre os 25 e os 64 anos que participava em actividades de educação e formação era, em Portugal, de 3,1%; em 2007, era de 4,4%, o que corresponde a menos de metade do valor médio europeu: 9,7%. Entre 2000 e 2007, em Portugal, o indicador registou um aumento de 1 ponto percentual enquanto, na União Europeia, o acréscimo foi de 2,4 pontos percentuais.

²⁵ O indicador da aprendizagem ao longo da vida representa a proporção da população residente com idade dos 25 aos 64 anos que, nas quatro semanas anteriores ao inquérito, recebeu acções de educação ou de formação.



É notória a intensificação deste fenómeno em todas as regiões portuguesas e o reforço da convergência regional, com o coeficiente de variação ponderado pela população com idade entre os 25 e os 64 anos a diminuir de 24%, em 1998, para 21%, em 2007.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. Eurostat, Indicadores estruturais.

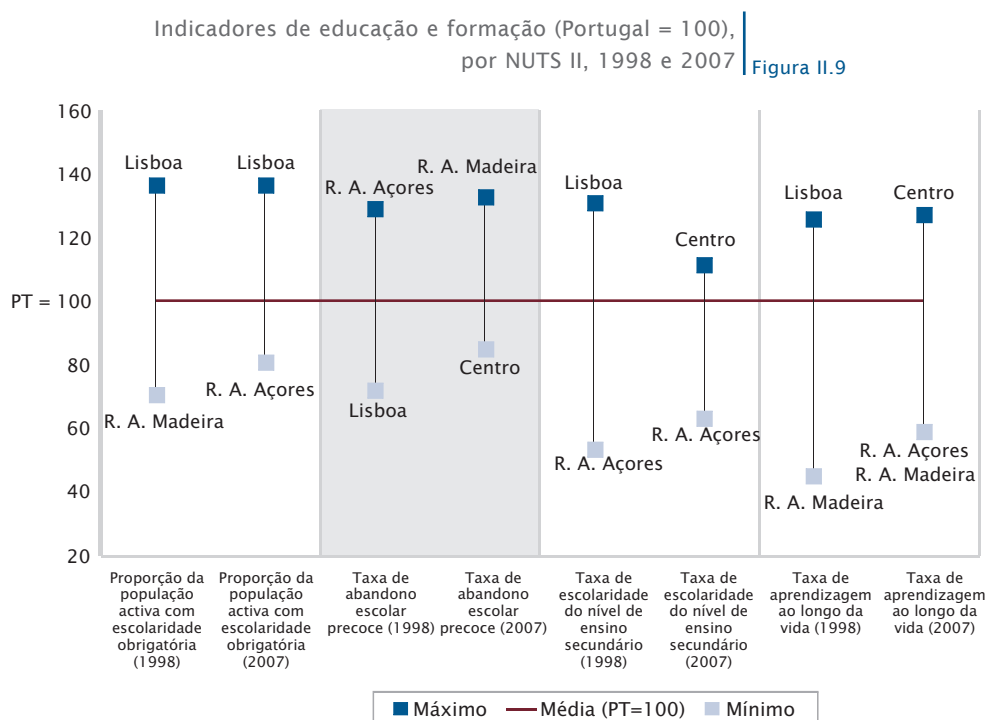
Apenas nas regiões Centro e Lisboa, era superada a média nacional deste indicador estrutural da Comissão Europeia (*Life-long learning*). E era nas regiões autónomas que a presença da aprendizagem ao longo da vida era menos intensa.



A análise desenvolvida por recurso aos quatro indicadores seleccionados destaca a evolução positiva ocorrida em todas as regiões portuguesas e a redução das assimetrias regionais. Importa, por isso, sublinhar que as disparidades regionais em termos de qualificação da população portuguesa se atenuaram, o que se consubstancia num reforço da coesão regional ao nível daquela condição para a empregabilidade.

Em termos da importância do cumprimento da escolaridade obrigatória entre a população activa, refira-se que apenas Lisboa e o Algarve mantêm uma proporção de indivíduos activos com escolaridade obrigatória acima da média nacional, apesar da já referida redução nas disparidades regionais.

No respeitante às taxas de escolaridade do ensino secundário, de abandono escolar precoce e de aprendizagem ao longo da vida, ressalta uma oposição entre as regiões Centro e Lisboa, por um lado, e as regiões autónomas, por outro lado, no respeitante às qualificações dos recursos humanos, sugerindo que, nas primeiras, há mais condições para uma efectiva empregabilidade dos indivíduos. Registe-se, ainda, o facto de a região Centro exibir, em 2007, naqueles três casos, indicadores da educação mais favoráveis do que Lisboa, ao contrário do que acontecia em 1998.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.



Inquérito ao Emprego | Caixa II.3

O **Inquérito ao Emprego (IE)** tem por principal objectivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socio-económicas. Tem, ainda, por objectivos:

- fornecer uma medida directa e comparável internacionalmente das alterações subanuais do emprego e desemprego;
- avaliar, ao longo do ano, o volume de determinados fenómenos do mercado de trabalho, como emprego, desemprego, horas trabalhadas, subemprego, mão-de-obra disponível, etc.;
- fornecer dados estruturais anuais relacionados com o nível de emprego e desemprego, particularmente taxas de desemprego regionais;
- criar uma base de dados com observações individuais, permitindo análises de padrões de comportamento e de fluxos de mão-de-obra.

O IE é dirigido a residentes em **alojamentos privados** no espaço nacional. Consideram-se residentes no alojamento, os indivíduos que, na semana de referência, vivam nesse alojamento, considerando ser essa a sua residência principal, e ainda os indivíduos que estejam ausentes do alojamento por períodos curtos de tempo, não ocupando outro alojamento de forma permanente. O inquérito é alargado às pessoas a viver em alojamentos colectivos que se consideram ter alguma contribuição, real ou potencial, para o Mercado de Trabalho, como é o caso dos indivíduos a cumprir o serviço militar e militares de carreira em quartéis, estudantes em escolas com internato ou em lares. A informação relativa a estas pessoas é recolhida nos alojamentos privados aos quais possam ser associadas, isto é, que aí tenham residência. São excluídos do âmbito deste inquérito todos os indivíduos a residir noutros alojamentos colectivos (hotéis, pensões e similares, instituições de assistência - asilos, orfanatos e lares de 3ª idade - e instituições religiosas) e indivíduos a viver em alojamentos móveis.

O IE é um inquérito contínuo que fornece **resultados trimestrais**, permitindo a produção de resultados intercalares referentes a quaisquer três meses consecutivos (mais precisamente, 13 semanas consecutivas). As características observadas no inquérito referem-se normalmente à situação no decorrer de uma semana predefinida (de Segunda a Domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e ano. As entrevistas realizam-se na semana imediatamente seguinte à semana de referência.

É um inquérito por **recolha directa**; a informação é obtida através de entrevista directa ao indivíduo em questão ou a outro membro do agregado, se o próprio não estiver presente e algum dos membros do agregado presentes for considerado apto a responder por ele. A recolha da informação é feita através de entrevista assistida por computador (*sistema CAPI - Computer Assisted Personal Interviewing*).

São observados dois tipos de unidade: **agregado doméstico privado** e **indivíduo**. A informação é recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo agregado.

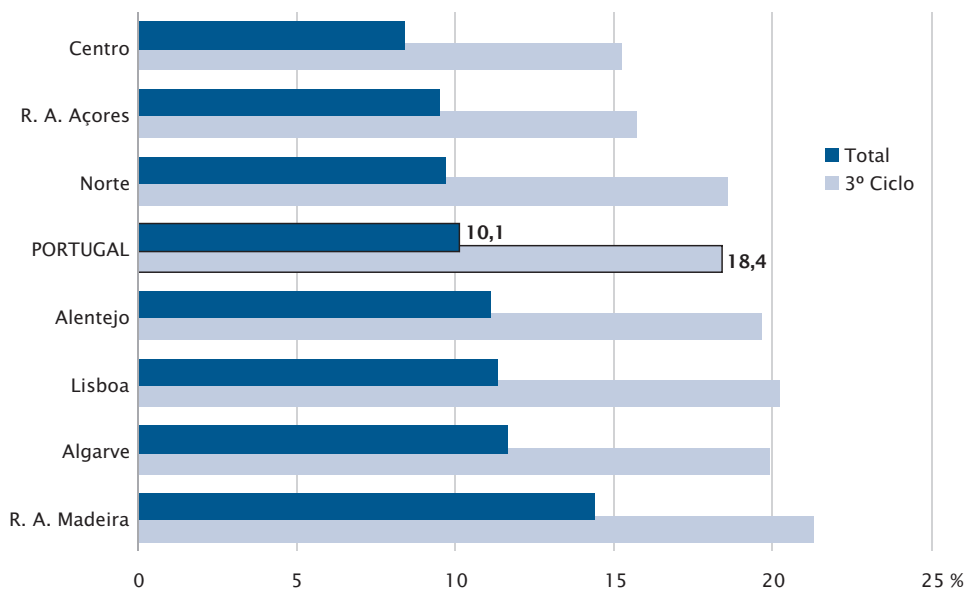


A transmissão de conhecimentos à luz do sucesso escolar

A leitura de indicadores de aproveitamento escolar permite complementar a caracterização dos territórios. No ano lectivo 1994/1995, Portugal apresentava uma taxa de retenção/desistência no ensino escolar obrigatório de cerca de 13%. Em 2006/2007, este valor tinha descido para 10,1%. Todavia, o mesmo indicador calculado só para os alunos a frequentar o 3º ciclo apresentava um valor de 18,4% (em 1994/1995, era de 16,6%); no 1º ciclo do ensino básico, aquela taxa de insucesso escolar passou de 10,8%, em 1994/1995, para 4,0%, em 2006/2007. Tal significa que a melhoria verificada nos níveis de aproveitamento escolar não tem sido idêntica nos vários ciclos que compõem a escolaridade obrigatória.

No ano lectivo 2006/2007, a Região Autónoma da Madeira e a região Centro apresentavam, respectivamente, o valor mais elevado e o mais baixo da taxa de retenção/desistência no ensino básico regular, considerando tanto a totalidade da escolaridade obrigatória, como apenas o ciclo terminal.

Taxas de retenção/desistência no ensino básico regular, Portugal e NUTS II, ano lectivo 2006/2007 **Figura II.10**

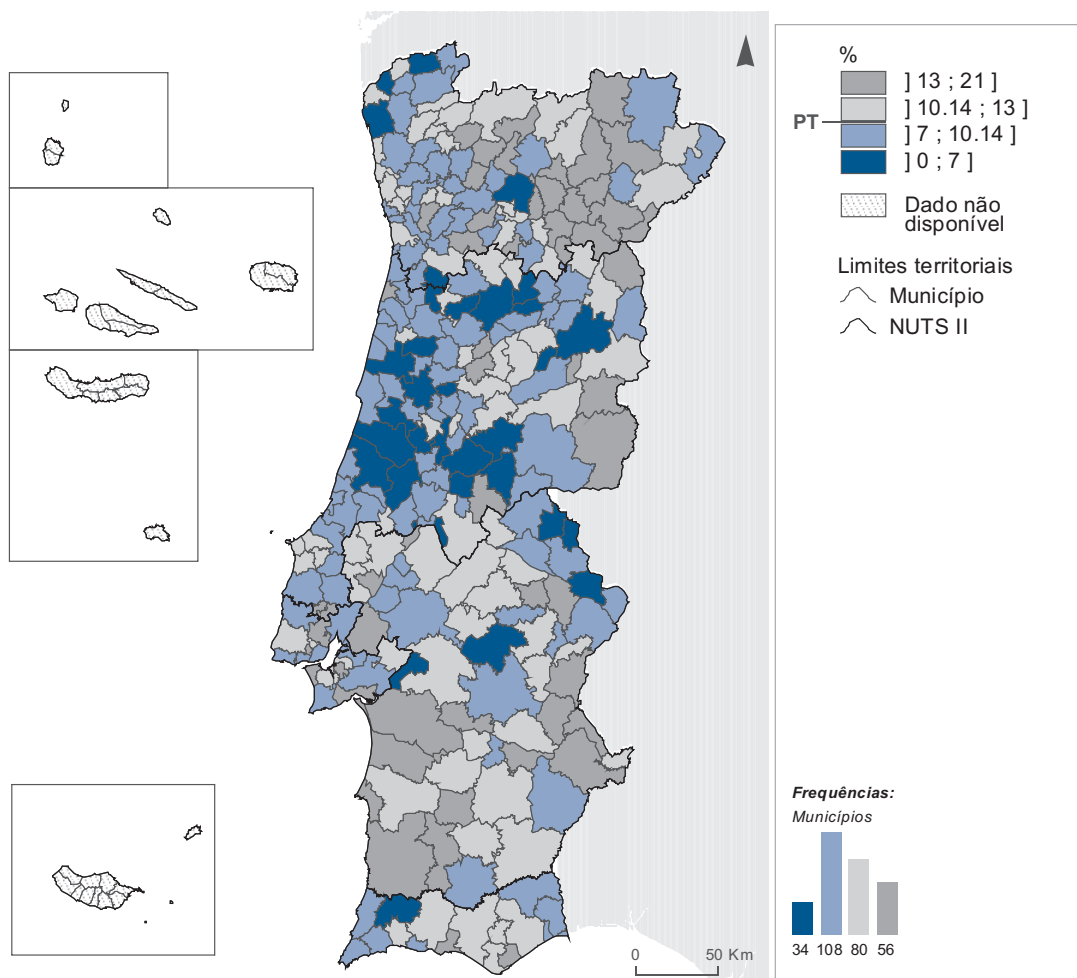


Fonte: ME/GEPE.

Uma observação ao nível municipal da taxa de retenção do ensino básico sugere que o insucesso escolar tem maior incidência no Interior Norte e no Sul do Continente, pertencendo as menores taxas de retenção aos municípios da região Centro e do Litoral da região Norte. Assim, enquanto na região Norte se constata a existência de assimetrias internas (sobretudo Litoral/Interior), na região Centro o sucesso escolar afigura-se mais generalizado.



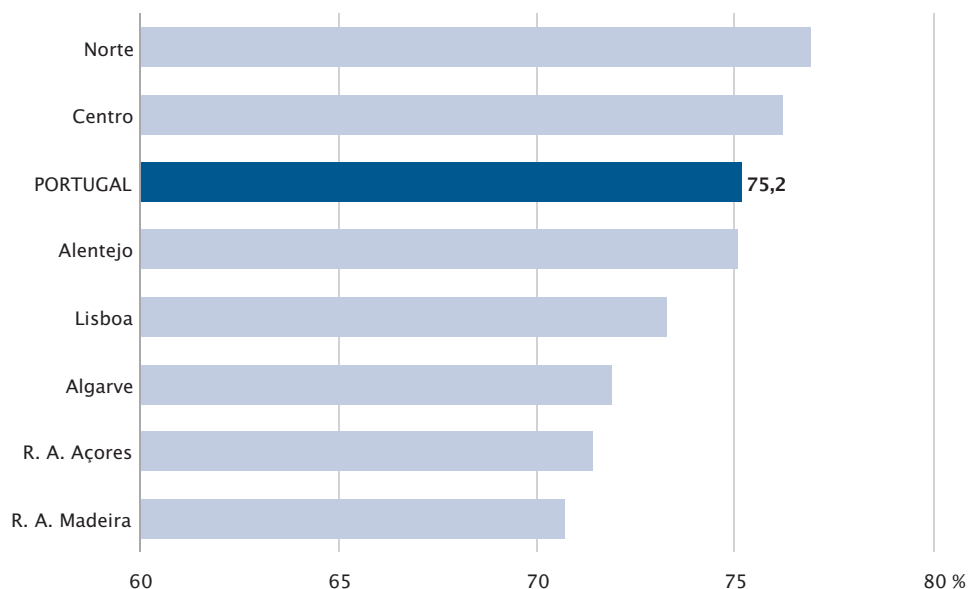
Taxa de retenção/desistência no ensino básico regular,
por município, ano lectivo 2006/2007 **Figura II.11**



Fonte: ME/GEPE.

Nota: Os dados relativos às regiões autónomas não estão disponíveis por município.

A taxa de transição/conclusão no ensino secundário tem registado variações ao longo da última década mas, desde o ano lectivo 2000/2001 (ano em que era de 60,6%), evidencia, ao nível nacional, uma tendência crescente, tendo atingido, em 2006/2007, 75,2%. À semelhança do verificado para o ensino básico, as regiões Norte e Centro apresentam maiores taxas de transição/conclusão no ensino secundário.

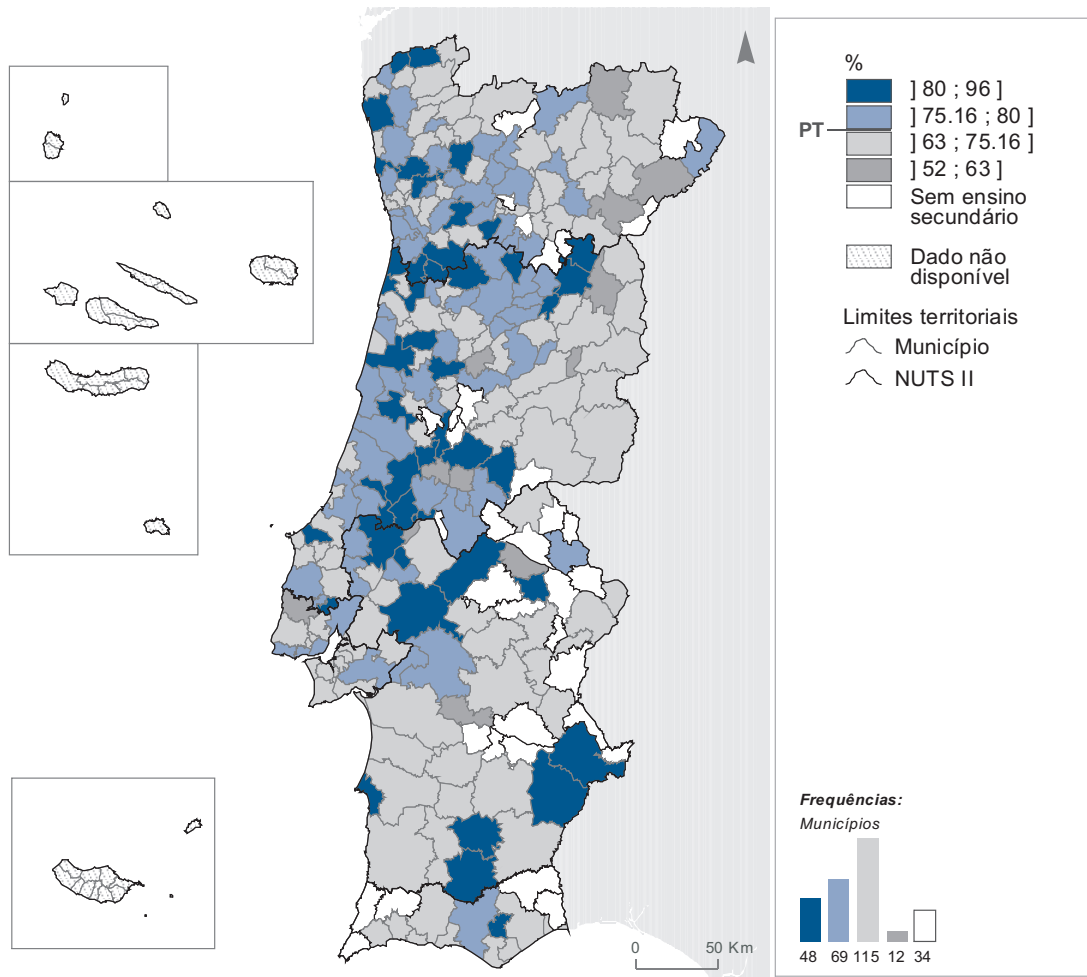
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário,
Portugal e NUTS II, ano lectivo 2006/2007 Figura II.12

Fonte: ME/GEPE.

Porém, também neste nível de ensino, o bom desempenho global da região Norte assenta na existência de disparidades internas em termos de uma leitura territorial Litoral/Interior: veja-se o conjunto de municípios do Interior Norte - Vinhais, Torre de Moncorvo, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros, Alijó, Mirandela, Montalegre, Vila Nova de Foz Côa e Peso da Régua, com taxas de sucesso aquém dos 67%, e, no outro extremo, Monção e Vale de Cambra, com taxas de sucesso superiores a 84%. A leitura do fenómeno no restante território continental sugere maior intensidade do insucesso escolar no Interior, sobretudo no Alentejo.



Taxa de transição/conclusão no ensino secundário,
por município, ano lectivo 2006/2007 Figura II.13



Fonte: ME/GEPE.

Nota: Os dados relativos às regiões autónomas não estão disponíveis por município.

Tanto ao nível do ensino básico como do ensino secundário, as regiões Centro e Norte evidenciam indicadores de sucesso escolar acima da média nacional, apresentando a região Norte assimetrias internas mais intensas. A Região Autónoma dos Açores evidencia uma taxa de retenção/desistência no ensino básico abaixo da média nacional, mas uma taxa transição/conclusão no ensino secundário abaixo do referencial nacional.

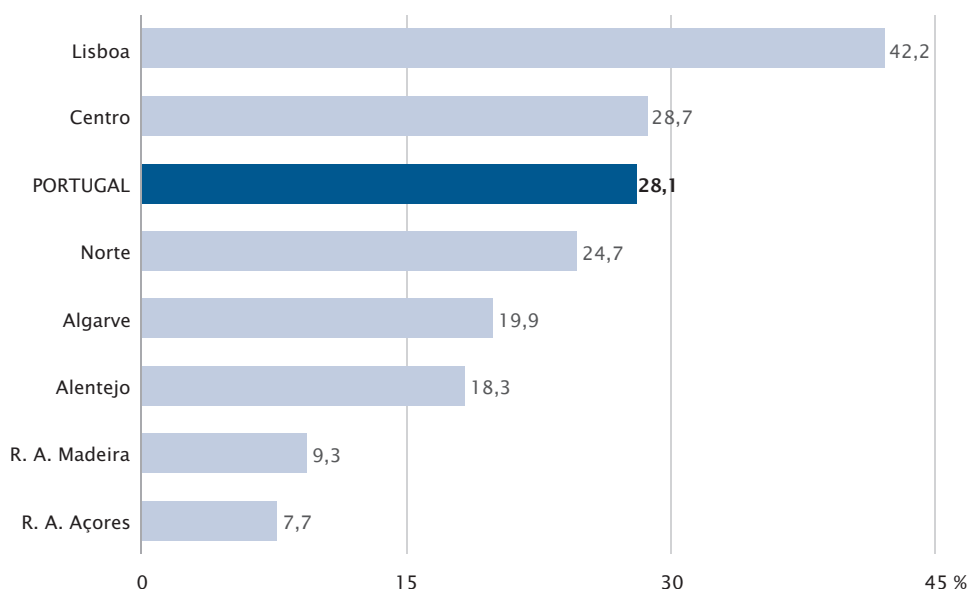


Da escolarização à escolaridade de nível superior

Em 1986, aquando da publicação da legislação que estabelece a actual Lei de Bases do Sistema Educativo, existiam ao nível nacional cerca de 92 mil alunos matriculados no ensino superior; em 2007/2008, este número ultrapassava 375 mil. Apesar desta evolução considerável, a OCDE observava, ainda em 2006, que o número de alunos que ingressava no ensino superior era reduzido e o nível de qualificação do capital humano insuficiente para responder aos desafios de competitividade e crescimento económico com que o país se depara (OCDE, 2006).

Ao nível regional, no ano lectivo 2007/2008, era na região de Lisboa que se verificava o maior número de alunos matriculados no ensino superior por habitante com idade entre os 18 e os 22 anos. A diferença observada entre Lisboa e as restantes regiões, para a taxa de escolarização no ensino superior, reflecte os efeitos de centralidade desta região. Além de Lisboa, apenas na região Centro o indicador era mais favorável do que para o conjunto do país (ainda que marginalmente), à semelhança do constatado para outros indicadores de educação analisados como as taxas de escolaridade do ensino secundário, de abandono escolar precoce e de aprendizagem ao longo da vida.

Taxa de escolarização no ensino superior, Portugal e NUTS II, ano lectivo 2007/2008 **Figura II.14**



Fonte: MCTES/GPEARL.

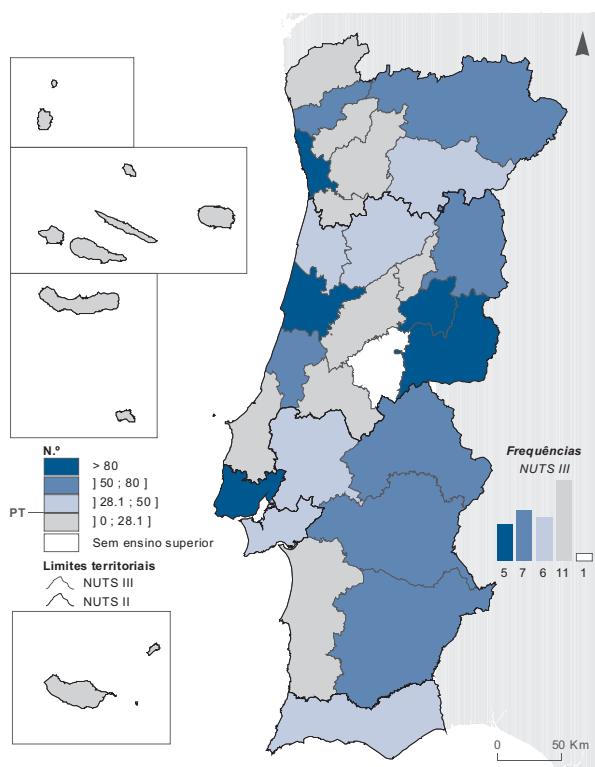
O resultado da participação no ensino superior pode ser traduzido pelo número de diplomados do ensino superior e, numa perspectiva de formação mais avançada, pelo número de doutorados pelos estabelecimentos de ensino localizados na região. Relativizando estes dois fluxos referentes ao ano de 2007 pela população residente dos grupos etários mais próximos da obtenção de cada uma daquelas formações, constata-se que, quer em termos de formação de primeiro nível,



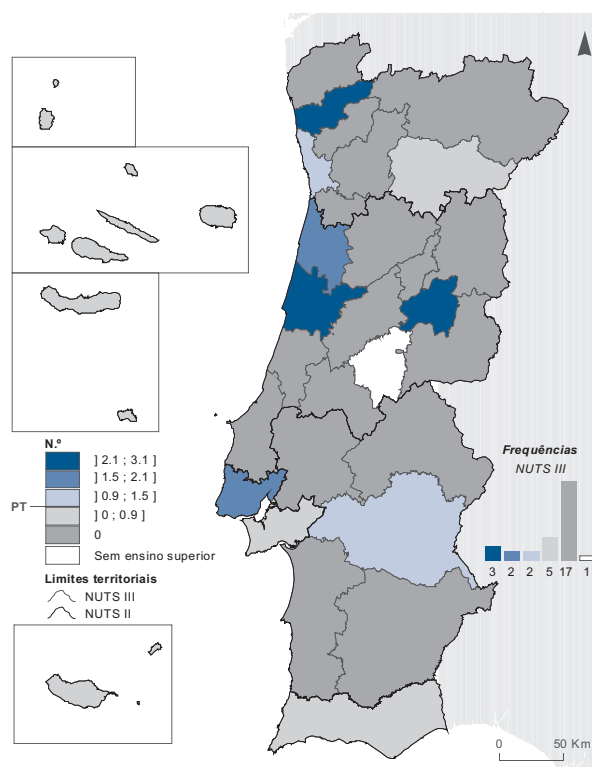
quer em termos de formação mais avançada, é nas regiões de Lisboa e do Centro que se revela maior capacidade relativa de produção de capital humano.

Uma análise geograficamente mais fina – ao nível das NUTS III – do indicador relativo a diplomados evidencia, pela positiva, cinco sub-regiões: o Baixo Mondego, a Beira Interior Sul (previsivelmente, em virtude da presença do Instituto Politécnico de Castelo Branco), a Grande Lisboa, a Cova da Beira (onde a Universidade da Beira Interior, na Covilhã, deverá ser determinante) e o Grande Porto.

Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes (20-29 anos), por NUTS III, 2007 | Figura II.15



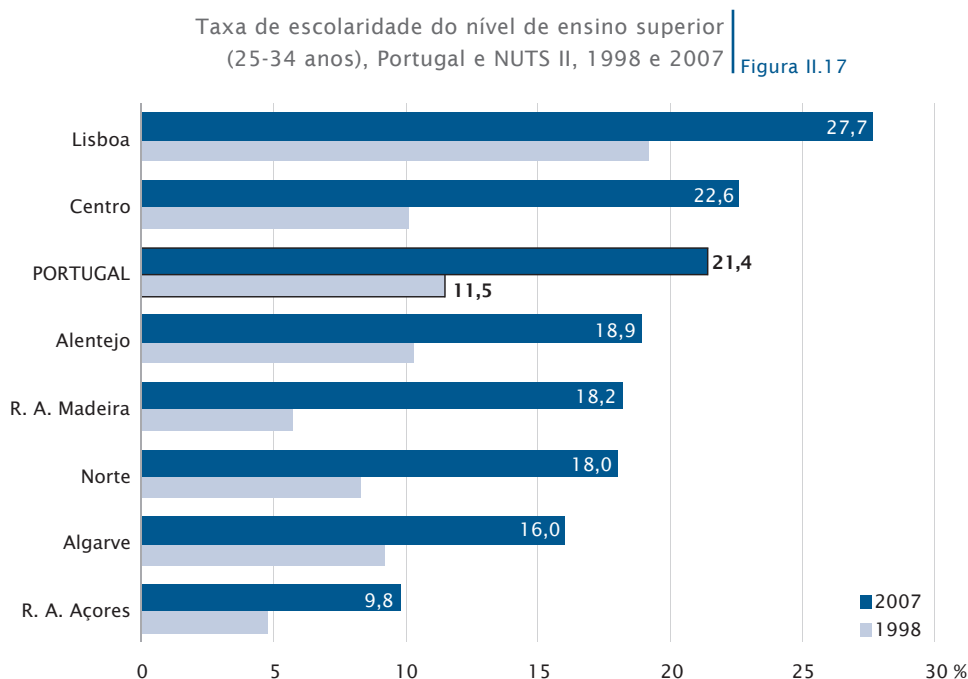
Doutorados por 1000 habitantes (25-34 anos), por NUTS III, 2007 | Figura II.16



Fonte: MCTES/GPEARl. INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Considerando o indicador relativo a doutoramentos, a Cova da Beira, o Baixo Mondego e o Cávado (para o que será determinante a presença da Universidade do Minho) são as sub-regiões que lideram. Destacam-se, ainda, além da Grande Lisboa e do Grande Porto, o Baixo Vouga e o Alentejo Central; a estas últimas sub-regiões está naturalmente associada a presença das Universidades de Aveiro e de Évora, respectivamente.

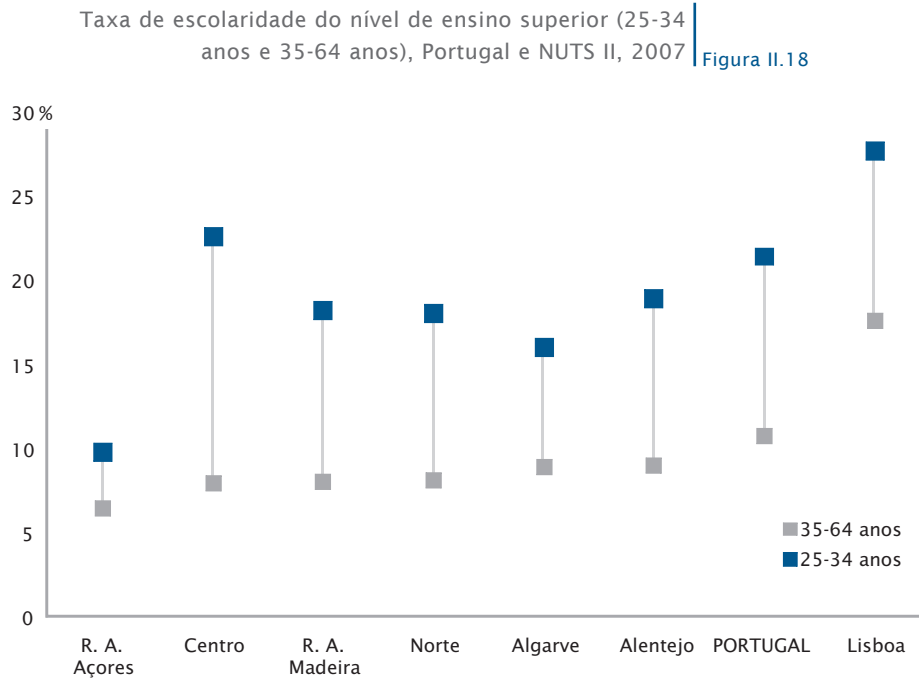
Complementarmente, importa avaliar a dotação de capital humano através das habilitações de nível terciário da população residente.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Para os indivíduos com idade entre os 25 e os 34 anos, Lisboa e Centro continuam a ser as únicas regiões a superar a média nacional. Importa ressaltar o desempenho registado na Região Autónoma da Madeira pelo acréscimo na última década na taxa de escolaridade do nível de ensino superior [Figura II.17].

Entre 1998 e 2007, assistiu-se a uma redução nas assimetrias regionais da proporção de indivíduos com idade entre os 25 e os 34 anos com habilitação de nível superior, de acordo com o cálculo do coeficiente de variação ponderado que passou de 41% para 21%. Por outro lado, em todas as regiões NUTS II portuguesas se constata uma evolução intergeracional positiva em termos da incidência da habilitação de nível superior, com particular destaque para a região Centro, onde aquela incidência no grupo etário dos 25 aos 34 anos é superior em 14 pontos percentuais à expressão do fenómeno entre os indivíduos com mais idade. Com efeito, a disparidade inter-regional ao nível da escolaridade da geração mais nova era, em 2007, menor do que a observada para a geração mais velha: 21% e 40%, respectivamente.



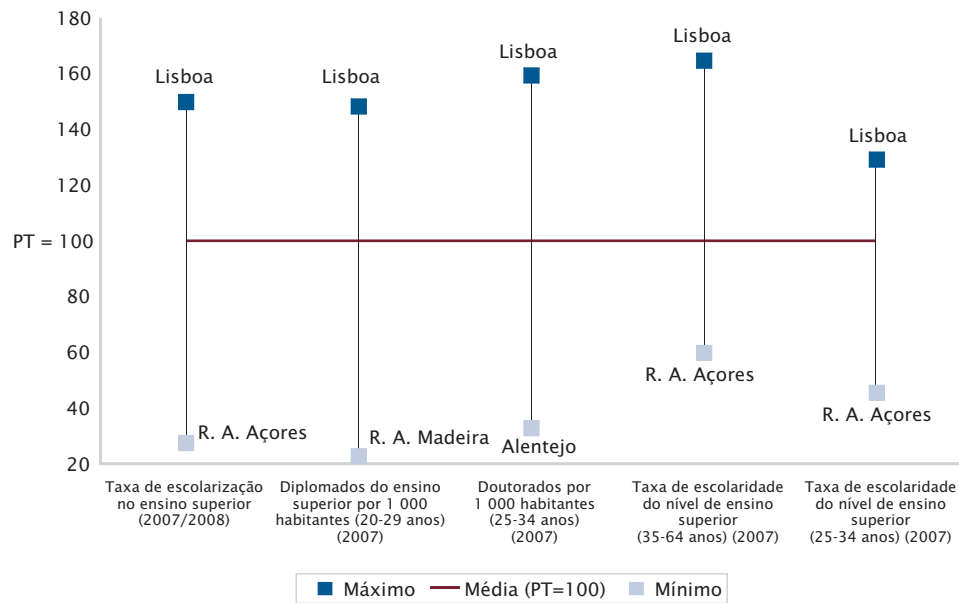
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A escolaridade de nível superior tem-se intensificado em todas as regiões portuguesas. A par desta constatação, importa assinalar a redução das disparidades regionais observada quer ao longo da última década, quer em termos intergeracionais.

Na análise de indicadores relativos ao ensino superior – em termos de participação, de concessão de graus académicos e de escolaridade da população residente – destaca-se a região de Lisboa. Por outro lado, a Região Autónoma dos Açores revela o maior desnível face ao contexto nacional. Sublinha-se, ainda, a região Centro que se situava em 2007 acima da média nacional nas taxas de escolarização e de escolaridade do ensino superior. O desempenho regional é, em termos de participação e de formação, naturalmente dependente da localização dos estabelecimentos de ensino superior cujo grau de concentração é, por natureza, mais intenso do que o que ocorre para os outros estabelecimentos de ensino.



Indicadores de educação de nível superior
(Portugal = 100), por NUTS II, 2007 Figura II.19



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. MCTES/GPEARl. INE, Estimativas Anuais da População Residente.



II.2. O acesso ao emprego e a empregabilidade

Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sexo: Coeficiente de variação do ganho médio mensal ponderado pelo peso do emprego em cada sexo no total do emprego da respectiva unidade territorial.

Proporção de quadros superiores com habilitações ao nível do 1º ciclo ou inferior: População empregada com profissão de quadro superior com habilitações ao nível do 1º ciclo ou inferior / População empregada com profissão de quadro superior * 100

Proporção de trabalhadores a tempo parcial que escolheram trabalhar a tempo parcial: População empregada a tempo parcial que escolheram trabalhar a tempo parcial / População empregada a tempo parcial * 100

Proporção de trabalhadores com horário de trabalho por turnos: População empregada com horário de trabalho por turnos / População empregada * 100

Proporção de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do ensino superior: População empregada com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do ensino superior / População empregada com profissões intelectuais e científicas * 100

Proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior: População empregada com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior / População empregada com profissões não qualificadas * 100

Proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana: População empregada com trabalho habitual ao fim-de-semana / População empregada * 100

Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo: População empregada por conta de outrem com contratos a termo / População empregada por conta de outrem * 100

Taxa de actividade: Taxa que permite definir o peso da população activa no total da população.

Taxa de emprego: Taxa que permite definir o peso da população empregada no total da população.



Na análise do acesso ao emprego, considera-se que os indivíduos apresentam diferentes características que se assumem relevantes para a sua integração no mercado de trabalho. Por outro lado, as regiões têm bases económicas e estruturas de actividade distintas que lhes conferem uma diferenciação regional ao nível da procura de trabalho por parte das empresas. Neste contexto, a inserção no mercado de trabalho processa-se de modo distinto consoante a conjugação daqueles dois factores permita maior ou menor facilidade dos indivíduos para obter um emprego.

A qualificação é um dos factores preferenciais por parte dos indivíduos para obter elevados níveis de empregabilidade; todavia, é apenas condição necessária e não suficiente. Assim, dos elementos a considerar numa análise desta natureza, reteve-se:

- as características demográficas: sexo e idade;
- o tipo e o nível de qualificação académica e de formação profissional obtidos e as profissões exercidas;
- as condições de trabalho em termos de horário e vínculo contratual.

A abordagem regional que aqui se adopta incide sobre as disparidades existentes entre os diversos territórios ao nível do acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho regional. Significa, por isso, que um mesmo indivíduo com um determinado conjunto de características inatas ou adquiridas, observáveis ou não, poderá ter diferentes níveis de acesso ao mercado de trabalho, consoante os territórios onde resida.

A análise relativa ao mercado de trabalho incidirá, assim, sobre o lado da procura de emprego (oferta de trabalho), através da caracterização da população activa.

A segmentação por sexo e idade

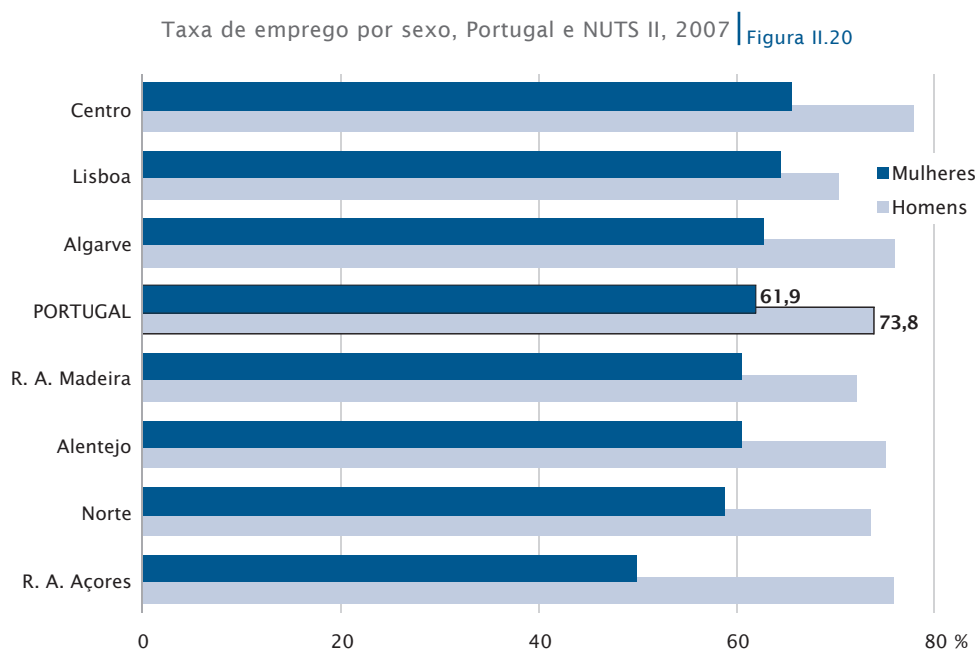
As políticas de acesso ao emprego têm privilegiado a igualdade no acesso ao mercado de trabalho. Na prática, essa acessibilidade processa-se de diferentes modos, consoante a franja populacional e o espaço geográfico a que se referem²⁶.

As mulheres têm apresentado sistematicamente taxas de emprego inferiores às dos homens, tendo contudo, ao longo da última década, vindo a esbater-se esta diferença em todas as regiões portuguesas, com particular destaque para o Alentejo, onde a participação feminina aumentou em 11 pontos percentuais (p.p.).

²⁶ Ao nível do espaço geográfico, não são contempladas diferenciações de profissões ou funções.



Em 2007, Lisboa era a região onde a disparidade entre sexos no acesso ao emprego era menor (5,8 p.p.) e o Centro a região onde se verificava a mais alta taxa de emprego das mulheres (65,5%). Pelo contrário, na Região Autónoma dos Açores, a diferença de taxas de emprego entre sexos era de 26 pontos percentuais, revelando uma menor participação das mulheres no mercado de trabalho, que, neste ano, correspondia a cerca de metade da população feminina. Apesar disso, e com base no coeficiente de variação ponderado pela população feminina, pode constatar-se, entre 1998 e 2007, uma redução das assimetrias regionais da taxa de emprego das mulheres (de 7,0% para 5,5%).

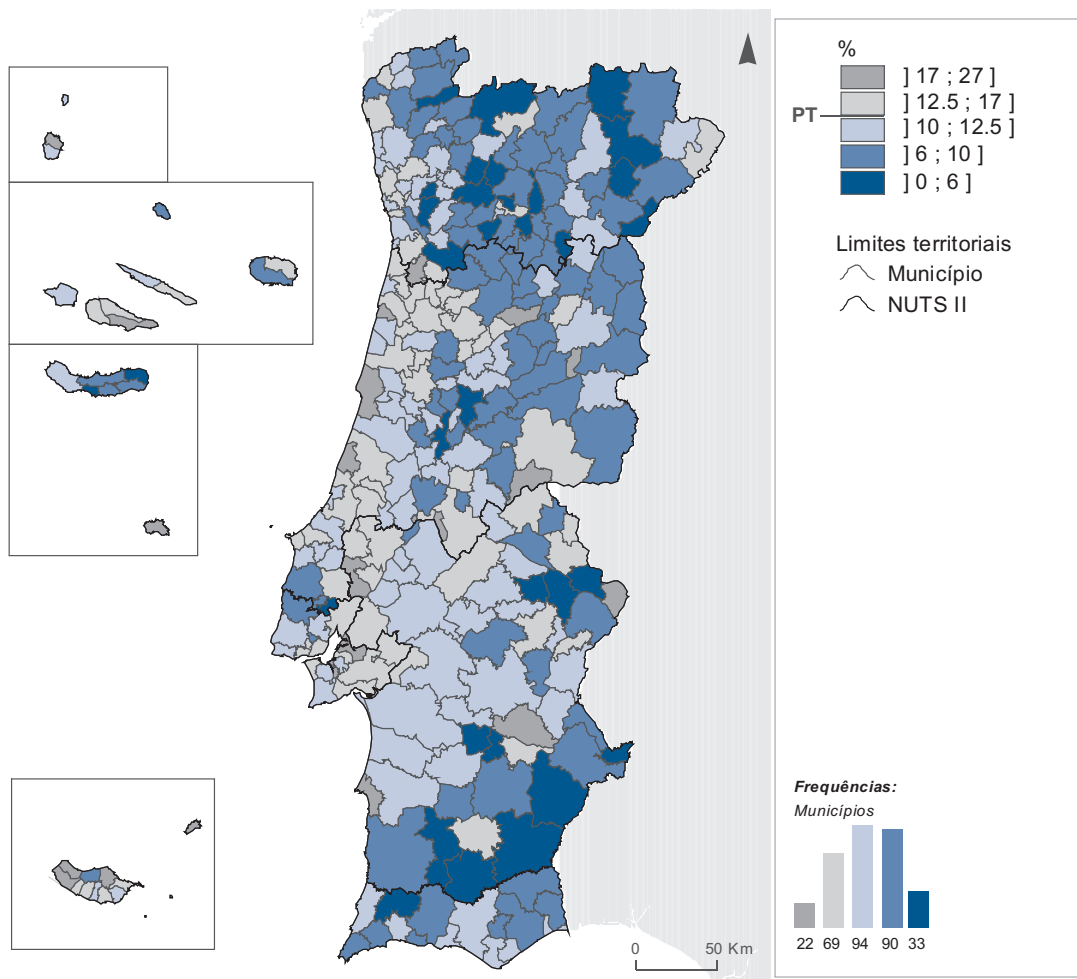


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Analisando as remunerações dos trabalhadores por conta de outrem através do respectivo ganho médio mensal, verifica-se que, em 2006, apenas em 27 dos 308 municípios do país, a remuneração média das mulheres superava a dos homens.



Disparidade do ganho médio mensal por sexo dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município, 2004-2006 | Figura II.21



Fonte: MTSS/GEP, Quadros de Pessoal.

Considerando a média do período 2004-2006, de forma a controlar eventuais comportamentos extraordinários, a disparidade do ganho médio mensal entre sexos permite ilustrar a importância dessa disparidade, na medida em que é ponderada pelo número de trabalhadores de cada um dos dois segmentos²⁷ [Figura II.21], configurando disparidades menos expressivas no Interior das regiões Norte, Centro e Alentejo e mais acentuadas no Litoral continental e nas regiões autónomas.

²⁷ A disparidade foi calculada com base no coeficiente de variação ponderado pelo emprego das duas categorias (sexo masculino e sexo feminino) no total do emprego da respectiva unidade territorial:

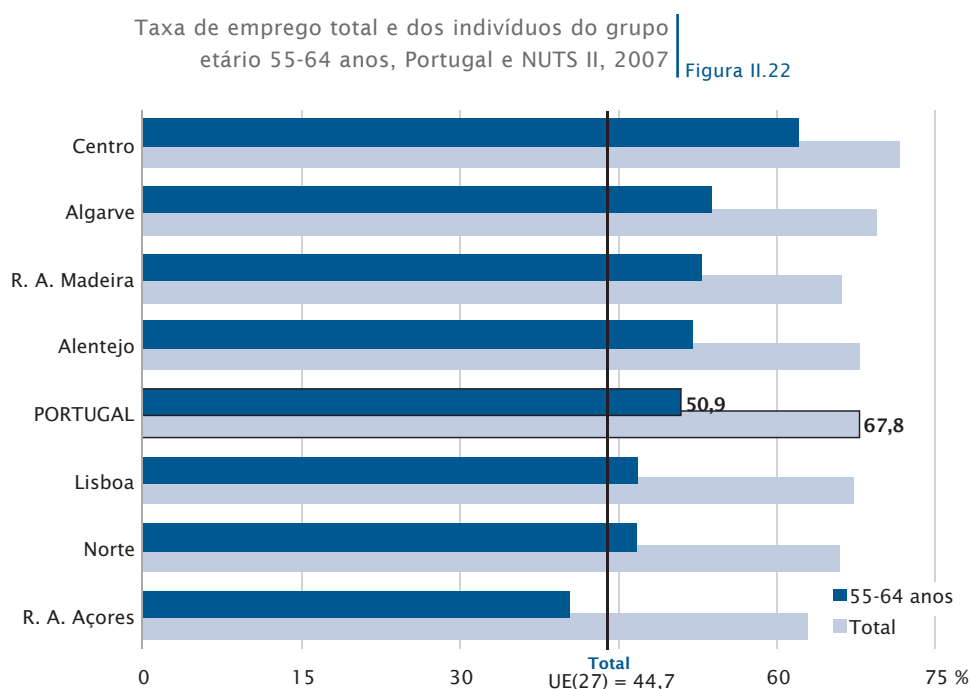
$$\frac{\sqrt{(G_M - G_{HM})^2 * \frac{T_M}{T_{HM}} + (G_H - G_{HM})^2 * \frac{T_H}{T_{HM}}} * 100}{G_{HM}}$$

em que G e T são, respectivamente, o ganho médio mensal e o número de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa e os índices M e H referem-se aos sexos feminino e masculino, respectivamente.



A idade pode igualmente assumir-se como um factor diferenciador no acesso ao emprego. A taxa de emprego dos indivíduos dos 55 aos 64 anos é um indicador estrutural definido pela Comissão Europeia para medir a participação no mercado de trabalho da população mais envelhecida. Em Portugal, esta taxa tem-se situado nos 50% da população da mesma faixa etária, o que significa que metade da população entre os 55 e os 64 anos de idade está empregada: em 2007, era de 50,9% e, portanto, superior à média europeia da União Europeia a 27 Estados-membros que era de 44,7%.

Por região, e para este grupo etário, as taxas de emprego eram mais baixas na Região Autónoma dos Açores (40,5%), no Norte (46,7%) e em Lisboa (46,9%). Na região Centro, com uma taxa de emprego superior a 60% (62,1%), verifica-se a maior participação dos indivíduos do grupo etário dos 55 aos 64 anos no mercado de trabalho, em 2007.

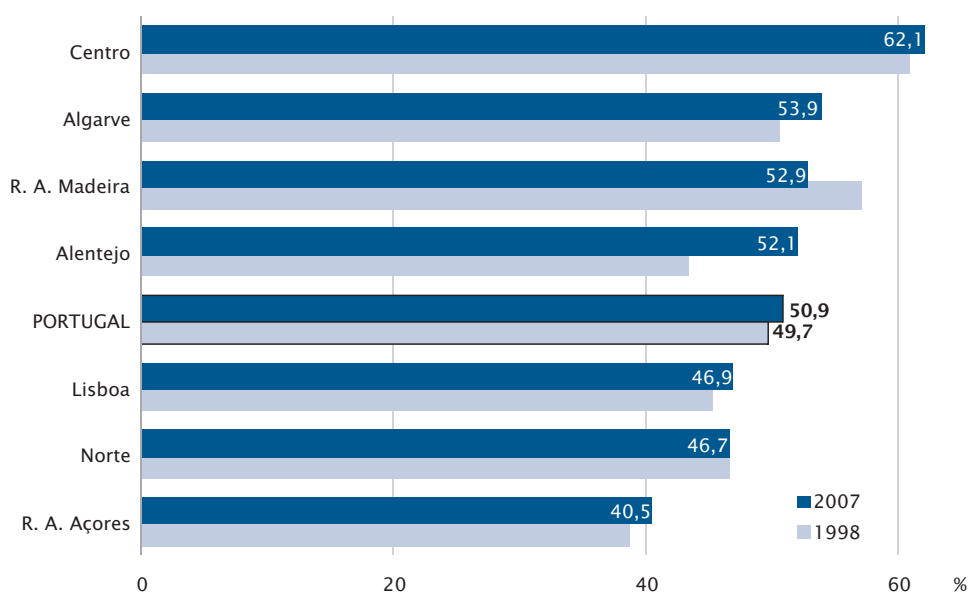


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. Eurostat, Indicadores estruturais.

Neste grupo etário, a taxa de emprego nacional aumentou nos últimos 10 anos. Ao nível regional, a Região Autónoma da Madeira constituiu a única excepção, na medida em que a proporção de empregados entre os 55 e os 64 anos no total da população passou de 57,1%, em 1998, para 52,9%, em 2007. O acréscimo mais significativo na taxa de emprego dos indivíduos daquele grupo etário ocorreu no Alentejo (mais nove pontos percentuais). No conjunto das regiões portuguesas, à luz do coeficiente de variação ponderado pela população daquele grupo etário, registou-se, entre 1998 e 2007, uma redução das assimetrias regionais (de 13,6% para 12,6%).



Taxa de emprego dos indivíduos do grupo etário
55-64 anos, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | Figura II.23



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. Eurostat, Indicadores estruturais.

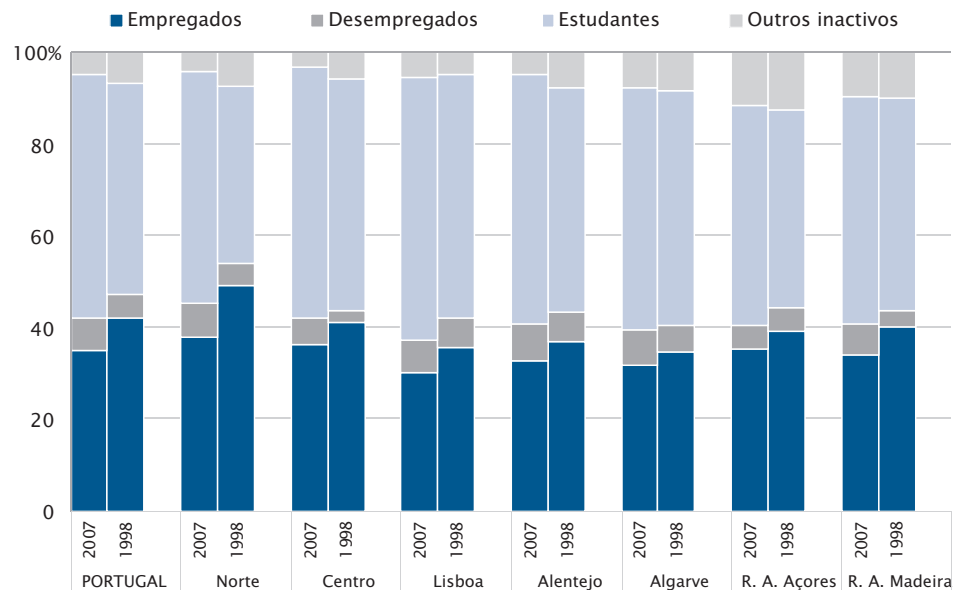
A presença dos jovens no mercado de trabalho tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 10 anos (OECD, 2008a: 32). De facto, a taxa de actividade dos indivíduos com idades entre os 15 e os 24 anos passou de 47,0%, em 1998, para 41,9%, em 2007.

Por um lado, essa diminuição tem resultado da entrada mais tardia dos jovens no mercado de trabalho devido ao prolongamento da participação no sistema educativo. Com efeito, a proporção de estudantes com idades entre os 15 e os 24 anos na população residente do mesmo grupo etário passou de 46,2%, em 1998, para 53,2%, em 2007. Esta evolução foi comum a todas as regiões NUTS II.

Por outro lado, em Portugal, a proporção de jovens desempregados na população residente jovem aumentou, entre 1998 e 2007, de 4,9% para 6,9%. Este comportamento generalizou-se a todas as regiões do país.



Repartição dos indivíduos do grupo etário 15-24 anos segundo a condição perante o trabalho, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | Figura II.24



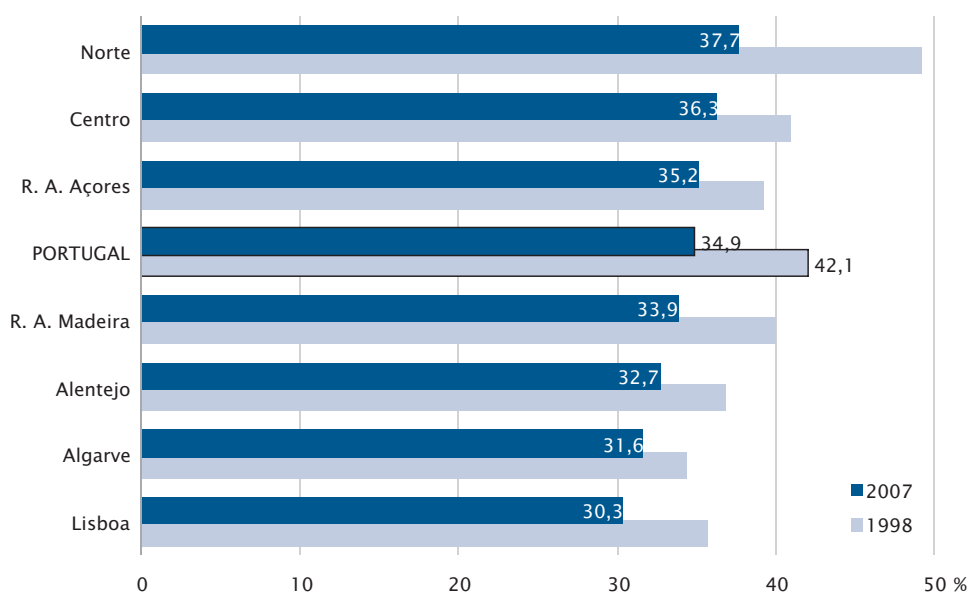
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A disparidade entre as regiões na taxa de emprego reflecte a diferente inserção no mercado de trabalho regional por parte dos jovens desta idade. A taxa de emprego dos jovens variava, em 2007, entre 37,7%, no Norte, e 30,3%, em Lisboa. No entanto, a evolução observada, entre 1998 e 2007, traduz uma redução das assimetrias regionais, na medida em que o coeficiente de variação da taxa de emprego dos jovens, ponderado pela população jovem, passou de 13,8% para 8,7%.



Taxa de emprego dos indivíduos do grupo etário 15-24 anos,
Portugal e NUTS II, 1998 e 2007

Figura II.25



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Analisando o acesso ao emprego com base na taxa de emprego, é possível concluir que se registou, entre 1998 e 2007 e à luz do coeficiente de variação ponderado, uma redução nas assimetrias regionais dos segmentos populacionais feminino e mais idoso (55-64 anos) e, sobretudo, no segmento jovem (15-24 anos).

A participação no mercado de trabalho dos indivíduos dos 55 aos 64 anos aumentou em todas as regiões, excepto na Região Autónoma da Madeira; o aumento da participação feminina foi generalizado a todas as regiões (com especial destaque para o Alentejo) assim como o decréscimo na participação jovem (com especial destaque para a região Norte).

A região Centro destacava-se, em 2007, pela participação mais expressiva do segmento populacional dos 55 aos 64 anos e das mulheres. Quanto aos jovens, a participação no mercado de trabalho era mais intensa na região Norte.

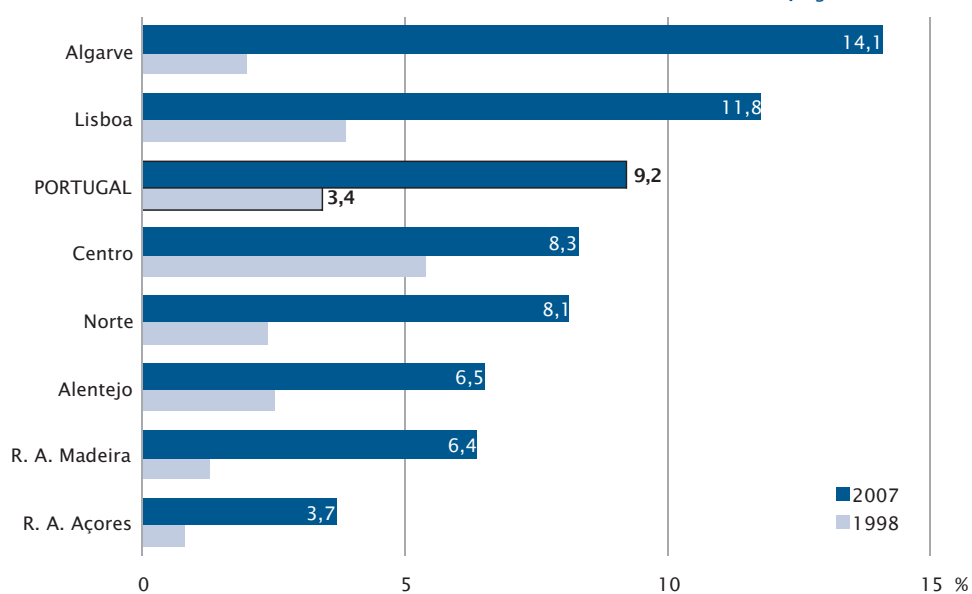


As profissões e as habilitações

A qualidade do acesso ao mercado de trabalho pressupõe a obtenção de um emprego compatível com as habilitações académicas detidas. Neste sentido, a relação entre as habilitações dos empregados e a profissão que ocupam, em cada região, constitui uma dimensão de análise do nível de adequação do mercado de trabalho.

O número de trabalhadores com habilitação de nível secundário ou superior com *profissões não qualificadas*²⁸ representava, em 2007, 9,2% do total de trabalhadores com profissões não qualificadas, enquanto, em 1998, essa proporção era de 3,4%.

Proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007



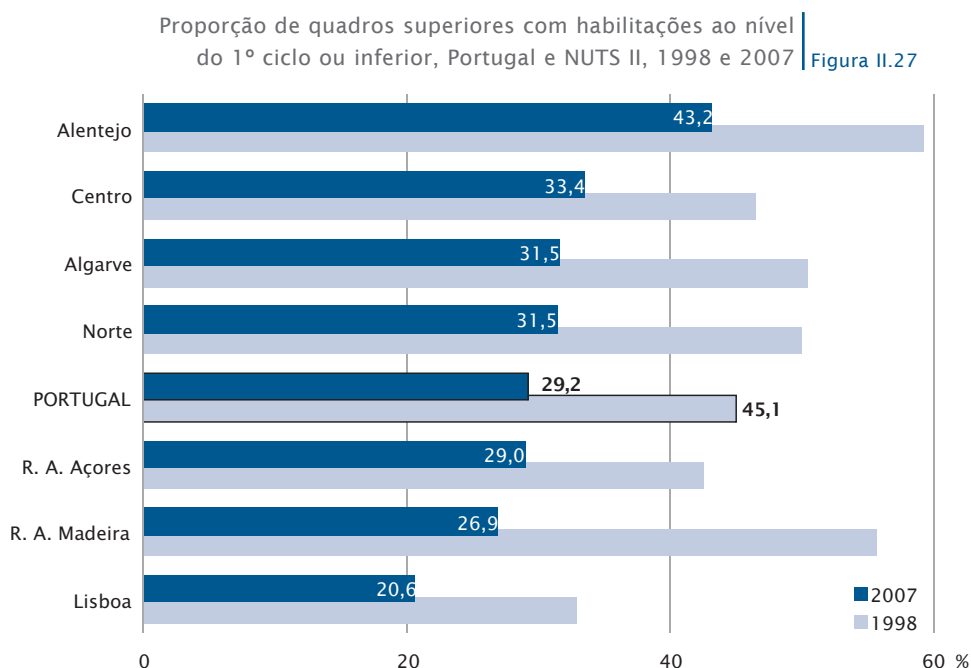
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Em Lisboa, em 2007, esse valor era de cerca de 12% e no Algarve ultrapassava 14%. Entre 1998 e 2007, este desajustamento ampliou-se em todas as regiões, tendo mais do que triplicado no Norte, em Lisboa, no Algarve e nas regiões autónomas; no Algarve, aquela proporção era sete vezes superior à verificada em 1998.

²⁸ "Os trabalhadores não qualificados executam tarefas simples e auxiliares para as quais é requerido esforço físico assim como a utilização de ferramentas e processos manuais. Classificam-se nos seguintes subgrupos: trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio, da agricultura e pescas e das minas, da construção e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes." (CNP, 1994: 579).



Por outro lado, os *quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa*²⁹ com habilitações inferiores ou iguais ao 1º ciclo do ensino básico que, em 1998, representavam 45% deste grupo profissional, em 2007, passam a representar 29%.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No Alentejo e na Região Autónoma da Madeira, em 1998, a proporção de quadros superiores com habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico ou inferior superava 50%, tendo-se registado uma redução significativa na última década.

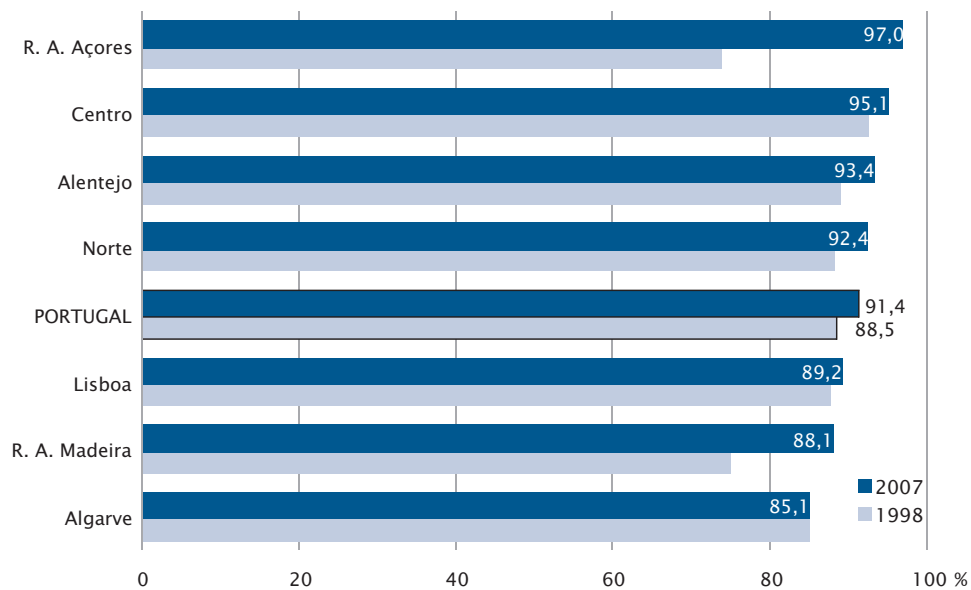
No caso dos *especialistas das profissões intelectuais e científicas*³⁰, para além de se constatar uma maior relação entre o tipo de qualificação exigida e o nível académico dos respectivos empregados, verifica-se também que esta tem vindo a convergir.

²⁹ "Os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (incluindo os directores e gerentes de pequenas empresas) dão pareceres ao governo em matéria de política, interpretam e aplicam a política governamental e coordenam a política e a actividade de uma empresa ou de uma organização ou dos departamentos ou serviços internos das mesmas." (CNP, 1994: 39).

³⁰ "Os especialistas das profissões intelectuais e científicas desenvolvem conhecimentos ou aplicam conceitos e teorias científicas ou artísticas, transmitem-nos de forma sistemática através do ensino ou dedicam-se todas as actividades atrás descritas. Classificam-se nos seguintes subgrupos: especialistas das ciências físicas, matemáticas engenharias, das ciências da vida e profissionais de saúde, docentes do ensino secundário superior e profissões similares." (CNP, 1994: 45).



Proporção de trabalhadores com profissões intelectuais e científicas com habilitações ao nível do ensino superior, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | Figura II.28



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Entre as profissões não qualificadas, o desajustamento entre o emprego obtido e as habilitações académicas tem-se acentuado em todas as regiões na última década. No Algarve e em Lisboa, aquela evolução foi particularmente acentuada, o que conduziu a que, em 2007, este desajustamento fosse mais significativo nestas regiões.

Pelo contrário, entre os quadros superiores, assistiu-se, na última década, a um reforço da qualificação académica de nível superior extensível a todas as regiões, com destaque para a Região Autónoma da Madeira onde, em 1998, a proporção de quadros superiores com habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico ou inferior superava 50% mas onde se observou uma evolução muito positiva na última década.

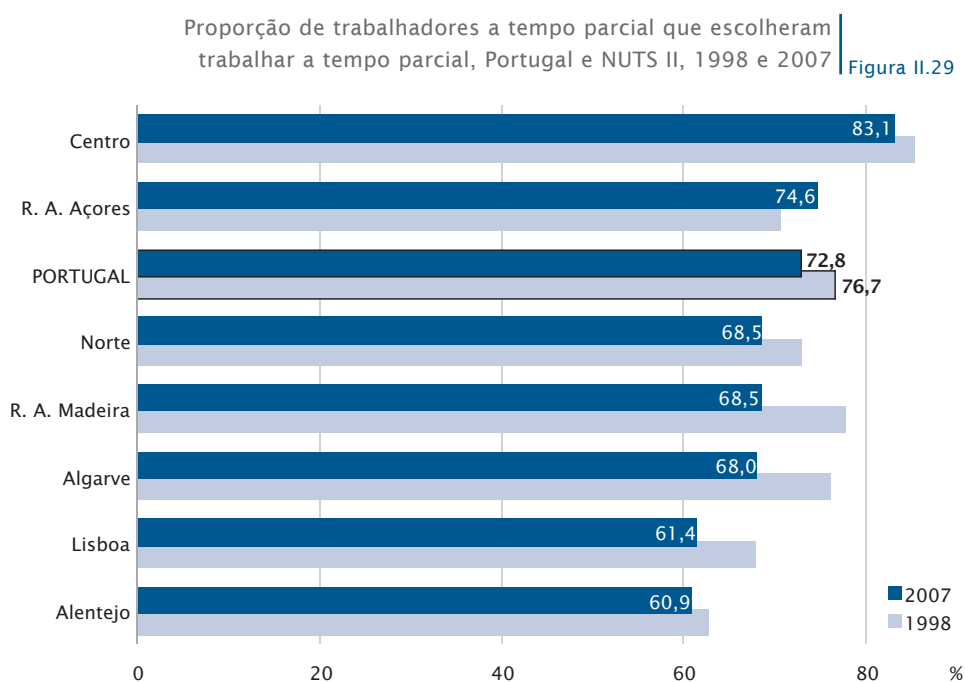
Esta evolução revela um aumento generalizado da qualificação da população sem aparente reflexo nas profissões exercidas.

Globalmente, esta análise sugere que a Região Autónoma dos Açores apresenta menores desajustamentos do mercado de trabalho entre o nível de qualificação e a profissão exercida e que o Algarve se encontra na situação oposta.



As condições de trabalho: horário, duração e contrato de trabalho

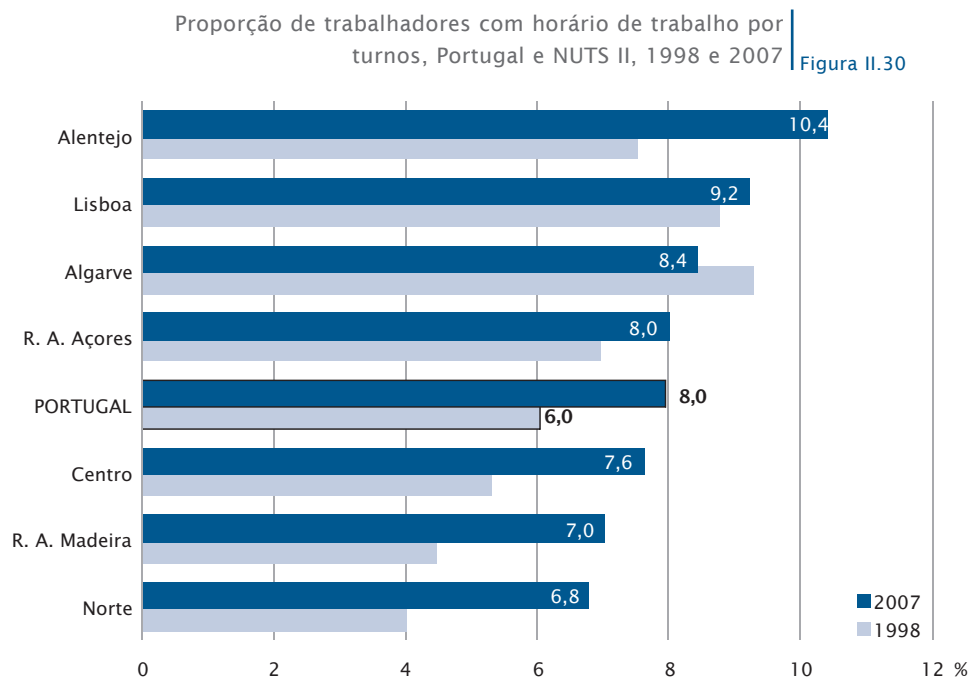
A duração semanal efectiva média de trabalho tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 10 anos, situando-se, em 2007, em 35 horas, o que significa menos duas horas do que em 1998. O trabalho a tempo parcial manteve-se em 18 horas médias semanais no total de Portugal, porém, esse valor varia com as regiões e o tipo de trabalho associado. Em 2007, situava-se entre 17 horas no Centro e 21 horas na Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, o número de trabalhadores a tempo parcial no total de trabalhadores era de cerca de 12% e assumia o valor mais elevado no Centro (19%). A população feminina com trabalho a tempo parcial representava cerca de 17% do total de mulheres empregadas, o que corresponde a um valor superior ao dos homens em todas as regiões.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Para 73% dos trabalhadores a tempo parcial, esta situação resulta de uma opção pessoal. No Centro, esse valor era relativamente elevado (83%), enquanto que em Lisboa e no Alentejo atingia 61%. Verifica-se que, entre 1998 e 2007, a proporção de trabalhadores a tempo parcial que escolheram esse regime de duração de trabalho apenas aumentou na Região Autónoma dos Açores, tendo diminuído nas restantes regiões NUTS II (em particular, na Região Autónoma da Madeira e no Algarve).

O número de trabalhadores com horário de trabalho por turnos tem vindo a aumentar ao longo da última década. Em 2007, a proporção de trabalhadores por turnos no total de empregados correspondia a 8%, sendo mais elevada no Alentejo (com um em cada 10 empregados a trabalhar por turnos) e em Lisboa. Entre 1998 e 2007, a importância do trabalho por turnos apenas diminuiu no Algarve.

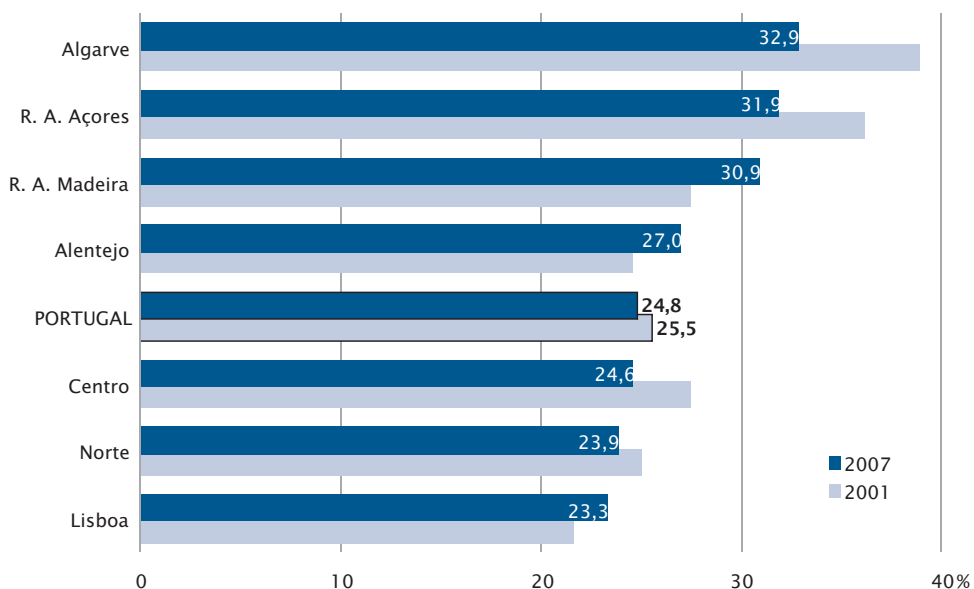


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

O trabalho habitual ao fim-de-semana, seja no sábado seja no domingo ou em ambos, diminuiu, no conjunto do país e em termos relativos, entre 2001 e 2007. Ao nível regional, o Algarve registou a maior redução na proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana. As regiões de Lisboa e do Alentejo e a Região Autónoma da Madeira constituíram as exceções a essa evolução, com o indicador a registar um aumento, entre 2001 e 2007. No conjunto do país, em 2007, a proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana era de 24,8%. Apenas nas regiões Lisboa, Norte e Centro, o indicador ficava abaixo da média nacional.



Proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana, Portugal e NUTS II, 2001 e 2007 Figura II.31

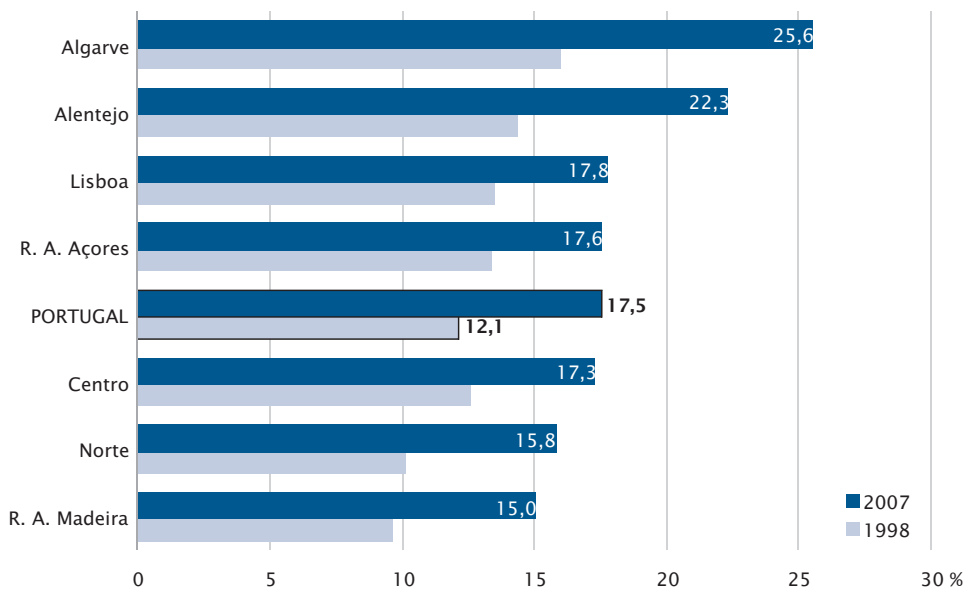


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo aumentou, entre 1998 e 2007, representando em 2007 cerca de 18% dos trabalhadores por conta de outrem, mais cinco pontos percentuais do que em 1998. O Algarve, com 26% em 2007, e o Alentejo, com 22%, eram as regiões com maiores proporções de população empregada com contrato a termo.



Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo, Portugal e NUTS II, 1998 e 2007 | Figura II.32



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A proporção de trabalhadores a tempo parcial que escolheram esse regime de duração de trabalho apenas aumentou na Região Autónoma dos Açores enquanto a proporção de trabalhadores com horário de trabalho por turnos apenas diminuiu no Algarve.

O trabalho habitual ao fim-de-semana diminuiu, no conjunto do país e em termos relativos, entre 2001 e 2007. O Algarve registou a maior redução na proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana. As regiões de Lisboa e do Alentejo e a Região Autónoma da Madeira constituíram as exceções a essa evolução. No conjunto do país, em 2007, a proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana era de 24,8%. Apenas nas regiões Lisboa, Norte e Centro, o indicador ficava abaixo da média nacional.

Também a proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo aumentou, entre 1998 e 2007, em todas as regiões portuguesas.



II.3. A mobilidade no mercado de trabalho

Proporção média de trabalhadores que mudaram de empresa em relação ao emprego total: Relação percentual entre o número de trabalhadores que no ano n mudaram de empresa por referência ao ano $n-1$ e o total de trabalhadores no ano n .

Proporção média de trabalhadores que mudaram de estabelecimento em relação ao emprego total: Relação percentual entre o número de trabalhadores que no ano n mudaram de estabelecimento por referência ao ano $n-1$ e o total de trabalhadores no ano n .

Taxa de atracção de trabalhadores: Relação percentual entre o número de trabalhadores que no ano n não trabalhavam no território e que no ano $n+1$ aí trabalhavam (entradas) e o total de trabalhadores no território no ano $n+1$.

Taxa de atracção líquida de trabalhadores: Relação percentual entre a diferença entre o número de trabalhadores que no ano n não trabalhavam no território e que no ano $n+1$ aí trabalhavam (entradas) e o número de trabalhadores que no ano n trabalhavam no território e que no ano $n+1$ aí não trabalhavam (saídas) e a média entre o ano n e o ano $n+1$ do total de trabalhadores no território.

Taxa de fluxo intermunicipal de entrada de trabalhadores: Somatório do número de trabalhadores que, entre o ano n e o ano $n+1$, transitaram entre dois municípios em relação ao número de trabalhadores do município de destino no ano $n+1$, em percentagem.

Taxa de fluxo intermunicipal de saída de trabalhadores: Somatório do número de trabalhadores que, entre o ano n e o ano $n+1$, transitaram entre dois municípios em relação ao número de trabalhadores do município de origem no ano n , em percentagem.

Taxa de repulsão de trabalhadores: Relação percentual entre o número de trabalhadores que no ano n trabalhavam no território e que no ano $n+1$ aí não trabalhavam (saídas) e o total de trabalhadores no território no ano n .

A mobilidade laboral pode ser avaliada sob múltiplas perspectivas. Porém, esta análise centrar-se-á na integração das duas vertentes mais comumente referidas pela literatura que adiante serão designadas de mobilidade institucional, consistindo na mobilidade entre empresas (que se tende a traduzir numa mudança de empregador) e/ou estabelecimentos (reflectida na mudança de posto de trabalho, podendo significar ou não alteração de empregador), e mobilidade geográfica, associada a uma alteração no local de trabalho. Naturalmente, são duas perspectivas de análise que se podem sobrepor: a mobilidade institucional pode ou não estar associada a mobilidade geográfica e o inverso também é verdadeiro.

Na análise que se segue, pretende-se reflectir sobre a dimensão territorial da mobilidade laboral em Portugal, seja institucional ou geográfica.

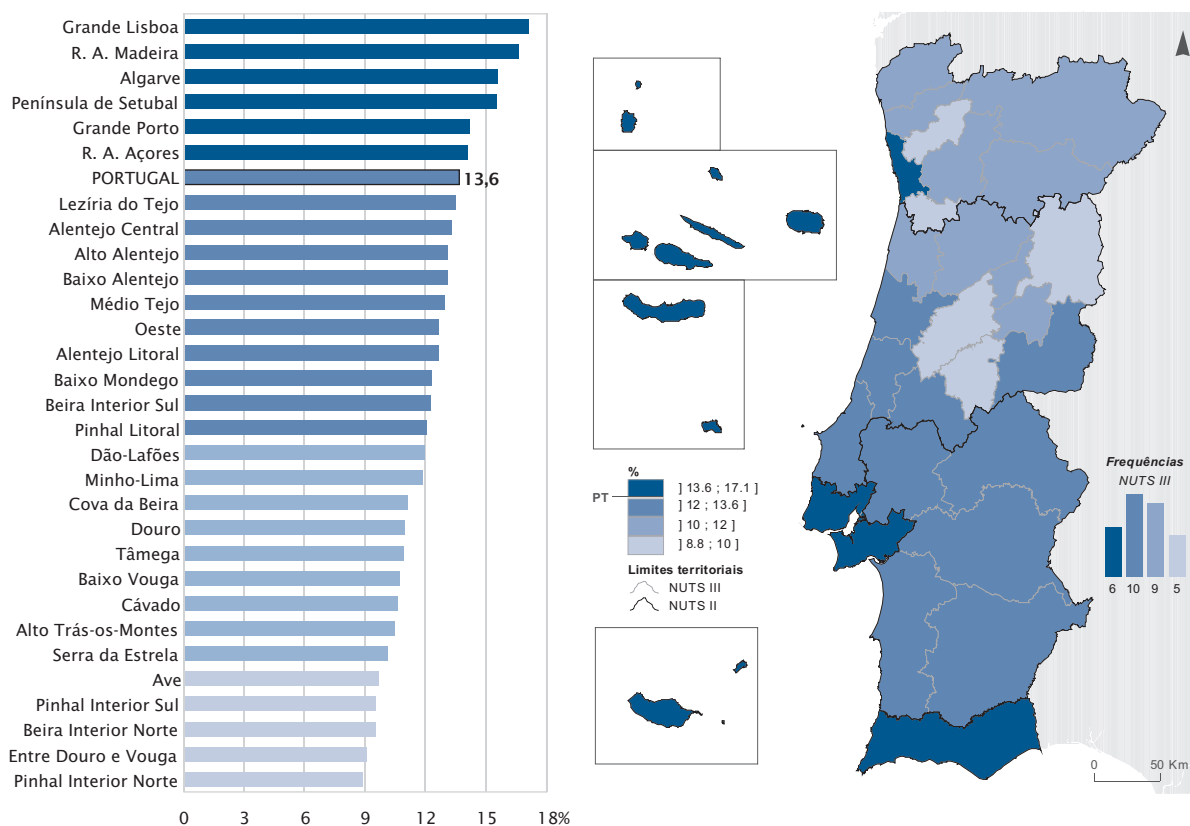


A mobilidade institucional

A informação relativa a trabalhadores por conta de outrem proveniente dos Quadros de Pessoal [Caixa II.4] permite uma análise da mobilidade institucional. Esta base de dados abrange todas as pessoas singulares ou colectivas com trabalhadores ao serviço e os serviços da administração central, regional e local e institutos públicos que empreguem trabalhadores apenas em regime de contrato individual de trabalho.

Considerando a proporção de trabalhadores que, por referência ao ano n-1, mudaram de estabelecimento, pertencente à mesma empresa ou não, em relação ao emprego total do ano n, constata-se que este indicador³¹ opõe o Norte e o Centro do Continente ao Sul e regiões autónomas. Com efeito, com excepção do Grande Porto, as sub-regiões do Norte e do Centro registavam os menores índices de mobilidade do país. No outro extremo, as 11 NUTS III que apresentaram maior mobilidade coincidem, com excepção do Grande Porto, com a geografia das restantes NUTS II, tendo mais de 12% dos respectivos trabalhadores mudado de estabelecimento por referência ao ano anterior.

Proporção média de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de estabelecimento em relação ao emprego total, por NUTS III, 2002-2006 | Figura II.33



Fonte: MTSS/GEP, Quadros de Pessoal.

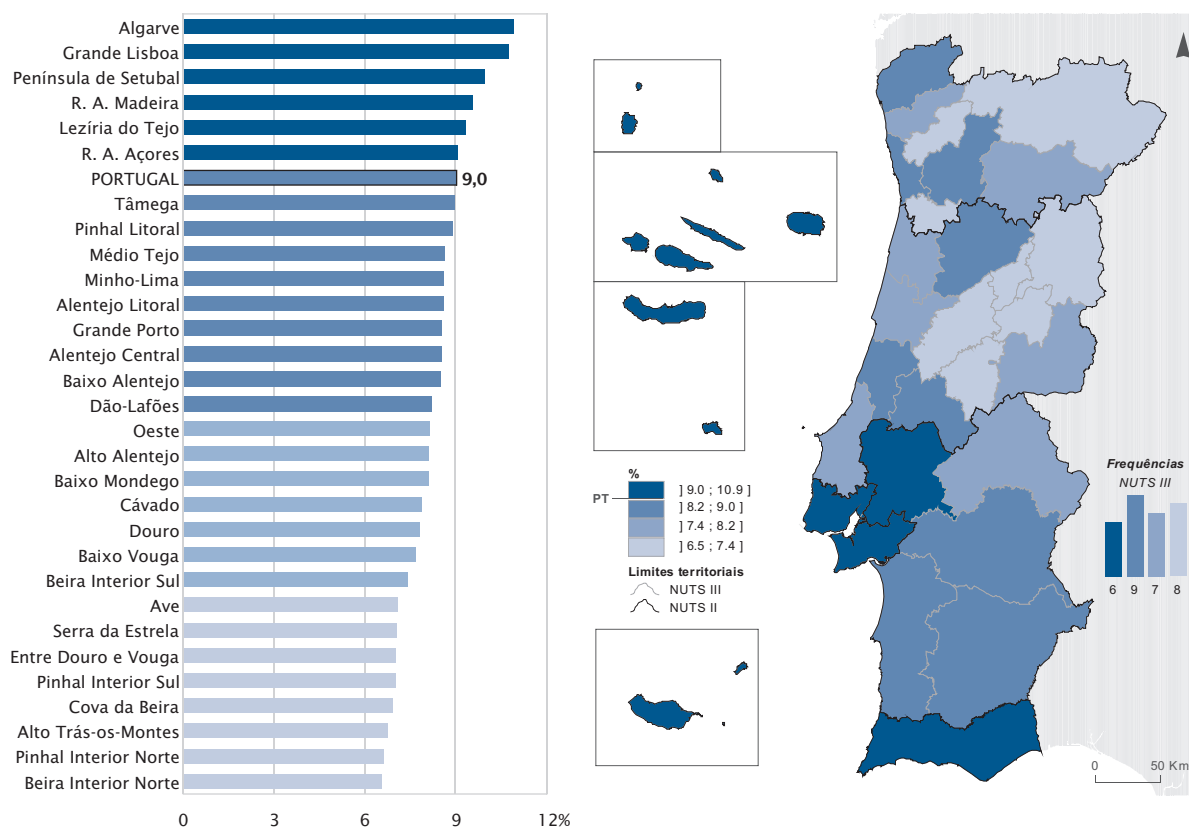
Nota: Os dados de 2002 abrangem um período de dois anos: 2001 e 2002.

³¹ Esta análise baseou-se na média dos valores registados para o período 2002-2006. A análise de indicadores para um período supra-anual resultou da necessidade de expurgar eventuais comportamentos voláteis, tendo-se optado, nestes casos, por calcular a média dos valores anuais do indicador.



Considerando apenas a proporção de trabalhadores que mudam de empresa e, portanto, em princípio, de empregador, constata-se, como esperado, que a variabilidade inter-regional do indicador de mobilidade institucional é menos significativa do que a variabilidade da mobilidade envolvendo mudança de estabelecimento de trabalho ainda que pertencente à mesma empresa.

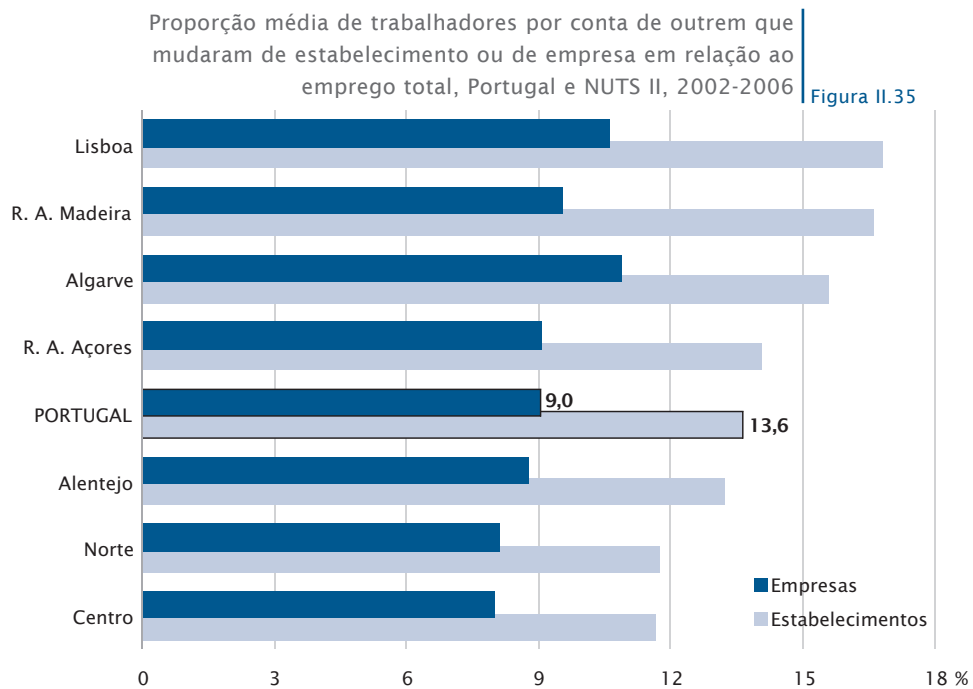
Proporção média de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de empresa em relação ao emprego total, por NUTS III, 2002-2006 | Figura II.34



Fonte: MTSS/GEP, Quadros de Pessoal.

Nota: Os dados de 2002 abrangem um período de dois anos: 2001 e 2002.

Importa, por outro lado, atender ao facto de que a comparação entre os dois indicadores acima referidos permite constatar que é igualmente no Norte e no Centro que se verifica a menor mobilidade entre estabelecimentos da mesma empresa. Naturalmente, este fenómeno está dependente das características do tecido empresarial presente em cada região.



Fonte: MTSS/GEP, Quadros de Pessoal.

Nota: Os dados de 2002 abrangem um período de dois anos: 2001 e 2002.

Em traços gerais, é possível concluir que, no território continental, a mobilidade institucional entre empresas e estabelecimentos tende a ser menos intensa no Norte e no Centro e mais intensa no Sul e regiões autónomas.



Quadros de Pessoal | Caixa II.4

A Base de dados **SISED** - Sistema de Informação sobre Salários, Emprego e Duração do Trabalho - é um conjunto de dados administrativos que têm por base os **Quadros de Pessoal** e que são recolhidos pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. A base de dados cobre todas as pessoas singulares ou colectivas com trabalhadores ao serviço e os serviços da administração central, regional e local e institutos públicos que empreguem trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho (Decreto Lei n.º 123/2002, de 4 de Maio). A entrega anual de mapas relativos ao quadro de pessoal em regime de contrato individual de trabalho é compulsiva.

A informação está organizada em três níveis interligados - **empresas, estabelecimentos e trabalhadores** -, cobrindo conjuntos específicos de informação.

Em particular, esta base de dados permite a análise da **mobilidade** laboral dos trabalhadores portugueses. É possível, por exemplo, apurar o número de trabalhadores que mudaram de empresa (isto é, de empregador) e o número de trabalhadores que mudaram de estabelecimento da mesma empresa ou não. Do ponto de vista específico da mobilidade geográfica, o campo localização do estabelecimento permite identificar o efectivo de trabalhadores cujo município de trabalho se alterou e, assim, identificar os territórios com capacidade de atracção e de repulsão de trabalhadores. Num contexto de globalização crescente, esta análise é fundamental para identificar os desequilíbrios territoriais existentes em termos da mobilidade da mão-de-obra e consequentes reflexos no que diz respeito à sua empregabilidade.

A mobilidade geográfica

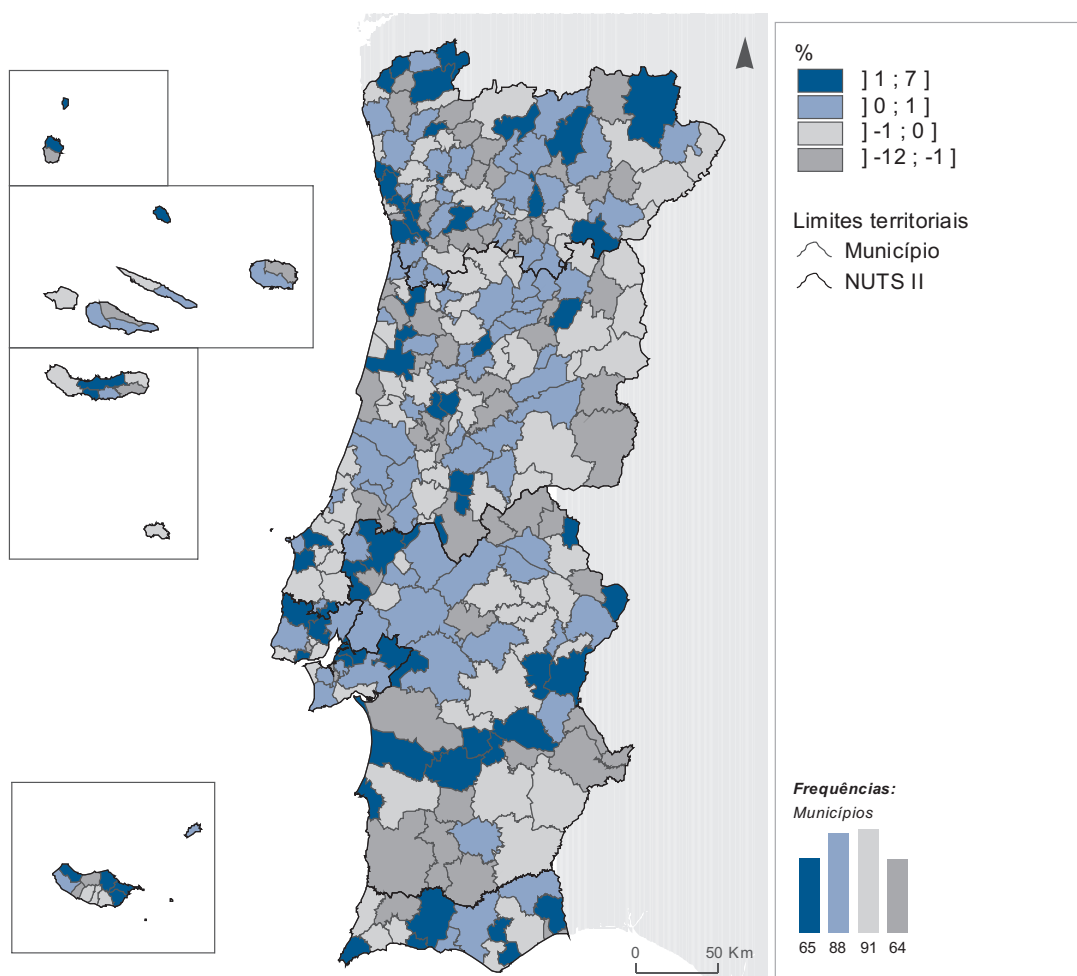
A mobilidade laboral ao nível da empresa ou do estabelecimento não está necessariamente associada à mobilidade geográfica. Com efeito, dada a possibilidade de se registarem desajustamentos do mercado de trabalho do ponto de vista geográfico, com a procura e a oferta de trabalho em determinada área de actividade a não coincidirem territorialmente, a mobilidade geográfica dos trabalhadores assume-se como um fenómeno com impacto potencialmente positivo na redução do desemprego, por um lado, e na satisfação das necessidades das empresas, por outro lado. Trata-se, porém, de um fenómeno complexo dependente de factores como prestações sociais e de obstáculos como a rigidez do mercado imobiliário.

Importa, por isso, avaliar os fluxos de trabalhadores entre territórios distintos. Para tal, são analisados os fluxos anuais entre municípios dos trabalhadores por conta de outrem para a média do período 2002-2006. Opta-se pelo recurso a uma média, no sentido de expurgar da análise eventuais efeitos conjunturais, resultantes, por exemplo, da abertura ou fecho de estabelecimentos num determinado ano.



Os resultados evidenciam que, dos 308 municípios portugueses, em média, no período 2002 a 2006, metade foram receptores líquidos de trabalhadores por conta de outrem. Com taxas de atracção líquida negativas e inferiores a -6%, destacavam-se Lajes das Flores, na Região Autónoma dos Açores, Alfândega da Fé e Tarouca, no Interior Norte, e Mora, no Alentejo. A taxa de atracção líquida média mais elevada (+7%) pertencia a Alcochete, na Península de Setúbal. Embora não seja possível identificar um padrão territorial associado a maior ou menor mobilidade geográfica, constata-se que, entre os municípios com taxas de atracção líquida negativas, se encontravam os centros das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, bem como a generalidade das capitais de distrito [Figura II.36]. Também o Funchal e Ponta Delgada apresentavam uma taxa de atracção líquida negativa.

Taxa de atracção anual líquida média de trabalhadores por conta de outrem, por município, 2002-2006 | Figura II.36



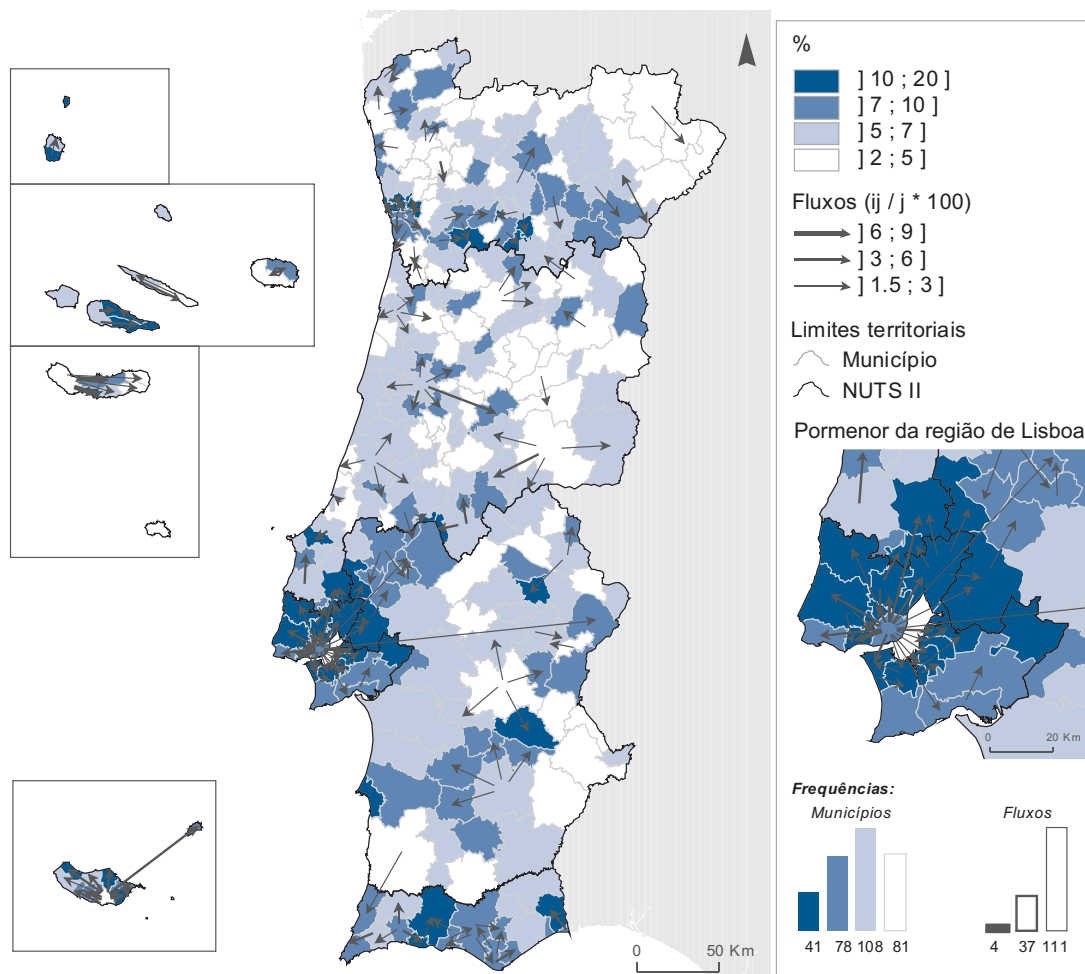
Fonte: MTSS/GEP, Quadros de Pessoal.



A taxa de atracção média mais elevada (19%) observa-se em Alcochete, na Península de Setúbal. Com taxas de atracção acima de 10%, constata-se que, além de um conjunto de municípios com localização difusa no território nacional, destacam-se alguns territórios compostos por municípios contíguos: um unido o Oeste, a Lezíria do Tejo, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal; um outro transversal ao Alentejo (de Sines a Portel); um centrado no vale do Douro; um pequeno aglomerado em torno do centro da área metropolitana do Porto (formado por Matosinhos, Maia e Valongo) e Silves e Lagoa, no Algarve e, ainda, um conjunto de municípios da Região Autónoma dos Açores (Lajes do Pico, Corvo, Lajes das Flores, Lagoa e São Roque do Pico) e da Região Autónoma da Madeira (Santana, Porto Moniz e Santa Cruz) [Figura II.37]. De entre estes territórios, destacam-se, pela maior expressão absoluta, os localizados nas duas áreas metropolitanas; em particular os municípios de Oeiras, Sintra, Matosinhos, Loures, Maia e Amadora atraíram, em média, por ano, mais de três mil trabalhadores por conta de outrem.

As taxas de atracção média mais reduzidas concentravam-se no Interior Norte e Centro do Continente português.

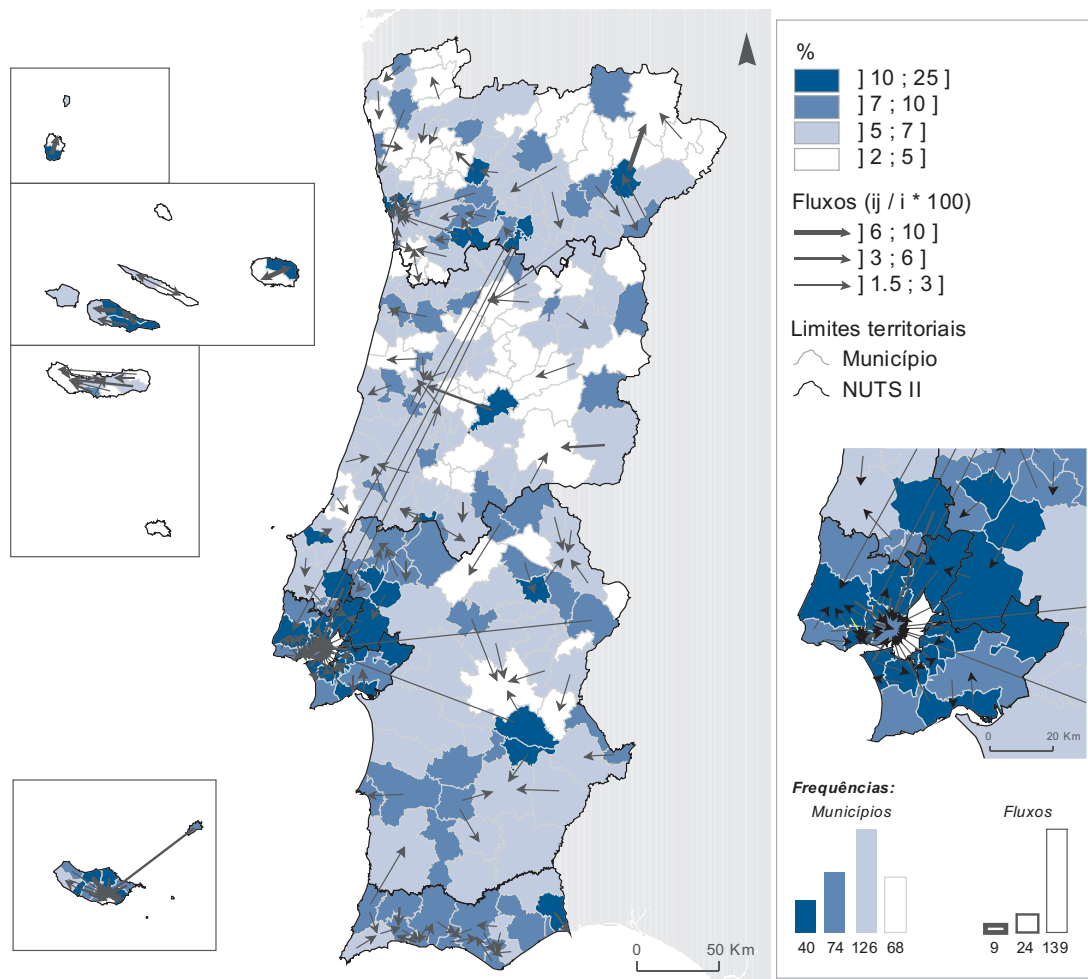
Taxa de atracção e fluxos relativos de entrada de trabalhadores por conta de outrem, por município, 2002-2006 **Figura II.37**





A taxa de repulsão apresenta características semelhantes, confirmando a existência de territórios com mercados locais de trabalho dinâmicos e, por isso, indutores de mobilidade da população empregada [Figura II.38].

Taxa de repulsão e fluxos relativos de saída de trabalhadores por conta de outrem e, por município, 2002-2006 | Figura II.38



Fonte: MTSS/GEP, Quadros de Pessoal.

Uma análise mais detalhada permite identificar os municípios entre os quais se notou maior mobilidade de trabalhadores. Para tal, foram identificados os fluxos entre pares de municípios para a média dos períodos 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006. O fluxo de entrada foi relativizado pelo efectivo de trabalhadores no ano e no município de destino [Figura II.37]. O fluxo de saída foi relativizado pelo efectivo de trabalhadores no ano e no município de origem [Figura II.38]. Os fluxos representados cumprem dois requisitos: ocorreram nos quatro períodos e superam 1,5%.



A observação da Figura II.37 revela que o fluxo médio de entrada mais expressivo foi registado em Santa Cruz com origem no Funchal (9%), correspondendo a uma média anual de cerca de 500 trabalhadores; seguia-se uma transição de trabalhadores com destino a Oeiras provenientes de Lisboa (de 7%, correspondendo, em média, por ano, a mais de 3 500 trabalhadores). Ainda com expressão, quer relativa, quer absoluta, destaca-se a transição de trabalhadores de Lisboa para Loures, correspondente a um fluxo relativo para este município de cerca de 6% e a um fluxo absoluto anual médio de mais de dois mil indivíduos. As 10 transições de trabalhadores com maior importância relativa no município de acolhimento, superiores a 5% do efectivo de trabalhadores no município de destino, ocorreram entre municípios da Região Autónoma da Madeira, da Região Autónoma dos Açores e da Grande Lisboa, atingindo maior expressão nos fluxos de entrada com origem em Ponta Delgada e destino em Lagoa e Ribeira Grande (em ambos os casos, de cerca de 200 indivíduos por ano).

A observação da Figura II.38 permite igualmente ressaltar o papel do município de Lisboa enquanto pólo de atracção de trabalhadores provenientes de um número considerável de municípios. Relativamente aos fluxos médios de saída, verifica-se que, à luz dos indicadores analisados e do ponto de vista relativo, a mobilidade geográfica de trabalhadores é, em termos relativos, mais intensa entre municípios das regiões autónomas mas, em termos absolutos, são os fluxos com origem nos municípios da área metropolitana de Lisboa e com destino no município de Lisboa que assumem maior expressão (em particular, os que têm origem em Oeiras, Amadora e Loures).

A análise da mobilidade geográfica dos trabalhadores portugueses permite identificar, no Continente português, territórios onde aquela mobilidade é mais intensa. Destaca-se, em particular, o aglomerado que abrange municípios do Oeste, da Lezíria do Tejo, da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, formando uma coroa em torno do município de Lisboa. Os outros territórios com mobilidade expressiva correspondem a uma faixa de Sines a Portel, a um espaço centrado no vale do Douro onde não há tanta contiguidade de municípios mas onde se destacam Tarouca e Cinfães; a um aglomerado no território metropolitano do Porto (onde o fenómeno é mais contido do que o observado em torno da capital), e, finalmente, um no Algarve, abrangendo Silves e Lagoa. Nas regiões autónomas, a mobilidade relativa de trabalhadores afigura-se igualmente intensa face ao registado para o conjunto do país.

De entre estes territórios, destacam-se, pela maior expressão quantitativa, os localizados nas duas áreas metropolitanas.

A observação mais pormenorizada de mobilidade de trabalhadores entre pares de municípios volta a destacar as regiões autónomas, com fluxos internos relativos intensos ainda que de menor expressão quantitativa, e a capitalidade do município de Lisboa. A mobilidade geográfica da população empregada assume um âmbito territorial limitado condicionado por uma lógica de proximidade. Esta rigidez da organização territorial do mercado de trabalho encontra excepções em mercados locais de trabalho específicos e bem localizados no território nacional que funcionam como pólos de estruturação dos movimentos laborais.



Considerações finais

A importância que, crescentemente, vem sendo atribuída à empregabilidade dos indivíduos enquanto motor da competitividade mas sobretudo da coesão sócio-económica dos territórios, patente na definição das políticas públicas nacionais e europeias, justifica a análise desta problemática para o caso português.

Esta análise foi estruturada em três eixos: a educação e a formação como condições para a empregabilidade, o acesso ao mercado de trabalho como estado da empregabilidade e a mobilidade laboral como reflexo de um processo de ajustamento conducente à empregabilidade.

O nível de educação e formação da população constitui uma condição relevante para o sucesso da empregabilidade. Procurou-se identificar as especificidades territoriais em termos de oferta de educação, de transmissão de conhecimentos consubstanciada no sucesso escolar e do nível de escolaridade da população. A principal conclusão que emerge da análise desenvolvida é a de que o país tem evoluído no sentido de uma maior coesão inter-regional, no que diz respeito aos indicadores associados à qualificação, potencial ou efectiva, da população.

- À medida que se avança quer no nível de ensino, quer no tempo, aumenta a concentração territorial da oferta escolar e, portanto, tende a diminuir o acesso local a estes equipamentos. A única excepção nesta lógica sequencial corresponde ao ensino pré-escolar com uma concentração espacial mais intensa do que a observada para o ensino obrigatório, mas que se tem atenuado.
- As disparidades regionais em termos de qualificação da população portuguesa têm-se atenuado, o que se consubstancia num reforço da coesão regional ao nível daquela condição para a empregabilidade. Contudo, ressalta uma oposição entre as regiões Centro, com um desempenho muito positivo na última década, e Lisboa, por um lado, e as regiões autónomas, por outro lado, sugerindo mais condições para uma efectiva empregabilidade dos indivíduos nas primeiras.
- A análise da transmissão de conhecimentos à luz do sucesso escolar revela que, tanto ao nível do ensino básico como do ensino secundário, as regiões Centro e Norte evidenciam um sucesso escolar acima da média nacional que no caso da região Norte se apoia em assimetrias internas mais intensas. A Região Autónoma dos Açores apresenta a particularidade de evidenciar um sucesso escolar acima da média nacional no ensino básico, mas abaixo do referencial nacional no ensino secundário.
- Atendendo em particular ao ensino superior, constata-se que a escolaridade de nível superior tem-se intensificado em todas as regiões portuguesas, o que tem sido acompanhado por uma redução das disparidades regionais observada, quer ao longo da última década, quer em termos intergeracionais. A análise de indicadores relativos ao ensino superior destaca a região Lisboa, por oposição ao desempenho observado nas regiões autónomas, em particular na Região Autónoma dos Açores. Importa, ainda, fazer notar o desempenho da região Centro



que se situava em 2007 acima da média nacional nas taxas de escolarização e de escolaridade do ensino superior.

No sentido de aferir o estado da empregabilidade, privilegiou-se o diagnóstico do grau de diferenciação territorial no acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho regional do lado da procura de emprego.

- No respeitante à segmentação por sexo e idade, é possível concluir, com base na taxa de emprego, que se registou, na última década, uma redução nas assimetrias regionais dos segmentos populacionais feminino e mais idoso (55-64 anos) e, sobretudo, no segmento jovem. A participação dos indivíduos mais idosos aumentou em todas as regiões, excepto na Região Autónoma da Madeira, enquanto o aumento da participação feminina foi generalizado a todas as regiões assim como o decréscimo na participação jovem. A região Centro destacava-se, em 2007, pela participação mais expressiva dos indivíduos mais idosos e das mulheres. Quanto aos jovens, a participação no mercado de trabalho era mais intensa no Norte.
- A par da segmentação social, também a inadequação entre profissões e habilitações pode ser um reflexo da fraca empregabilidade dos territórios. Entre as profissões não qualificadas, o desajustamento entre o emprego obtido e as habilitações académicas tem-se acentuado em todas as regiões na última década, com destaque para o Algarve e para Lisboa, o que conduziu a que, em 2007, este desajustamento fosse mais significativo nestas regiões. Pelo contrário, entre os quadros superiores, assistiu-se, na última década, a um reforço da qualificação académica de nível superior em todas as regiões, com destaque para a Região Autónoma da Madeira. No conjunto, a análise sugere que a Região Autónoma dos Açores apresenta menores desajustamentos do mercado de trabalho e que o Algarve se encontra na situação oposta.
- A proporção de trabalhadores a tempo parcial que escolheram esse regime de duração de trabalho apenas aumentou na Região Autónoma dos Açores enquanto a proporção de trabalhadores com horário de trabalho por turnos apenas diminuiu no Algarve. O trabalho habitual ao fim-de-semana diminuiu, no conjunto do país e em termos relativos, entre 2001 e 2007. O Algarve registou a maior redução na proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana. As regiões de Lisboa e do Alentejo e a Região Autónoma da Madeira constituíram as excepções a essa evolução. No conjunto do país, em 2007, a proporção de trabalhadores com trabalho habitual ao fim-de-semana era de 24,8%. Apenas nas regiões Lisboa, Norte e Centro, o indicador ficava abaixo da média nacional. A proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo aumentou, entre 1998 e 2007, em todas as regiões portuguesas.

Após uma análise regional relativa às condições para empregabilidade e ao estado da empregabilidade, importava identificar se os territórios experienciam de forma diferenciada os processos de ajustamento do mercado de trabalho. Tal análise foi desenvolvida por recurso a indicadores de mobilidade laboral, tanto institucional (entre estabelecimentos e entre empresas) como geográfica (entre diferentes territórios nacionais).



- No que se refere à mobilidade institucional, é possível concluir que, no território continental, a mobilidade laboral entre empresas e estabelecimentos tende a ser menos intensa nas regiões Norte e Centro e mais intensa no Sul e nas regiões autónomas.
- A análise da mobilidade geográfica dos trabalhadores portugueses permite identificar, no Continente português, territórios onde aquela mobilidade é mais intensa. Destaca-se, em particular, o aglomerado que abrange municípios do Oeste, da Lezíria do Tejo, da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, formando uma coroa em torno do município de Lisboa. Os outros territórios com mobilidade expressiva correspondem a uma faixa de Sines a Portel, a um espaço centrado no vale do Douro onde não há tanta contiguidade de municípios mas onde se destacam Tarouca e Cinfães; a um aglomerado no território metropolitano do Porto (onde o fenómeno é mais contido do que o observado em torno da capital), e, finalmente, um no Algarve, abrangendo Silves e Lagoa. Nas regiões autónomas, a mobilidade relativa de trabalhadores afigura-se igualmente intensa face ao registado para o conjunto do país. De entre estes territórios, destacam-se, pela maior expressão quantitativa, os localizados nas duas áreas metropolitanas.
- A observação mais pormenorizada de mobilidade de trabalhadores entre pares de municípios volta a destacar as regiões autónomas, com fluxos internos relativos intensos ainda que de menor expressão quantitativa, e a capitalidade do município de Lisboa. A mobilidade geográfica da população empregada assume um âmbito territorial limitado condicionado por uma lógica de proximidade. Esta rigidez da organização territorial do mercado de trabalho encontra exceções em mercados locais de trabalho específicos e bem localizados no território nacional que funcionam como pólos de estruturação dos movimentos laborais.

Em suma, a análise conduzida sugere que o domínio de Lisboa em termos de qualificação da população tem-se atenuado em virtude do desempenho significativo que a região Centro tem revelado. Pelo contrário, as regiões autónomas exibem, em geral, indicadores de qualificação mais frágeis. Por último, a constatação de que as assimetrias regionais se têm atenuado é transversal à maior parte dos indicadores analisados.



Conceitos

Aprendizagem ao longo da vida: Todas as actividades de aprendizagem intencional ou não, desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não-formais ou informais, com o objectivo de adquirir, desenvolver ou melhorar conhecimentos, aptidões e competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou profissional.

Conclusão: Situação escolar do aluno que termina com sucesso o nível de ensino que frequenta, tendo direito à atribuição do respectivo diploma.

Desempregado: Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para selecção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar em data posterior à do período de referência (nos próximos três meses).

Diplomado: Aluno que concluiu com aproveitamento o nível/curso em que estava matriculado, tendo requerido o respectivo diploma.

Doutoramento: Processo conducente ao grau de doutor numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade. Integra: a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade; a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, sempre que as respectivas normas regulamentares o prevejam.

Empregado: Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.



Emprego: Um emprego é um contrato explícito ou implícito (o contrato explícito ou implícito refere-se ao fornecimento de mão de obra, e não de um bem ou de um serviço) pelo qual uma pessoa se obriga a fornecer o seu trabalho (o trabalho significa aqui qualquer actividade tendente à produção de bens ou serviços no âmbito da produção. A legalidade do trabalho e a idade do trabalhador são, em princípio, irrelevantes), mediante uma remuneração (a remuneração deve aqui ser interpretada em sentido amplo, de forma a abranger o rendimento misto dos trabalhadores por conta própria), a uma unidade institucional residente, por um determinado período ou até nova ordem.

População activa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População inactiva: Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

Retenção: Consiste na manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano lectivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas.

Saída precoce: Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Trabalhador a tempo parcial: Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador por conta de outrem: Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Transição / Progressão: Situação escolar que, no final do ano lectivo, permite ao aluno inscrever-se no ano de escolaridade seguinte.

PARTE III
O PERFIL PRODUTIVO E A INOVAÇÃO
NAS REGIÕES PORTUGUESAS



Enquadramento

A inovação é indispensável para a criação de valor na actividade económica e, conseqüentemente, para fomentar a competitividade e o crescimento económico. Em particular, a inovação estimula a capacidade exportadora ao permitir a diferenciação dos produtos e, portanto, torná-los potencialmente mais atractivos no exterior. Em sentido inverso, a competitividade através da inovação pode ser potenciada pela capacidade exportadora, sobretudo no contexto actual de mercados globais e para uma economia como a portuguesa cujo mercado doméstico é de reduzida dimensão.

As vertentes sobre as quais a inovação pode incidir são múltiplas: do processo produtivo ao mercado, passando pelo produto, pelos actores envolvidos e pelo enquadramento institucional.

Entre as grandes dinâmicas que caracterizam actualmente a economia internacional, encontram-se a globalização, reflectida na crescente mobilidade de bens, recursos e capitais, e a deslocalização empresarial. A estes fenómenos acresce, no contexto europeu e na sequênciac dos sucessivos alargamentos da União Europeia, a intensificação da concorrência em virtude de se ter verificado a adesão de países que, em geral, exibem processos produtivos intensivos em trabalho e onde o custo deste factor produtivo tende a ser reduzido face ao contexto internacional e sobretudo, relativamente ao restantes Estados-membros.

Na sequênciac da Estratégia de Lisboa, a política europeia de coesão definiu três prioridades de intervenção, uma das quais consiste precisamente em incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas tecnologias da informação e da comunicação. A própria política regional europeia tem-se materializado na definição de estratégias e na aprovação de programas e projectos direccionados para a inovação à escala regional.

Nesta análise, pretende-se caracterizar o território nacional do ponto de vista dos recursos existentes e, portanto, do grau de presença de factores entendidos como relevantes para o desenvolvimento da actividade inovadora. Complementarmente ao diagnóstico territorial dos recursos, também ao nível dos resultados importa avaliar o desempenho das regiões portuguesas em termos de inovação.

Assim, esta análise encontra-se estruturada da seguinte forma: num primeiro ponto, são identificados os perfis produtivos das diferentes regiões; segue-se o diagnóstico de alguns dos factores relevantes para a inovação e dos respectivos resultados; finalmente, apresentam-se as principais conclusões da reflexão conduzida.



III.1. O perfil produtivo nas regiões portuguesas

Produtividade (VAB/indivíduo empregado): VAB da região ou do ramo / Emprego total da região ou do ramo

Proporção de pessoal ao serviço nas TIC (Tecnologias da informação e da comunicação): Pessoal ao serviço nas actividades TIC / Pessoal ao serviço total * 100

Proporção do valor acrescentado nas TIC (Tecnologias da informação e da comunicação): VAB das actividades TIC / VAB total * 100

Proporção do valor acrescentado das indústrias de alta e média-alta tecnologia: VAB das indústrias de alta e média alta tecnologia / VAB das indústrias transformadoras * 100

Proporção do valor acrescentado das indústrias onde a diferenciação do produto é o principal factor de competitividade: VAB das indústrias onde a diferenciação do produto é o principal factor de competitividade / VAB das indústrias transformadoras * 100

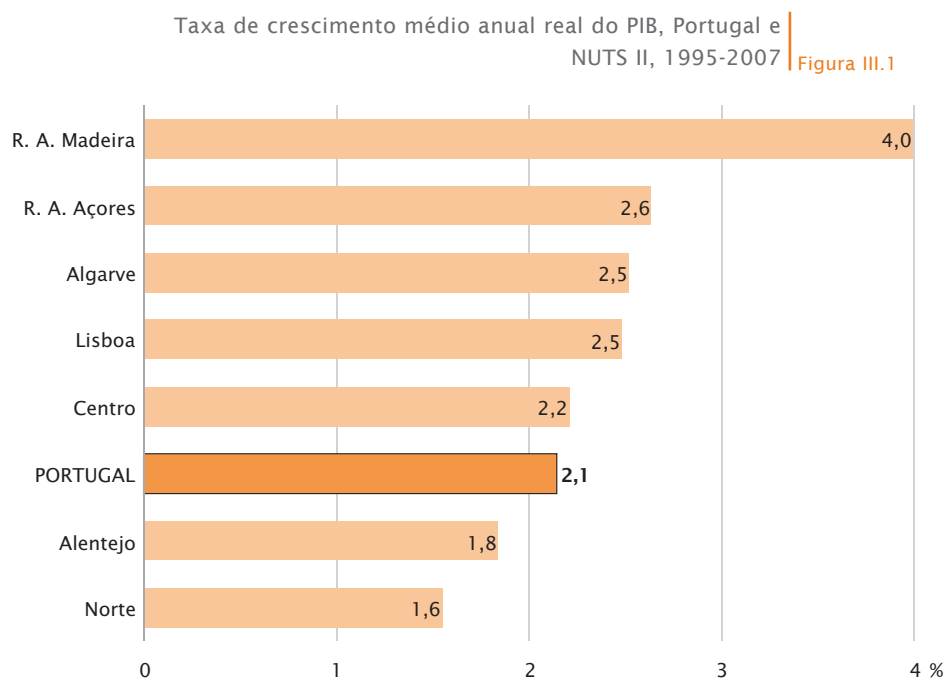
Proporção do valor acrescentado das indústrias onde a I&D é o principal factor de competitividade: VAB das indústrias onde a I&D é o principal factor de competitividade / VAB das indústrias transformadoras * 100

Proporção do valor acrescentado dos sectores de alta e média-alta tecnologia: VAB das indústrias de alta e média alta tecnologia e dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia / VAB total * 100

Proporção do valor acrescentado dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia: VAB dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia / VAB dos serviços * 100

O desempenho global das economias regionais portuguesas pode ser aferido pelo crescimento real do PIB verificado entre 1995 e 2007³² [Figura III.1].

³² Os dados relativos a 2007 provenientes das Contas Regionais são preliminares.



Fonte: INE, Contas Regionais. Cálculos próprios.

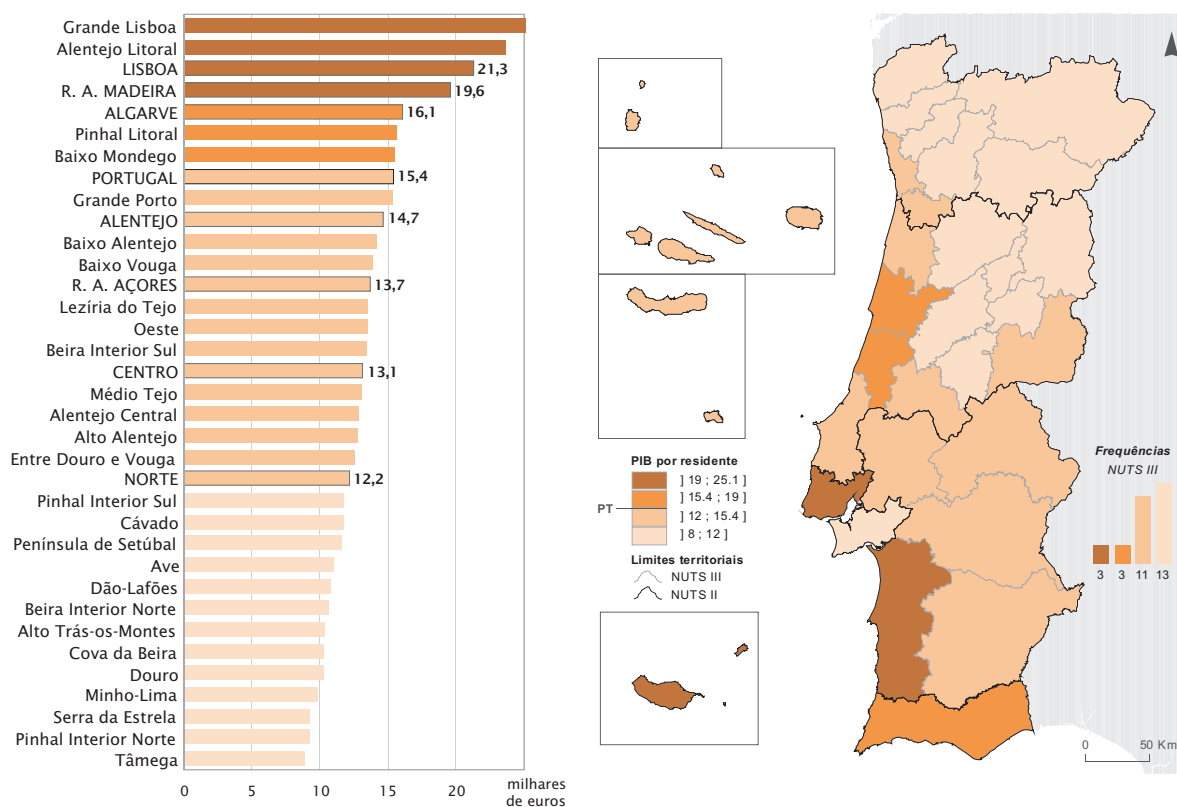
No período entre 1995 e 2007, o crescimento anual real do PIB do país situou-se, em média, em 2,1%, valor que apenas não foi superado pelas regiões Norte (1,6%) e Alentejo (1,8%). A Região Autónoma da Madeira apresentou o crescimento real mais elevado (4,0%), destacando-se das restantes regiões.

Em 2007, entre as NUTS III portuguesas, foi a sub-região da Grande Lisboa que apresentou o valor mais elevado de PIB *per capita* (25,1 mil euros, tendo o valor médio nacional sido de 15,4 mil euros), logo seguida pelo Alentejo Litoral [Figura III.2].

A imagem da criação de riqueza por habitante no território nacional aponta para uma distinção entre a região Norte e o Interior da região Centro, de valores mais baixos, e as sub-regiões do Litoral do centro e Sul do país, tal como a Região Autónoma da Madeira, com valores de PIB *per capita* a superar a média nacional. Ficam assim patentes desempenhos distintos entre as várias sub-regiões que compõem as diferentes NUTS II. De facto, se no Norte, todas as NUTS III apresentavam valores de PIB *per capita* abaixo da média nacional, nas regiões Centro e Alentejo, sobressaíam sobretudo as NUTS III do Litoral pelos valores mais elevados neste indicador de desempenho económico.



PIB *per capita*, Portugal, NUTS II e NUTS III, 2007 | Figura III.2



Fonte: INE, Contas Regionais.

As disparidades regionais detectadas em termos de crescimento e desenvolvimento económico sugerem perfis produtivos, níveis tecnológicos e processos de inovação regionalmente diferenciados. Importa, assim, complementar a análise dos indicadores de desempenho económico global com a análise das características do perfil produtivo em cada uma das regiões portuguesas. É essa a análise que se desenvolve de seguida, para posterior avaliação do processo de inovação nas regiões portuguesas.

A terciarização da actividade produtiva

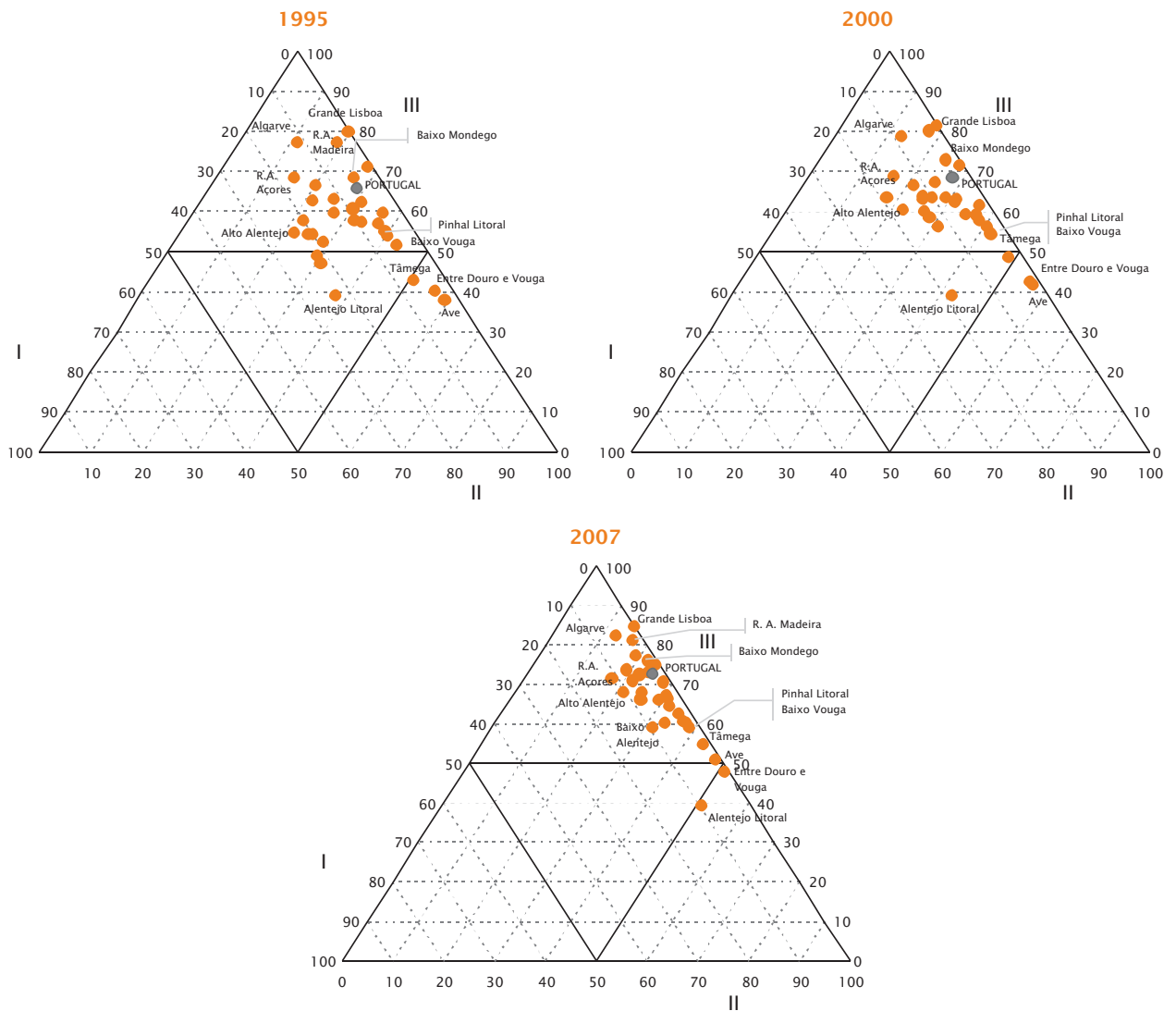
Entre 1995 e 2007, a estrutura produtiva de Portugal seguiu a tendência dos chamados países ocidentais desenvolvidos no sentido de uma maior terciarização. Num primeiro período, este processo decorreu paralelamente a um decréscimo mais evidente do VAB gerado pelo sector primário (esta tendência é anterior ao período em análise) e, nos últimos anos, à diminuição do peso da riqueza gerada pelo sector secundário (que passou de 28% do VAB nacional, em 1995 e em 2000, para 24%, em 2007).

Ao nível sub-regional, a análise comparativa dos momentos retratados na Figura III.3 evidencia que a tendência de terciarização do VAB abrangia todo o país, com todas as NUTS III a revelarem



uma perda de peso do VAB gerado no sector primário. No período de 13 anos em análise, o sector secundário ganhou importância em algumas sub-regiões (Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Algarve e Região Autónoma dos Açores) mas, em 2007, no total do país, apenas em duas sub-regiões, o VAB gerado pelas indústrias era superior ao dos serviços e correspondia a mais de metade do VAB das respectivas sub-regiões (51% no Alentejo Litoral e no Entre Douro e Vouga). Nas restantes 28 sub-regiões portuguesas, o sector terciário era responsável, em 2007, por mais de 50% do VAB total, em proporções que atingiam os valores mais elevados na Grande Lisboa (85%), no Algarve (83%), na Região Autónoma da Madeira (81%), na Beira Interior Norte (78%), no Baixo Mondego (76%) e no Grande Porto (75%).

Repartição sectorial³³ do VAB, Portugal e NUTS III, 1995, 2000 e 2007 | Figura III.3

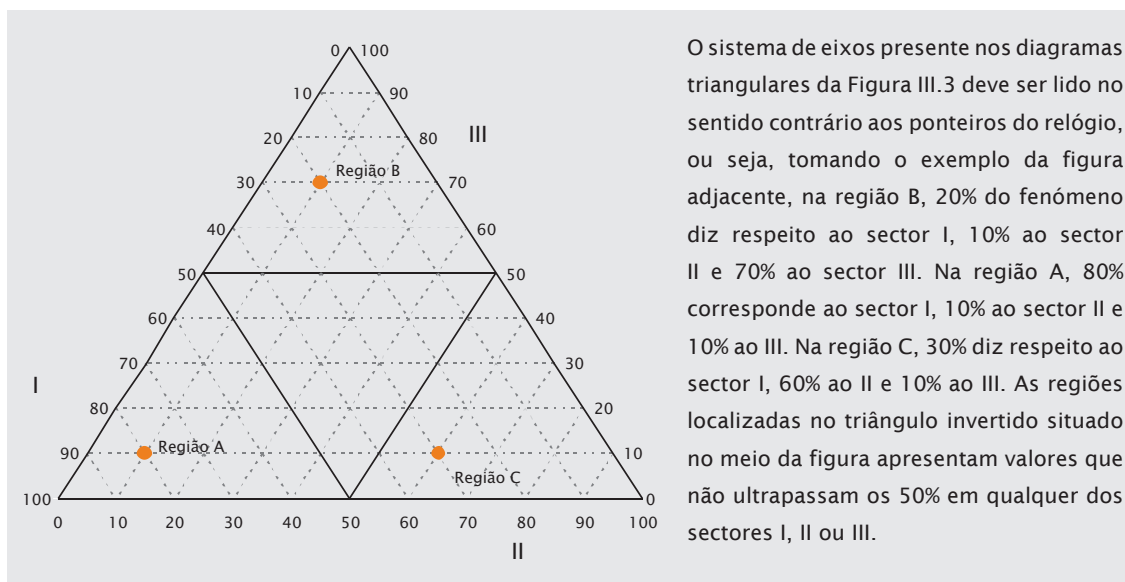


Fonte: INE, Contas Regionais.

³³ Toma-se como referência a desagregação das actividades económicas em três ramos de actividade - A3, para identificação dos sectores primário (I), secundário (II) e terciário (III).



Diagrama triangular | Caixa III.1



O sistema de eixos presente nos diagramas triangulares da Figura III.3 deve ser lido no sentido contrário aos ponteiros do relógio, ou seja, tomando o exemplo da figura adjacente, na região B, 20% do fenómeno diz respeito ao sector I, 10% ao sector II e 70% ao sector III. Na região A, 80% corresponde ao sector I, 10% ao sector II e 10% ao III. Na região C, 30% diz respeito ao sector I, 60% ao II e 10% ao III. As regiões localizadas no triângulo invertido situado no meio da figura apresentam valores que não ultrapassam os 50% em qualquer dos sectores I, II ou III.

Em 2007, das 30 NUTS III portuguesas, apenas na sub-região do Entre Douro e Vouga e do Alentejo Litoral, o VAB criado no sector terciário não excedia os 50% do VAB regional. Em 1995, havia seis sub-regiões nesta situação: além do Entre Douro e Vouga e do Alentejo Litoral, encontravam-se nessa situação o Ave, o Tâmega, o Pinhal Interior Sul e o Baixo Alentejo. Esta análise evidencia assim o reforço de terciarização ocorrido nas regiões portuguesas entre 1995 e 2007.

As actividades de especialização

Apesar da maior concentração do VAB no sector terciário, a análise a um nível mais fino das actividades económicas (ainda que com menor detalhe regional) permite identificar as actividades em que as regiões eram especializadas no período em análise, de acordo com o quociente de localização ou índice de Balassa-Hoover.



Índice de Balassa-Hoover | Caixa III.2

O **índice de Balassa-Hoover** ou quociente de localização é o rácio entre o peso, em termos de VAB, de uma actividade económica na região e o peso, em termos de VAB, dessa actividade económica no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a actividade económica em questão tem maior relevância no VAB total da região do que ao nível nacional, ou seja, em termos de VAB, a região é especializada nessa actividade económica (OECD, 2008b).

$$BH_i = \frac{Y_{ij}}{Y_j} \bigg/ \frac{Y_i}{Y}$$

em que:

Y_{ij} : VAB da actividade económica i na região j

Y_j : VAB de todas as actividades económicas da região j

Y_i : VAB da actividade económica i no país

Y : VAB de todas as actividades económicas no país

Para o cálculo das especializações das regiões, consideraram-se as actividades económicas (desagregadas em 17 ramos de actividade - A17) que, em cada ano de análise apresentavam uma importância relativa superior a 1/16 do VAB regional. Este valor de referência tem por base uma distribuição equitativa das actividades económicas, excluindo os organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais.

Na Figura III.4, estão identificadas, por NUTS II, as actividades de especialização que se mantiveram entre 1995 e 2007, tal como as especializações que desapareceram e aquelas que surgiram em cada região.

De 1995 para 2007, a maior parte das regiões diversificaram as suas especializações, nomeadamente em actividades do sector terciário. Neste contexto, importa referir que o Alentejo foi a única região a tornar-se especializada nas *Indústrias transformadoras* (mantendo a *Agricultura e silvicultura* e *Administração Pública* como actividades de destaque na geração de VAB).

O Centro foi a região que mais reforçou a sua especialização em actividades dos serviços uma vez que, para além da *Educação* (que já era uma actividade de especialização em 1995), passou também a ser especializado no *Comércio* e na *Saúde*. O Norte e o Centro eram as únicas NUTS II especializadas nas *Indústrias transformadoras* em ambos os anos em análise.



Em 2007, Lisboa foi a única região a especializar-se exclusivamente em actividades terciárias, uma vez que deixou de o ser na *Construção*, reforçando os níveis de especialização em serviços de elevada produtividade como as *Actividades financeiras*, as *Actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas* e os *Transportes, armazenagem e comunicações*.

No Algarve, o VAB criado pelas actividades agrícolas e pela *Educação* não foram suficientes para manter a especialização nestas actividades em 2007, ao contrário da *Construção* e do *Comércio* que surgiram como actividades em que o peso do VAB gerado nesta região era expressivo e superior ao peso nacional daquelas actividades.

A Região Autónoma dos Açores manteve-se especializada sobretudo em actividades terciárias, para além da *Agricultura e Silvicultura*. Por último, o padrão de especialização da Região Autónoma da Madeira não se alterou muito entre 1995 e 2007, tendo sido reforçada a componente de serviços, através do *Comércio*.

Alterações das actividades de especialização (VAB),
por NUTS II, 1995/2007 | Figura III.4

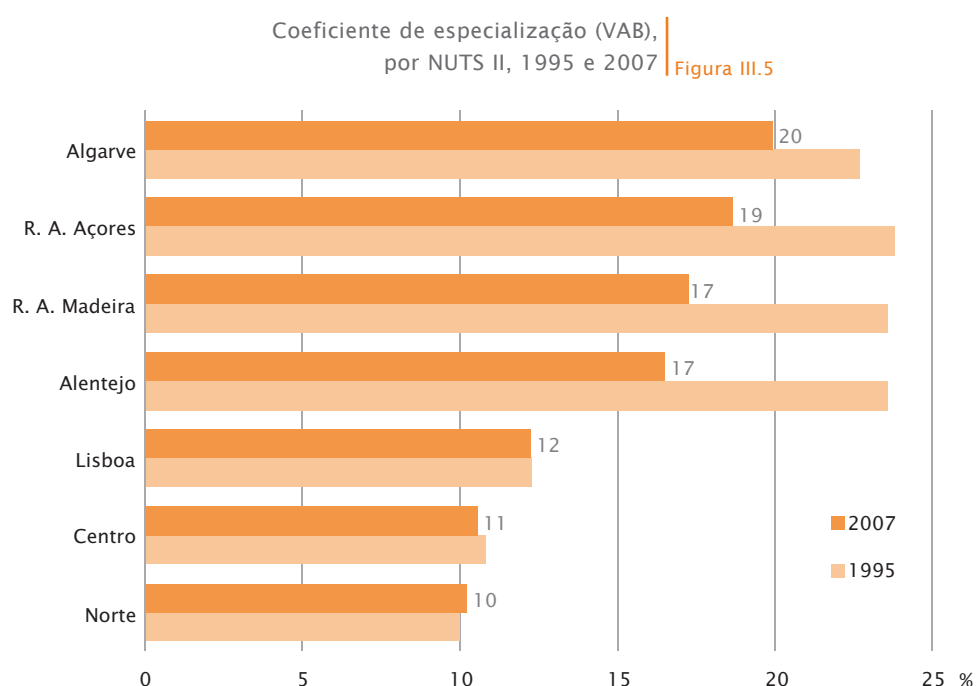
| | Norte | Centro | Lisboa | Alentejo | Algarve | R. A. Açores | R. A. Madeira |
|---|-------|--------|--------|----------|---------|--------------|---------------|
| A - Agricultura, produção animal, caça e sivilicultura | | ● | | ● | ● | ● | |
| B - Pesca | | | | | | | |
| C - Indústrias extractivas | | | | | | | |
| D - Indústrias transformadoras | ● | ● | | ● | | | |
| E - Prod.e dist. de electricidade, gás e água | | | | | | | |
| F - Construção | ● | | ● | | ● | ● | ● |
| G - Comércio por grosso e a retalho, rep. de veículos | ● | ● | ● | | ● | | ● |
| H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | | | | | ● | | ● |
| I - Transportes, armazenagem e comunicações | | | ● | | | ● | ● |
| J - Actividades financeiras | | | ● | | | | |
| K - Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prestados às empresas | | | ● | | ● | | ● |
| L - Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória | | | ● | ● | | ● | ● |
| M - Educação | ● | ● | | | ● | ● | |
| N - Saúde e acção social | ● | ● | | | | ● | |
| O - Outras act. de serv. colectivos, sociais e pessoais | | | | | | | |
| P - Famílias com empregados domésticos | | | | | | | |

- Actividades de especialização em 1995
- Actividades de especialização em 1995 e 2007
- Actividades de especialização em 2007

Fonte: INE, Contas Regionais. Cálculos próprios.



O facto das alterações das actividades de especialização das regiões apresentarem uma tendência no sentido da terciarização conduz a que, entre as regiões do país, as diferenças do perfil de especialização sejam cada vez menores. Esta situação é evidenciada pelos resultados do cálculo do coeficiente de especialização, em termos do VAB dos 17 ramos de actividade, para cada região para os anos de 1995 e 2007 [Figura III.5]. A análise do conjunto das regiões revela, pela comparação entre estes dois períodos, uma convergência nos coeficientes de especialização regionais. No período em análise, as regiões autónomas e o Alentejo foram as NUTS II que registaram alterações mais relevantes nos coeficientes de especialização. De facto, se em 1995, eram estas regiões que apresentavam perfis de especialização mais distintos do nacional, foram também estas NUTS II que apresentaram, no período em análise, a maior diminuição nos coeficientes de especialização, aproximando-se do padrão nacional. Este comportamento de diminuição no coeficiente de especialização foi comum a todas as regiões, com excepção do Norte (única região com tendência inversa). Ainda assim, em 2007, era o Norte que exibia o perfil produtivo mais próximo do nacional. O Algarve e a Região Autónoma dos Açores eram as regiões cujas actividades de especialização mais se distinguiram do conjunto do país (apresentavam os coeficientes de especialização mais elevados).



Fonte: INE, Contas Regionais. Cálculos próprios.



Coeficiente de especialização | Caixa III.3

O **coeficiente de especialização (CE)** mede o grau de concentração que uma região detém em relação aos sectores da actividade económica que nela estão implantados. Corresponde ao somatório do módulo dos desvios da importância que o sector i assume na região j face à importância que esse mesmo sector assume na região padrão p . O CE duma região corresponde a metade do resultado obtido naquele somatório.

Se o CE for igual a 0, significa que a estrutura sectorial da região em análise é integralmente equivalente à estrutura apresentada pela região padrão; inversamente, quanto mais próximo de 100 for o CE, mais especializada é a estrutura produtiva da região relativamente à do espaço de referência.

$$CE_j = \left(\frac{1}{2} \sum_{i=1}^n \left| \frac{X_{ip}}{X_p} - \frac{X_{ij}}{X_j} \right| \right) * 100 \quad (0 \leq CE_j \leq 100)$$

em que:

X_{ip} : valor da actividade i na região padrão p

X_p : valor do total das actividades consideradas na região padrão p

X_{ij} : valor da actividade i na região j

X_j : valor do total das actividades consideradas na região j

A última informação estatística disponível das Contas Regionais Portuguesas - dados preliminares de 2007 - revelam que Lisboa e a Região Autónoma da Madeira são as regiões mais terciarizadas do país, que o Alentejo tem um perfil produtivo mais equilibrado em termos dos três grandes sectores da actividade económica e que a Região Autónoma dos Açores apresenta uma ausência de especialização nos ramos do sector secundário. As três restantes regiões NUTS II repartem as suas especializações pelo sector secundário e pelo sector terciário: no Norte, de forma relativamente mais intensa no sector secundário e, no Algarve, de forma relativamente mais intensa no sector terciário.

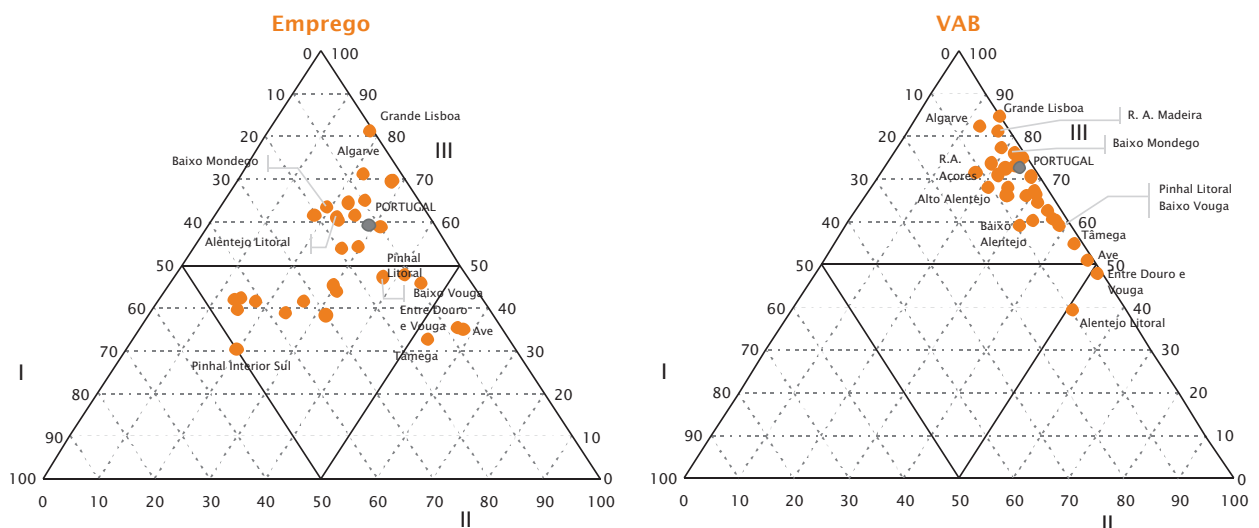
Entre 1995 e 2007, os perfis de especialização produtiva aproximaram-se do padrão nacional em todas as regiões, excepto no Norte. Não obstante, em 2007, era a região Norte que exibia o perfil produtivo mais próximo do nacional, tal como acontecia em 1995. As regiões autónomas e o Alentejo foram as NUTS II que, neste período de 13 anos, mais se aproximaram do padrão nacional. Em 2007, o Algarve apresentava o coeficiente de especialização mais elevado, ou seja, tinha o perfil de especialização mais distinto do nacional.



A terciarização e a produtividade

Se, em termos de VAB, o sector terciário era preponderante, no que diz respeito ao emprego subjacente à produção, existia, em 2007, uma situação mais heterogénea, com várias NUTS III a apresentarem o emprego repartido de forma mais equilibrada pelos três sectores de actividade [Figura III.6]. Em cerca de um terço das NUTS III do país, nenhum dos três sectores de actividade absorvia mais de metade do emprego, ao contrário do VAB que, tal como já se referiu, em quase todos os casos provinha em mais de 50% do sector terciário. Este quadro coloca em evidência as diferenças de produtividade subjacentes aos diversos sectores de actividade que se traduziam, conseqüentemente, em distintos níveis de desempenho global das sub-regiões ao nível da criação de VAB.

Repartição sectorial do emprego e do VAB, Portugal e NUTS III, 2007 | Figura III.6



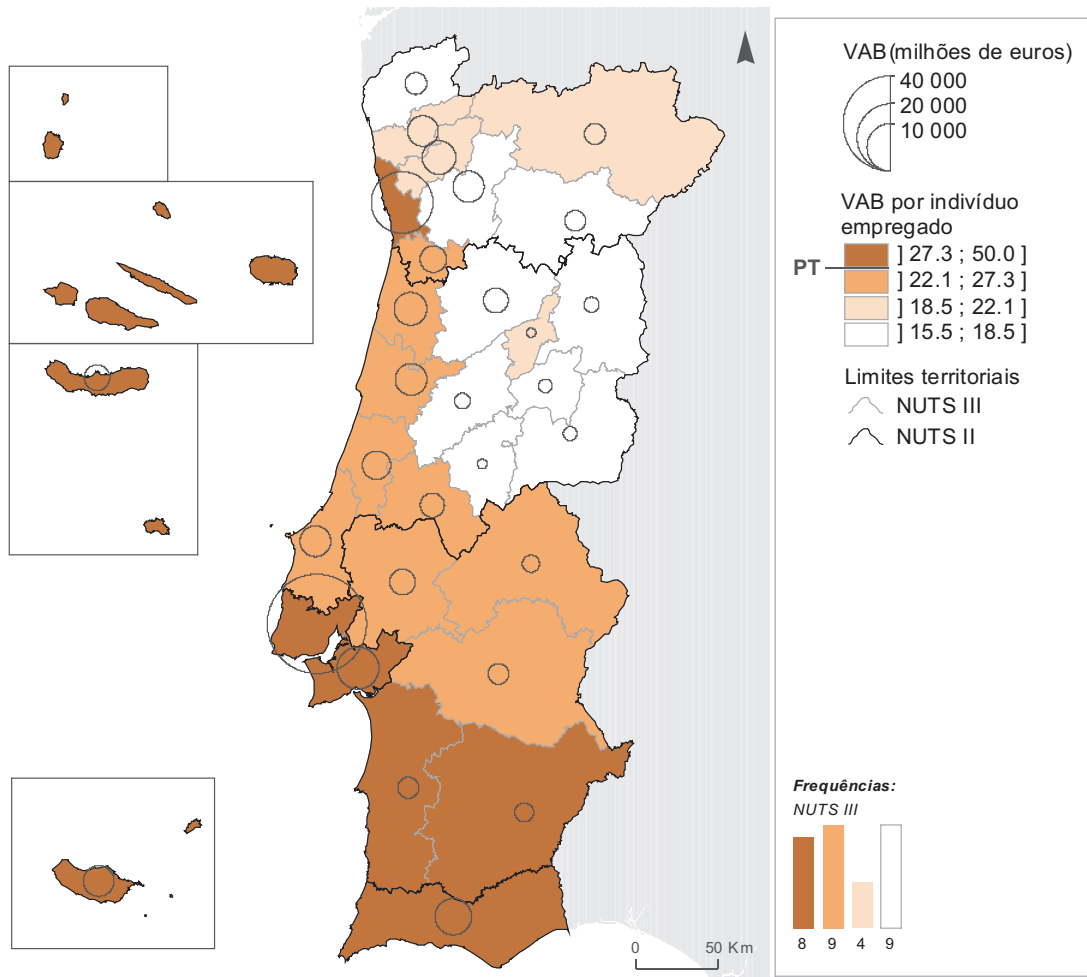
Fonte: INE, Contas Regionais.

A análise da Figura III.7 sugere que, em 2007, as produtividades (medidas pelo VAB gerado por cada indivíduo empregado) mais elevadas do país não estavam claramente associadas ao sector terciário. Se algumas sub-regiões que apresentavam uma maior proporção de VAB no sector terciário, exibiam também maiores produtividades (Grande Lisboa, a Região Autónoma da Madeira, o Algarve e o Grande Porto que são territórios especializados em serviços de alta produtividade, como sejam as actividades financeiras e imobiliárias, por exemplo), era possível identificar também casos de elevadas produtividades associadas a baixas proporções de VAB provenientes do sector terciário. Trata-se de situações associadas a altas produtividades do sector secundário, pondo em destaque sub-regiões como o Alentejo Litoral, o Baixo Alentejo e a Península de Setúbal.

Mais de dois terços das sub-regiões do país apresentavam níveis de VAB por indivíduo empregado abaixo da média nacional (27,3 mil euros). Uma maioria significativa destas NUTS III apresentava, por sua vez, proporções de VAB no sector terciário inferiores à média nacional (73%), o que estará de alguma forma associado a especializações produtivas em serviços de menor produtividade.



VAB e VAB por indivíduo empregado, por NUTS III, 2007 | Figura III.8

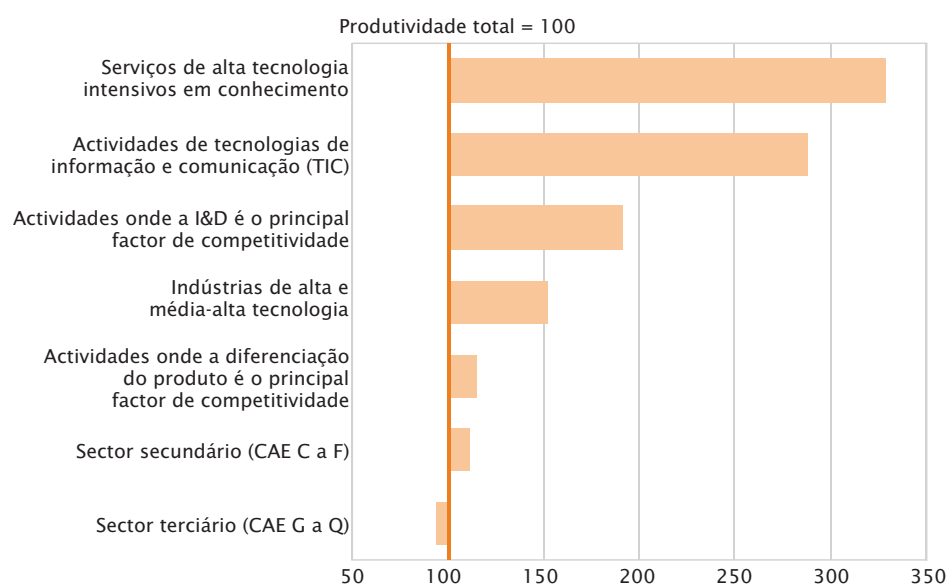


Fonte: INE, Contas Regionais.

O facto de não ser possível estabelecer uma relação directa entre o nível de produtividade das sub-regiões e um determinado sector de actividade evidencia a necessidade de analisar vertentes mais específicas. Assim, são características como o nível tecnológico, a utilização de I&D ou das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) que contribuem para as diferenças verificadas nos resultados das actividades económicas a um nível mais fino e que estarão também presentes nos diferentes níveis de produtividade [Figura III.9].



Produtividade (VAB/Pessoal ao serviço) segundo diferentes agregações de actividades económicas, Portugal, 2006 **Figura III.9**



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Nota: O âmbito do SCIE exclui as secções A e J da CAE-Rev.2.1³⁴.

Importa sublinhar que a informação analisada cuja fonte é o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE (relativa à intensidade tecnológica, à importância da I&D e da diferenciação do produto enquanto factores de competitividade e à presença das TIC) diz respeito a dados regionalizados pela sede da empresa³⁵, traduzindo, por isso, o tecido empresarial das regiões e não retratando fielmente o aparelho produtivo aí localizado. Por outro lado, o âmbito do SCIE exclui as secções A e J da CAE-Rev.2.1.

Em 2007, as produtividades mais elevadas do país situavam-se no Sul do Continente e nas regiões autónomas. Não é, porém, possível estabelecer uma relação directa entre o nível de produtividade das sub-regiões e a predominância de determinado sector de actividade: as produtividades elevadas estão associadas, quer ao sector terciário (como é o caso da Grande Lisboa, da Região Autónoma da Madeira e do Algarve), quer ao sector secundário (como é o caso do Alentejo Litoral, do Baixo Alentejo e da Península de Setúbal). Tal conclusão suscita a necessidade de analisar vertentes mais específicas da criação de valor acrescentado na actividade produtiva.

³⁴ Note-se que o nível de produtividade aferido pelas Contas Regionais é mais elevado no sector terciário do que no sector secundário.

³⁵ Segundo os dados de 2006 do Sistema de Contas Integradas das Empresas, 99% das empresas são mono-estabelecimento às quais corresponde 71% do VAB. Para as sociedades, aquelas proporções são de 96% e 69%, respectivamente.



O conteúdo tecnológico do perfil produtivo

Aos distintos níveis de produtividade estão associadas, entre outras, diferentes características do processo produtivo, nomeadamente no que diz respeito à maior ou menor intensidade na utilização dos recursos humanos (a que não será indiferente o nível de qualificações), tal como ao teor tecnológico subjacente.

Num contexto de globalização, o conteúdo tecnológico das actividades produtivas afigura-se essencial para a criação de valor acrescentado e, por conseguinte, para a competitividade da economia portuguesa. Com base numa classificação concebida pela OCDE e pelo Eurostat (Eurostat, 2003; OECD, 2007), é possível isolar a importância relativa do valor acrescentado bruto gerado pelas indústrias de alta e de média-alta tecnologia e pelos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia [Anexo III.1].

Conteúdo tecnológico das actividades económicas | Caixa III.4

De acordo com metodologias definidas pelo Eurostat em colaboração com a OCDE (Eurostat, 2003; OECD, 2007), as actividades industriais podem ser classificadas em quatro níveis diferentes de intensidade tecnológica: alta tecnologia, média-alta tecnologia, média-baixa tecnologia e baixa tecnologia [Anexo III.1]. A metodologia para classificar as actividades assentou em indicadores de intensidade tecnológica que reflectem o grau de produção e de uso de tecnologia subjacente às actividades industriais. Estes indicadores são o rácio entre as despesas em I&D e o valor acrescentado e o rácio entre as despesas em I&D e a produção, de acordo com a NACE Rev. 1 (CAE-Rev.2.1 em Portugal).

No caso dos serviços, a distinção é feita entre serviços intensivos em conhecimento (do inglês *Knowledge-Intensive Services – KIS*) e serviços menos intensivos em conhecimento (do inglês *Less Knowledge-Intensive Services – LKIS*), de acordo com uma combinação entre o conhecimento subjacente a equipamentos novos, nível de qualificação do emprego e intensidade em I&D (Eurostat, 2008). Os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia dizem respeito a um subconjunto de serviços intensivos em conhecimento, que incorpora uma elevada intensidade em I&D.

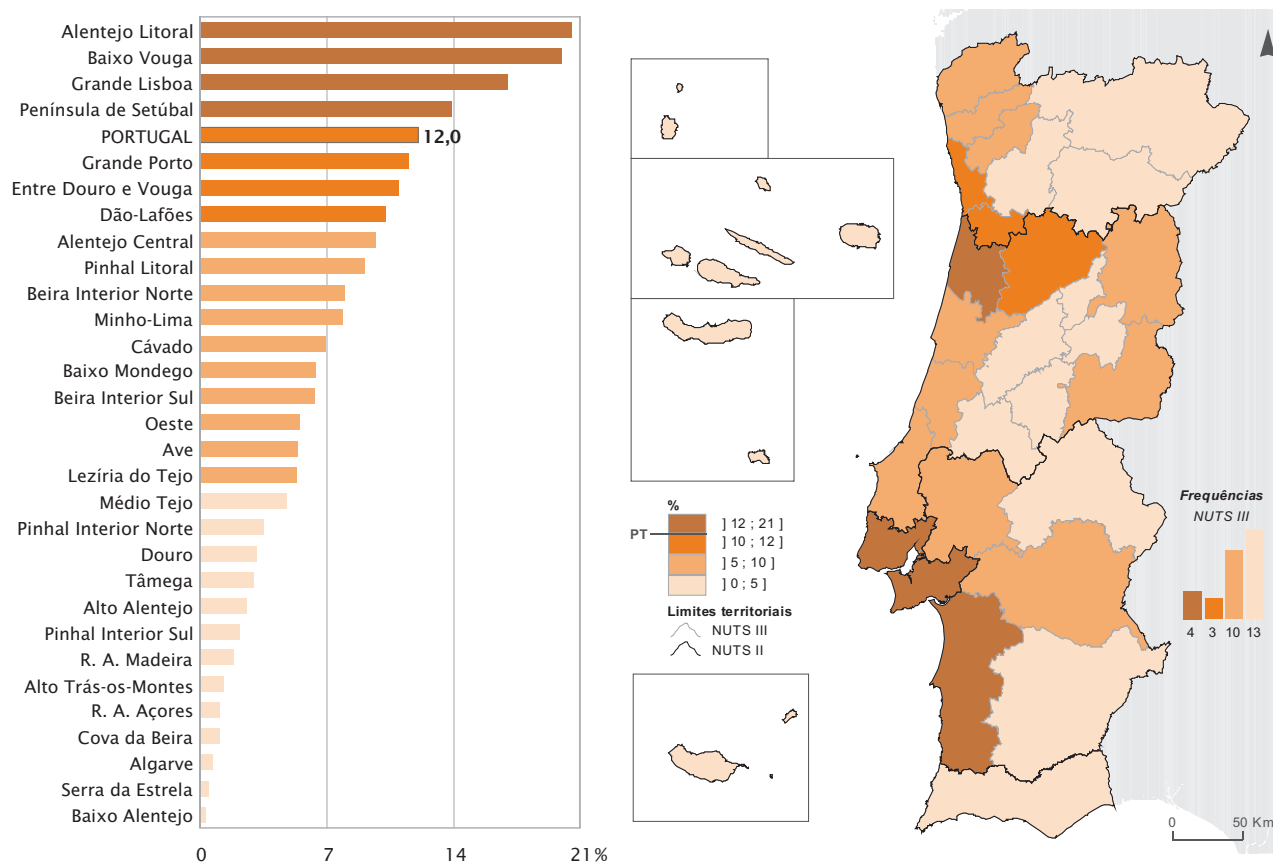
Em 2006, ao nível nacional, a proporção de VAB gerado pelas indústrias de alta e de média-alta tecnologia e pelos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia foi de 12%. A região de Lisboa evidenciava maior intensidade tecnológica do processo produtivo, sendo a única onde o nível tecnológico da actividade produtiva (17%) superava a média nacional. Seguia-se a região Centro com uma proporção de 10%.

Na Figura III.10, destacam-se as sub-regiões NUTS III Alentejo Litoral e Baixo Vouga, por apresentarem os valores mais expressivos de importância do VAB gerado pela actividades de alta e média-alta tecnologia (21% e 20%, respectivamente), e ainda a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, na região de Lisboa, para as quais aquela proporção era de 17% e 14%, respectivamente. No Alentejo,



as realidades intra-regionais eram claramente distintas: enquanto no Alentejo Litoral a proporção de VAB gerado por estas actividades superava a média nacional, no Alentejo Central era próxima daquele referencial (cerca de 10%), no Alto Alentejo era de 3% e no Baixo Alentejo não atingia 1%. Em geral, no interior continental, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira e no Algarve, a proporção de VAB gerado pelas actividades de alta e média-alta tecnologia era quase residual.

Proporção do valor acrescentado das actividades de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 **Figura III.10**



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.



Sistema de Contas Integradas das Empresas | Caixa III.5

O **Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)** resulta do processo de integração da informação estatística sobre empresas, baseada em dados administrativos, com particular destaque para a Informação Empresarial Simplificada (IES), que inclui um conjunto vasto de informação de carácter anual, relevante para efeitos estatísticos, fiscais e de prestação de contas. Esta informação, complementada com a recebida, por via do protocolo estabelecido entre o INE e vários organismos do Ministério das Finanças, para as empresas individuais (que compreendem os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes), em articulação com o Ficheiro de Unidades Estatísticas do INE, vem permitir uma vasta cobertura em termos de unidades estatísticas e características, criando melhorias ao nível dos resultados produzidos. O âmbito do SCIE exclui as secções A e J da CAE-Rev.2.1.

Importa, porém, avaliar se uma intensidade tecnológica expressiva resulta de maior concentração na indústria ou nos serviços. Com efeito, no caso do Alentejo Litoral, da Península de Setúbal e do Baixo Vouga, o conteúdo tecnológico estava muito concentrado na indústria, de tal forma que estas duas sub-regiões se destacavam claramente no contexto nacional (a par da Beira Interior Norte devido à relevância da *fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques* e da *fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.*) [Figura III.11]. Na Grande Lisboa, a proporção de VAB dos serviços resultante de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia ultrapassava 18%, gerando um distanciamento claro face ao Grande Porto onde aquela proporção era de 6%.

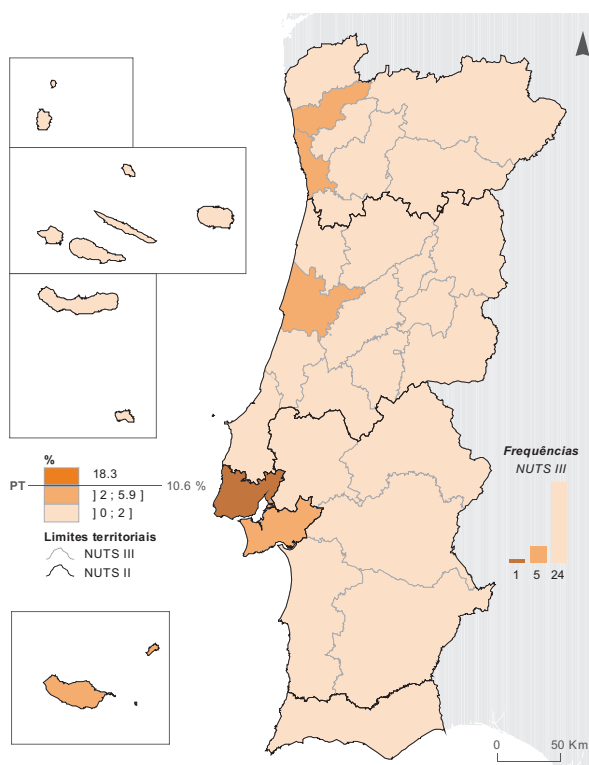
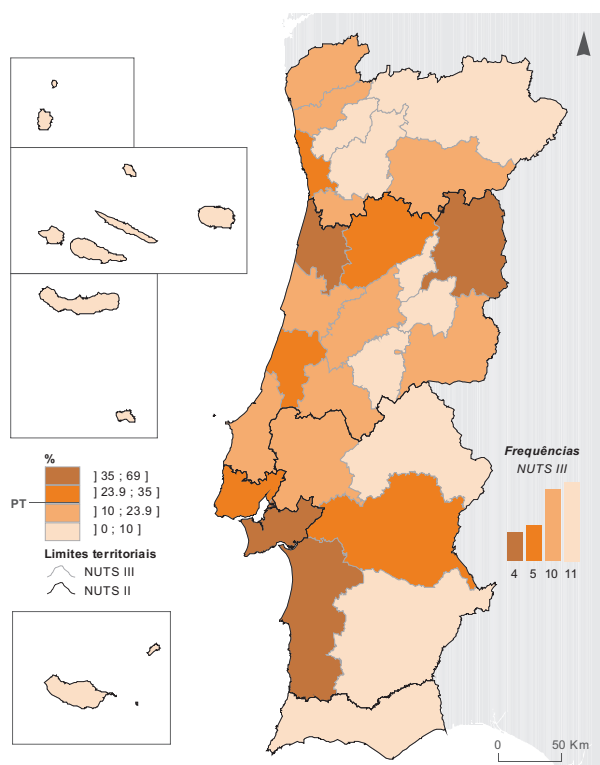


Proporção do valor acrescentado das indústrias de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006

Figura III.11

Proporção do valor acrescentado dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006

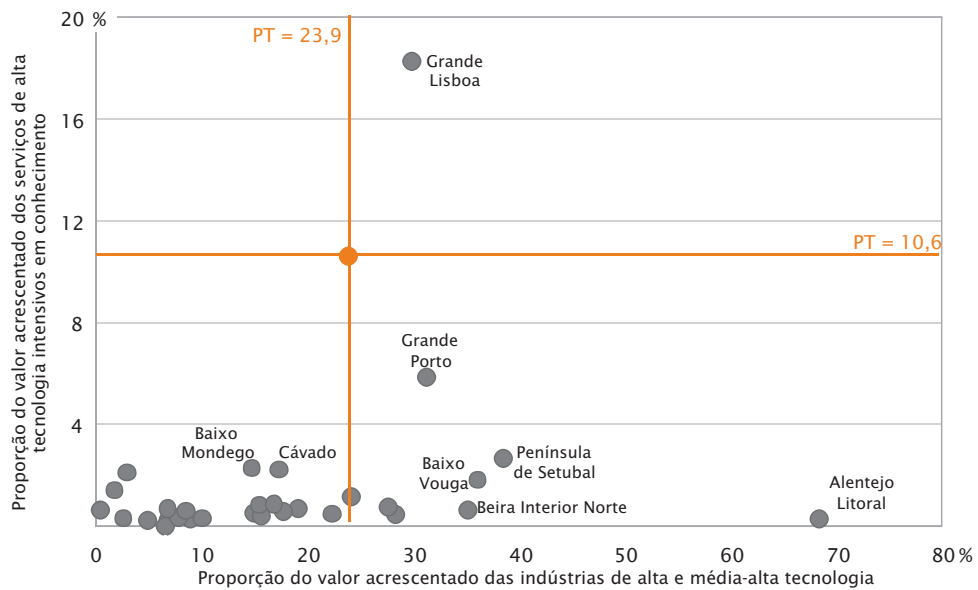
Figura III.12



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.



Intensidade tecnológica da actividade industrial e dos serviços, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | Figura III.13



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No respeitante ao conteúdo tecnológico das actividades produtivas, a realidade territorial revela a existência de quatro pólos regionais, com uma intensidade tecnológica acima da média nacional mas com perfis distintos: mais terciário na Grande Lisboa e mais industrial no Alentejo Litoral, no Baixo Vouga e na Península de Setúbal.

Os factores de competitividade industrial

A I&D constitui um motor de ganhos de produtividade, sendo frequentemente utilizada como indicador de inovação. A aposta em I&D pode ser um factor chave de competitividade [Anexo III.2] e caracteriza os ramos de actividade industriais onde é mais notória a aplicação do progresso científico e a gestão da propriedade industrial (visível, por exemplo, através das patentes). A este nível, em 2006, destacava-se, no contexto nacional, um conjunto de seis sub-regiões NUTS III por apresentarem uma importância destes ramos de actividade, acima da média nacional, que se cifrou em 4,2% do valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras; trata-se do Cávado, da Península de Setúbal, do Alentejo Central, do Douro e dos pólos metropolitanos Grande Porto e Grande Lisboa [Figura III.14].

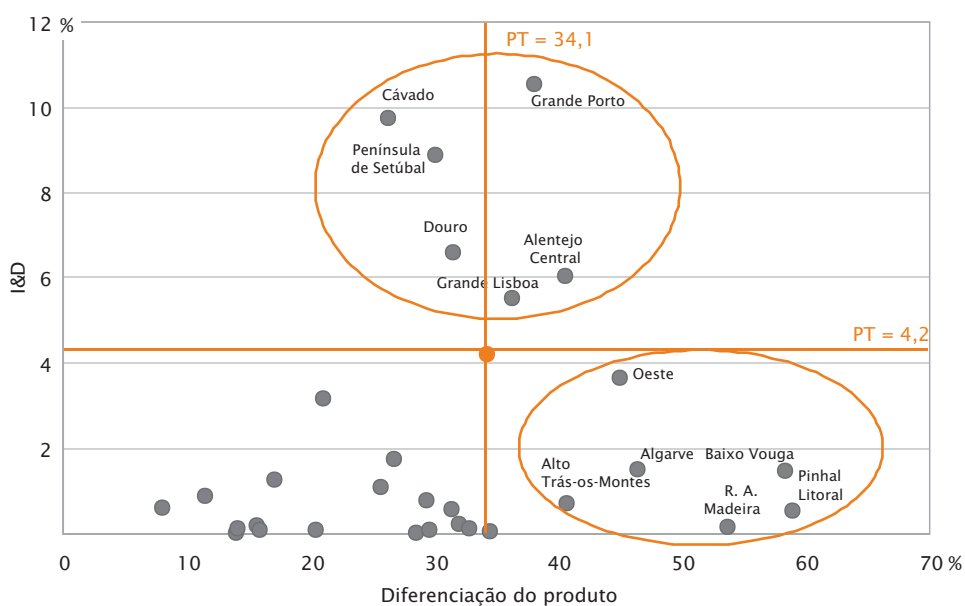


Principal factor de competitividade industrial | Caixa III.6

A classificação por factores chave de competitividade adoptada neste documento (Mateus *et al.*, 2005; DPP-MAOTDR, 2006) foi inicialmente proposta pela OCDE nos seus relatórios anuais sobre as “Políticas industriais nos países da OCDE” (OCDE, 1992), consistindo na afectação das diferentes actividades industriais a cinco segmentos, de acordo com os principais factores que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade: recursos naturais, mão-de-obra, exploração de economias de escala, diferenciação do produto e esforço em Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Também a diferenciação do produto, traduzindo a capacidade de adaptação às características diversificadas ou segmentadas da procura, está intimamente ligada à inovação. Trata-se, neste caso, de actividades como a *fabricação de máquinas e equipamentos eléctricos*, as *indústrias metalúrgicas de base* e a *fabricação de produtos metálicos*. No Pinhal Litoral, no Baixo Vouga e na Região Autónoma da Madeira, esta actividade superava os 50% do valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras. Além destas três sub-regiões, apenas em mais seis, era superada a média nacional (34,1%): Algarve, Oeste, Alentejo Central, Alto Trás-os-Montes, Grande Porto e Grande Lisboa.

Proporção de VAB por principal factor de competitividade industrial, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | Figura III.14



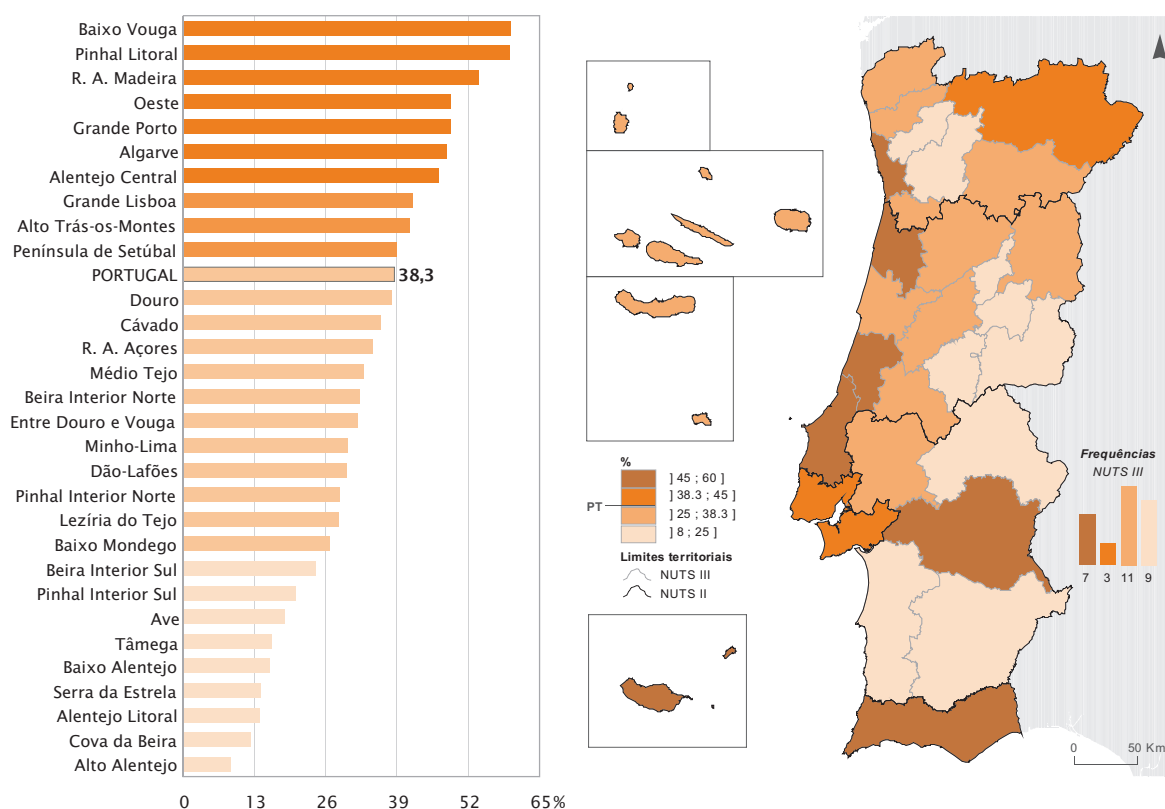
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.



Conjugando os dois indicadores, isto é, excluindo os ramos de actividade cujo principal factor de competitividade são a intensidade em mão-de-obra e em recursos naturais e as economias de escala, constata-se que, por um lado, apenas no Alentejo Central, no Grande Porto e na Grande Lisboa, a média nacional era superada nos dois indicadores e que, por outro lado, agregando os dois indicadores, a especialização produtiva associada aos dois factores de competitividade era superior a 50% do valor acrescentado bruto em três sub-regiões: Baixo Vouga (59,7%), Pinhal Litoral (59,5%) e Região Autónoma da Madeira (53,8%) [Figura III.15].

Proporção de VAB nos ramos de actividade cujo principal factor de competitividade industrial é o esforço em I&D ou a diferenciação do produto, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006

Figura III.15



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Considerando o nível II da NUTS, embora Lisboa e o Norte se destaquem no que diz respeito a I&D, no conjunto dos dois factores de competitividade sobressaem a Região Autónoma da Madeira (devido, em grande medida, à *fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento*) e o Algarve (devido, essencialmente, à *fabricação de outros produtos minerais não metálicos* e à *fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento*).



A importância da I&D enquanto factor de competitividade das indústrias é particularmente relevante nas actividades de três sub-regiões do Norte: Cávado, Douro e Grande Porto. Este factor de competitividade também se encontra saliente nas duas sub-regiões de Lisboa – Península de Setúbal e Grande Lisboa e, ainda, no Alentejo Central.

Os perfis de competitividade estão especialmente associados à diferenciação do produto no Pinhal Litoral, no Baixo Vouga, na Região Autónoma da Madeira, no Algarve, no Oeste, no Alentejo Central, no Alto Trás-os-Montes, no Grande Porto e na Grande Lisboa.

As actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)

No âmbito da sociedade do conhecimento, a inovação é indissociável das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). As TIC são instrumentos essenciais para o processo de qualificação dos recursos humanos, para a prestação de serviços e para a eficiência do funcionamento do sistema produtivo.

Definição do sector TIC | Caixa III.7

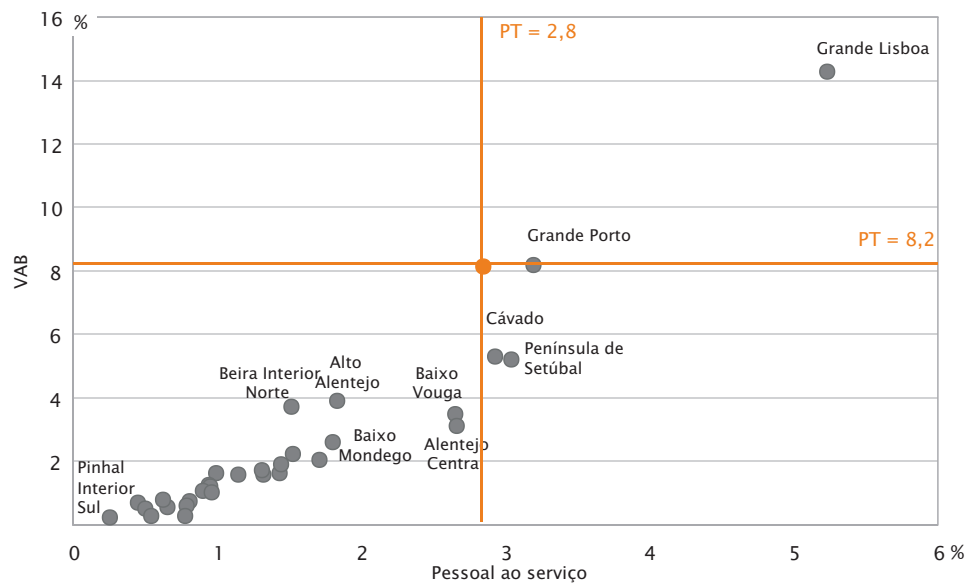
Em 1998, os países membros da OCDE definiram, no âmbito dos trabalhos relativos à área da Sociedade da Informação, e de acordo com a actividade económica das empresas, um conjunto de actividades que conformam o sector das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). A definição do sector TIC pretendia agregar as actividades de manufatura e de serviços cuja informação fosse tratada, transmitida e divulgada electronicamente (OECD, 2000: 249). Esta definição teve por base a classificação internacional de actividades económicas vigente no momento (ISIC Rev.3), traduzida na NACE Rev.1, a classificação adoptada pelo Eurostat.

O próprio processo produtivo das TIC é, por um lado, exigente em termos de recursos humanos qualificados e de investimento e, por outro lado, estando associado a um mercado competitivo e em expansão, potencia a geração de novos produtos e serviços e, portanto, de riqueza. Com efeito, em 2006, as actividades TIC [Anexo III.3] geravam, ao nível nacional, uma quota de valor acrescentado bruto (8,2%) claramente superior à quota de pessoal ao serviço (2,8%), confirmando a elevada produtividade associada a estas actividades. Porém, este perfil de especialização era regionalmente diferenciado.

De facto, no contexto nacional, destacavam-se duas sub-regiões: a Grande Lisboa e o Grande Porto [Figura III.16]. A Grande Lisboa era a sub-região do país que mais emprego concentrava em termos relativos (cerca de 5% do efectivo sub-regional) e onde as TIC assumiam uma importância relativa maior na geração de valor acrescentado (14%); no Grande Porto, aquelas quotas eram de 3% e 8%, respectivamente. O Cávado e a Península de Setúbal apresentavam uma quota das TIC de 3% no emprego e de 5% no VAB.



Proporção de VAB e pessoal ao serviço nas TIC, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2006 | Figura III.16



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Ao nível das NUTS II, em termos de pessoal ao serviço, observa-se uma oposição entre Lisboa (onde a quota das TIC era de 5%) e o Algarve (onde essa quota não atingia 1%), estando as restantes regiões num patamar semelhante, entre 1,4% e 2,0%. No que respeita ao valor acrescentado bruto, a diferenciação era mais acentuada, com Lisboa a destacar-se (13,4%), seguindo-se-lhe o Norte (4,9%).

A expressão das actividades TIC na base económica das regiões é especialmente visível na Grande Lisboa, pela elevada importância no VAB e no emprego da sub-região. No Grande Porto, a importância relativa das TIC no emprego superava a média nacional e no VAB aproxima-se daquele referencial. No Cávado e na Península de Setúbal, as TIC absorviam relativamente mais emprego do que no conjunto do país. A análise sugere, assim, uma maior expressão destas actividades nos territórios de cariz metropolitano.



Síntese

A análise conduzida sobre o perfil de especialização das regiões portuguesas aponta para a existência de diferenças regionais. A Figura III.17 resume os principais resultados.

Ao nível das NUTS II e face ao contexto nacional, Lisboa, com um perfil produtivo terciário, apresenta uma especialização mais concentrada em actividades ligadas à inovação: de conteúdo tecnológico intenso, com a I&D e a diferenciação do produto como principais factores de competitividade e onde a presença das actividades TIC é relevante. Sublinhe-se, também, a menor importância destas actividades no Alentejo.

Considerando o nível III da NUTS, a Grande Lisboa apresenta os indicadores mais favoráveis em termos de actividades ligadas à inovação, seguindo-se o Grande Porto. Destaca-se, ainda, o conjunto formado pelas sub-regiões Alentejo Central, Baixo Vouga e Península de Setúbal. Destas cinco sub-regiões, apenas o Baixo Vouga e a Península de Setúbal revelam uma concentração da actividade produtiva no sector secundário superior à média nacional enquanto, nas restantes três sub-regiões, o perfil é mais terciário.



Indicadores do perfil produtivo acima da média nacional, por NUTS III e NUTS II | Figura III.17

| NUTS III | % VAB do sector terciário | % VAB do sector secundário | VAB/indivíduo empregado | Intensidade tecnológica | I&D | Diferenciação do produto | TIC | | |
|-----------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|-----|--------------------------|-----|------|------|
| | | | | | | | | VAB | |
| | | | | | | | | 2007 | 2006 |
| Minho-Lima | | ● | | | | | | | |
| Cávado | | ● | | | ● | | | | |
| Ave | | ● | | | | | | | |
| Grande Porto | ● | | ● | | ● | ● | ● | | |
| Tâmega | | ● | | | | | | | |
| Entre Douro e Vouga | | ● | | | | | | | |
| Douro | | | | | ● | | | | |
| Alto Trás-os-Montes | | ● | | | | ● | | | |
| Baixo Vouga | | ● | | ● | | ● | | | |
| Baixo Mondego | ● | | | | | | | | |
| Pinhal Litoral | | ● | | | | ● | | | |
| Pinhal Interior Norte | | ● | | | | | | | |
| Dão-Lafões | | ● | | | | | | | |
| Pinhal Interior Sul | | ● | | | | | | | |
| Serra da Estrela | | ● | | | | | | | |
| Beira Interior Norte | ● | | | | | | | | |
| Beira Interior Sul | | | | | | | | | |
| Cova da Beira | ● | | | | | | | | |
| Oeste | | ● | | | | ● | | | |
| Médio Tejo | | ● | | | | | | | |
| Grande Lisboa | ● | | ● | ● | ● | ● | ● | | |
| Península de Setúbal | | ● | ● | ● | ● | | | | |
| Alentejo Litoral | | ● | ● | ● | | | | | |
| Alto Alentejo | | | | | ● | ● | | | |
| Alentejo Central | ● | | | | | | | | |
| Baixo Alentejo | | ● | ● | | | | | | |
| Lezíria do Tejo | | ● | | | | | | | |
| Algarve | ● | | ● | | | ● | | | |
| R. A. Açores | | | ● | | | ● | | | |
| R. A. Madeira | ● | | ● | | | ● | | | |
| NUTS II | % VAB do sector terciário | % VAB do sector secundário | VAB/indivíduo empregado | Intensidade tecnológica | I&D | Diferenciação do produto | TIC | | |
| | 2007 | | | VAB | | | | | |
| | 2007 | | | 2006 | | | | | |
| Norte | | ● | | | ● | | | | |
| Centro | | ● | | | | ● | | | |
| Lisboa | ● | | ● | ● | ● | ● | ● | | |
| Alentejo | | ● | ● | | | | | | |
| Algarve | ● | | ● | | | ● | | | |
| R. A. Açores | | | ● | | | ● | | | |
| R. A. Madeira | ● | | ● | | | ● | | | |



III.2. A inovação nas regiões portuguesas

Despesa em I&D no PIB: Despesa em I&D / PIB * 100

Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes: Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas / População residente dos 20 aos 29 anos * 1 000

Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes: Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas / População residente dos 25 aos 34 anos * 1 000

Intensidade de inovação: Despesa em inovação / Volume de negócios das empresas com actividades de inovação * 100

Investigadores (ETI) em I&D na população activa: Investigadores (ETI - equivalente a tempo integral) / População activa * 100

Pessoal em I&D na população activa: População activa em I&D / População activa * 100

Proporção da população residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação: População residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação / População residente com idade entre 25 e 64 anos * 100

Proporção de doutorados em áreas científicas e tecnológicas face ao total de doutorados: Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas / Doutorados do ensino superior * 100

Proporção de empresas com actividades de inovação: Empresas com actividades de inovação / Empresas * 100

Proporção de empresas com cooperação para a inovação: Empresas com actividades de inovação com cooperação para a inovação / Empresas com actividades de inovação * 100

Proporção de exportações de bens de alta tecnologia: Exportações de bens de alta tecnologia / Exportações * 100

Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia: Nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia / Nascimentos de empresas * 100



Proporção de população empregada com qualificação de nível superior (25-64 anos):

População empregada com idade entre 25 e 64 anos e com qualificação de nível superior / População empregada com idade entre 25 e 64 anos * 100

Proporção de volume de negócios resultante da venda de produtos novos: Volume de negócios resultante da venda de produtos novos / Volume de negócios total das empresas com inovação de produto * 100

Recursos humanos em Ciência e Tecnologia em percentagem da população total: Recursos humanos com formação em áreas científicas e tecnológicas e a exercer actividades em áreas científicas e tecnológicas / População total * 100

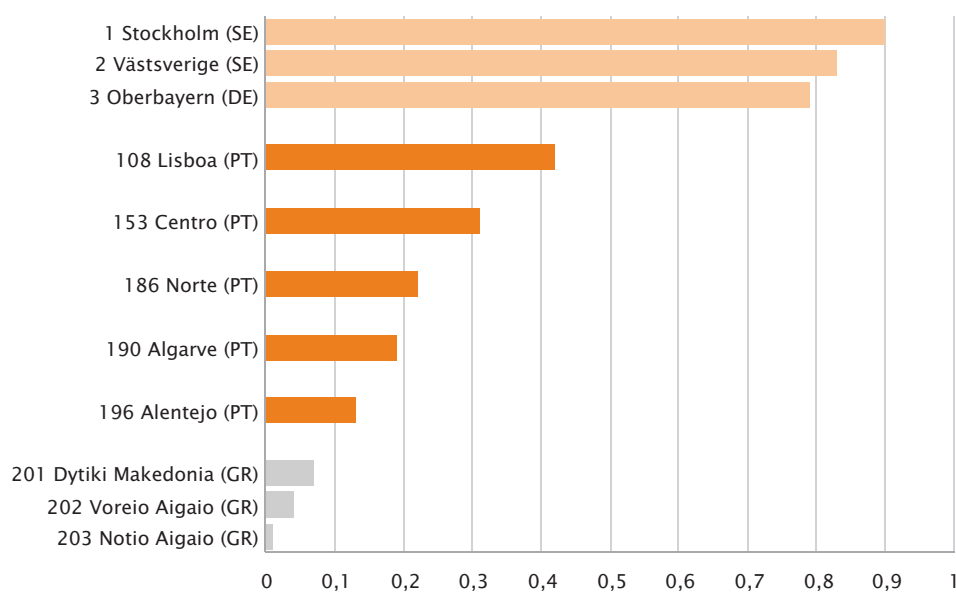
Repartição da despesa em I&D por sector de execução: Despesa em I&D executada por um determinado sector de execução - empresas, Estado, ensino superior ou instituições privadas sem fins lucrativos / Despesa em I&D * 100

O relatório *European Innovation Scoreboard 2007* (UNU-MERIT, 2008), desenvolvido por iniciativa da Comissão Europeia, classifica Portugal como um país *catching-up*, à semelhança do observado desde 2003. Tal significa que, de acordo com a abordagem seguida, embora o desempenho em termos de inovação esteja claramente abaixo da média europeia, tem-se observado uma aproximação a essa média.

Por sua vez, o *European Regional Innovation Scoreboard 2006* (UNU-MERIT, 2007) hierarquiza o desempenho das regiões europeias em termos de inovação com base num índice sintético. O desempenho das regiões continentais portuguesas é retratado na Figura III.18. No conjunto das 203 regiões NUTS II analisadas da União Europeia (UE25), com excepção de Lisboa, as restantes quatro regiões portuguesas estão no último quarto da hierarquia.



Desempenho em termos de inovação das regiões portuguesas no contexto europeu | Figura III.18



Fonte: UNU-MERIT (2007).

No relatório *European Innovation Scoreboard 2007* (UNU-MERIT, 2008), a caracterização do processo de inovação foi organizada em cinco tipos de indicadores:

- [1] **motores de inovação**: capazes de medir as condições estruturais necessárias para potenciar a inovação;
- [2] **criação de conhecimento**: capazes de medir a despesa em actividades de I&D;
- [3] **inovação e empreendedorismo**: capazes de medir o esforço de inovação interno às empresas;
- [4] **aplicações**: capazes de medir o desempenho em termos de emprego e valor acrescentado em sectores inovativos;
- [5] **propriedade intelectual**: capazes de medir os resultados em termos de conhecimento bem sucedido.

As três primeiras classes dizem respeito a recursos e as duas últimas estão associadas a resultados do processo de inovação.

Dada a complexidade que as múltiplas vertentes de análise introduzem num diagnóstico desta natureza, esta estrutura de análise afigura-se útil para sistematizar a caracterização da inovação nas regiões portuguesas. Procurou-se, assim, seleccionar um conjunto de indicadores considerados relevantes para cada uma daquelas cinco classes. A base de trabalho foi a discussão desenvolvida no *European Innovation Scoreboard 2007*, a propósito dos indicadores seleccionados nas sucessi-



vas edições do relatório. Esse conjunto de indicadores foi sujeito à disponibilidade regional (para as sete regiões NUTS II portuguesas e, se possível, para as 30 sub-regiões NUTS III). É, porém, natural que a informação analisada não capte as alterações mais recentes no desempenho em termos de inovação, dado o desfasamento com que alguma informação estatística é disponibilizada. Pelo facto de este desfasamento ser particularmente pertinente no respeitante aos indicadores relativos à classe *propriedade intelectual*, essa análise não será desenvolvida no presente documento. A Figura III.19 apresenta a estrutura de trabalho e caracteriza a informação retida.

Descrição da metainformação associada aos indicadores analisados | Figura III.19

| Dimensão | Indicador | Período | Fonte | | |
|--|-----------------------------|---|---|--|---|
| RECURSOS | Motores de inovação | Diplomados pelo ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes (20-29 anos) | 2004-2007 | MCTES/GPEARI. | |
| | | Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes (25-34 anos) | 2004-2007 | MCTES/GPEARI. | |
| | | Proporção de doutorados em áreas científicas e tecnológicas face ao total de doutorados | 2004-2007 | MCTES/GPEARI. | |
| | | Proporção da população residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação | 2007 | INE, Inquérito ao Emprego. | |
| | | Proporção de população empregada com qualificação de nível superior (25-64 anos) | 2007 | INE, Inquérito ao Emprego. | |
| | Criação de conhecimento | Despesa em I&D no PIB | 2005 | MCTES/GPEARI, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. INE, Contas Regionais. | |
| | | Repartição da despesa em I&D por sector de execução | 2005 | MCTES/GPEARI, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. | |
| | Inovação e empreendedorismo | Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia | 2004-2006 | INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. | |
| | | Proporção de empresas com actividades de inovação | 2004-2006 | MCTES/GPEARI, Inquérito Comunitário à Inovação. | |
| | | Intensidade de inovação | 2004-2006 | MCTES/GPEARI, Inquérito Comunitário à Inovação. | |
| | | Proporção de volume de negócios resultante da venda de produtos novos | 2004-2006 | MCTES/GPEARI, Inquérito Comunitário à Inovação. | |
| | | Proporção de empresas com cooperação para a inovação | 2004-2006 | MCTES/GPEARI, Inquérito Comunitário à Inovação. | |
| | RESULTADOS | Aplicações | Proporção de exportações de bens de alta tecnologia | 2004-2007 | INE, Estatísticas do Comércio Internacional. |
| | | | Pessoal em I&D na população activa | 2005 | MCTES/GPEARI, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. |
| | | | Investigadores (ETI) em I&D na população activa | 2005 | MCTES/GPEARI, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. |
| Recursos humanos em Ciência e Tecnologia em percentagem da população total | | | 2007 | Eurostat. | |
| Propriedade intelectual | | | | | |



Os motores de inovação

A formação dos recursos humanos é uma condição estrutural essencial para que determinado território exiba capacidade de inovação³⁶. Neste contexto, são particularmente relevantes as competências nas áreas da ciência e tecnologia (C&T) [Anexo III.4].

O número de diplomados pelo ensino superior em C&T por 1 000 habitantes com idade entre 20 e 29 anos constitui um indicador frequentemente utilizado para a avaliação da formação da população em C&T, constituindo um indicador estrutural da Comissão Europeia. Ao longo dos últimos anos, Portugal tem-se aproximado do desempenho médio europeu; em 2006, no conjunto da União Europeia a 27 Estados-membros, o indicador aproximava-se de 13 e, em Portugal, era de 12,6.

Numa perspectiva de base territorial, dever-se-á ter em consideração que se trata de uma afectação dos diplomados à região onde se localiza a instituição de ensino que confere o grau, podendo o mercado de trabalho daquela região revelar ou não capacidade de reter esses recursos. Por outro lado, regiões com oferta deste tipo de ensino inseridas em territórios mais vastos mas com menor oferta, tenderão a captar estudantes residentes em regiões vizinhas e, portanto, a exibir rácios mais expressivos.

Para o conjunto do país, aquele indicador tem-se situado, nos últimos anos (considerando a média do período 2004-2007³⁷), nos 11 diplomados. Ao nível regional, verifica-se que este fenómeno tem mais incidência na região Centro, mais concretamente, nas sub-regiões do Baixo Mondego, da Cova da Beira e da Beira Interior Sul, estando associado à presença das Universidades de Coimbra, da Beira Interior (na Covilhã) e do Instituto Politécnico de Castelo Branco [Figura III.20]. Seguem-se os territórios metropolitanos do Grande Porto e da Grande Lisboa, com maior oferta, e ainda o Cávado, onde a Universidade do Minho é particularmente relevante. Estas seis sub-regiões produziram, em média, no período 2004-2007, mais de 16 diplomados pelo ensino superior em C&T por 1 000 habitantes com idade entre 20 e 29 anos.

Tendo presente que recursos mais qualificados constituem, à partida, recursos mais favoráveis à inovação, o número de doutorados em C&T por 1 000 habitantes, com idade entre 25 e 34 anos, destaca também sub-regiões do Centro: igualmente, o Baixo Mondego e a Cova da Beira (em ambos os casos, com 1,2 doutorados em C&T por 1 000 habitantes com idade entre 25 e 24 anos) e o Baixo Vouga (0,9), pela presença da Universidade de Aveiro [Figura III.21]. A estas sub-regiões, além do Cávado (0,8), da Grande Lisboa (0,7) e do Grande Porto (0,6), junta-se o Alentejo Central (0,7), onde se situa a Universidade de Évora.

³⁶ Na segunda parte desta publicação, a propósito do estado da educação e da formação da população nas regiões portuguesas, conduz-se uma análise regional mais abrangente.

³⁷ A análise de indicadores para um período supra-anual resultou da necessidade de expurgar eventuais comportamentos voláteis, tendo-se optado, nestes casos, por calcular a média dos valores anuais do indicador.

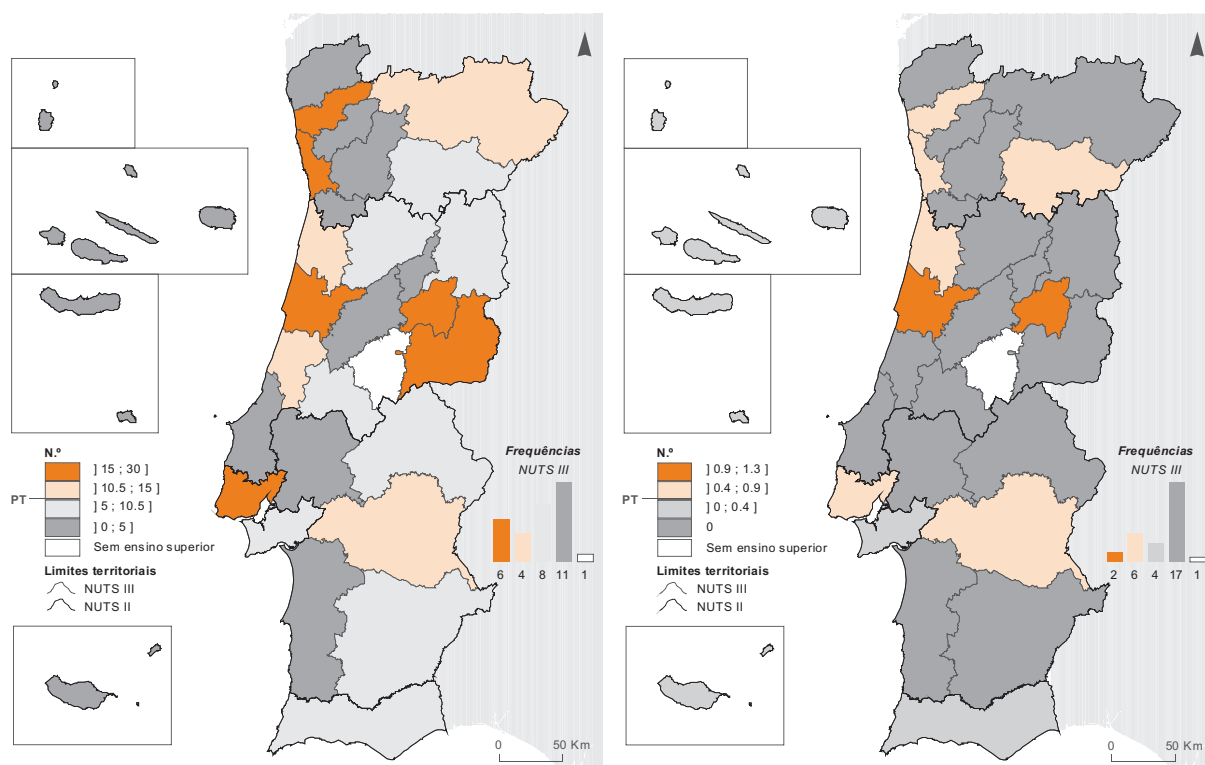


Diplomados pelo ensino superior em C&T por 1 000 habitantes com idade entre 20 e 29 anos, por NUTS III, 2004-2007

Figura III.20

Doutorados em C&T por 1 000 habitantes com idade entre 25 e 34 anos, por NUTS III, 2004-2007

Figura III.21

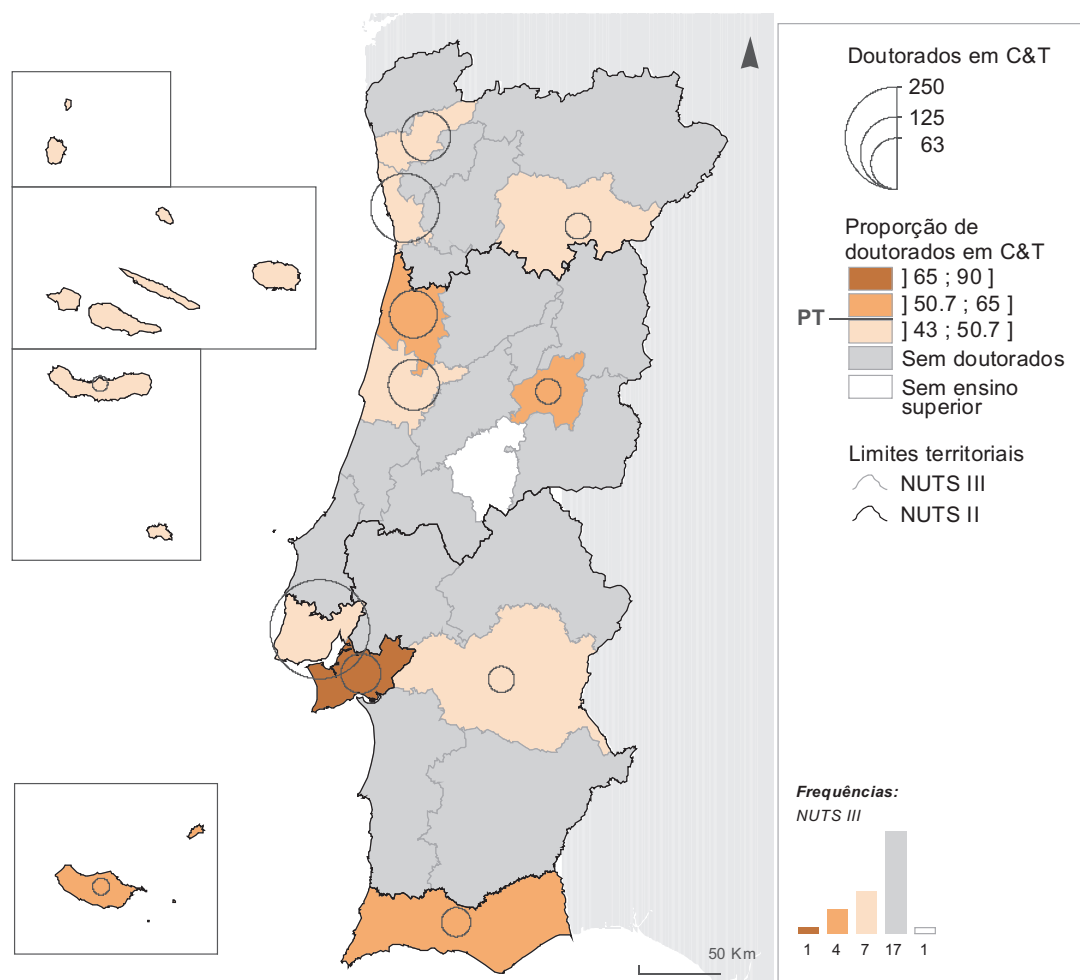


Fonte: MCTES/GPEARL. INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Se se atender à proporção de doutorados em C&T face ao total de doutorados e, por conseguinte, retendo exclusivamente o esforço dos estabelecimentos de ensino superior na formação em C&T, constata-se que, em sete das 30 sub-regiões do país, aquela proporção era superior a 50%: Península de Setúbal, Baixo Vouga, Algarve, Cova da Beira, Região Autónoma da Madeira, Cávado e Baixo Mondego [Figura III.22].



Proporção de doutorados em C&T face ao total de doutorados, por NUTS III, 2004-2007 | Figura III.22



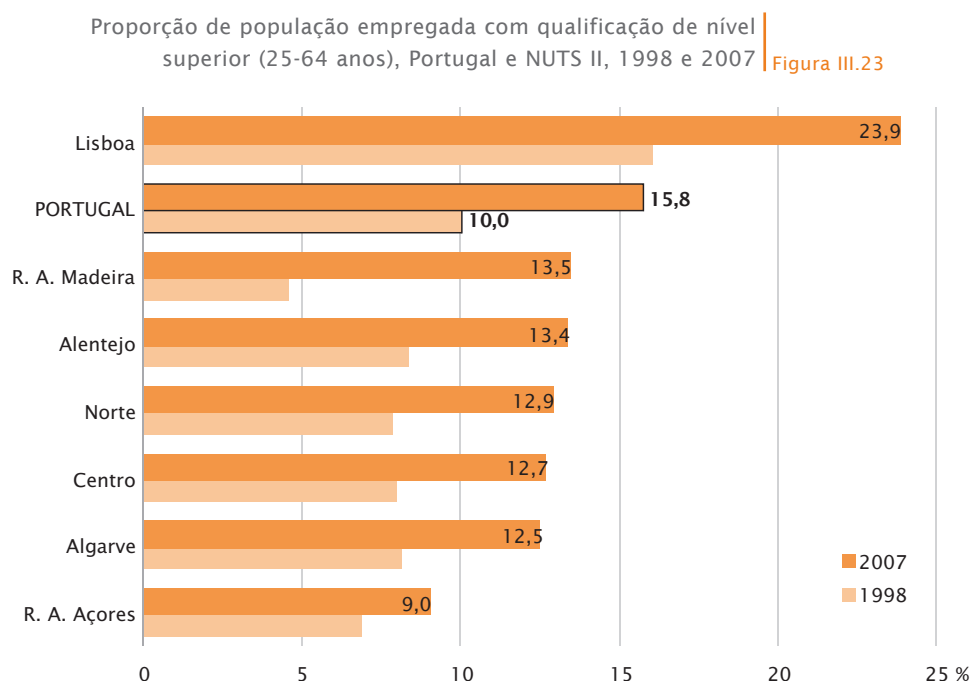
Fonte: MCTES/GPEARL.

Além do desempenho que as regiões revelam na formação dos recursos humanos, é igualmente relevante a capacidade de reterem mão-de-obra qualificada ou de acrescentarem qualificação à mão-de-obra existente. A proporção da população residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação constitui um indicador estrutural da Comissão Europeia (*Life-long learning*). Em 2007, na União Europeia a 27 Estados-membros, aquele indicador alcançava 9,7% e, em Portugal, era 4,4%. Apesar deste desfasamento, tem-se verificado um reforço da aprendizagem ao longo da vida, em todas as regiões portuguesas. Porém, em 2007, apenas nas regiões Centro e Lisboa, era superada a média nacional. Pelo contrário, era nas regiões autónomas que a participação em aprendizagem ao longo da vida era menos intensa³⁸.

³⁸ Veja-se, a este respeito, a discussão apresentada na segunda parte desta publicação.



A capacidade de retenção de mão-de-obra qualificada pode ser avaliada através da proporção de população empregada com qualificação de nível superior, no grupo etário dos 25 aos 64 anos de idade [Figura III.23].



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

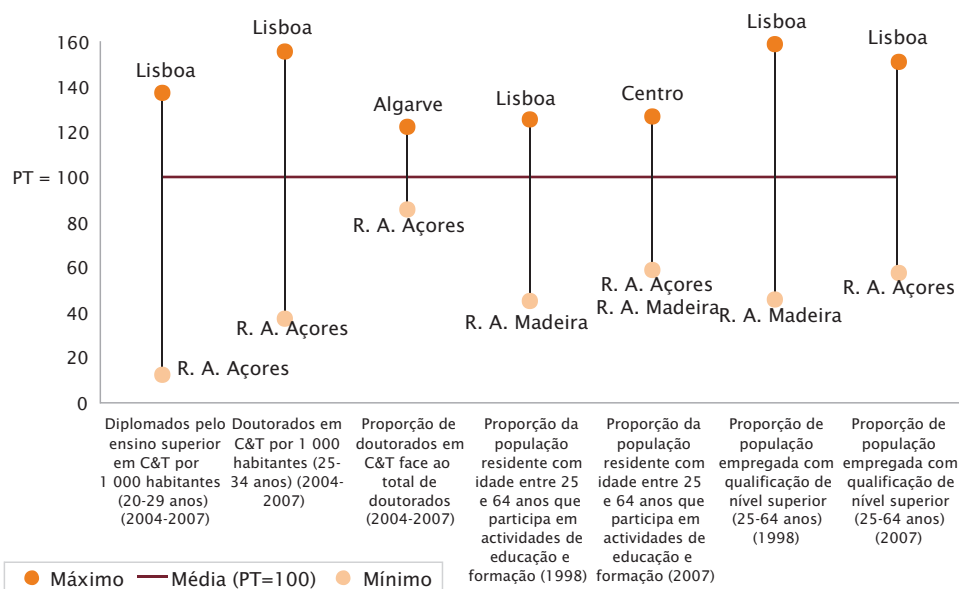
Também neste caso, é notória a evolução positiva que se verificou na última década em todas as regiões portuguesas, em particular na Região Autónoma da Madeira. Em 2007, a região de Lisboa apresentava a proporção de população empregada com qualificação de nível superior mais elevada, sendo mesmo a única região portuguesa a superar a média nacional, com perto de um quarto da população empregada com formação de nível superior. A Região Autónoma dos Açores apresentava a expressão menos significativa neste indicador (9%).

A formação de recursos humanos em áreas científicas e tecnológicas está mais presente nas sub-regiões NUTS III que dispõem de estabelecimentos de ensino superior público. Relativizando pelo efetivo populacional potencialmente utilizador deste equipamento, ressaltam quatro pólos na região Centro – Baixo Mondego, Baixo Vouga, Cova da Beira e Beira Interior Sul.

No que respeita à capacidade de acrescentar qualificação à mão-de-obra existente, destaca-se a região Centro que, em 2007, superava a região de Lisboa no melhor desempenho na aprendizagem ao longo da vida. Nas regiões autónomas, este fenómeno manteve-se menos intenso. Já no que se refere à qualificação da população empregada, a região de Lisboa mantém uma posição destacada, assinalando-se também a evolução ocorrida na Região Autónoma da Madeira. Pelo contrário, a Região Autónoma dos Açores apresentava, em 2007, a menor incidência de formação de nível superior na população empregada.



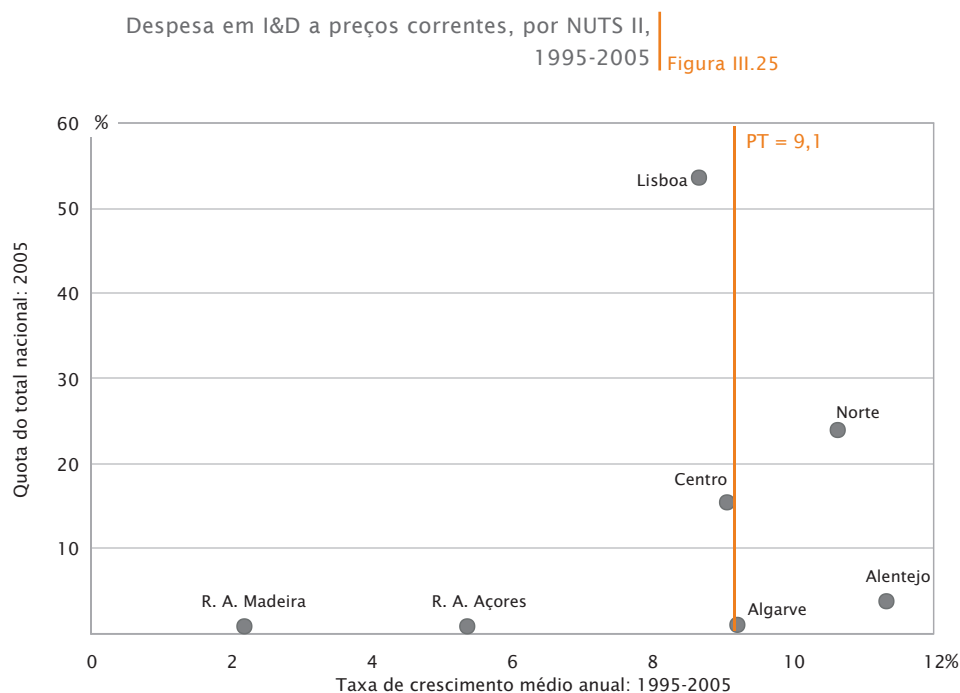
Indicadores de motores de inovação
(Portugal = 100), por NUTS II **Figura III.24**



Fonte: MCTES/GPEARL. INE, Inquérito ao Emprego.

A criação de conhecimento

De acordo com o relatório *European Innovation Scoreboard 2007* (UNU-MERIT, 2008), os indicadores relativos à criação de conhecimento estão associados à despesa em actividades de I&D. Tal como se verifica para os recursos humanos envolvidos em actividades de I&D, também as despesas em I&D estão fortemente concentradas na região de Lisboa que, em 2005, captou 54% do valor nacional, segundo os resultados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. Porém, com excepção das regiões autónomas, as restantes regiões observaram no período 1995-2005 um crescimento médio anual superior ao registado em Lisboa, o que, a manter-se, tenderá a reduzir as assimetrias regionais entre as regiões continentais [Figura III.25].



Fonte: MCTES/GPEARl, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional | Caixa III.8

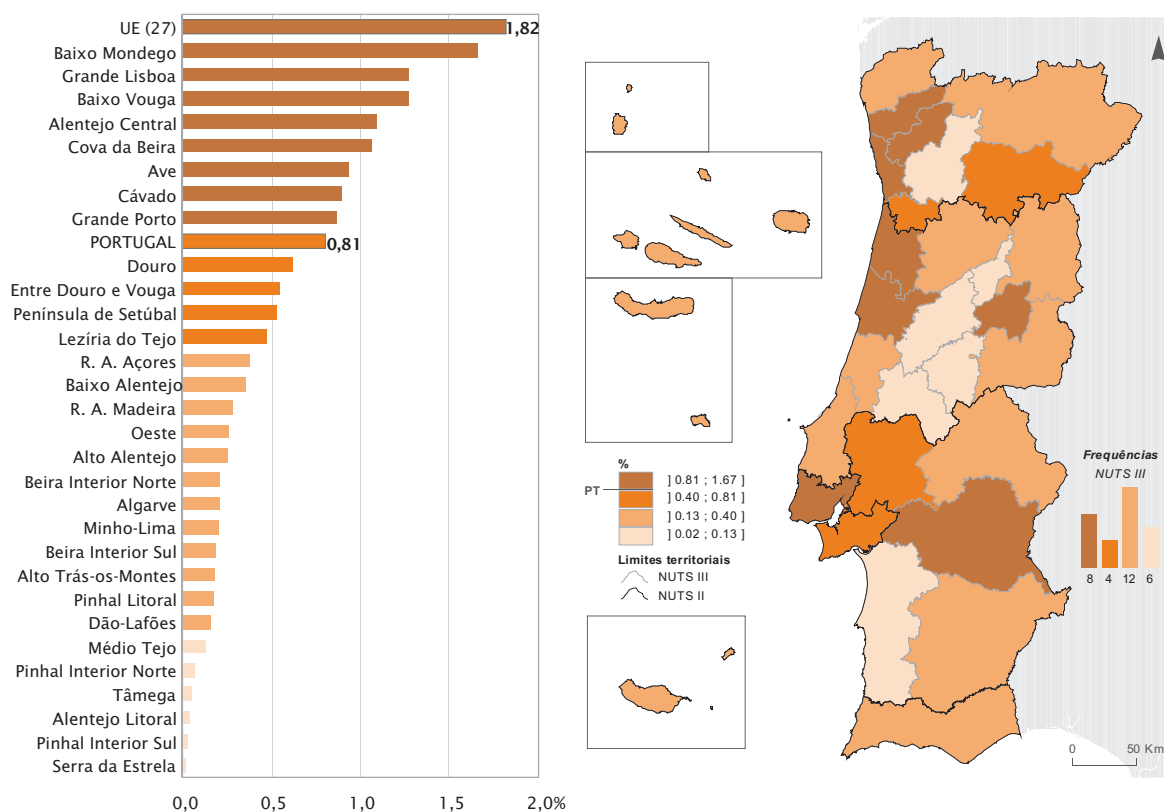
O **Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)**, da responsabilidade do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARl) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), é um inquérito bienal dirigido a todas as entidades identificadas como potenciais executoras de actividades de investigação e desenvolvimento (I&D). O IPCTN recolhe informação sobre os montantes de execução e financiamento de I&D, bem como sobre o pessoal afecto a estas actividades e permite ainda recensar os Investigadores ao serviço de cada uma das entidades nos seguintes sectores: Empresas, Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Os dados recolhidos possibilitam a construção dos indicadores de evolução do Sistema de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, servem os interesses da comunidade científica e das organizações e integram as séries estatísticas oficiais de organismos nacionais e internacionais como o Eurostat, a OCDE e a UNESCO.

(MCTES/GPEARl, 2008a)



Em 2005, ao nível nacional, a importância da despesa em I&D no PIB foi de 0,81%, não se tendo alcançado em nenhuma sub-região o valor da União Europeia a 27 países (1,82%). Em cinco das 30 sub-regiões NUTS III portuguesas, aquela proporção ultrapassava 1%: Baixo Mondego (1,66%), Grande Lisboa (1,27%), Baixo Vouga (1,27%), Alentejo Central (1,10%) e Cova da Beira (1,07%) [Figura III.26]. Na região Norte, sobressaía um contínuo formado pelas sub-regiões Ave, Cávado e Grande Porto, com valores acima da média nacional: 0,93%, 0,90% e 0,87%, respectivamente.

Despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS III, 2005 | Figura III.26

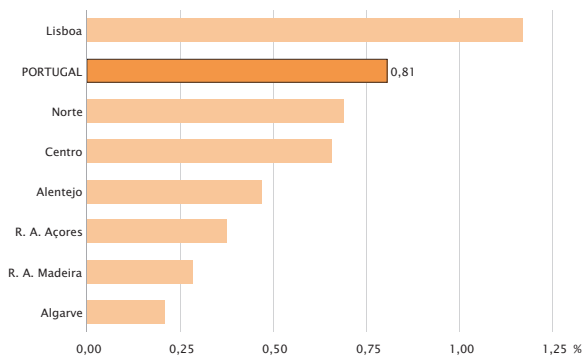


Fonte: MCTES/GPEARI, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

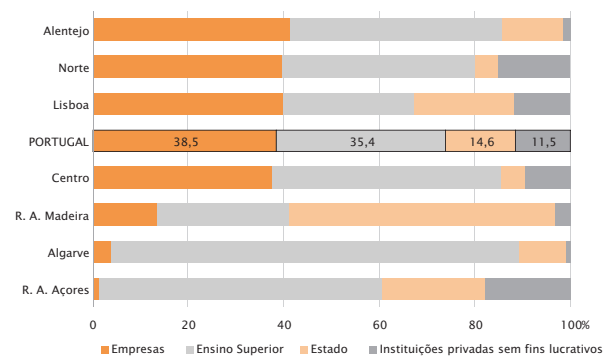
Por NUTS II, apenas a região de Lisboa superava a média nacional, registando 1,17% do PIB [Figura III.27].



Despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS II, 2005 | Figura III.27



Repartição da despesa em I&D por sector de execução, Portugal e NUTS II, 2005 | Figura III.28



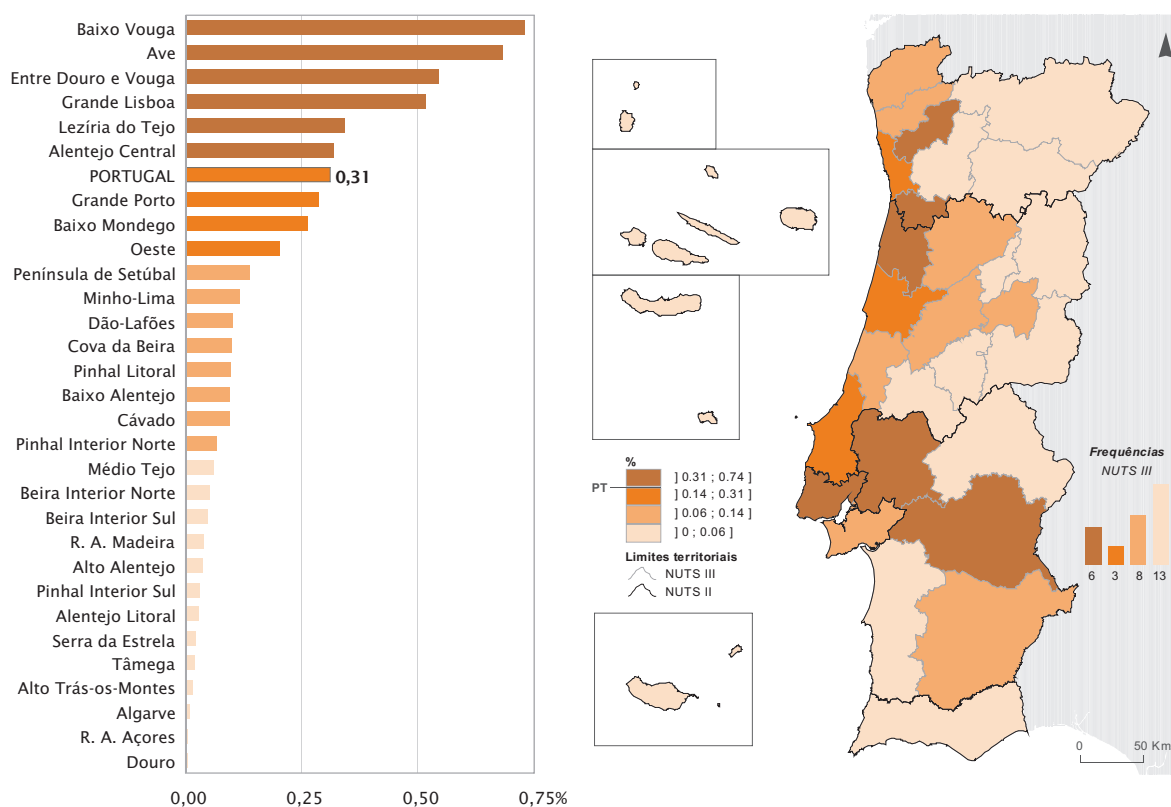
Fonte: MCTES/GPEARl, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

Contudo, a diferenciação regional não se reduz à intensidade da despesa em I&D no PIB mas também aos principais sectores de execução da mesma [Figura III.28]. Neste âmbito, sublinhe-se a importância que o Estado assume na Região Autónoma da Madeira enquanto sector de execução da despesa em I&D - quase quatro vezes mais do que para o conjunto do país - e a importância que o ensino superior assume no Algarve - mais do dobro do que o observado para o conjunto do país.

No conjunto nacional, as empresas constituíam o sector de execução mais relevante. Importa, por isso, analisar, do ponto de vista das sub-regiões portuguesas, a importância no PIB da despesa em I&D executada pelas empresas. A Figura III.29 destaca dois territórios: um contínuo formado pelas sub-regiões do Baixo Vouga e do Entre Douro e Vouga e o conjunto formado pela Grande Lisboa e pela Lezíria do Tejo. Em conjunto com o Ave e o Alentejo Central, este conjunto de seis sub-regiões superava a média nacional no respeitante ao esforço de I&D por parte das empresas no PIB (0,31%). A menor expressão da intensidade relativa de despesa em I&D executada pelas empresas verificava-se em três sub-regiões do Norte - Douro, Alto Trás-os-Montes e Tâmega -, na Região Autónoma dos Açores e no Algarve.



Despesa em I&D executada pelas empresas no PIB, Portugal e NUTS III, 2005 **Figura III.29**



Fonte: MCTES/GPEARl, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

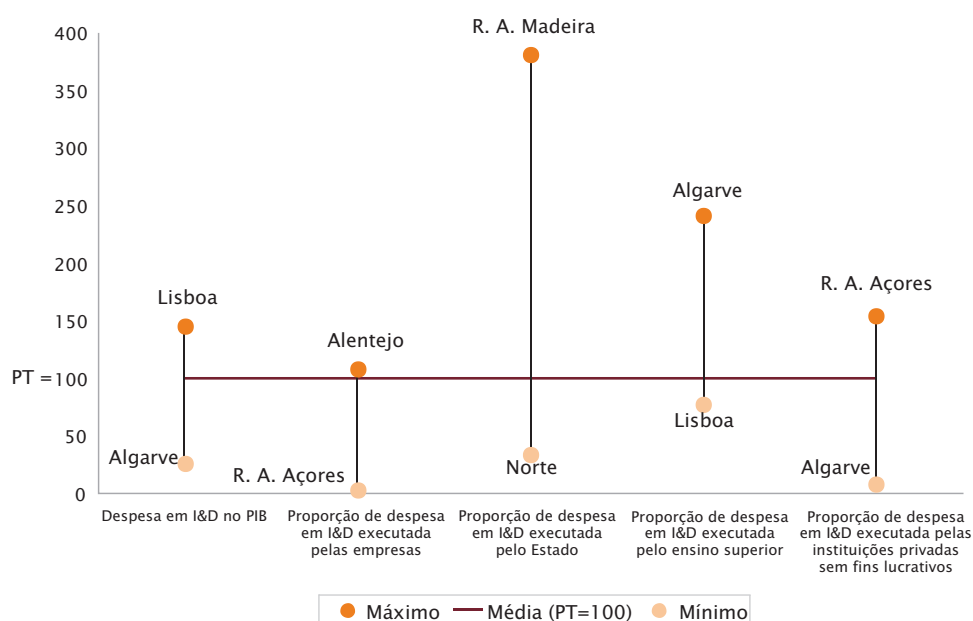
A análise destaca a região de Lisboa, que absorvia mais de metade da despesa em I&D nacional. Os dados sugerem uma tendência de maior convergência regional, pelo menos no Continente. A região de Lisboa destaca-se, também, na importância da despesa em I&D no PIB.

O perfil regional no que respeita aos sectores responsáveis pela execução da despesa é diferenciado. A este propósito, destacam-se a importância que o Estado assume no total da despesa em I&D da Região Autónoma da Madeira e a importância que o ensino superior assume no total da despesa em I&D no Algarve.

A observação da intensidade relativa de despesa em I&D executada pelas empresas permite destacar dois territórios: por um lado, o espaço constituído pelo Baixo Vouga e pelo Entre Douro e Vouga na região Centro e, por outro lado, o conjunto formado pela Grande Lisboa e pela Lezíria do Tejo. Também no Ave e no Alentejo Central, aquele esforço superava a média nacional.



Indicadores de criação de conhecimento
(Portugal = 100), por NUTS II, 2005 | Figura III.30



Fonte: MCTES/GPEARI, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

A inovação e o empreendedorismo

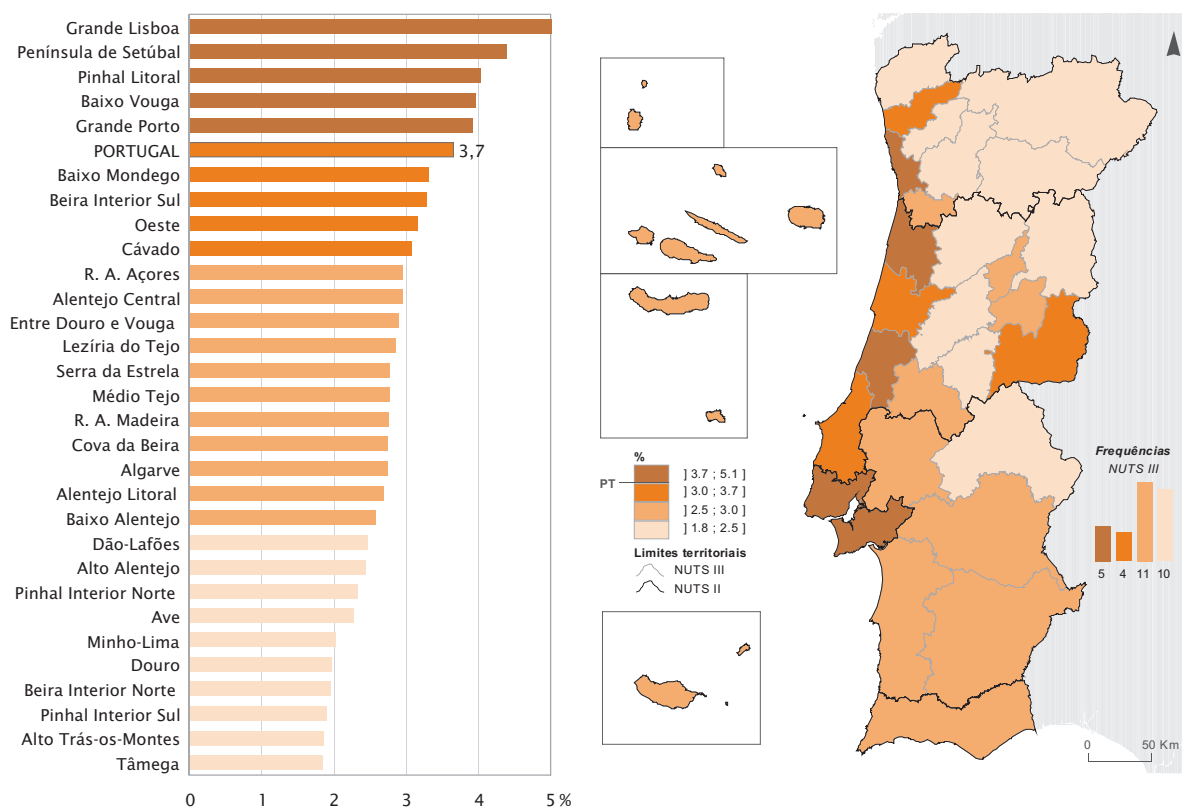
O relatório *European Innovation Scoreboard 2007* (UNU-MERIT, 2008) agrupa os indicadores capazes de medir o esforço de inovação interno às empresas sob a designação *inovação e empreendedorismo*.

A criação de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia pode, pois, constituir um indicador do reforço da intensidade tecnológica do processo produtivo e, conseqüentemente, da capacidade exportadora de conteúdo tecnológico.

Considerando a média do período 2004-2006 da proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia no total de empresas nascidas, constata-se que este tipo de empreendedorismo está mais concentrado no litoral continental, numa faixa que liga o Cávado à Península de Setúbal. Pelo contrário, o interior Norte, mas também o interior Centro do Continente, exibem, a este nível, menor vitalidade na criação deste tipo de empresas [Figura III.31].



Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia, por NUTS III, 2004-2006 | Figura III.31



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

De acordo com os dados do *Inquérito Comunitário à Inovação*, no período 2004-2006, menos de metade das empresas do universo em análise (41%) desenvolveram actividades de inovação. Este fenómeno era mais intenso na região Centro (47%), na região de Lisboa (44%) e na Região Autónoma dos Açores (42%). Nas restantes quatro regiões NUTS II do país, a proporção ficava aquém da média nacional, sendo mais baixa na Região Autónoma da Madeira (30%) e no Algarve (34%). O facto de a actividade de inovação estar disseminada pelo tecido empresarial da região não significa necessariamente maior intensidade.



Inquérito Comunitário à Inovação | Caixa III.9

O **Inquérito Comunitário à Inovação** (*CIS - Community Innovation Survey*) **CIS 2006** foi a 6ª operação estatística do tipo realizada em Portugal, conduzida sob a responsabilidade do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, organismo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GPEARI / MCTES). A operação “Inquérito Comunitário à Inovação – CIS 2006” constitui, assim, mais uma base para a produção de indicadores estatísticos sobre a inovação empresarial em Portugal estando garantida a comparabilidade internacional dos dados, dado que o CIS é uma operação harmonizada internacionalmente.

O universo considerado para o Inquérito Comunitário à Inovação – CIS 2006 corresponde às Empresas das Secções C a K da CAE – Rev.2.1, sediadas em território português, de acordo com as seguintes especificações:

- Empresas pertencentes à Secção C da CAE (10-37) (excepto as actividades 24.4, 30, 32, 33 e 35.3), com pelo menos 10 pessoas ao serviço;
- Empresas das actividades 24.4, 30, 32, 33 e 35.3 da CAE, com pelo menos 5 pessoas ao serviço;
- Empresas pertencentes à Secção E da CAE (40-41), com pelo menos 10 pessoas ao serviço;
- Empresas pertencentes à Secção F da CAE (45), com pelo menos 50 pessoas ao serviço;
- Empresas da actividade 51 da CAE, com pelo menos 10 pessoas ao serviço;
- Empresas da actividade 52 da CAE, com pelo menos 50 pessoas ao serviço;
- Empresas pertencentes à Secção H da CAE (55), com pelo menos 250 pessoas ao serviço;
- Empresas pertencentes à Secção I da CAE (60-64) (excepto a actividade 64), com pelo menos 10 pessoas ao serviço;
- Empresas da actividade 64 da CAE, com pelo menos 5 pessoas ao serviço;
- Empresas pertencentes à Secção J da CAE (65-67), com pelo menos 10 pessoas ao serviço;
- Empresas das actividades 72 e 73 da CAE, com pelo menos 5 pessoas ao serviço;
- Empresas da actividade 74 da CAE (excepto as actividades 74.2 e 74.3), com pelo menos 10 pessoas ao serviço.
- Empresas das actividades 74.2 e 74.3 da CAE, com pelo menos 5 pessoas ao serviço.



A amostra foi estratificada:

- por dimensão das empresas (considerando o Escalão de Pessoas ao Serviço - EPS):
 - [5 - 9] Pessoas ao serviço;
 - [10 - 49] Pessoas ao serviço;
 - [50 - 249] Pessoas ao serviço;
 - 250 ou mais pessoas ao serviço;
- por CAE a 2 dígitos excepto para as CAE 24.4, 35.3, 74.2, e 74.3, que foram consideradas separadamente a 3 dígitos;
- por distribuição regional (NUTS II).

A informação estatística é desagregada por:

- actividades económicas (CAE): 10 a 41 - Indústria, 45 - Construção e 51 a 74 - Serviços;
- dimensão da empresa: 10 a 49 empregados, 50 a 249 empregados e 250 ou mais empregados;
- Regiões (NUTS II).

(MCTES/GPEAR, 2008b)

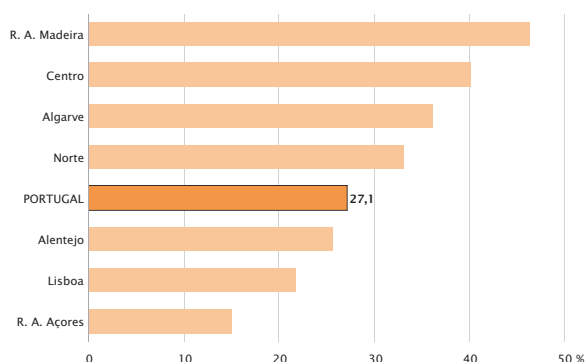
A intensidade da inovação (despesa em inovação em percentagem do volume de negócios das empresas com actividades de inovação) é um indicador frequentemente utilizado em comparações internacionais. No período 2004-2006, a intensidade de inovação foi de 2,0% em Portugal, atingindo a expressão máxima no Alentejo (3,6% do volume de negócios) e, na Região Autónoma dos Açores, a expressão mais reduzida (1,4%).

A materialização da despesa em inovação pode ser avaliada à luz da proporção de volume de negócios resultante da venda de produtos novos (para o mercado ou para a empresa) que, no período 2004-2006, no conjunto do país era de 27% [Figura III.32]. A este nível, destaca-se a Região Autónoma da Madeira que exhibe uma proporção (46%) correspondente a mais do triplo da observada na Região Autónoma dos Açores (15%). Além desta região, também Lisboa e o Alentejo detinham proporções abaixo da média nacional: 22% e 26%, respectivamente.



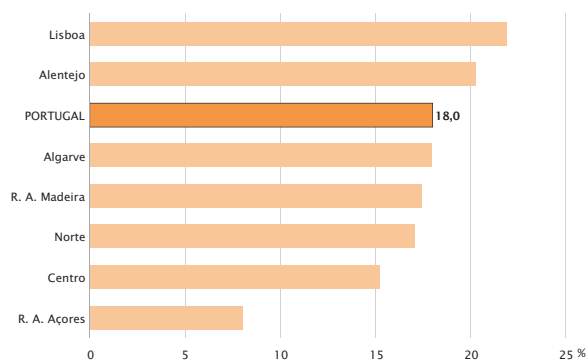
Proporção de volume de negócios resultante da venda de produtos novos, Portugal e NUTS II, 2004-2006

Figura III.32



Proporção de empresas com cooperação para a inovação, Portugal e NUTS II, 2004-2006

Figura III.33



Fonte: MCTES/GPEARl, Inquérito Comunitário à Inovação.

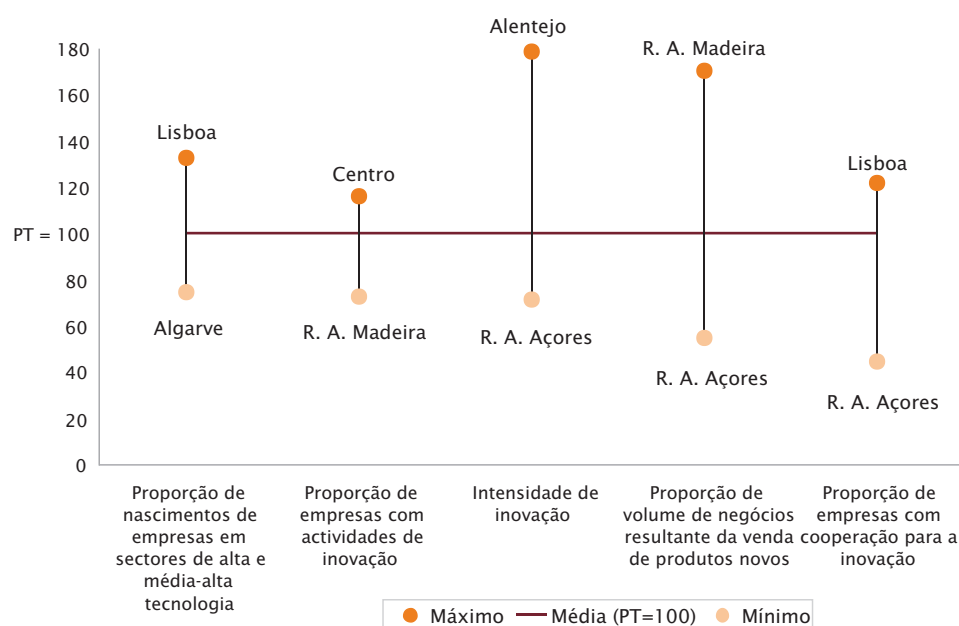
Uma das vertentes da iniciativa empresarial é a capacidade de cooperar com outras empresas ou instituições. No período 2004-2006, 18% das empresas com actividades de inovação empreenderam acções de cooperação para a inovação com outras empresas ou instituições [Figura III.33]. Ao nível regional, esta cooperação era mais saliente em Lisboa (22%) e no Alentejo (20%). A Região Autónoma dos Açores apresentava o menor valor para este indicador: 8%.

A intensidade de criação de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia é mais significativa na faixa litoral do Continente, entre o Cávado e a Península de Setúbal.

A análise dos indicadores de inovação e de empreendedorismo permite destacar a Região Autónoma da Madeira em termos da materialização da actividade de inovação em volume de negócios, o Alentejo no respeitante à intensidade da inovação e a região de Lisboa relativamente à proporção de empresas com cooperação para a inovação. A Região Autónoma dos Açores apresenta, em geral, indicadores de inovação e de empreendedorismo menos favoráveis do que as restantes regiões.



Indicadores de inovação e empreendedorismo
(Portugal = 100), por NUTS II, 2004-2006 | Figura III.34



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. MCTES/GPEARl, Inquérito Comunitário à Inovação.

As aplicações do processo de inovação

Sob a designação *aplicações*, pretende-se agrupar os indicadores associados ao desempenho dos sectores inovadores.

A inovação e a exportação são dois factores essenciais do crescimento económico, podendo revestir-se de um carácter complementar. Mais especificamente, a intensidade tecnológica das exportações é relevante para a competitividade no mercado internacional.

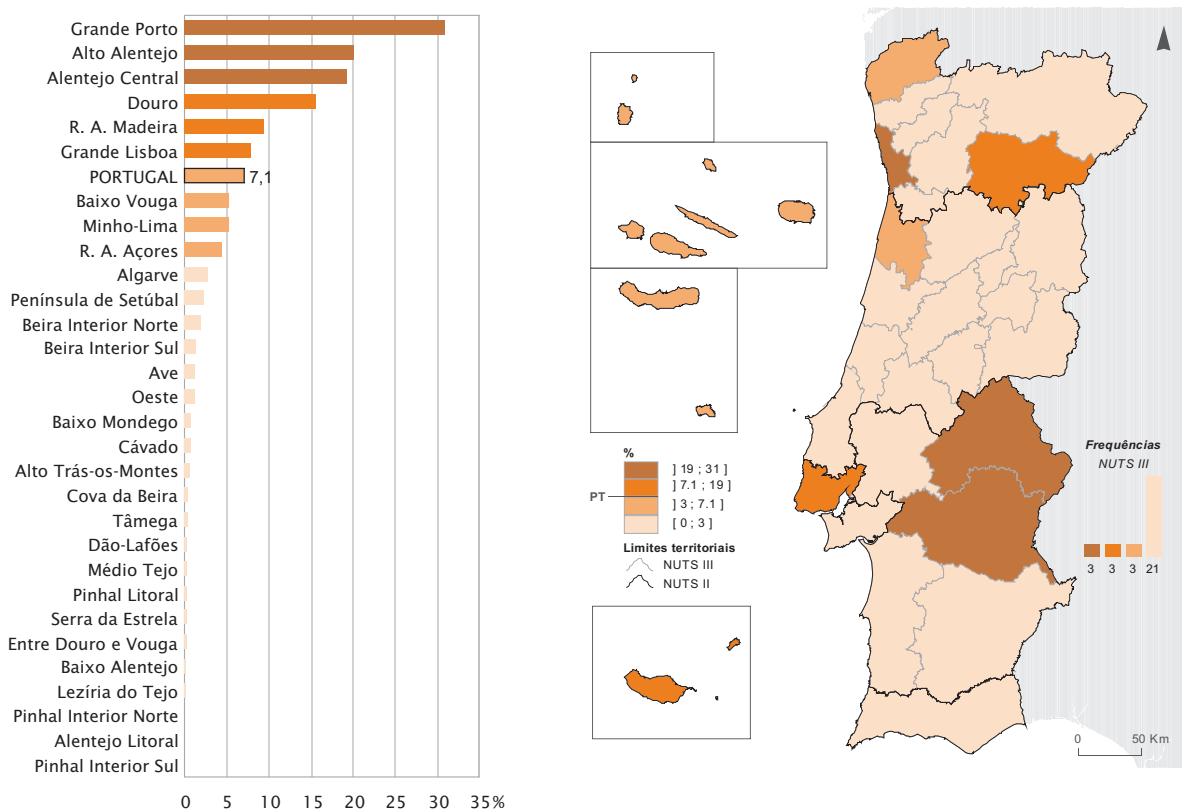
Do ponto de vista interno, o perfil tecnológico das exportações pode resultar de desempenhos económicos diferentes no território nacional. Considerando as 30 sub-regiões NUTS III portuguesas e analisando a proporção média de exportações de bens de alta tecnologia³⁹ [Anexo III.5] do período 2004-2007, cuja média nacional se situou em 7%, constata-se que o Grande Porto se destaca das restantes sub-regiões portuguesas, com aquela proporção a superar 30%, sobretudo no âmbito da *fabricação de componentes electrónicos* [Figura III.35]. Com cerca de um quinto de exportações de bens de alta tecnologia, evidenciam-se duas sub-regiões do Alentejo - o Alto Alentejo (em particular, no contexto da *fabricação de matérias plásticas sob formas primárias*) e o Alentejo Central (sobretudo devido à *fabricação de componentes electrónicos*). Apenas estas

³⁹ A proporção de exportações de bens de alta tecnologia (*High-tech exports*) constitui um indicador estrutural da Comissão Europeia.



quatro sub-regiões portuguesas ultrapassaram a média europeia (UE27) que se situou em 18% no período 2004-2006. Seguem-se, na região Norte, o Douro (destacando-se as *actividades de fabricação de aparelhos receptores e material de rádio e de televisão, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado*), e a Região Autónoma da Madeira (9%) e a Grande Lisboa (8%), completando o conjunto das seis sub-regiões com um perfil exportador tecnológico mais intenso do que a média nacional.

Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2004-2007 | Figura III.35



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional.

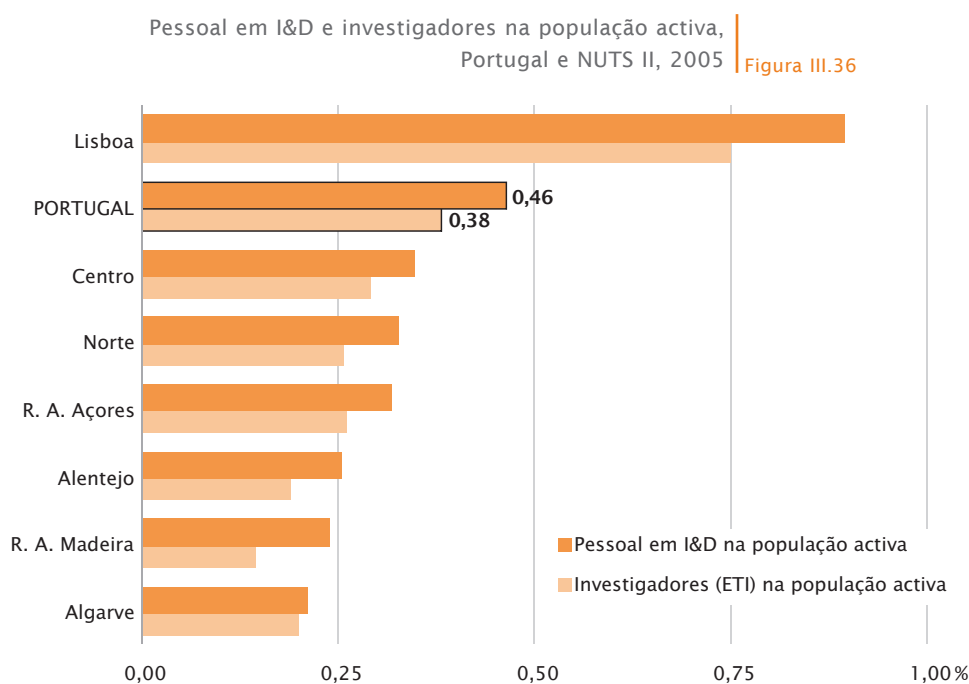
Bens de alta tecnologia | Caixa III.10

A classificação por bens foi concebida para complementar a classificação por ramo de actividade económica e permitir uma análise mais detalhada do comércio internacional. A lista de produtos baseia-se na intensidade de I&D por grupos de produtos (despesa em I&D em percentagem das vendas). Os grupos classificados como bens de alta tecnologia são agregados na base da Classificação Tipo para o Comércio Internacional, CTCI Rev.3 (*Standard International Trade Classification, SITC Rev.3*) [Anexo III.5].



A informação proveniente do *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional* permite analisar directamente os recursos humanos envolvidos em actividades de I&D. Os dados permitem constatar que apesar de, no período 1995-2005, na generalidade das regiões, se ter observado uma taxa de crescimento anual médio igual ou superior a 4% (com a Região Autónoma da Madeira a ser a única excepção, tendo registado uma tendência descendente), a região de Lisboa concentrava, em 2005, metade dos recursos humanos envolvidos em actividades de I&D.

A proporção de recursos humanos afectos a actividades de I&D na população activa assumia, em 2005, maior expressão na região de Lisboa (0,89%) [Figura III.36]. Seguiam-se a região Centro (0,35%), a região Norte (0,33%) e a Região Autónoma dos Açores (0,32%). Verifica-se, ainda, uma associação positiva entre o número de pessoas em I&D e o número de investigadores, face à população activa; a única excepção ocorre na comparação entre a Região Autónoma da Madeira e o Algarve, na medida em que esta última região dispunha de menos pessoal em I&D face à população activa, mas de mais investigadores do que a região autónoma.

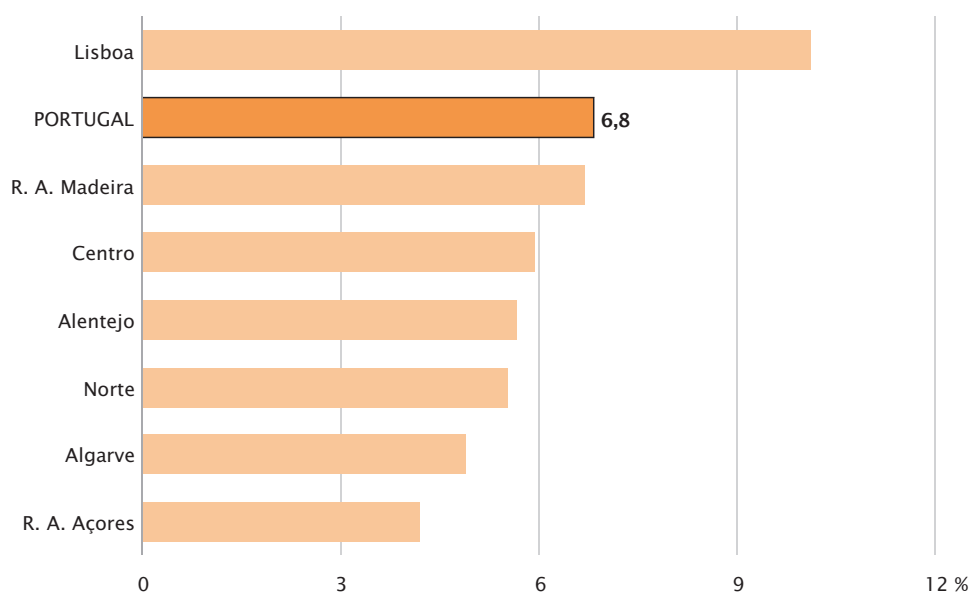


Fonte: MCTES/GPEAR, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

O indicador *Recursos humanos em Ciência e Tecnologia em percentagem da população total* capta a população empregada simultaneamente com formação numa área científica e tecnológica e a exercer actividade nesta área. Trata-se, pois, de uma perspectiva exigente dos recursos humanos afectos a uma área científica e tecnológica. Em 2007, aquela proporção era, ao nível nacional, de 7%, sendo ultrapassada exclusivamente na região de Lisboa (10%). A Região Autónoma dos Açores e o Algarve evidenciavam as menores proporções: 4% e 5%, respectivamente [Figura III.37].



Recursos humanos em Ciência e Tecnologia em percentagem da população total, Portugal e NUTS II, 2007 Figura III.37



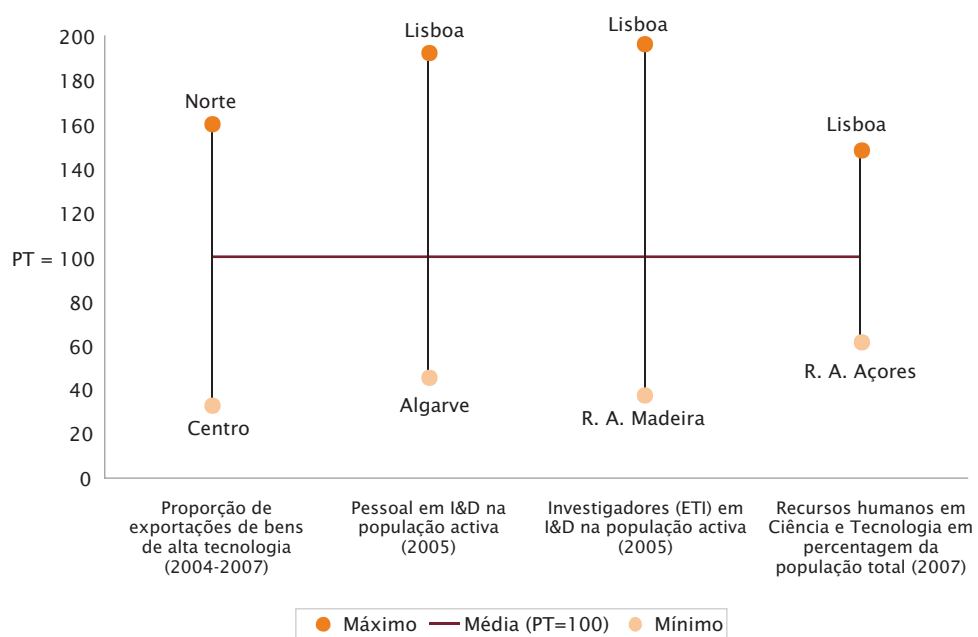
Fonte: Eurostat.

No que respeita à capacidade relativa de exportar bens de alta tecnologia, o Grande Porto e o Douro, por um lado, e o Alto Alentejo e o Alentejo Central, por outro lado, fazem destacar a capacidade empresarial das regiões Norte e Alentejo.

A afectação dos recursos humanos quer a actividades de investigação, quer a áreas científicas e tecnológicas, é particularmente expressiva na região de Lisboa. Pelo contrário, a Região Autónoma da Madeira, o Algarve e o Alentejo apresentam menor incidência de recursos humanos afectos a actividades de I&D na população activa. A Região Autónoma dos Açores revela essa menor incidência nos recursos humanos afectos a actividades de C&T.



Indicadores de aplicações (Portugal = 100), por NUTS II | Figura III.38



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional. MCTES/GPEARl, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. Eurostat.



Síntese

Numa análise de confronto entre as diferentes dimensões da inovação, conclui-se que o papel dominante da região de Lisboa no contexto nacional se estende aos recursos e aos resultados do processo de inovação. Por outro lado, observa-se que a região Centro supera a média nacional no respeitante aos recursos afectos à inovação.

A análise das dimensões subjacentes ao processo de inovação sugere as seguintes conclusões:

- no que diz respeito aos *motores da inovação*, Lisboa destaca-se das restantes regiões em praticamente todos os indicadores, com particular ênfase para o nível de qualificações da população empregada. A região Centro sobressai no que diz respeito à formação em C&T, tal como na aprendizagem ao longo da vida;
- na *criação de conhecimento*, destaca-se o peso da despesa em I&D no PIB, cujo valor nacional é apenas excedido em Lisboa (e em larga medida). Em termos de despesa em I&D, há a salientar a maior importância do Estado e das empresas na despesa efectuada em Lisboa. Por outro lado, destaca-se o papel conjunto do Estado e do ensino superior nas regiões onde a despesa em I&D tem menor importância no PIB: Algarve e regiões autónomas;
- no que diz respeito à *inovação e empreendedorismo*, ressalta a capacidade empresarial na região Centro que apresenta um maior esforço de inovação nas suas unidades de investigação. Nesta vertente, o Norte apresenta, também, indicadores favoráveis, ao exhibir alguns valores acima da média nacional como é o caso da intensidade da inovação. De qualquer forma, é apenas em Lisboa que a proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia ultrapassa o valor nacional;
- finalmente, em relação ao desempenho dos sectores inovadores, Lisboa apresenta os melhores indicadores em termos de recursos humanos, mas o Norte e a Região Autónoma da Madeira ultrapassam de forma clara a média nacional no que diz respeito à proporção de exportações de bens de alta tecnologia, o que permite obter uma indicação sobre a qualidade do valor acrescentado do processo produtivo.



Considerações finais

A análise conjugada da evolução e do estado da inovação ao nível regional permitiria uma caracterização mais detalhada deste fenómeno. Contudo, ainda não é possível dispor de uma base de dados estatísticos que permita comparar as sete regiões NUTS II do país para um conjunto razoável de anos, nem que permita uma análise completa a um nível geográfico mais fino do que o nível II da NUTS. Porém, a análise desenvolvida apresenta elementos que contribuem para o alargamento do diagnóstico regional no que respeita à inovação.

A par da qualificação dos recursos humanos, a tecnologia e a inovação, com externalidades positivas sobre o tecido produtivo em geral, constituem factores decisivos para o reforço da capacidade competitiva dos territórios. Esta importância justifica a análise deste tema para o caso português.

A discussão dos resultados foi estruturada em duas partes: na primeira, foram analisados os perfis produtivos das regiões portuguesas, procurando identificar a presença de características susceptíveis de desencadear processos de inovação e, na segunda parte, procedeu-se ao diagnóstico dos factores relevantes para a inovação regional e dos respectivos resultados.

A caracterização do perfil produtivo das regiões portuguesas assentou nos seguintes eixos de análise: a distribuição do valor acrescentado pelos ramos da actividade económica, a diferenciação do perfil de especialização produtiva face ao conjunto nacional, a relação entre a especialização produtiva e a produtividade do trabalho, o conteúdo tecnológico do processo produtivo, a importância da I&D e da diferenciação do produto enquanto factores chave para a competitividade e a expressão das actividades TIC no processo produtivo. Da análise desenvolvida, importa destacar as conclusões que de seguida se descrevem.

- Os dados disponíveis para 2007 revelam que a região de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira são as mais terciarizadas do país, que o Alentejo tem um perfil produtivo mais equilibrado em termos dos três sectores da actividade económica (primário, secundário e terciário) e que a Região Autónoma dos Açores apresenta uma ausência de especialização nos ramos do sector secundário. As três restantes regiões NUTS II repartem as suas especializações pelo sector secundário e pelo sector terciário: no Norte, de forma relativamente mais intensa no sector secundário e, no Algarve, de forma relativamente mais intensa no sector terciário.
- Entre 1995 e 2007, os perfis de especialização produtiva aproximaram-se do padrão nacional em todas as regiões, excepto no Norte. Não obstante, em 2007, era o Norte que apresentava o perfil produtivo mais próximo do nacional, tal como acontecia em 1995. As regiões autónomas e o Alentejo foram as NUTS II que, neste período de 13 anos, mais se aproximaram do padrão nacional. Em 2007, o Algarve apresentava o perfil de especialização mais distinto do nacional.



- Em 2007, as produtividades mais elevadas do país situavam-se no Sul do Continente e nas regiões autónomas. Não é, porém, possível estabelecer uma relação directa entre o nível de produtividade das sub-regiões e a predominância de determinado sector de actividade: as produtividades elevadas estão associadas, quer ao sector terciário (como é o caso da Grande Lisboa, da Região Autónoma da Madeira e do Algarve), quer ao sector secundário (como é o caso do Alentejo Litoral, do Baixo Alentejo e da Península de Setúbal). Tal conclusão suscita a necessidade de analisar vertentes mais específicas da criação de valor acrescentado na actividade produtiva.
- No respeitante ao conteúdo tecnológico do processo produtivo, a realidade territorial revela a existência de quatro pólos regionais, com uma intensidade tecnológica acima da média nacional mas com perfis distintos: mais terciário na Grande Lisboa e mais industrial no Alentejo Litoral, no Baixo Vouga e na Península de Setúbal.
- A importância da I&D enquanto factor de competitividade das indústrias é mais relevante em três sub-regiões do Norte: Cávado, Douro e Grande Porto; mas também o é nas duas sub-regiões de Lisboa – Península de Setúbal e Grande Lisboa e, ainda, no Alentejo Central. Os perfis de competitividade estão especialmente associados à diferenciação do produto em duas sub-regiões do Centro: o Pinhal Litoral e o Baixo Vouga.
- A importância das TIC nas actividades produtivas é especialmente visível na Grande Lisboa mas também no Grande Porto. Com efeito, a análise sugere uma maior expressão destas actividades nos territórios de cariz metropolitano.

Ao nível das NUTS II e face ao contexto nacional, Lisboa, com um perfil produtivo terciário, apresenta uma especialização mais concentrada em actividades ligadas à inovação: de conteúdo tecnológico intenso, com a I&D e a diferenciação do produto como principais factores de competitividade e onde a presença das actividades TIC é relevante. Sublinhe-se, também, a menor importância destas actividades no Alentejo.

Considerando o nível III da NUTS, a Grande Lisboa apresenta os indicadores mais favoráveis em termos de actividades ligadas à inovação, seguindo-se o Grande Porto. Destaca-se, ainda, o conjunto formado pelas sub-regiões Alentejo Central, Baixo Vouga e Península de Setúbal. Destas cinco sub-regiões, apenas o Baixo Vouga e a Península de Setúbal revelam uma concentração da actividade produtiva no sector secundário superior à média nacional enquanto, nas restantes três sub-regiões, o perfil é mais terciário.

O diagnóstico da inovação nas regiões portuguesas assentou num modelo que agrupa a informação estatística em dois grandes grupos – *recursos e resultados*. Os indicadores associados aos *recursos* são, por sua vez, classificados em *motores de inovação, criação de conhecimento e inovação e empreendedorismo*. Os indicadores de *resultados* desagregam-se em *aplicações e propriedade industrial*. A disponibilidade de informação estatística regionalizada inviabilizou a análise da classe propriedade intelectual. A análise das dimensões subjacentes ao processo de inovação sugere as seguintes conclusões.



- No que diz respeito aos *motores da inovação*, a região NUTS II Lisboa destaca-se das restantes regiões na generalidade dos indicadores, com particular ênfase para o nível de qualificações da população empregada. A região Centro sobressai no que diz respeito à formação em C&T (destacando-se quatro pólos - Baixo Mondego, Baixo Vouga, Cova da Beira e Beira Interior Sul), bem como na aprendizagem ao longo da vida.
- Na *criação de conhecimento*, destaca-se o peso da despesa em I&D no PIB, cujo valor nacional é apenas excedido em Lisboa. A posição de destaque da região de Lisboa é reforçada pelo facto de aquela região absorver mais de metade da despesa em I&D nacional. O perfil regional no que respeita aos sectores responsáveis pela execução da despesa é diferenciado. A este propósito, sublinha-se a importância que o conjunto do Estado e do ensino superior tem nas regiões onde a despesa em I&D tem menor importância no PIB: Algarve e regiões autónomas. A observação da intensidade relativa de despesa em I&D executada pelas empresas permite destacar dois territórios: por um lado, o espaço constituído pelo Baixo Vouga e pelo Entre Douro e Vouga e, por outro lado, o conjunto formado pela Grande Lisboa e pela Lezíria do Tejo. Também no Ave e no Alentejo Central, aquele esforço superava a média nacional.
- No que diz respeito à *inovação e empreendedorismo*, ressalta o facto de a intensidade de criação de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia ser mais significativa na faixa litoral do Continente, entre o Cávado e a Península de Setúbal. Destaca-se, igualmente, o facto de a capacidade empresarial na região Centro apresentar um esforço de inovação maior nas suas unidades de investigação. Nesta vertente da inovação e empreendedorismo, o Norte apresenta, também, indicadores favoráveis, ao exibir alguns valores acima da média nacional como é o caso da intensidade da inovação. A análise dos indicadores de *inovação e de empreendedorismo* permite destacar a Região Autónoma da Madeira em termos da materialização da actividade de inovação em volume de negócios, o Alentejo no respeitante à intensidade da inovação e a região de Lisboa relativamente à proporção de empresas com cooperação para a inovação. A Região Autónoma dos Açores apresenta, em geral, indicadores de inovação e de empreendedorismo menos favoráveis do que as restantes regiões.
- Em termos de *aplicações* do processo produtivo, no que respeita à capacidade relativa de exportar bens de alta tecnologia, destacam-se o Grande Porto e o Douro, por um lado, e o Alto Alentejo e o Alentejo Central, por outro lado. A afectação dos recursos humanos quer a actividades de investigação, quer a áreas científicas e tecnológicas, era mais expressiva na região de Lisboa. Pelo contrário, a Região Autónoma da Madeira, o Algarve e o Alentejo apresentavam menor incidência de recursos humanos afectos a actividades de I&D na população activa. A Região Autónoma dos Açores revelava, por outro lado, menor incidência nos recursos humanos afectos a actividades de C&T.



Conceitos

Actividades científicas e tecnológicas (C&T): Conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, à promoção, à difusão e à aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e da tecnologia.

Actividades de inovação: Aquisição de máquinas, equipamentos, software e licenças; trabalhos de engenharia e de desenvolvimento, formação, marketing e I&D sempre que sejam empreendidos especificamente para implementar uma inovação de produto ou de processo.

Bens de alta tecnologia: Ver “Produtos de alta tecnologia”.

Cooperação para a inovação: Participação activa em projectos de inovação com outras empresas ou instituições não comerciais. A cooperação não implica que ambos os parceiros retirem benefícios comerciais. A simples contratação ao exterior, sem qualquer colaboração activa da empresa, não é considerada cooperação.

Despesa em inovação: Soma das despesas em actividades de I&D intramuros e em aquisição de I&D, de maquinaria, de equipamento, de software e de outros conhecimentos externos.

Diplomado: Aluno que concluiu com aproveitamento o nível/curso em que estava matriculado, tendo requerido o respectivo diploma.

Doutoramento: Processo conducente ao grau de doutor numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade. Integra: a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade; a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, sempre que as respectivas normas regulamentares o prevejam.

Inovação: Introdução de um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou significativamente melhorado, de um novo método de marketing ou de um novo método organizacional na prática do negócio, na organização do trabalho ou nas relações externas da empresa. Investigação e desenvolvimento (I&D): Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.

Investigadores: É todo o pessoal em actividades de investigação e desenvolvimento que dirige ou realiza trabalhos que visam a criação de conhecimentos e/ou a concepção de produtos, processos, métodos ou sistemas.

Nascimento de empresas: Corresponde à criação de uma combinação de factores de produção, com a restrição de que não existem outras empresas envolvidas nesse acontecimento.



Pessoal em actividades de investigação e desenvolvimento: Todo o pessoal directamente afecto às actividades de investigação e desenvolvimento, tal como os investigadores e as pessoas que fornecem serviços directamente ligados às actividades de I&D, designadamente gestores de I&D, pessoal técnico em actividades de I&D e outro pessoal de apoio às actividades de I&D.

Produtos de alta tecnologia: Produtos técnicos cuja fabricação envolve uma elevada intensidade de I&D. Inclui os seguintes produtos: aeroespacial, armamento, computadores/equipamento de escritório, instrumentos científicos, máquinas eléctricas, máquinas não eléctricas, electrónicos/telecomunicações, farmacêuticos e químicos.

Sector de execução das empresas: O sector de execução das empresas, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todas as empresas e entidades públicas e privadas, cuja actividade principal é a produção de bens e serviços com o objectivo da sua venda a um preço que deve cobrir aproximadamente os custos de produção. Este sector compreende também as instituições privadas sem fins lucrativos cuja actividade principal esteja ao serviço das empresas.

Sector de execução das instituições privadas sem fins lucrativos: O sector da execução das instituições privadas sem fins lucrativos na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende os organismos privados, ou semi-públicos, que não tenham sido criados com a finalidade de obter benefícios económicos. Este sector compreende, essencialmente, sociedades científicas e profissionais, fundações e institutos de investigação dependentes de associações e fundações.

Sector de execução do ensino superior: O sector de execução do ensino superior, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todas as universidades, institutos superiores, institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino pós-secundário, qualquer que seja a origem dos seus recursos financeiros e do seu estatuto jurídico. Compreende igualmente todas as instituições (centros e institutos de investigação, hospitais e clínicas, etc.) que trabalham sob controlo directo de estabelecimentos de ensino superior ou administradas por estes últimos. O sector compreende ainda as instituições privadas sem fins lucrativos controladas e maioritariamente financiadas pelo ensino superior.

Sector de execução do Estado: O sector de execução do Estado, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todos os organismos e demais entidades da administração pública, independentemente do nível a que se situam (central, regional, local) e das respectivas fontes de financiamento, que fornecem serviços colectivos e que conjugam a administração dos bens públicos e aplicam a política económica e social da colectividade. O sector compreende ainda as instituições privadas sem fins lucrativos controladas e maioritariamente financiadas pelo Estado.



Classificação das indústrias de alta e média-alta tecnologia
e dos serviços intensivos em conhecimento de alta
tecnologia (Eurostat, 2007)

Anexo III.1

Classificação das indústrias de alta e média-alta tecnologia

- [DG] 24 - Fabricação de produtos químicos
- [DK] 29 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
- [DL] 30 - Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação
- [DL] 31 - Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
- [DL] 32 - Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação
- [DL] 33 - Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria
- [DM] 34 - Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques
- [DM] 35.20 - Fabricação e reparação de material circulante para caminhos de ferro
- [DM] 35.30 - Fabricação de aeronaves e de veículos espaciais
- [DM] 35.40 - Fabricação de motociclos e bicicletas
- [DM] 35.50 - Fabricação de outro material de transporte, n.e.

Classificação dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

- [HH] 64 - Correios e telecomunicações
- [KK] 72 - Actividades informáticas e conexas
- [KK] 73 - Investigação e desenvolvimento



Classificação das indústrias transformadoras de acordo com o principal factor de competitividade (OCDE, 1992) | Anexo III.2

| Descrição | CAE Rev. 2.1 |
|--------------------------|---|
| Recursos naturais | [DA] 15 - Indústria alimentares e das bebidas [DA] 16 - Indústria do tabaco [DE] 21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos |
| Mão-de-obra | [DB] 17 - Fabricação de têxteis [DB] 18 - Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pelo [DC] 19 - Curtimenta e acabamento de peles sem pelo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado [DD] 20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria [DN] 36 - Indústria de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e. |
| Economias de escala | [DG] 24 - Fabricação de outros produtos químicos [DH] 25 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas [DM] 34 - Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques [DM] 35 - Fabricação de outro material de transporte |
| Diferenciação do produto | [DE] 22 - Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados [DI] 26 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos [DJ] 27 - Indústrias metalúrgicas de base [DJ] 28 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento [DK] 29 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e. [DL] 31 - Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e. |
| I&D | [DL] 30 - Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para tratamento da informação [DL] 32 - Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e de comunicação [DL] 33 - Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria |



Classificação das actividades de Tecnologias da
Informação e da Comunicação (OECD, 2000) **Anexo III.3**
(de acordo com os grupos/classes da CAE Rev. 2.1) ⁴⁰

- 30.01 - Fabricação de máquinas de escritório;
- 30.02 - Fabricação de computadores e de outro equipamento informático;
- 31.30 - Fabricação de fios e cabos isolados;
- 32.10 - Fabricação de componentes electrónicos;
- 32.20 - Fabricação de aparelhos emissores de rádio e de televisão e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios;
- 32.30 - Fabricação de aparelhos receptores e material de rádio e de televisão, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado;
- 33.20 - Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais);
- 33.30 - Fabricação de equipamento de controlo de processos industriais;
- 51.43 - Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão;
- 51.84 - Comércio por grosso de computadores, equipamentos periféricos e programas informáticos;
- 51.85 - Comércio por grosso de outras máquinas e material de escritório;
- 51.86 - Comércio por grosso de outros componentes e equipamentos electrónicos;
- 51.87 - Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação;
- 64.20 - Telecomunicações;
- 71.33 - Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores);
- 72.10 - Consultoria em equipamento informático;
- 72.21 - Edição de programas informáticos;
- 72.22 - Outras actividades de consultoria em programação informática;
- 72.30 - Processamento de dados;
- 72.40 - Actividades de banco de dados;
- 72.50 - Manutenção e reparação de máquinas de escritório, de contabilidade e de material informático;
- 72.60 - Outras actividades conexas à informática.

⁴⁰ A classificação que aqui se adopta (OECD, 2000: 249) tem por base a classificação internacional de actividades económicas ISIC Rev.3. Optou-se por manter a coerência com a série de dados que tem vindo a ser publicada nos Anuários Estatísticos Regionais do INE, em detrimento da adopção da versão revista da classificação do sector TIC (OECD, 2002: 81), resultante da entrada em vigor da ISIC Rev.3.1 e da correspondente reformulação traduzida na NACE Rev.1.1, a classificação adoptada pelo Eurostat. A utilização desta versão revista do sector TIC implicaria a exclusão dos códigos 51.43, 51.85 e 51.87 da CAE Rev.2.1.



Classificação das áreas científicas e tecnológicas (OECD, 2003) | Anexo III.4

| |
|--|
| Ciências Exactas |
| 01 - Matemática |
| 02 - Física |
| 03 - Química |
| Ciências Naturais |
| 04 - Ciências Biológicas |
| 05 - Ciências da Terra e do Espaço |
| Ciências Agrárias |
| 06 - Ciências Agrárias e Veterinárias |
| Ciências da Saúde |
| 07 - Ciências da Saúde |
| Ciências de Engenharia e Tecnologia |
| 08 - Engenharia Mecânica |
| 09 - Ciências e Engenharia dos Materiais |
| 10 - Engenharia Civil e de Minas |
| 11 - Engenharia Bioquímica |
| 12 - Engenharia Química |
| 13 - Engenharia Electrotécnica e Informática |
| Ciências Sociais |
| 14 - Economia |
| 15 - Gestão |
| 16 - Ciências Jurídicas |
| 17 - Ciências Políticas |
| 18 - Sociologia |
| 19 - Demografia |
| 20 - Antropologia |
| 21 - Geografia |
| 22 - Ciências da Educação |
| 23 - Psicologia |
| 24 - Linguística |
| 25 - Ciências da Comunicação |
| 28 - Arquitectura e Urbanismo |
| Ciências Humanas |
| 26 - Filosofia |
| 27 - História e Arqueologia |
| 29 - Estudos Literários |
| 30 - Estudos Artísticos |

BIBLIOGRAFIA



Almeida, A. J. (2007) Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal, *Sísifo / Revista de Ciências da Educação*, 2: 51-58.

Breda-Vásquez, I. (2006) Desafios para a reabilitação urbana, *Workshop Perspectivas da Reabilitação para o Futuro*.

Classificação nacional de profissões (CNP) 1994.

DGOTDU (1997) *Sistema Urbano Nacional - Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Volume 1, Quatenaire Portugal.

DGOTDU (2008) *Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial*, Documento final, Maio de 2008 [Acedido em 15 de Outubro de 2008].

<http://www.dgotdu.pt/vot/PropostaProjDEcRegConceitos.pdf>

DPP-MAOTDR (2006) *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013: Avaliação Ex-Ante*, Lisboa, Outubro.

Eurostat (2003) *Statistics on Science and Technology in Europe, 2003 edition*, Luxembourg

Eurostat (2007) *High-tech industry and knowledge-intensive services, Eurostat Metadata in SDDS format: Base Page* [Acedido em 29 de Janeiro de 2009].

http://europa.eu.int/estatref/info/sdds/en/htec/htec_base.htm

Eurostat (2008) *Who are the people employed in high-tech and in which regions do they work?* Statistics in focus, Issue number 51/2008 [Acedido em 26 de Janeiro de 2009].

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1073,46587259&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_product_code=KS-SF-08-051

Hillage, J.; Pollard, E. (1998) Employability: developing a framework for policy analysis, *DfEE Research Report RR85*, November [Acedido em 15 de Outubro de 2008].

<http://www.employment-studies.co.uk/summary/summary.php?id=emplblty>

INE (1998) Inquérito ao Emprego: 2º Trimestre de 1998, *Destaque - Informação à Comunicação Social*, 19 de Agosto de 1998.

INE (2006a) *Estimativas do Parque Habitacional*, documento metodológico versão 1.0, Departamento de Estatísticas Económicas, Serviço de Estatísticas da Indústria, Construção e Outros Serviços, Outubro 2006.

INE (2006b) *Estatísticas das Obras Concluídas*, documento metodológico versão 1.0, Departamento de Estatísticas Económicas, Serviço de Estatísticas da Indústria, Construção e Outros Serviços, Junho 2006.



- Maastricht Economic and social Research and training centre on Innovation and Technology (UNU-MERIT) (2007)** *European Regional Innovation Scoreboard 2006 (2006 RIS).*
- Maastricht Economic and social Research and training centre on Innovation and Technology (UNU-MERIT) (2008)** *European Innovation Scoreboard 2007: Comparative Analysis of Innovation Performance.*
- Marques, T. S. (2006)** *In Geografia de Portugal, Sistema urbano e territórios em transformação*, Círculo de Leitores, 4: 190-210.
- Marques, T. S. e Ferrão, J. (2003)** *Sistema urbano nacional: síntese*, DGOTDU.
- Mateus, A. & Associados; CET/ISCTE; IRIC (2008a)** *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008-2013 – Diagnóstico de dinâmicas e carências habitacionais.*
- Mateus, A. & Associados; CET/ISCTE; IRIC (2008b)** *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008-2013 – Diagnóstico e proposta para uma estratégia de habitação, sumário executivo para debate público*, Abril.
- Mateus, A. & Associados; CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE (2005)** *Competitividade territorial e coesão económica e social, Coleção Estudos de Enquadramento Prospectivo do Quadro Comunitário de Apoio III*, Observatório do QCA III, Lisboa.
- MCTES/GPEARl (2008a)** *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - IPCTN07* [Acedido em 28 de Janeiro de 2009].
<http://www.estatisticas.gpearl.mctes.pt/?idc=7&idi=%20203401>
- MCTES/GPEARl (2008b)** *Sumários Estatísticos CIS 2006 – Inquérito Comunitário à Inovação.*
- Murtin, F.; Viarengo, M. (2007)** *The Convergence Process of Compulsory Schooling in Western Europe: 1950-2000*, *Paris School of Economics Working Paper*, 2007-18.
- OCDE (1992)** *Políticas industriais nos países da OCDE*, Relatório Anual.
- OCDE (2006)** *Revisões das políticas nacionais para a educação - ensino terciário em Portugal: Relatório dos Observadores*, Lisboa.
- OECD (2000)** *Information Technology Outlook 2000: ICTs, E-commerce and the Information Economy*, Paris.
- OECD (2002)** *Measuring the Information Economy*, Paris.
- OECD (2003)** *Frascati Manual 2002 - Proposed Standard Practice for Surveys on Research and Experimental Development.*
- OECD (2007)** *OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2007; Innovation and Performance in the Global Economy* [Acedido em 26 de Janeiro de 2009].
<http://oberon.sourceoecd.org/vl=1454783/cl=37/nw=1/rpsv/sti2007/>
- OECD (2008a)** *OECD Employment Outlook - 2008.*
- OECD (2008b)** *Regions at a glance 2007.*



Pedroso, P. (Coord.) (2005) *Acesso ao emprego e mercado de trabalho – Formulação de políticas públicas no horizonte de 2013 (Relatório final)*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Robinson, G. M. (2000) *Methods and techniques in Geography*, Nova Iorque: John Wiley and Sons.

Rodrigues, D. (2002) *A evolução do parque habitacional português: Reflexões para o futuro*. Instituto Nacional de Estatística.

Salgueiro, T. B. (1999) *A cidade em Portugal – uma geografia urbana*, Porto, Afrontamento, 3ª edição.

SIGLAS E ABREVIATURAS



| | |
|--------|--|
| C&T | Ciência e Tecnologia |
| CAE | Classificação das Actividades Económicas |
| CTCI | Classificação Tipo para o Comércio Internacional |
| DGOTDU | Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano |
| DPP | Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais |
| GEP | Gabinete de Estratégia e Planeamento |
| GEPE | Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação |
| GPEARI | Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais |
| I&D | Investigação e Desenvolvimento |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| ISIC | International Standard Industrial Classification of all Economic Activities |
| MAOTDR | Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional |
| MCTES | Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior |
| ME | Ministério da Educação |
| MTSS | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social |
| NACE | Classification of Economic Activities in the European Community |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| OECD | Organisation for Economic Co-operation and Development |
| p.p. | Pontos percentuais |
| PAT | Produtos de Alta Tecnologia |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PT | Portugal |
| SITC | Standard International Trade Classification |
| TIC | Tecnologias da Informação e da Comunicação |
| UE | União Europeia |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| VAB | Valor Acrescentado Bruto |